UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE HISTÓRIA ECONÔMICA

RIQUEZA E ESCRAVIDÃO NO NORDESTE PAULISTA: BATATAIS, 1851-1887

Juliana Garavazo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Motta

São Paulo

2006

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	••••••
CAPÍTULO 1 — ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E D	
SERTÃO DO RIO PARDO E DA CIDADE DE BATATAIS (SÉCULOS	
A ocupação e o desenvolvimento econômico e demográfico do Sertão do	
A criação e o desenvolvimento da freguesia de Batatais	
O desenvolvimento econômico e demográfico da Vila de Batatais	
CAPÍTULO 2 — COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA BATATAIS (1851-87)	
Os inventários como fontes primárias para o estudo da riqueza	
Notas sobre a metodologia e o cálculo da riqueza dos inventariados	
A distribuição da riqueza inventariada entre os proprietários batataenses	
A composição da riqueza inventariada na segunda metade do século XIX	
Os componentes das fortunas inventariadas	
Bens móveis	
Animais	
Bens imóveis	
Valores mobiliários	
Dívidas ativas e passivas	
As atividades econômicas desenvolvidas em Batatais reveladas pelos inve	
Considerações finais	
CAPÍTULO 3 — A ESCRAVIDÃO EM BATATAIS SEGUNDO OS IN	VENTÁRIOS
A escravidão e as mudanças sócio-econômicas vislumbradas na segunda 1	
Características demográficas dos escravos e ingênuos inventariados em B	-
nos distintos plantéis	
Os inventariados batataenses: proprietários e "não-proprietários de cativos	
Os preços dos escravos inventariados	
Considerações finais	
CAPÍTULO 4: RELAÇÕES FAMILIARES E ESTABILIDAD	DE DAS FAMÍLIA
ESCRAVAS BATATAENSES	
A família escrava na visão da historiografia tradicional e o surgimer	nto de novas evidênci
empíricas	•••••
As famílias escravas batataenses	
A estabilidade das famílias escravas	
A establidade das fallillas escravas	•••••

APÊNDICE A	256
1. A questão das idades dos cativos e ingênuos	256
1.1 Discussão da confiabilidade das informações de idade dos cativos	256
1.2 Estimação da idade dos ingênuos	258
2. A questão da cor dos escravos e ingênuos	259
3. A questão dos preços dos escravos inventariados	261
APÊNDICE B	263
Relação dos inventários consultados	263
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	273
Fontes primárias	273
Referências bibliográficas	273

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1.1 — Localização do atual município de Batatais
Figura 1.2 — Sítios e pousos do Caminho de Goiás citados nos maços de população e nos registros de batismo
Figura 1.3 — Fragmento da Carta cartográfica da Capitania de São Paulo (1766)
Figura 1.4 — Igreja Matriz de Batatais (1859)
Figura 1.5 — Estação da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro: Batatais (1886)
GRÁFICOS
Gráfico 1.1 — Composição da população segundo sexo e condição social: Cajuru (1854)
Gráfico 1.2 — População livre segundo faixas etárias: Cajuru (1854)
Gráfico 1.3 — População escrava segundo faixas etárias: Cajuru (1854)
Gráfico 1.4 — População escrava maior de dez anos segundo estado civil: Cajuru (1854)
Gráfico 1.5 — População livre maior de dez anos segundo estado civil: Cajuru (1854)
Gráfico 1.6 — População batataense segundo condição social e sexo (%): Batatais (1874)
Gráfico 1.7 — População livre segundo faixas etárias: Batatais (1874)
Gráfico 1.8 — População escrava segundo faixas etárias: Batatais (1874)
Gráfico 1.9 — População total segundo cor: Batatais (1886)
Gráfico 1.10 — População total segundo faixas etárias Batatais (1886)
Gráfico 1.11— População cativa segundo faixas etárias Batatais (1886)
Gráfico 1.12 — Composição da população estrangeira. Batatais (1886)
Gráfico 2.1 — Composição da riqueza bruta dos inventariados: Batatais (1851-87)
Gráfico 2.2 — Composição da riqueza bruta dos inventários lançados na década de 1850: Batatais (1851-59)
Gráfico 2.3 — Composição da riqueza bruta dos inventários lançados na década de 1860: Batatais (1861-69)
Gráfico 2.4 — Composição da riqueza bruta dos inventários lançados na década de 1870: Batatais (1871-79)
Gráfico 2.5 — Composição da riqueza bruta dos inventários lançados na década de 1880: Batatais (1881-87)
Gráfico 2.6 — Rebanho médio segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)
Gráfico 2.7 — Valores médios das categorias de bens imóveis segundo período: Batatais (1851-87)
Gráfico 2.8 — Valores médios, percentual da riqueza bruta aplicada em valores mobiliários e número de inventários com
este tipo de bem segundo período: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.1 — Pirâmide etária (escravos e ingênuos): Batatais (1851-87)
Gráfico 3.2 — Distribuição dos escravos segundo sexo e origem: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.3 — Distribuição dos escravos segundo cor e faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.4 — Distribuição dos escravos segundo origem e faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.5 — Distribuição dos proprietários segundo sexo e estado conjugal: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.6 — Distribuição dos não-proprietários segundo sexo e estado conjugal: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.7 — Distribuição dos inventariados segundo sexo e estado conjugal: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.8 — Distribuição percentual dos proprietários de cativos segundo atividade econômica e faixa de riqueza
íquida: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.9 — Distribuição percentual dos proprietários de cativos tamanho do plantel e faixa de riqueza: Batatais
1851-87)
Gráfico 3.10 — Número médio de indivíduos segundo faixa de riqueza: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.11 — Preços médios (em libras) dos escravos segundo sexo: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.12 — Preços médios dos escravos com menos de quinze anos segundo sexo: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.13 — Preços médios dos escravos com quinze a quarenta e nove anos segundo sexo: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.14 — Preços médios dos escravos com cinqüenta anos ou mais segundo sexo: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.15 — Preços médios dos escravos segundo sexo e faixa etária: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.16 — Preços médios (em libras) dos escravos do sexo masculino segundo faixa etária e período: Batatais (1851-
37)
37)
,
Gráfico 3.18 — Preços médios dos escravos segundo sexo e faixa etária: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.19 — Preços médios dos escravos adultos do sexo masculino segundo período: Batatais (1851-87)
Gráfico 3.20 — Preço real médio (em libras) e idade média (em anos) dos escravos segundo origem: Batatais (1851-87)

	odo: Batatais (1851-87)
segundo perío	odo: Batatais (1861-87)
	 Proporção de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos inventariados segundo tipo da va: Batatais (1851-87)
Gráfico 4.4 –	 Proporção de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos transacionados segundo tipo da va: Batatais (1861-87)
	- Proporção de unidades familiares inventariadas segundo tipo da família escrava: Batatais (1851-87)
Gráfico 4.6 –	- Proporção de unidades familiares transacionadas segundo tipo da família escrava: Batatais (1861-87)
	TABELAS
Гabela 1.1 —	Evolução demográfica da população: Sertão do Rio Pardo (1767-97)
	População segundo condição social: Freguesia do Rio Pardo (1801-35)
Tabela 1.3 —	População segundo condição social: Batatais (1814-35)
	Produção de Batatais (1814-1835)
	População escrava segundo profissões: Batatais (1874)
	População escrava segundo profissões: Batatais (1875)
	Número de inventários que compõe a amostra do trabalho segundo período (1851-87)
	Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida: Batatais (1851-87)
	Distribuição dos inventários segundo faixas de riqueza bruta e líquida: Batatais (1851-87)
	Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida: Batatais (1851-59)
	Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida: Batatais (1861-69) Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida: Batatais (1871-79)
	Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida: Batatais (1871-79)
	Índice de Gini relativo à riqueza bruta inventariada por década: Batatais (1851-87)
	- Distribuição dos inventários e riqueza líquida média segundo sexo e presença de patentes ou denominação
	": Batatais (1851-87)
	— Distribuição dos inventários segundo sexo, presença de patentes ou denominação do tipo "dona" e faixa
	uida: Batatais (1851-87)
Tabela 2.11 -	Percentual da riqueza bruta imobilizada em cada tipo de bem segundo faixa de riqueza: Batatais (1851-87).
Tabela 2.12 –	Preço médio do hectare segundo a qualidade da terra (1850-1899)
	– Distribuição dos inventários segundo valor dos créditos concedidos e período: Batatais (1851-87)
	 Distribuição dos inventários segundo informações sobre a dívida ativa e período: Batatais (1851-87)
	– Distribuição dos bens móveis inventariados segundo as diferentes categorias: Batatais (1851-87)
	— Valores médios das categorias de bens móveis segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatai
(1851-87)	T. 1. (1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1
	- Valores médios das categorias de bens móveis segundo período: Batatais (1851-87)
Tabela 2.19	 Valores médios aplicados em animais segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87) Rebanho médio segundo as diferentes categorias de animais e faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)
	 Distribuição dos bens imóveis inventariados segundo as diferentes categorias: Batatais (1851-87)
Tabela 2.21 -	— Valores médios aplicados em bens imóveis segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851
	 Percentuais da riqueza líquida alocada nas distintas categorias de bens imóveis segundo as diferentes faixa
	atatais (1851-87)
	– Percentuais da riqueza líquida alocada nas distintas categorias de valores mobiliários: Batatais (1851-87)
Tabela 2.24	— Montante total das categorias de valores mobiliários segundo as diferentes faixas de fortuna: Batatai
	— Montante total das dívidas ativas segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)
	— Montante total das dívidas passivas segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)
	— Distribuição dos inventariados segundo atividade econômica e período: Batatais (1851-87)
	— Distribuição dos inventariados segundo atividade ligada ao meio rural e período: Batatais (1851-87)
	— Variedade de produtos agrícolas segundo o número de inventários e o período em que os mesmos foran
	tatais (1851-87)
	 Variedade e quantidade de plantações presentes nos inventários: Batatais (1851-87) Variedade e quantidade de mantimentos presentes nos inventários: Batatais (1851-87)
Tahela 2.21	
	- Distribuição dos animais inventariados segundo as diferentes categorias: Batatais (1851-87)

Tabela 2.33 –	Tamanho dos rebanhos segundo tipo de animal: Batatais (1851-87)
Tabela 2.34 –	Tamanho dos rebanhos segundo período: Batatais (1851-87)
Tabela 2.35 -	Rebanho médio segundo período: Batatais (1851-87)
	– Valores médios das categorias de animais segundo período: Batatais (1851-87)
Tabela 2.37 –	— Distribuição dos animais inventariados segundo os diferentes tipos: Batatais (1851-87)
	— Riqueza bruta média acumulada e montante médio aplicado em escravos e bens imóveis segundo a nômica praticada: Batatais (1851-87)
	Distribuição das variáveis concernentes aos escravos nos inventários: Batatais (1851-87)
	Distribuição dos escravos e ingênuos segundo data de abertura do inventário: Batatais (1851-87)
	Indicadores estatísticos da propriedade escrava segundo período: Batatais (1851-87)
	Estrutura da posse de cativos e ingênuos segundo faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)
	Índice de Gini relativo à riqueza bruta inventariada e à posse cativa por década: Batatais (1851-87)
Tabela 3.6 —	- Estrutura da posse de cativos e ingênuos segundo faixa de tamanho dos plantéis e período: Batatais (1851-
	Distribuição dos escravos e ingênuos segundo sexo: Batatais (1851-87)
	Distribuição dos escravos e ingênuos segundo sexo e período: Batatais (1851-87)
	Distribuição dos escravos e ingênuos segundo sexo e faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)
	- Distribuição dos escravos segundo sexo e grupos de idade: Batatais (1851-87)
	- Distribuição dos ingênuos segundo sexo e grupos de idade: Batatais (1851-87)
	- Distribuição dos ingendos segundo sexo e grupos de idade. Datatais (1831-87) - Distribuição da população total (escravos e ingênuos) segundo sexo e grupos de idade: Batatais (1851-87)
	— Distribuição dos escravos e ingênuos segundo faixa etária e faixa de tamanho dos plantéis: Batatais
	Distributção dos escravos e nigendos segundo raixa etarra e raixa de tarriamo dos planteis. Datataris
	 Distribuição dos escravos segundo origem e período de início do inventário: Batatais (1851-87)
	— Distribuição dos escravos africanos segundo grupos de idade e período de início do inventário: Batatais — Distribuição dos escravos africanos segundo grupos de idade e período de início do inventário: Batatais
	Distribuição dos escravos arricanos segundo grupos de radade e período de inicio do inventario. Butadais
	Distribuição dos escravos e ingênuos segundo cor: Batatais (1851-87)
	- Distribuição dos escravos segundo cor e sexo: Batatais (1851-87)
	Distribuição dos escravos segundo cor e grupos de idade: Batatais (1851-87)
	Distribuição dos proprietários e não-proprietários segundo sexo: Batatais (1851-87)
	- Distribuição dos proprietários e não-proprietários segundo estado conjugal: Batatais (1851-87)
	– Distribuição dos proprietários e não-proprietários segundo faixa etária: Batatais (1851-87)
Tabela 3.22 – Tabela 3.23 –	 Distribuição dos proprietários segundo faixa etária e tamanho do plantel possuído: Batatais (1851-87) Distribuição dos proprietários e não-proprietários de cativos segundo atividade econômica desenvolvida:
Tabela 3.24 –	1-87)
	— Distribuição dos proprietários segundo a atividade econômica e o tamanho dos plantéis: Batatais (1851-
Tabela 3.26 –	— Distribuição dos proprietários de cativos segundo atividade econômica e faixa de riqueza: Batatais (1851-
Tabela 3.27 –	— Distribuição dos proprietários e não-proprietários de cativos segundo faixa de riqueza: Batatais (1851-87)
	- Número e preços (nominal e real) dos escravos segundo sexo: Batatais (1851-87)
	 Número e preços reais dos escravos segundo informações concernentes aos preços: Batatais (1851-87) Número e preços reais dos escravos segundo as profissões e o sexo: Batatais (1851-87)
Tabela 4.1 —	- Número de indivíduos inventariados, número de pessoas com vínculo familiar e percentual de inserção em
	vas segundo período: Batatais (1851-87)
famílias escra	vas segundo período: Batatais (1851-87)
	Número e porcentual de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos aparentados presentes os segundo período: Batatais (1851-87)
Tabela 4.4 —	Número e porcentual de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos aparentados presentes segundo período: Batatais (1861-87)
Tabela 4.5 —	- Número de indivíduos inventariados, número de pessoas com vínculo familiar e percentual de inserção em
tamilias escra Tabela 4.6 —	vas segundo período, sexo e idade: Batatais (1851-87)
famílias escra	vas segundo período, sexo e idade: Batatais (1851-87)
	- Distribuição dos escravos inventariados com quinze anos ou mais segundo sexo e estado conjugal: Batatais
Tabela 4.8 —	Distribuição dos escravos transacionados com quinze anos ou mais segundo sexo e estado conjugal: Batatais
(1001 0/)	

	Distribuição dos escravos e ingênuos transacionados segundo idade, estado conjugal e sexo: Batatais
(1851-87)	
	- Mulheres inventariadas com quinze anos de idade ou mais casadas, viúvas ou de estado conjugal não
	gundo período: Batatais (1851-87)
	- Mulheres inventariadas com quinze anos de idade ou mais e mães solteiras segundo período: Batatais
	Mallana tananai mala ann aire ann de idida an mir anada aire an Sanakina an da atad
	- Mulheres transacionadas com quinze anos de idade ou mais casadas, viúvas, mães solteiras ou de estado dentificado segundo período: Batatais (1861-87)
	- Homens inventariados com quinze anos de idade ou mais casados ou viúvos segundo período: Batatais
(1851-87)	
	- Homens inventariados com quinze anos de idade ou mais pais solteiros ou de estado conjugal não
	gundo período: Batatais (1871-87)
	- Homens transacionados com quinze anos de idade ou mais casados e viúvos segundo período: Batatais
	- Filhos (menores de quinze anos) legítimos ou de pais com estado conjugal não identificado inventariado
	do: Batatais (1851-87)
	Filhos (menores de quinze anos) naturais inventariados segundo período: Batatais (1871-87)
	- Filhos (menores de quinze anos) legítimos, naturais ou de pais com estado conjugal não identificado
	segundo período: Batatais (1861-87)
	— Número e porcentual de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos inventariados
	a família escrava: Batatais (1851-87)
	a família escrava: Batatais (1861-87)
	- Distribuição porcentual das famílias escravas inventariadas com um ou mais filhos sobreviventes presentes
	-87)
	 Distribuição porcentual das famílias escravas transacionadas com um ou mais filhos sobreviventes
	atais (1861-87)
	- Distribuição dos chefes de família inventariados segundo atributos relativos ao estado conjugal e faixas
	is (1851-87)
Гаbela 4.25 —	- Distribuição dos chefes de família transacionados segundo atributos relativos ao estado conjugal e faixas
	is (1851-87)
Гabela 4.26 –	- Distribuição das famílias escravas (nº absoluto e porcentual) inventariadas segundo duração dos laços
	atais (1851-87)
	- Distribuição dos escravos e ingênuos aparentados inventariados (nº absoluto e porcentual) segundo duração
dos laços fami	liares: Batatais (1851-87)
	- Distribuição das famílias escravas (nº absoluto e porcentual) transacionadas segundo duração dos laços
	ratais (1861-87)
	- Distribuição dos escravos e ingênuos aparentados transacionados (nº absoluto e porcentual) segundo
	ços familiares: Batatais (1861-87)
	 Distribuição porcentual das famílias escravas inventariadas segundo faixas de tamanho dos plantéis
	-87) - Distribuição dos grupos familiares inventariados segundo período e faixa de tamanho dos plantéis: Batatai:
	, , , ,
	- Distribuição dos escravos e ingênuos unidos por vínculos familiares segundo período e faixa de tamanho
	atatais (1851-87)
	- Distribuição porcentual dos escravos e ingênuos inventariados, unidos ou não por vínculos familiares
	de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)
	- Participação das crianças (0-14 anos) inventariadas na população escrava segundo período: Batatais (1851
	Turvespurae une estanção (e 1 : uneo) investimando su população estanção postedo. Summito (see s
Гabela 4.35 –	- Participação das crianças (0-14 anos) transacionadas na população escrava segundo período: Batatais
	- Estatísticas auxiliares na análise do potencial reprodutivo da população escrava inventariada por período
	-87)
	- Estatísticas auxiliares na análise do potencial reprodutivo da população escrava transacionada por período
	-87)
	 Distribuição dos escravos e ingênuos inventariados segundo faixa de tamanho dos plantéis e algundo
	crescimento vegetativo: Batatais (1851-87)
	- Situação das famílias escravas após a partilha: Batatais (1851-87)

Tabela 4.40 — Situação das famílias após a partilha segundo tipo da família escrava (%): Batatais (1851-87)	244
Tabela 4.41 — Situação das famílias após a partilha segundo faixa de tamanho do plantel (%): Batatais (1851-87)	246
Tabela 4.42 — Situação das famílias após a partilha segundo duração: Batatais (1851-87)	247

RESUMO

O presente trabalho dedica-se ao estudo da economia e da demografia da escravidão na cidade de Batatais (SP) no decorrer da segunda metade do século XIX. A pesquisa teve como fonte principal os inventários post-mortem datados de 1851 a 1887 e utilizou, de forma complementar, as escrituras de transações envolvendo escravos, registradas na localidade entre 1861 e 1887, e a Lista de Qualificação de Votantes, de 1874. De início, avançou-se à análise do evolver demográfico e econômico do Sertão do Rio Pardo, e, mais especificamente, de Batatais, durante os séculos XVIII a XX. Em seguida procedeu-se ao exame das formas, distribuição e dinâmica dos recursos possuídos pelos batataenses em uma economia essencialmente pecuarista e agricultora de subsistência, que assistiu, nas últimas décadas do século XIX, ao avanço da cultura cafeeira e à substituição do trabalho compulsório pelo livre. Outrossim, com o auxílio das fontes secundárias, realizou-se uma análise demográfica e de estrutura de posse do contingente escravo ali residente, examinando as principais características dos cativos e dos senhores batataenses, além de acompanhar o impacto exercido pelas modificações ocorridas no sistema escravista brasileiro. Por fim, ocupou-se do exame das relações familiares estabelecidas entre os cativos e ingênuos inventariados e comercializados, delineando seu perfil e investigando sua estabilidade frente à partilha dos bens inventariados.

Palavras-chave: Riqueza, Inventários, Século XIX, Demografía Escrava, Família Escrava.

ABSTRACT

This research analyzes the economy and slave demography of the city of Batatais (SP) during the second half of the 19th century. The study has, as the main source, the *post* mortem inventories from 1851 to 1887 and, as secondary sources, the transfer of ownership documents related to slaves — registered between 1861 and 1887 — and the Vote Qualifying List (1874). The work begins with the analysis of the economic and demographic characteristics of Sertão do Rio Pardo and, more specifically, Batatais, from the 18th to the 20th centuries, followed by the analysis of the allocation, accumulation and dynamics of the wealth held by the local inhabitants. At that time, economy was dedicated to cattle and subsistence agriculture and, in the late decades of the 19th century, gave place to the advance of coffee plantation and the shift of slavery work to free work. Hence, this study analyzed the local slaves, concerning demographics and possessions, and observed the main characteristics of the slaves and their owners, related to the changes occurred to the Brazilian slavery. Finally, the structure and demographic characteristics of slave families were analyzed through the information obtained in the inventories and ownership documents, with further investigations of their stability during the division of the inventoried assets.

Key-words: Wealth, Inventories, 19th Century, Slave Demography, Slave Family.

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Pelo apoio financeiro, sou grata à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que possibilitou minha dedicação exclusiva à pesquisa nos últimos dois anos.

Agradeço também às pessoas que possibilitaram e facilitaram grandemente meu acesso e pesquisa à documentação utilizada: à Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini e Simone de Figueiredo, juízas em Batatais; à Cacilda, Maria Amélia, Mara e Aidê, funcionárias do Fórum de Batatais, ao Fernando, escrivão do 2º Tabelionato de Notas de Batatais e ao Marcelo, funcionário da Casa de Artes e Cultura de Cajuru.

Agradeço ao meu orientador, José Flávio Motta, pela confiança, dedicação e incentivo constante na realização do trabalho, que resultaram em uma orientação segura e crítica. Também agradeço aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar e Prof. Dr. Renato Leite Marcondes; e ao parecerista da FAPESP, pelos comentários e sugestões, em certa medida incorporados ao texto. Além disso, agradeço ao Renato Leite Marcondes, meu orientador de iniciação científica, responsável pelo meu primeiro contato com a pesquisa histórica e que me preparou para o prosseguimento dos meus estudos.

É preciso também agradecer aos amigos que estiveram ao meu lado, sempre dispostos a ouvir e a me incentivar: Déborah, Diego, Eliana, Fernanda, Leleca e Roberto. À Cris que, além de todo o apoio e incentivo, me abrigou em sua casa todas as vezes que estive em São Paulo por conta do trabalho; e à Luciana, colega de orientação e grande amiga, pela paciência, pelas caronas rumo à coleta de dados e pelos cafés nos momentos de descontração. À Tia Tânia e à Luciana, do Buffet Luli Bandi, agradeço a oportunidade de trabalho no tempo em que estive sem apoio financeiro da FAPESP. Ao Celso agradeço pela paciência, pelo apoio constante e irrestrito e pela compreensão.

Por fim, agradeço aos meus pais, pessoas sempre muito preocupadas com a educação de seus filhos. Eles estiveram ao meu lado durante esses três anos e seu apoio foi fundamental para eu não desistir logo nas primeiras dificuldades. Além disso, eles "financiaram" a pesquisa durante o tempo em que eu ainda não tinha o apoio financeiro da FAPESP. Aos meus irmãos, agradeço pelo carinho e pela compreensão.

INTRODUÇÃO

O Brasil da segunda metade do século XIX presenciou diversas transformações sócio-econômicas, vislumbradas através do dinamismo das grandes lavouras e dos cultivos voltados ao mercado interno, do rápido desenvolvimento das cidades e da intensificação no tráfico inter e intraprovincial de cativos.

Nesse período uma gama de modificações ocorrida na legislação brasileira condicionou e foi condicionada por essa nova dinâmica. Pode-se destacar, entre elas, a aprovação da Lei de Terras, que visava a revalidar as concessões de sesmarias e legitimar as posses. O título legal sobre a terra resultante da aplicação dessa lei tornava a terra uma "mercadoria" de fato, o que facilitaria os negócios de seus proprietários. Eles poderiam, então, utilizá-la como garantia para empréstimos, vendê-la ou transmiti-la a seus herdeiros. Outrossim, ainda em 1850 foi promulgado um novo Código Comercial e nos anos 1864-65 foi instituída uma nova legislação hipotecária, com o intuito de incrementar as possibilidades de crédito por meio das instituições financeiras e das hipotecas. É preciso destacar, ainda, as alterações referentes ao sistema escravista brasileiro. Durante o período anterior, a escravidão difundiu-se por todo o território brasileiro e por uma vasta gama de setores da economia, não limitando a posse cativa aos grandes proprietários e às atividades ligadas ao setor exportador. Essa expansão sofreu duro golpe já em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz, proibindo o tráfico internacional de escravos. A esta se seguiram a Lei do Ventre Livre de 1871, que concedia liberdade aos filhos nascidos de escravas, e a Lei dos Sexagenários de 1885, emancipando os escravos com idade superior a sessenta anos, e culminou na abolição da escravatura em 1888. Além dessas, outras leis que visavam à proteção dos escravos, como a editada em 1869 proibindo a separação das famílias por ocasião de venda ou doação e a regulamentação do Fundo de Emancipação para a libertação dos escravos por meio da indenização dos senhores (1872), que privilegiava a conservação da família na libertação. Essas medidas e os movimentos sociais — como, por exemplo, a resistência escrava e o abolicionismo — resultaram em uma nova dinâmica do sistema. Para a década de 1880, houve a diminuição no número absoluto de escravos, porém as áreas que passavam por um maior desenvolvimento econômico (principalmente as cafeeiras) ainda apresentaram dados de incremento de sua população escrava, por meio do tráfico interno e/ou crescimento vegetativo da população.

A diversidade de acontecimentos e de transformações ocorridas ao longo dessas cinco décadas atraiu a atenção e o interesse de um grande número de estudiosos de

distintas áreas do conhecimento, que optaram por abordar esses acontecimentos sob temáticas bastante diversas. As pesquisas realizadas com o foco na segunda metade do Oitocentos tiveram inestimável contribuição de historiadores, economistas e demógrafos, que se valeram de uma miríade de fontes primárias e avançaram principalmente o estudo da escravidão, da vida social de livres e cativos e do evolver econômico e demográficos de diversas regiões brasileiras, entre outros. A presente pesquisa pretende contribuir para o avanço da análise acerca da economia e da demografia escrava nesse período e, mais especificamente, em uma área de abastecimento interno.

O objeto do estudo é a cidade de Batatais, inserida no Nordeste Paulista. Essa região teve o início de seu povoamento ligado à descoberta das minas goianas, que acirram o fluxo de pessoas transitando no Caminho de Goiás e, conseqüentemente, a instalação dos primeiros pousos. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XIX, o Nordeste Paulista recebeu os "entrantes" mineiros, que se estabeleceram na região exercendo atividades em lavouras de subsistência e principalmente pecuária. A produção não se limitava ao abastecimento local, mas também se destinava às províncias vizinhas, principalmente Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro. A dinâmica econômica local acirrouse nas décadas de 1870 e 1880 por conta da chegada dos trilhos da Mogiana e do avanço dos cafeeiros por aquelas terras. Isto posto, as análises feitas ao longo do trabalho deverão considerar não apenas as transformações sócio-econômicas, mas também as peculiaridades da localidade selecionada para a pesquisa.

O estudo demo-econômico proposto utilizou como fonte principal um conjunto de 492 inventários *post-mortem* lançados em Batatais e Cajuru nos anos ímpares do período 1851-1887. Como fontes auxiliares incluíram-se as informações presentes nas 321 escrituras de transações envolvendo escravos referentes aos anos 1861-1887, na Classificação dos Escravos para Emancipação (1875) e na Lista de Qualificação de Votantes de 1874. Os dados coletados a partir da leitura desse *corpus* documental possibilitaram avançar, em um primeiro momento, o delineamento do perfil econômico batataense e de suas mutações verificadas ao longo de todo o período selecionado. Posteriormente, dedicou-se ao estudo de um ativo específico presente nos inventários: os escravos.

O capítulo inicial apresenta o contexto histórico, econômico e demográfico do Sertão do Rio Pardo e, mais especificamente, da cidade de Batatais. Retratou-se o povoamento daquela região, desde as primeiras expedições até a chegada dos imigrantes europeus em fins do século XIX, passando pela significativa migração dos "entrantes"

mineiros para aquele território. A partir dos dados disponibilizados nos Recenseamentos, nos relatos de viajantes, em estudos historiográficos pertinentes e em documentos oficiais, observou-se a relação entre o desenvolvimento populacional e econômico ali vislumbrado. O exame realizado nesse primeiro capítulo teve como objetivo principal verificar o contexto sócio-econômico sobre o qual deu-se a acumulação das fortunas inventariadas, auxiliando no entendimento dos resultados obtidos através da leitura dos inventários e das fontes secundárias incluídos nos capítulos seguintes.

O segundo capítulo está focado na análise dos dados referentes à riqueza inventariada, contemplando o exame da distribuição da riqueza entre os inventariados, da composição dessas fortunas e das modificações verificadas nessa composição com o passar dos anos e das atividades econômicas ali desenvolvidas e que puderam ser reveladas através da leitura dos processos considerados. Buscou-se delinear os principais traços do evolver econômico de Batatais e, ainda mais, compreender como as diversas transformações de ordem sócio-econômica ocorridas na segunda metade do Oitocentos tiveram influência sobre a composição dos patrimônios pessoais naquela economia específica.

Posteriormente, no capítulo três, dedicou-se à análise da população cativa inventariada segundo faixa etária, razão de sexo, estado conjugal, cor, profissão, origem etc. Apresentaram-se ainda os resultados da análise de variáveis relacionadas à estrutura de posse: tamanho dos plantéis, concentração da posse cativa, atividades econômicas realizadas pelos proprietários etc. e aos preços atribuídos a essas pessoas. Além disso, fezse a separação entre os inventariados proprietários e não-proprietários de cativos para investigar a existência de diferenças entre os dois grupos no que se refere à idade, estado conjugal, atividade econômica desenvolvida e total de riqueza acumulada.

O último capítulo aprofundou as análises referentes à população cativa realizadas no momento anterior, incluindo um exame pormenorizado acerca das relações familiares estabelecidas entre os cativos e ingênuos batataenses. Além dos dados dos inventários, foram incluídos aqueles referentes às famílias escravas negociadas em Batatais entre os anos de 1861 e 1887, obtidos através da leitura das escrituras envolvendo cativos lançadas naquela localidade e período. Procurou-se sintetizar o perfil das famílias escravas batataenses, além de verificar se a partilha ou as negociações de cativos ali realizadas garantiram a continuidade dos laços estabelecidos entre aqueles cativos ou se, por outro lado, significaram uma possível ruptura das relações anteriormente estabelecidas.

Por fim, foram apresentadas as considerações finais sobre os resultados obtidos, elaboradas com o intuito de resumir o que foi explicitado ao longo de todo o trabalho, e, ainda mais, retomar os pontos principais.

CAPÍTULO 1



Fonte: Casa da Cultura de Batatais

Foto nº 1 — Desfile de comemoração do Centenário de Batatais passando pela Rua Marechal Deodoro (1939)

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS DO SERTÃO DO RIO PARDO E DA CIDADE DE BATATAIS (SÉCULOS XVIII A XX)

O atual município de Batatais está localizado no nordeste do Estado de São Paulo, território que "se estende do vale do Mogi-Guaçu ao planalto de Franca, das margens do Rio Grande à Depressão Paleozóica (...)" (AZEVEDO, 1967, p.70-71). O Nordeste paulista também é historicamente conhecido como Oeste Novo, em virtude da expansão da cultura cafeeira, quando se considerou o Vale do Paraíba como ponto de referência. Atualmente, a cidade de Batatais faz divisa com os municípios de São José da Bela Vista, Restinga, Franca, Patrocínio Paulista, Altinópolis, Brodowski, Jardinópolis, Sales de Oliveira e Nuporanga e dista aproximadamente 355 km de São Paulo, 42 km de Ribeirão Preto e 49 km de Franca. Toda sua área pertence à Bacia Hidrográfica do rio Sapucaí-mirim (Ver Figura 1.1).

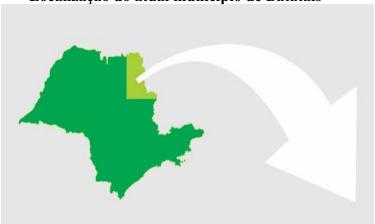
A ocupação e o desenvolvimento econômico e demográfico do Sertão do Rio Pardo

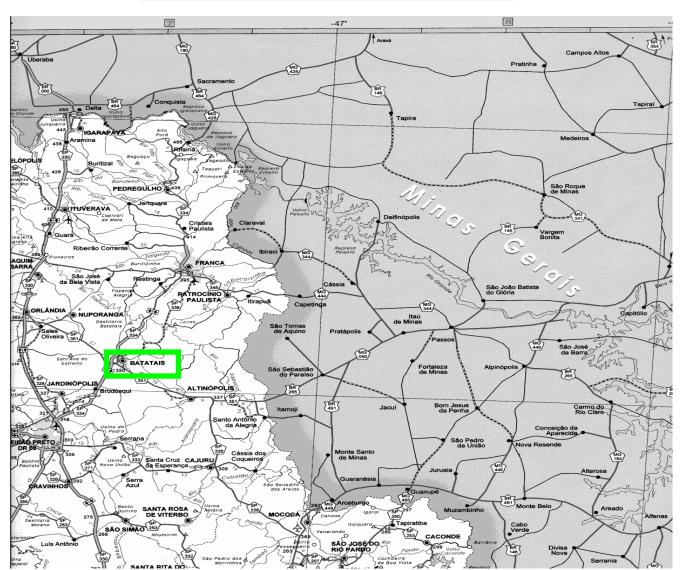
O povoamento do Nordeste Paulista foi principiado ainda no século XVIII, com a vinda dos primeiros povoadores para o outrora denominado "sertão desconhecido". Inserida no interior paulista, mais precisamente no "Sertão do Rio Pardo"¹, esta área foi habitada primitivamente pelos gentios caiapós², que

¹ A região historicamente denominada Sertão do Rio Pardo localiza-se no nordeste do Estado de São Paulo, compreendida entre os rios Pardo e Grande e "abrange, grosso modo, os atuais municípios de Altinópolis, Batatais, Brodowski, Cajuru, Jardinópolis, Ipuã, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra cobrindo uma área de 6.569 km2, além de uma parte do município de Guaíra compreendida entre o rio Pardo e Sapucaí-mirim, junto ao rio Grande" (BRIOSCHI, 1995, p.6). Costuma-se atribuir também a essa mesma área a denominação "Sertão dos Goiases", termo que Lucila R. Brioschi (1995) presume ser uma abreviatura de "Sertão do Rio Pardo Caminho dos Goiases", tal como ela aparecia arrolada em algumas listas nominativas do século XVIII. Administrativamente, segundo Brisochi (1995), o Sertão do Rio Pardo esteve primeiramente adstrito ao município de Jundiaí. Em 1769, esta área passou a fazer parte do recém-criado município de Mogi-Mirim. Com a criação da freguesia de Caconde, desmembrada de Mogi-Mirim em 1775, o local passou a ter duas freguesias, separadas pelo rio Pardo: Moji Guaçu ao sul e Caconde ao norte. Em 1805, a sede da freguesia foi transferida de Caconde para o arraial de Franca, que ia da margem direita do rio Pardo até a margem esquerda do rio Grande. O território de Franca também foi sendo desmembrado: em 1815 criou-se a freguesia de Batatais e em 1820 a área da freguesia de Caconde foi restaurada. Já em termos eclesiásticos, tal área encontrou-se sob jurisdição de Mogi-Guaçu até a criação da freguesia de Caconde e, a partir desse momento, passou a acompanhar o desmembramento das freguesias anteriormente citadas.

² Pierre Monbeig delineia os terrenos habitados pelos caiapós: "(...) dominavam as partes dos planaltos compreendidas entre o rio Grande e o Tietê" (1984, p.129). Ariovaldo Correa, por seu turno, descreve o caminho dos caiapós pelo território brasileiro e algumas de suas características: "oriundos da orla marítima, a pouco e pouco, foram se afundando pelas regiões centrais. Escorraçados pelo homem branco, espalharam-se ao depois pelo norte, oeste e sul do país. Ferozes, embora não fossem tidos como antropófagos (...)" (1986, p. 22).

Figura 1.1 Localização do atual município de Batatais





Fonte: Adaptado de DER (Departamento de Estradas e Rodagem), 2004.

estavam espalhados em uma vasta região do Brasil Central avançando ao Norte na região do Tocantins, ao Sul vizinhanças da futura cidade de Moji Mirim em São Paulo, à Leste pelas cabeceiras do rio São Francisco e à Oeste internando-se pelo Mato Grosso; habitando portanto as atuais regiões do nordeste paulista e Triângulo Mineiro (SANTOS, 1995, p.1).

Além dos caiapós, aquele sertão também era palmilhado por alguns dos habitantes de São Paulo, os denominados bandeirantes, que desde os primeiros séculos do Brasil colônia circulavam por aquelas áreas. Em suas primeiras idas e vindas ao sertão, tinham como objetivo principal a busca por mão-de-obra, ou seja, o apresamento de índios. Através das inúmeras expedições realizadas mata adentro acabaram por adquirir um amplo conhecimento daquele local.

Os bandeirantes paulistas foram responsáveis pelo descobrimento das minas nas Gerais, depois o ouro em Cuiabá e no Mato Grosso. Seguindo os caminhos traçados pelos pés aborígines³ e as rotas abertas pelos bandeirantes primitivos, um desses aventureiros paulistas, alcunhado de Anhanguera pelos nativos, saiu ainda no século XVII da cidade de São Paulo e partiu rumo aos sertões em busca de ouro em território goiano. A expedição, iniciada em 1673, apresou muitos índios e, segundo Tambellini (2000, p.21), Anhanguera encontrou e trouxe algumas amostras auríferas, que foram esquecidas em virtude do ciclo de descobrimentos em Minas Gerais. Seu filho, Bartolomeu Bueno da Silva, que viria a ser conhecido posteriormente como segundo Anhanguera e que contava apenas doze ou quatorze anos à época da referida bandeira, o acompanhou naquela caminhada pelos sertões. Presume-se, assim, que o conhecimento prévio da região a ser explorada e os indícios da presença de metais preciosos em terras goianas tenham servido como um incentivo ao filho do Anhanguera sênior, que, anos mais tarde, organizou uma nova bandeira sob sua liderança. Partindo do mesmo local no dia três de julho de 1722, a expedição tinha objetivo semelhante à anterior: encontrar as supostas minas goianas. Somente em 1725 Bartolomeu Bueno da Silva retornou a São Paulo com amostras do precioso minério para dar notícias do descobrimento ao governador paulista.

Foi a partir da descoberta do ouro em terras goianas que o "sertão desconhecido" passou a ser atraente não apenas aos bandeirantes paulistas ou a qualquer outro aventureiro. Em busca de lucro rápido e fácil, da elevação de seus cabedais vislumbrados pelas descobertas de metais preciosos, muitos reinóis, ilhéus e outros indivíduos de além-

_

³ Mario Neme confirma que os primeiros desbravadores seguiram os passos dos habitantes nativos das terras brasileiras: "dessas trilhas [indígenas/JG], como sabemos, aproveitaram-se os europeus e seus descendentes, aventureiros, expedicionários, entradistas, bandeirantes, desde os primeiros momentos da colonização e até ainda recentemente, na faina do reconhecimento e da ocupação das terras interiores" (1969, p.67).

mar, mais os paulistas e colonos das demais capitanias, passaram a circular rumo às minas pelo Caminho de Goiás⁴, via que assegurou a exploração, o povoamento e o desenvolvimento do Sertão do Rio Pardo. A intensificação do fluxo de viajantes, mineradores, negociantes e suas tropas com destino à Vila Boa de Goiás e seus arredores possibilitou o povoamento das áreas circunvizinhas à estrada.

Diversas pessoas fixaram-se à beira do Caminho de Goiás, estabelecendo pousos, instalados estrategicamente para facilitar a passagem dos aventureiros e comerciantes que rumavam a Goiás. Baseado em relatos de diversos viajantes, Caio Prado Júnior confirma que as áreas ao longo das grandes vias foram propícias ao desenvolvimento da agricultura de subsistência:

Outras áreas particulares em que a agricultura de subsistência encontra condições propícias é ao longo das grandes vias de comunicação, freqüentadas pelas numerosas tropas de bestas, que fazem todo o transporte por terra na colônia, e pelas boiadas que das fazendas do interior demandavam os mercados do litoral. (...). É preciso abastecer as tropas durante a viagem, alimentar os condutores e os animais. Não se julgue que esse trânsito é pequeno, (...), largamente suficiente para provocar o aparecimento, sobretudo nas grandes vias que articulavam Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro entre si, de uma atividade rural que não é insignificante. O consumo de milho pelas bestas, em particular, é tão volumoso e constitui negócio de tal modo lucrativo para os fornecedores, que estes, para atrair os viajantes, não só lhes põe à disposição ranchos onde pousem na jornada, mas dão ainda mantimentos gratuitos para o pessoal das tropas e pasto para os animais (1979, p.162-163).

Distantes algumas léguas uns dos outros, esses humildes ranchos serviam como entrepostos comerciais, eram os locais em que os viajantes paravam, descansavam, adquiriam mantimentos para seu sustento e de sua tropa e seguiam viagem. Os moradores desses pousos plantavam e forneciam os alimentos considerados essenciais na dieta dos sertanistas: "o feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituem, pois, o que poderia chamar de triângulo básico da alimentação do caipira, (...)" (MELLO E SOUZA, 1977, p.52). Além disso, criava-se algum gado bovino e suíno⁵.

Surgem, assim, os primeiros núcleos populacionais do Sertão do Rio Pardo. Dadas as características dos pousos instalados e a necessidade de manterem uma distância

⁴ A via que ligava São Paulo às minas goianas é citada de diferentes maneiras nos diversos estudos que fazem referência a tal caminho, mas são mais comumente utilizados os termos Estrada/Caminho de Goiás (ou dos Goyases/Goiases). Com o intuito de uniformizar o presente texto optou-se por utilizar a forma "Caminho de Goiás".

⁵ Acredita-se também que o fornecimento dos gêneros alimentícios produzidos nesses pousos abrangia as áreas mineradoras, uma vez que as pessoas envolvidas nas atividades mineratórias tendiam a especializar-se, além de haver poucas áreas próximas às minas disponíveis para o plantio de mantimentos. Conseqüentemente, "o milho e o feijão que se plantavam e o gado que se criava nestes pousos da Estrada dos 'Goyazes' concorriam, embora modestamente, para tal abastecimento [das áreas mineratórias/JG]. Nas paradas que os negociantes faziam nestes pousos aproveitavam para comprar estes produtos que seriam revendidos por altos preços na zona mineradora de Goiás" (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.31).

relativamente grande entre um e outro — justificando sua função: parada, descanso, abastecimento — essa primeira etapa de congregação populacional ao longo do Caminho de Goiás foi reduzida e esparsa, não obstante tenha contribuído para o início do povoamento da região que abriga a cidade de Batatais.

Essa primeira fase de povoamento do Sertão do Rio Pardo beneficiou-se também da política adotada pelo governo paulista de concessões de sesmarias e direitos de passagem nas margens dos rios que cortavam a região. Há diversos indícios da existência de moradores instalados no caminho que ligava São Paulo a Goiás desde os primeiros anos do século XVIII, mas somente em 1726, um ano após a comunicação oficial da descoberta das minas goianas, iniciaram-se as concessões de sesmarias e a instalação de pousos ao longo da estrada intensificou-se. A doação das sesmarias naquela área esteve intimamente ligada à descoberta aurífera e ao estabelecimento de pessoas das mais diversas vilas da capitania na região, visando a atender as demandas dos transeuntes com destino a Vila Boa de Goiás e seus arredores. Além de servirem como agradecimento aos descobridores e aos favorecidos pela Coroa, as primeiras concessões de terras e direitos nas áreas cortadas pelo Caminho de Goiás visavam também à ativação econômica das áreas abrangidas por tais doações, "(...) possibilitando, além do comércio, a penetração da justiça e da administração naqueles vastos sertões" (LAGES, 1996, p.22)⁶.

Alguns antigos posseiros, que estavam previamente estabelecidos em terras daquela região e desenvolviam alguma atividade econômica, passaram a solicitar a confirmação de suas posses. Um desses muitos casos de doação de sesmarias é considerado como a "certidão de nascimento de Batatais" (CARDOSO, 2001, p.172). Em quatro de agosto de 1728, o então governador da Capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, concedeu uma sesmaria com extensão de uma légua em quadra a Pedro da Rocha Pimentel, situada nos "Campos dos Batataes passando o mato no primeiro ribeiro entre o rio Pardo e Sapucaí, Caminho dos Goiases" (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.81 e LAGES, 1996, p.29). A justificativa contida na solicitação de Pimentel confirma tratar-se de uma área previamente explorada: "que ele tinha mandado fazer roças nos campos dos Batataes"

6

⁶ Sérgio Buarque de Holanda enfatiza o caráter aventureiro dos bandeirantes e aponta a importância do estímulo provocado pela descoberta do ouro para a efetiva colonização do interior: "A expansão dos pioneers paulistas não tinha suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole e fazia-se freqüentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta. Mais ainda esses audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riqueza foram, antes do mais, puros aventureiros — só quando as circunstâncias o forçavam é que se faziam colonos. Acabadas as expedições, quando não acabavam mal, tornavam eles geralmente à sua vila e aos sítios da roça. E assim, antes do descobrimento das minas, não realizaram obra colonizadora, salvo esporadicamente" (1995, p. 102).

(CHIACHIRI FILHO, 1986, p.81 e LAGES, 1996, p.29) ⁷. Oito anos mais tarde, em 1736, foi concedida a Manoel Bernardes do Nascimento — que não era o primeiro ocupante da terra, já que constava no processo que a mesma fora comprada por ele de Gerônimo Alves da Silva — uma sesmaria de três léguas de terra localizada em "Batataes, no alto do Tapuará", sob a justificativa de que "já havia feito suas roças" (LAGES, 1996, p.32). Assim, pode-se supor que a ocupação da região onde mais tarde se instalou a freguesia de Batatais deu-se nos primeiros lustros do século XVIII. ⁸

O número exato e a localização dos pousos e sesmarias instalados no Caminho de Goiás (e, portanto, no Sertão do Rio Pardo) nesse primeiro momento são bastante incertos. Neuza M. Vieira (1989, p.24) identificou dezessete pousos entre os rios Pardo e Grande, entre eles o *Batatais*, que se situava em último lugar seguindo o sentido do rio Grande para o Sapucaí. José Antonio Lages (1996), por sua vez, contou quinze pousos nessa mesma região (cf. Figura 1.2).

7 Há pelo menos dois documentos que fazem referência ao topônimo Batatais em datas anteriores à doação de sesmaria a Pedro da Rocha Pimentel. O primeiro é o original de uma carta escrita por Ignácio Vieira a seu pai, encontrada no inventário de Francisco Rodrigues Baja, iniciado em 1634, e citada por Taunay (1928, v.7). Na referida correspondência, não datada, Ignácio informava que "se encontrava no Arraial dos Batataes, onde estava contratado como camarada pelo capitão Manoel da Costa, e nessa qualidade encarregado, com mais dois homens, de guardar-lhe a fazenda que tem aqui, de barris de pólvora e fardões e mantimentos" (NEME, 1969, p.63). O segundo é uma carta de sesmaria passada pelo governador geral do Brasil aos beneditinos do convento de Jundiaí em 1668. As terras doadas eram "três campos realengos que estão quinze léguas pouco ou mais ou menos desta Vila pelo caminho que vai para o Sertão dos Lanceiros e Batatais (...)" (TAMBELLINI, 2000, p.27). Ademais, José Antonio Lages, tentando comprovar o povoamento da região antes da expedição do Anhanguera, escreve: "Batatais já é citada por Pedro Taques como um 'ajuntamento de índios' em 1678, fazendo referência a um 'caminho para os Batatais', onde Manoel Lobo teria conseguido uma sesmaria" (1996, p.20). Nota-se, na análise dos dois documentos e no relato de Taques, que não está mencionada a localização exata do local denominado Batatais, ao contrário do que ocorre na carta de sesmaria doada a Pimentel. Por conseguinte, esses documentos apenas demonstram de forma evidente que já havia, naqueles tempos, um local chamado Batatais, mas não dão segurança para afirmar que essas áreas anteriormente citadas correspondiam realmente à região em que se estabeleceu a atual cidade de Batatais. 8 Adicionalmente, verificou-se que o interesse pela posse de terras no Caminho de Goiás também se justificava pela intenção em se fixar ao longo da via e assim iniciar atividades econômicas visando ao abastecimento dos transeuntes. Tal suposição fica evidente em algumas das justificativas utilizadas pelos candidatos a sesmeiros: "para plantar e criar gado", "para plantar e criar gado para a conveniência dos mineiros e viajantes", "para povoar e cultivar terras", "para povoar e cultivar para conveniência dos mineiros

e andantes" (LAGES, 1996, p.28-32).

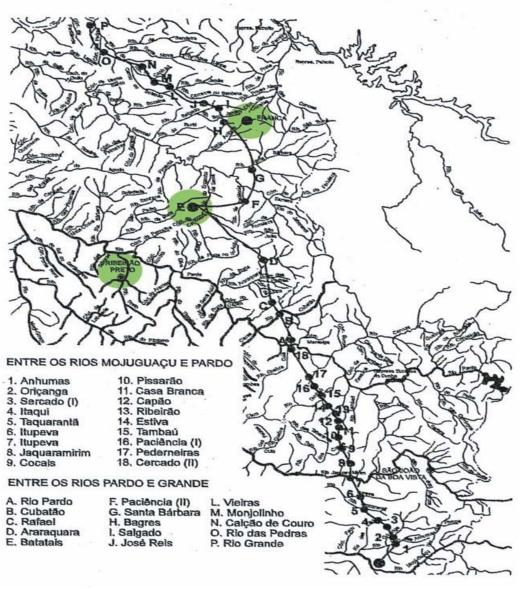


Figura 1.2 Sítios e pousos do Caminho de Goiás citados nos maços de população e nos registros de batismo

Fonte: Adaptado de LAGES (1996, p.39).

Lucila R. Brioschi (1995, p.84), listou vinte e dois "sítios" no Caminho de Goiás através da utilização das Listas Nominativas de 1767, 1776, 1779 e 1790 no trecho abrangido por Moji-Mirim, com os pousos enumerados desde o rio Pardo até o Grande. Nem todos os vinte e dois pousos apareceram nos quatro anos analisados e, além disso, as listas de população arrolaram pousos que não foram identificados nos trabalhos anteriormente citados. O pouso *Batatais*, por exemplo, aparece listado apenas em 1779. Essa Lista de 1779 foi minuciosamente analisada por José Chiachiri Filho (1986, p.69-75). Nesse ano, o referido autor identificou dezessete pousos e 174 pessoas instaladas entre os rios Pardo e Grande. O pouso *Batatais* era um dos menos povoados, já que naquela data

ocupavam suas terras apenas quatro pessoas: o casal formado por Luiz de Sá (trinta e três anos, cabeça do fogo) e sua esposa Tereza Maria (vinte e sete anos) acompanhados de um outro casal de agregados: Germana (vinte e sete anos) e seu marido cujo nome estava ilegível (vinte e cinco anos). Além do pouso *Batatais*, a área delimitada pelos rios Pardo e Sapucaí, que mais tarde seria abrangida pela freguesia de Batatais criada em 1815, contava com mais seis pousos (Rio Pardo, Cubatão, Lages, Araraquara, Paciência e Pouso Alegre), que juntos somavam mais sessenta e seis pessoas. Assim, a área da futura freguesia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde dos Batatais compreendia sete pousos que abrigavam setenta moradores⁹.

Jean de Frans (1939, p.9) indica que, no alvorecer do século XIX, o território batataense tinha quinze posses (contra as sete listadas em 1779) que, mais tarde, foram retalhadas e originaram mais de vinte fazendas, por sua vez também subdivididas. Ainda segundo Frans, o proprietário da posse denominada *Batatais* era Manoel Bernardes do Nascimento¹⁰. O viajante Luis d'Alincourt (1975, p.329), que passou pela região em 1818, mencionou a presença de apenas treze pousos desde o Rio Pardo ao Grande, e Saint-Hilaire (1976, p.112), um ano depois, anotou alguns pousos que não constavam da relação de d'Alincourt mas que estavam arrolados na lista de 1779 estudada por Chiachiri Filho. Tais diferenças de quantidade e nome dos sítios instalados ao longo do Caminho de Goiás podem estar relacionadas a mudanças de nomes ou a diferentes denominações atribuídas a cada um deles na distinta documentação compulsada pelos trabalhos anteriormente citados.

9 Os outros dez pousos, situados entre os rios Sapucaí e Grande, com um total de 104 indivíduos, foram englobados na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca no ano de sua criação (1805).

¹⁰ Não se sabe a causa da mudança dos moradores instalados no pouso Batatais. Segundo Cardoso (2001), Pedro da Rocha Pimentel, que recebeu a sesmaria naquele local em 1728, assumiu em 1740 o cargo de juiz ordinário da Câmara de São Paulo. Além disso, na relação de sobrenomes dos moradores do Sertão e Caminho de Goiás, elaborada por Chiachiri Filho (1986, p.47) com dados recolhidos em listas nominativas de 1765 a 1787, não há referência a Pimentel. Assim, é questionável se tal sesmaria foi realmente ocupada por seu primeiro sesmeiro ou se ele enviou outras pessoas para fazer a posse e cultivo daquelas terras. Com relação a Manoel Bernardes do Nascimento, que também foi agraciado com sesmaria naquela mesma região em 1736, a dúvida não se situa na ocupação ou não dessas terras — há diversos documentos que atestam sua fixação em Batatais, inclusive sua certidão de óbito e inventário e seu arrolamento nos recenseamentos de 1814 e 1820 — mas sim quanto ao momento em que ele efetivamente ocupou aquelas terras. A relação de sesmarias doadas no Caminho de Goiás presente no estudo de Lages (1996, p.29) indica a doação da sesmaria em 1736; já em Chiachiri Filho (1986, p. 86) não consta a data em que a mesma foi doada. Lucila R. Brioschi (1995, p.77), por sua vez, observa que não houve concessões entre 1735 e 1800 e afirma que a requisição das terras da fazenda Batatais deu-se apenas no ano de 1811. Tambellini (2000, p.223-231) confirma que Manoel foi recenseado em 1814, casado com Liberata Joaquina (que se declarou natural da Freguesia da Vila de São José, Comarca da Vila de São José Del Rei, em seu testamento anexado ao inventário iniciado em 1820 por ocasião de sua morte no ano anterior). E, por fim, temos a descrição da passagem de Saint-Hilaire em 1819 pela fazenda Batatais confirmando a origem mineira de Manoel: "Manuel Bernardo do Nascimento — esse era seu nome — também era mineiro da Comarca de São João Del Rei".(1976, p.95). Assim, acredita-se que ele tenha sido um dos "entrantes" mineiros na região, chegando e instalando-se apenas no alvorecer do século XIX.

Além disso, alguns desses pousos podem ter efetivamente desaparecido ou perdido importância com o passar dos anos, o que levou ao seu não arrolamento nos primeiros lustros do século XIX. No território batataense notou-se uma elevação no número de sítios verificados entre fins dos setecentos e início do século XIX.

Todavia, as concessões de sesmarias nas áreas circunvizinhas ao caminho aberto pelo bandeirante Anhanguera encerraram-se em meados dos anos 1730, tendo durado apenas uma década:

Após 1735, cessaram as concessões de novas sesmarias na região. Desde então, registrou-se um intervalo de sessenta e cinco anos, sendo feita nova concessão apenas no ano de 1800. Essa lacuna, relativamente extensa, poderia indicar uma possível decadência do Caminho (BRIOSCHI *et alii*, 1991, p.15) 11.

Houve, a partir de 1740 até os anos de 1790, uma relativa estagnação no crescimento demográfico da população residente e nas atividades econômicas ali praticadas. Esta estagnação é comumente explicada pela decadência econômica da região, fruto do esgotamento das minas goianas. Tal esgotamento redundou em uma queda no movimento de pessoas que transitavam naquelas terras em busca do lucro fácil obtido através do ouro e, conseqüentemente, do comércio estabelecido entre os transeuntes e os moradores assentados ao longo da principal via de acesso às riquezas minerais goianas ¹².

Foi apenas na virada do século XVIII para o XIX e no primeiro quartel deste último século que a região outrora denominada "sertão desconhecido" passou por profundas modificações em termos econômicos e demográficos. Por parte dos antigos sesmeiros verificou-se, de um lado, o abandono e venda de glebas a indivíduos recém-chegados e, de outro, o interesse dos descendentes em permanecer na região. Além disso, ocorreu um elevado influxo de habitantes oriundos de Minas Gerais, que também apresentavam interesse em fixar-se em terras do Nordeste Paulista, especialmente naquelas localizadas na beira do Caminho de Goiás. E esse momento é, por conseguinte, considerado a segunda fase do povoamento do Sertão do Rio Pardo.

¹¹ O trabalho posterior de Lucila R. Brioschi (1995, p.72) reafirma que as concessões de sesmarias no Caminho de Goiás encerraram-se no ano de 1735. Entretanto, José Antonio Lages (1996, p.28-32) aponta que foram concedidas nove sesmarias no ano de 1736, entre elas a doada a Manoel Bernardes do Nascimento em Batatais. Provavelmente as concessões tenham se arrastado, então, até 1736.

¹² No entanto, o hiato apresentado nas concessões formais de glebas de terras não resultou em um esvaziamento populacional do Sertão do Rio Pardo. Em finais do século XVIII, Lucila R. Brioschi (1995) verificou um renascimento no interesse pelas terras ali localizadas, o que pode ser interpretado como um indício de recuperação econômica do Sertão do Rio Pardo. Foram localizadas, para aquela região, diversas transações de compras de terras e de pessoas tentando legalizar suas posses; entre eles alguns descendentes dos antigos sesmeiros, que também tinham interesse em expandir as áreas originalmente concedidas. Assim, "o fato de pedirem mais terra nas mesmas paragens indica a perspectiva de expansão das atividades dentro da própria região, assim como a existência de áreas não ocupadas" (BRIOSCHI, 1995, p.75).

Atribui-se aos mineiros, denominados "entrantes" nos recenseamentos e em outros documentos da época, a maior responsabilidade pelo adensamento populacional e desenvolvimento econômico daquela região a partir desse momento:

Não só paulistas, como também goianos, cariocas, portugueses e alguns outros europeus afluíram para a região, mas não com a intensidade e volume dos moradores das Gerais (...). Serão os mineiros que, indiscutivelmente, comandarão a segunda fase do povoamento do "Sertão do Rio Pardo thé o Rio Grande" (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.32).

A importância, a magnitude e a continuidade do afluxo dos mineiros para a região pode ser corroborada por algumas informações de fins do século XIX sobre o momento anterior:

(...) em 1882, um deputado [Martinho Prado Júnior, grande cafeicultor em Ribeirão Preto/JG] à Assembléia Legislativa de São Paulo, plantador que tinha percorrido quase toda a sua província, podia declarar que apenas 20% da população era paulista nos municípios de Pinhal, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Franca, Batatais, Cajuru, São Simão, Casa Branca; (...), era o mineiro, e não o paulista, que desbrava a floresta e repelia o índio (MONBEIG, 1984, p.133).

As explicações para um movimento tão significativo de mineiros e para sua fixação em terras do Nordeste Paulista remontam, indiretamente, à decadência da produção aurífera nas Gerais. Durante a segunda metade do século XVIII, as minas começaram a dar sinais de esgotamento 13.0 declínio das atividades nas lavras estimulou os habitantes daquelas áreas a voltarem-se para outras atividades econômicas, em especial a agricultura e a pecuária, além da comercialização de sua produção nos limites daquela capitania e principalmente para as áreas vizinhas e outros centros comerciais 14. Nas regiões que faziam fronteira com a capitania de São Paulo, especialmente no Sul de Minas, desenvolveu-se uma economia de base pastoril, caracterizada pela criação de gado e pelo aproveitamento de seus subprodutos (leite, couros etc.). Boa parte da produção era encaminhada não somente a São Paulo, mas também ao Rio de Janeiro:

13 Nos escritos de Celso Furtado, vê-se que as exportações de ouro mineiro cresceram durante toda a

atinguiu, respectivamente, 10.350, 5.450, 3.750 e 1.760 quilos.

14 Virgilio Noya Pinto descreve esta mudança observada na antiga Capitania de Minas Gerais: "abandonado a seus próprios recursos, o ex-mineiro transforma-se em agricultor ou criador de gado. Pequeno agricultor, pois seu novo modo de vida é baseado na pequena propriedade onde cultiva a cana-de-açúcar, o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, o algodão, o café e se dedica à criação de gado" (1981, p.128).

quilos de ouro. Para os períodos de 1761-1780, 1781-1800, 1801-1810 e 1810-1820, a produção média anual

-

primeira metade do século XVIII, e o ponto máximo deu-se em torno de 1760, de modo que as décadas de 1750 e 1760 vivenciaram o apogeu da economia mineira. "Entretanto, o declínio no terceiro quartel do século foi rápido e, já por volta de 1780, [a exportação de ouro /JG] não alcançava um milhão de libras" (1995, p.78). E, segundo Caio Prado Júnior, "chega-se, assim, no alvorecer do século XIX, a um momento em que já se tinham esgotado praticamente todos estes depósitos de superfície na vasta área em que ocorreram. A mineração sofre então o seu colapso final" (1979, p.171). Virgilio Noya Pinto (1981, p.127) apresentou os números da produção aurífera brasileira apurados por Soetheer (1879) para o período de 1741 a 1820. Com base nas estatísticas fornecidas por Soetheer, pode-se concluir que o período de maior relevância da economia aurífera deu-se entre os anos de 1741 e 1760, quando a produção média anual igualou-se a 14.600

Ao sul deles [centros mineradores /JG], na bacia do rio Grande, que formariam a comarca do Rio das Mortes, instala-se, de permeio com os estabelecimentos mineradores locais, de pequeno vulto e logo decadentes, um outro centro pastoril. Constituirá o que hoje se denomina Sul de Minas. O progresso da pecuária na região, favorecida por condições naturais destacadas, foi rápido; e já em 1756 descia gado daí para São Paulo, (...). Aliás, a par da pecuária, praticavase na comarca do Rio das Mortes alguma agricultura, e o Rio de Janeiro se abastecerá de muita coisa; de modo que a população se adensa bastante (PRADO JÚNIOR, 1979, p.57-58).

A atividade ali desenvolvida ganhou grande vulto e esses pecuaristas iniciaram uma migração rumo à Capitania de São Paulo, em busca de terras disponíveis para expandir seus negócios. Mas a atração pelo território paulista, e em especial pela área delimitada pelos rios Pardo e Grande, não pode ser explicada unicamente pela qualidade ou quantidade de terras disponíveis no Sertão do Rio Pardo. As condições naturais da região também favoreciam a pecuária, assim como sua localização:

O gado encontrou facilidades que explicam o sucesso da sua criação: pastagens naturais — o "capim mimoso" ou o cerrado, facilmente aberto a fogo — um planalto alteado a 1.000 m, sem grandes calores e condensando chuvas, possibilidade de obtenção de sal na Vila de São Carlos (depois, Campinas), por estrada que permitia o trânsito de carros e livre de ataque de índios (EVANGELISTA, 1988, p.37).

Além disso, era fundamental que a produção fosse comercializada com facilidade. O Caminho de Goiás, que cruzava aquele sertão, serviria exatamente para o escoamento da produção das fazendas ali instaladas¹⁷. Assim, essa segunda fase de povoamento do Sertão

15 Em seu diário da bandeira do Anhanguera, Silva Braga já evidencia a qualidade das terras: "No dia seguinte passamos o rio [Mogi/JG] em um vão com água pelos peitos e fomos pousar no meio do campo distância de três para quatro léguas; é todo bom caminho, bons pastos, e muita caça, e tem alguns córregos com bastante peixe" (apud TAMBELLINI, 2000, p.36). Saint-Hilaire, em vista ao arraial de Franca em 1819, também comenta sobre a qualidade das terras da região: "Encontraram [os entrantes mineiros/JG] uma região inteiramente despovoada, mas onde as terras eram férteis e as pastagens excelentes, e tomaram posse dela (...)" (1976, p.87, itálico nosso). Na Enciclopédia dos municípios brasileiros, Jurandyr P. Ferreira comenta sobre a cidade de Franca: "as condições favoráveis, como o clima, boas pastagens e fartura d'água, contribuíram para o desenvolvimento do antigo Arraial Bonito do Capim Mimoso" (1960, v. 11, p.312). Chiachiri Filho (1986) sugere que nas regiões do Sertão do Rio Pardo onde se instalaram os primeiros povoadores (primeiras freguesias e vilas) havia um predomínio do solo do tipo latossolo vermelho-amarelo, mais favorável ao aparecimento de cerrados. Esse tipo de vegetação favorecia a circulação e o preparo das terras para a agricultura de subsistência e principalmente para a pecuária, já que bastava atear fogo para as pastagens cresceram. Além disso, o clima daquela região assemelhava-se significativamente ao das regiões mineiras de origem.

16 A presença de terras devolutas na região é descrita por Caio Prado Júnior, quando explica os movimentos demográficos no Centro-sul da colônia: "a ocupação mineira se prolonga ainda para áreas que embora já efetivamente povoadas pelos paulistas, ainda apresentam muitos espaços vagos. Assim, na vertente ocidental da Mantiqueira, para o Vale do rio Mojiguaçu, onde se alastra na faixa que acompanha o velho caminho que leva de São Paulo a Goiás" (1979, p. 79, itálico nosso).

17 José G. Evangelista confirma a experiência anterior dos entrantes mineiros com a criação e informa a origem do gado trazido de Minas Gerais e introduzido em Franca: "Esses 'entrantes' já se dedicavam à criação, na sua região de origem, onde existiam condições geográficas favoráveis mas cuja ocupação estava próxima da saturação, pelo aumento contínuo do rebanho. O gado bovino que traziam consigo, era proveniente daquelas boiadas introduzidas por Garcia D'Ávila, na Bahia, que subiram o Rio São Francisco e

do Rio Pardo foi fruto da expansão da pecuária praticada nas fazendas do alto do rio Grande que se desenvolveram no contexto da insuficiência da atividade mineradora. Portanto, os mineiros que cruzaram as fronteiras de São Paulo não eram, em sua maioria, indivíduos preocupados em procurar ouro ou aqueles expelidos das zonas mineradoras decadentes, mas sim pecuaristas e agricultores em busca de boas pastagens, terras férteis e oportunidades propícias à comercialização de seus produtos¹⁸.

Com a chegada dos "entrantes", a política de concessão de sesmarias ganhou vulto novamente na região. Verificou-se, similarmente ao ocorrido no período anterior, pessoas interessadas apenas em ocupar, e também aquelas que desejavam confirmar a posse de suas terras e os que estavam comprando algumas léguas. Entretanto, observou-se uma diferenciação nos pedidos feitos nesse momento: foram requisitadas terras de maiores dimensões que aquelas distribuídas no correr do século XVIII e algumas compras pareciam indicar aglutinações de glebas já exploradas¹⁹.

Do exposto até aqui, é importante notar que no adensamento populacional iniciado após a descoberta das minas goianas, a responsabilidade pela fixação no Nordeste Paulista é atribuída aos paulistas das diversas vilas da capitania²⁰. Foram eles, em sua maioria, que

chegaram às suas cabeceiras, mais tarde chamado de gado 'franqueiro', 'junqueiro' ou 'curraleiro', que foi cruzado, segundo ofício da Câmara Municipal de Franca, 'com raças diversas, como o gado tourino, china e o gado de chifres grandes denominado crioulo'" (1988, p. 37).

18 Diversos estudiosos regionais consideravam que o rápido crescimento da região nordeste de São Paulo, a partir do final do Setecentos, deveu-se primordialmente à decadência do ouro que, por sua vez, determinou a vinda das famílias mineiras para São Paulo em busca de melhores condições de vida.Os resultados obtidos por Chiachiri Filho em sua análise das origens dos noivos nas certidões de casamentos realizados em Franca entre 1800 e 1824 são tidos como ótimos indícios, em sua opinião, para corroborar a idéia de que o fluxo mineiro para essa região deu-se em função da expansão agropecuária e não da decadência da mineração. O estudioso constatou que 90,12% dos noivos eram mineiros, sendo que 40,61% deles eram nascidos em vilas e freguesias da região mineira de Rio das Mortes (1986, p.35), área de economia pastoril, situada no sul da província mineira e que desde o século XVIII negociava sua produção com vilas e cidades paulistas. Por outro lado, apenas 10.87% dos noivos eram nascidos na comarca de Ouro Preto, a mais afetada pela decadência econômica resultante do rápido esgotamento das minas nas Gerais. Mas Chiachiri faz duas ressalvas com relação às suas conclusões, obtidas através da análise dos registros paroquiais de casamento. Em primeiro lugar, esses assentos não abrangiam a totalidade da população, mas só a parcela que se casou naquele momento. Além disso, as certidões de casamento traziam a informação do local de nascimento dos noivos, e não do local em que aquelas pessoas residiam ou estavam fixadas antes de partirem rumo às terras paulistas. Lucila R. Brioschi também conclui: "ele [povoamento do Sertão do Rio Pardo/JG] não pode ser mais equacionado na relação simplista de causa e efeito decadência do ouro/êxodo da população" (1995, p.105). Acredita-se que "a decadência da mineração não levou à expulsão de mineradores para o território paulista, mas sim o afastamento dos produtores para o abastecimento, situados, fundamentalmente, nos termos de São João Del Rei, Jacuí, Baependi e Tamanduá" (BRIOSCHI et alii, 1991, p. 26).

19 Tais modificações são indícios de que, nesse segundo momento, ocorreu uma efetiva instalação de famílias inteiras no Nordeste Paulista, ou seja, a migração não se restringiu ao núcleo principal do grupo familiar (pais, filhos, escravos, agregados) — como no caso do estabelecimento dos pousos —, mas sim a grande parte da rede de parentesco estabelecida entre aqueles mineiros ainda em suas terras: pais, filhos, noras, genros, netos etc e seus respectivos cativos e agregados.

20 Como forma de estimar o povoamento na primeira metade do século XVIII fez-se a análise dos registros paroquiais de batismos de Caconde, que formam a primeira série de registros efetivos dessa população. Para

partiram, com seus parcos recursos, rumo ao sertão seguindo os passos e trilhas aborígines, descobriram as minas (contribuindo também para a povoação das zonas mineradoras), fixaram os primeiros pousos ao longo do Caminho de Goiás, "atuaram como ponta-delança para o desbravamento dos sertões à margem do Caminho" (BRIOSCHI *et alii*, 1991, p. 26) e desenvolveram um comércio praticamente restrito ao atendimento das necessidades dos viajantes e de suas tropas. Espaçados uns dos outros, os pousos foram responsáveis por um povoamento ralo e disperso, concentrado às margens do Caminho, mas não deixaram de ter sua importância, pois mais tarde deram origem às grandes fazendas locais. Trata-se então de uma ocupação Sul-Norte, realizada por posseiros, sesmeiros e seus descendentes, limitada ao traçado do Caminho.

A análise dos dados extraídos dos recenseamentos realizados no período 1767-1797 confirma as principais características atribuídas a essa primeira fase do povoamento. Entretanto, ainda no final do Setecentos, foi possível observar um crescimento populacional não desprezível no Sertão do Rio Pardo, apurado em 3,9% ao ano. (Cf. Tabela 1.1).

Tabela 1.1 Evolução demográfica da população: Sertão do Rio Pardo (1767-97)

Anos	Livres (%)	Escravos (%)	Total (%)
1767*	81	-	-
1776	113 (73)	42 (27)	155 (100)
1782	188 (78)	52 (22)	240 (100)
1790	182 (79)	48 (21)	230 (100)
1797	296 (81)	69 (19)	365 (100)

Fonte: BRIOSCHI (1995, p.112)

A população total apresentou um pequeno crescimento em número absoluto entre 1767 e 1790 — exceto entre 1782 e 1790, quando houve uma estabilização no número de moradores ali arrolados. Tal cenário deriva, possivelmente, da já referida decadência vislumbrada no Caminho, decorrente da crise das minas goianas. Por outro lado, observase, na última década do século XVIII, um crescimento mais pronunciado, indicando, quiçá,

^{*} Os escravos não foram arrolados nesse ano.

o período 1775-1802, os dados referentes à origem dos moradores daquela freguesia indicaram que 64,0% dos homens e 38,6% das mulheres eram paulistas (BRIOSCHI et alii, 1991, p.37), demonstrando a maior representatividade de paulistas naquele processo migratório. Mas há que se ressaltar também uma porcentagem não-insignificante de mineiros, que perfizeram quase um terço do total dos homens e mulheres analisados.

a chegada de uma pequena leva de migrantes, em sua maioria pequenos sitiantes ou posseiros e suas famílias, agregados e poucos escravos; ou, ainda, o início do avanço dos "entrantes" mineiros em território paulista. A pequena relevância dos escravos no cômputo geral da população serve como um indicativo de que os primeiros povoadores eram, de fato, indivíduos possuidores de cabedais mais modestos.

No caso do fluxo principiado nos primeiros anos do século XIX, impõe-se o destaque dos mineiros. Os denominados "entrantes" não limitaram sua fixação às margens do Caminho, mas também no que antes era denominado "sertão desconhecido", expressão que perde a validade em vista da apreciável ocupação ali realizada. Oriundos das várias regiões da Província de Minas Gerais, principalmente daquelas situadas ao sul da Capitania, vieram com o objetivo de expandir suas atividades agro-pastoris, ocupando terras novas ou devolutas, e integrar-se ao mercado interno da Colônia, enviando sua produção aos diversos centros consumidores, como Campinas, Vale do Paraíba e Rio de Janeiro, entre outros. Os entrantes mineiros propiciaram em terras paulistas a reprodução do modelo econômico típico do sul de Minas, qual seja, uma agropecuária simultaneamente de autoconsumo e mercantil. Esse povoamento foi designado, por sua vez, como uma ocupação Leste-Oeste, caracterizada pela chegada maciça dos "entrantes", que instalaram suas fazendas de plantar e criar e foram responsáveis pela fundação das primeiras freguesias e vilas do Sertão do Rio Pardo:

Esta penetração da capitania de São Paulo por colonos de Minas, então em início [década de 1810 /JG], se acentuaria para o futuro, quase todos os núcleos povoados desta região, e formados na primeira metade do século XIX, são de origem mineira: Franca, Ribeirão Preto, São Simão, Descalvado, São João da Boa Vista e outros. Caconde, com a mesma origem, já é do século XVIII (PRADO JÚNIOR, 1979, p.79).

A vinda dos "entrantes" resultou em uma expansão demográfica sem precedentes. O crescimento populacional observado nessa área atingiu 18,8% ao ano na primeira década do século XIX (BRIOSCHI, 1995, p.117), nitidamente mais elevado do que o verificado nos anos anteriores. Os dados inseridos na Tabela 1.2 ilustram esse rápido adensamento populacional.

Tabela 1.2 Popul<u>ação segundo condição social: Freguesia do Rio Pardo (1801-35)</u>

Anos	Livres (%)	Escravos (%)	Total (%)
1801	491 (86)	80 (14)	571 (100)
1807	1.267 (79)	338 (21)	1.605 (100)
1814	2.046 (72)	802 (28)	2.848 (100)
1824	3.974 (68)	1.853 (32)	5.827 (100)
1835	7.224 (68)	3.443 (32)	10.667 (100)

Fonte: BRIOSCHI (1999, p.70)

Além do crescimento em número absoluto, observa-se uma modificação na estrutura social daquela população, associada à elevação da participação dos cativos, visto que o contingente escravo cresceu mais rapidamente que o livre para o período abordado. Essa mudança, segundo Lucila R. Brioschi (1995), sugere que os entrantes mineiros possuíam mais recursos econômicos *vis-à-vis* os povoadores dessa área no final do século XVIII, conforme se aventou anteriormente. Logo, o crescimento econômico da região não foi resultante apenas do incremento das atividades ali desenvolvidas, mas também dos relativamente mais elevados padrões de riqueza apresentados pelos povoadores recémchegados.

A criação e o desenvolvimento da freguesia de Batatais

Conforme Soares, "sabe-se que — via de regra — a ocupação e o povoamento sempre precediam a elevação de um núcleo à condição de freguesia, carecendo da existência de um povoado estabelecido e minimamente estável" (2004, p.12). O adensamento populacional deveras significativo ocorrido naquela região resultou, por conseguinte, na criação da primeira freguesia no antigo "sertão desconhecido": Nossa Senhora da Conceição de Franca, no ano de 1805. Com o fluxo contínuo e crescente de migrantes, que iam avançando cada vez mais em terras paulistas, a freguesia de Franca perde, em 1815, parte do seu território, com a aprovação da instalação da freguesia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde de Batatais.

A nova freguesia formou-se sob o orago do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, acrescido do topônimo Batatais, que se acredita remontar à época colonial²¹. É importante

²¹ A origem e o significado do topônimo Batatais é controversa e há pelo menos quatro versões para tal explicação. A primeira atribui ao topônimo uma origem portuguesa, sendo "batatais" o plural de batatas. Sua

ter em mente que a área da freguesia e posterior vila de Batatais difere sobremaneira daquela correspondente ao município atual. Àquele momento, o território batataense era composto por vários distritos, os quais deram origem aos diversos municípios da atual região de Batatais, conforme enumerado:

- Batatais, anteriormente denominada Senhor Bom Jesus da Cana Verde de Batatais;
- Cajuru, antiga freguesia de São Bento do Cajuru. Esta freguesia foi criada em 1846 na então vila de Casa Branca. Em 1850 passou à freguesia de Batatais, sendo desmembrada desta última em 1865. O território pertencente à antiga São Bento do Cajuru deu origem a mais dois municípios: Santo Antonio da Alegria (1885) e Cássia dos Coqueiros (1959);
- Santo Antonio da Alegria, freguesia de mesmo nome. Criada em 1866 no município de Batatais, foi transferida para o município de Cajuru em 1873. Posteriormente, em 1885, foi desmembrada de Cajuru;
- Ipuã, antiga Santana dos Olhos D'Água. Esta freguesia foi criada em 1859 na então vila de Batatais, porém em 1872 foi reconduzida à condição de povoado. Cinco anos mais tarde, em 1877, a freguesia foi criada novamente com a denominação de São José do Morro Agudo, também no município de Batatais. Em 1885 esta área foi transferida para o município de Nuporanga, em 1909 para Orlândia e em 1927 para São Joaquim da Barra. Em 1944 seu nome foi alterado para Ipuã e somente em 1948 tornou-se município;
- Nuporanga, outrora denominada Divino Espírito Santo de Batatais. Esta freguesia foi desmembrada do município de Batatais em 1885. Em 1909 foi reconduzida a distrito e incorporada ao município de Orlândia. Somente em 1926 foi elevada novamente à categoria de município;

designação está ligada à atividade agrícola dos habitantes originais da região, os índios caiapós. A segunda versão também tem ligação com os indígenas. Diz-se que o vocábulo "batatais" é derivado de "mboitata" (boi-tatá ou outra epígrafe derivada dessa primeira) que, em tupi, significa "serpente de fogo". Tal serpente simbolizava, para aqueles índios, o deus que protegia os campos contra incêndios. Uma terceira explicação para a origem do referido topônimo deriva desta última. Diz-se que a expressão "imboitatá" também significaria "água que bate de pedra em pedra" ou "rio cascateante entre pedras". Tal denominação seria uma referência às belezas naturais da região ou, talvez, apenas explicaria o significado de "serpente de fogo" de outra maneira: "o que parece certo é que o referido nome aderia primitivamente a um curso de água que banha o município e em um dado trecho do qual, em zigue-zague, há na verdade um encaichoeirado onde a certas horas se reflete, coleante, a luz do sol. Aí, a serpente de fogo?" (JARDIM, 1946, p.188). Já Walter Cardoso (2001), por sua vez, observou que em alguns relatos do século XVII e em trabalhos da historiografia clássica o termo batatal/batatais era atribuído a locais onde se extraía ouro ou ao método de extraí-lo; segundo esse autor, os lugares da superfície da terra onde se encontravam folhetas de ouro, que lembram folhas de batateiras, eram denominados "batatal", termo que também era uma expressão divulgada no Reino.

- Altinópolis, antiga Piedade do Mato Grosso de Batatais. O município foi criado em 1918;
- Morro Agudo, criado em 1934;
- Jardinópolis, criada em 1898;
- Brodowski, criada em 1913;
- Orlândia, criada em 1909;
- São Joaquim da Barra, criada em 1917;
- Sales Oliveira, criada em 1944 e,
- Guaíra, criada em 1928²².

E, conforme apontado até aqui, o povoamento desta região que abrigou a sede da freguesia recém-criada deu-se nos séculos XVII e XVIII por ocasião das bandeiras e das primeiras ocupações efetivadas no Caminho de Goiás. O local já era conhecido por ser uma das paragens estabelecidas entre os rios Pardo e Sapucaí (cf. Figura 1.3), mas ganhou mais evidência quando da passagem da bandeira do Anhanguera.

²² Conclui-se, assim, que o território original do município de Batatais e aquele vislumbrado em 1850 — início do período objeto deste estudo — contempla todos os municípios enumerados anteriormente e difere daquele existente em 1888, momento em que aquela área já havia sofrido alguns desmembramentos. Optouse por considerar como unidade territorial do presente estudo a área original do município de Batatais. Por isso, e com o objetivo de manter esta unidade territorial, mostrou-se necessário acompanhar os desmembramentos ocorridos ao longo do período estudado, o que muitas vezes significou incorporar às informações existentes sobre Batatais aquelas a respeito desses municípios que tiveram origem na antiga freguesia. Este procedimento foi aplicado, por exemplo, nas tabulações dos dados dos recenseamentos.

Fragmento da Carta cartográfica da Capitania de São Paulo (1766)

CERTO DE CAPRICORNIO.

TRÓPICO DE CAPRICORNIO.

Figura 1.3

Fonte: Adaptado de TAMBELLINI (2000, p.24).

As sesmarias doadas a Pedro da Rocha Pimentel e Manoel Bernardes do Nascimento nas décadas de 1720 e 1730 nessa área são apenas um indicativo do início da ocupação "legal". Já a vinda dos entrantes mineiros nos primeiros lustros do Oitocentos acelerou o adensamento populacional nessa zona, pois eles se instalaram em terras cada vez mais distantes da sede da freguesia de Franca. Tal distância implicava dificuldade para o cumprimento dos deveres religiosos, o que justificava a implantação de uma nova freguesia em local mais próximo às fazendas ali constituídas. E foi realmente essa a razão apresentada para a ereção de Batatais à condição de freguesia, conforme consta do Alvará Régio datado de 25 de fevereiro de 1815 e registrado no Livro de Tombo n. 1 de Batatais:

Eu o Príncipe Regente de Portugal (...) faço saber, que sendo-me presente com representação de Reverendo Bispo de S. Paulo o requerimento dos moradores do Sertão da Estrada de Goiás do dito bispado, em que expunham a grande falta, que sofriam do Pasto, e socorros espirituais pela longitude da sua freguesia, pedindo-me a fim de remediar tão urgentes males lhe fizesse a graça de erigir

uma nova freguesia naquele Sertão. (...). Hei por bem, que no Sertão da sobredita Estrada de Goiás no Bispado de S. Paulo de além do Rio Pardo no lugar denominado dos Batatais, seja ereta uma nova freguesia com a invocação do Senhor Bom Jesus dos Batataes (...) e compreenderá esta nova freguesia o território, que medeia entre os rios Pardo e Sapucaí, servindo-lhe estes de limite até as suas barras no rio Grande, e dividindo com a freguesia de Jacuí pelos marcos da Capitania. (...). Rio de Janeiro, vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e quinze. Príncipe-com guarda (*apud* TAMBELLINI, 2000, p.102).

Importante notar que o alvará também estabelece a área da recém-criada freguesia, que fazia divisa com a freguesia de Franca pelo rio Sapucaí e com a freguesia mineira de Jacuí na divisa das capitanias de São Paulo e Minas Gerais.

Segundo Jean de Frans (1939), no início do século XIX as terras que deram origem à freguesia de Batatais abrigavam, nas áreas circunvizinhas, quinze posses²³, e a futura sede da freguesia era um povoado bastante reduzido e humilde, em processo de formação:

À margem do riacho Batatais, afluente à esquerda do rio Sapucaí-mirim, e à beira da estrada real de Goiás, erguia-se, naqueles primeiros dias de 1801, pouco mais de meia dúzia de casas de aspecto humilde, ao redor das quais outras foram aparecendo. Para esse pequeno núcleo convergia, dada a situação, junto à única via de comunicação entre as sedes da capitania e do Brasil e o sertão imenso de Goiás, todo o comércio das quinze posses enumeradas, vastíssimas todas, avançando léguas e léguas. Essa circunstância concorreu, certamente, para que se desenvolvesse o pequenino povoado, que em 1810 já possuía um cemitério de reduzidas proporções (1939, p.9).

Logo após a criação da freguesia, os habitantes da nova paróquia iniciaram o trabalho para a ereção da capela. Todavia, a primeira matriz batataense só foi inaugurada em inícios de 1817. Segundo apurou Tambellini (2000), essa capela foi construída por ordem e com recursos oferecidos por Manoel Bernardes do Nascimento (proprietário da Fazenda Batatais) e Antonio José Dias (Fazenda Paciência) — dois indivíduos ricos e influentes —, porém em terras da Fazenda da Prata, de propriedade de Helena Maria Martins, seus filhos e genros²⁴.

²³ Frans (1939, p.9) nomeia e atribui a posse das áreas: Ilha (José Dias de Campos), Batatais (Manoel Bernardes do Nascimento), Paciência (Antonio José Dias), Pouso Alegre (Francisco Romão Teixeira), Primeira da Cachoeira (José Martins Ferreira), Segunda da Cachoeira (Antonio Alves Pereira), São Pedro e Sant'Anna (Germano Alves Moreira), Primeira da Prata (José Lourenço), Terceira da Cachoeira, Segunda da Prata, Santo Inácio, Soledade e Primeira de Santa Bárbara (Domingos e Francisco Teixeira) e Segunda de Santa Bárbara (Antonio Pereira Lima).

²⁴ Cumpre ressaltar que a localização da primeira matriz é questionável. Tambellini baseou-se em informações contidas em uma recriminação escrita pelo padre Bento José Pereira. Entretanto, esse mesmo autor não encontrou o registro da doação feita por Helena M. Martins e apurou que "pelas divisas atuais, a Casa de Oração, questionada, teria estado em terrenos da Fazenda Batataes" (2000, p.98). Os informes sobre o povoamento da freguesia corroboram a suspeita de Tambellini: "Manoel Bernardes do Nascimento tem o seu nome ligado ao surgimento da freguesia de Batatais, sendo um dos doadores de terras para a edificação da primeira Capela e formação do patrimônio da Igreja" (BRIOSCHI et alii, 1991, p. 41). Portanto, não há como ter total segurança quanto à localização exata dessa primeira igreja construída em terras da recém-ereta freguesia de Batatais.

A capela foi adornada com a imagem do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, vinda de Minas Gerais também por esforço de Bernardes e Dias. Apesar do zelo e esforço desses fazendeiros, tratava-se de uma casa de oração pobre, pequena e rudimentar:

A igreja não passava, afinal, de uma construção rústica e pouco recomendável, feita de madeira mal aparelhada e de telha vã, sem muita largueza e nenhum conforto, recinto onde os fiéis, apesar de reduzida a população urbana, se comprimiam à hora da missa (FRANS, 1939, p.10)

Os efetivos demográficos apurados no trabalho de Lucila R. Brioschi (1995, p.117) corroboram a existência de uma pequena população urbana. Em 1814 residiam, naquele local, apenas 1.029 almas, número que se elevou para 1.504 em 1817, incluindo os moradores do pequeno núcleo urbano, das imediações e das fazendas próximas.

Mas a vida pacata dessa reduzida povoação viu-se ameaçada após o falecimento do primeiro vigário de Batatais, padre Manoel Pompeo de Arruda, em 19 de setembro de 1820. O substituto efetivo do primeiro pároco, padre Bento José Pereira, decidiu efetuar a mudança da sede da freguesia para o Campo Lindo das Araras, localizado nas margens do ribeirão das Araras, em terras das Fazendas São Pedro e Sant'Anna, de propriedade de Germano Alves Moreira. Diversos moradores apoiaram a decisão do pároco, porém Manoel Bernardes do Nascimento e o alferes Antonio José Dias, responsáveis pela ereção da capela em funcionamento e figuras de destaque na freguesia, mostraram-se contrários a essa resolução. Sob o comando desses dois fazendeiros, foi elaborado um abaixo-assinado, enviado ao mesmo Bispado juntamente com um requerimento em que estes distintos senhores apresentaram suas justificativas para a manutenção da sede da freguesia em seu local original²⁵.

Em janeiro de 1821, o padre Pereira enviou uma contra-representação ao Bispado, respondendo às queixas feitas por Nascimento e Dias que foi, por sua vez, aceita mesmo com os esforços contrários em evitar tal mudança. Logo após a chegada da notícia da aprovação da mudança, o casal Germano Alves Moreira e sua mulher Anna Luiza, posseiros de São Pedro e Sant'Anna, doaram o terreno necessário para constituição do patrimônio eclesiástico, em local especificado na escritura de doação datada de 15 de março de 1823 e lançada no livro do Tombo n.1 da freguesia:

-

²⁵ Na justificativa apresentada por Bernardes e Dias, constava que muitos fregueses sofreriam com tal mudança, visto que o novo local distava duas léguas do atual. Além disso, alegaram que eles próprios eram encarregados de fazer as compras da igreja e que tiveram grandes despesas com o levantamento da capela — embora rústica e pequena, mas em boa situação, livre de umidade, arejada e situada no centro do distrito — e com a aquisição e transporte da imagem do senhor Bom Jesus da Cana Verde, vinda de Minas Gerais "a custa de ingentes esforços e muito trabalho" (FRANS, 1939, p.11), e de outros objetos necessários para os Santos Oficios.

Dissemos nós Germano Alves Moreira e Anna Luiza, que entre os bens que possuímos, é bem assim uma sorte de campos, duas restingas de mato na paragem denominada Cabeceira das Araras, (...) cuja sorte de terras divisa da Estrada que segue de Batatais para José Dias pelo córrego acima e da Estrada para cima pelo braço da direita até sua cabeceira e seguindo para cima ao Espigão, e por este adiante para a parte do Sul até a cabeceira de um pequeno mato, que está na cabeceira do córrego da esquerda, e desta cabeceira do dito mato a rumo direito um pequeno brejo, e por este abaixo até o mesmo córrego da primeira confrontação: cujo terreno de campos e matos confrontado doamos para a fundação, fatura e conservação da Igreja do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, (...) (apud TAMBELLINI, 2000, p.239-240)

E, assim, a sede da freguesia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde dos Batatais transferiu-se para o "Campo Lindo das Araras". Os moradores logo iniciaram a construção de uma nova matriz, contando com a provisão do bispo da Capitania. Entretanto, as obras finalizaram-se apenas em maio de 1838, quando houve a inauguração da recém-erguida matriz.

Figura 1.4 Igreja Matriz de Batatais (1859)



Fonte: Casa da Cultura de Batatais

A nova povoação cresceu vertiginosamente e novas casas tomaram as terras doadas por Germano Alves Moreira. Em 1824, a freguesia de Batatais era habitada por 2.368 pessoas (que eram apenas 1.029 dez anos antes), o que significa que nesse intervalo de dez anos a população batataense cresceu a uma taxa de 8,7% ao ano (BRIOSCHI, 1995, p.117). O elevado crescimento demográfico também foi acompanhado por uma modificação na estrutura social daquela população, de forma similar ao ocorrido para o Sertão do Rio Pardo como um todo (cf. Tabela 1.3).

Tabela 1.3 População segundo condição social: Batatais (1814-35)

Anos	Livres (%)	Escravos (%)	Total (%)
1814	-	-	1.029 (100)
1817	1.154 (77)	350 (23)	1.504 (100)
1825	1.983 (71)	820 (29)	2.803 (100)
1835	1.627 (60)	1.104 (40)	2.731 (100)

Fonte: BRIOSCHI (1995, p.120 e 123)

O Recenseamento de 1835 introduz algumas mudanças no arrolamento das informações populacionais. Franca, cabeça do Termo, contava com 10.664 moradores. A freguesia de Batatais compunha o quinto distrito de Franca e estava dividida em dez quarteirões. Já a capela de Cajuru, que anteriormente estava englobada em Batatais, passou a compor o sexto distrito de Franca. Por conseguinte, Batatais "perdeu" uma parte da população recenseada nos anos anteriores. Vê-se, na Tabela 1.3, que, mesmo "perdendo" a população de Cajuru arrolada no sexto distrito de Franca, Batatais praticamente manteve o mesmo número de habitantes²⁶.

Vê-se que a população cativa cresceu em um ritmo mais acelerado que a população livre, indicando que entre os entrantes mineiros chegados no Oitocentos deveria haver indivíduos mais abastados que entre aqueles migrantes vindos no correr do século anterior, ou ainda, que aqueles habitantes mais antigos experimentaram uma elevação de seus cabedais, o que possibilitou a aquisição de mais escravos.

O crescimento populacional, acompanhado das modificações na estrutura social da população batataense, aponta também para um incremento das atividades econômicas e nos níveis de riqueza locais. A economia local baseava-se na agropecuária, com destaque para a criação de animais. A chegada dos entrantes mineiros mudou tanto a quantidade como o destino dos gêneros produzidos. Há uma elevação no volume de excedentes produzidos nas fazendas, os quais passam a ser encaminhados aos grandes centros consumidores²⁷. O maior dinamismo da região de Franca e, especificamente, de Batatais, nessa época, estava na criação de gado. O viajante Saint-Hilaire retratou, em seu diário de viagem, o tipo de

²⁶ Tendo em vista a "perda" de população sofrida por Batatais em 1835, ocasionada pelo desmembramento de Cajuru, não é possível precisar quanto desta variação significativa na distribuição entre pessoas livres e cativas ocorrida entre 1825 e 1835 esteve relacionada com este desmembramento e quanto foi atribuída a outros fatores, como os de ordem econômica, explicitados a seguir.

²⁷ Vale lembrar que o incremento da produção ali estabelecida não deve ser considerado apenas pelo lado da oferta — elevada pela fixação dos entrantes naquelas terras — mas também pelo lado da demanda, uma vez que a chegada da Corte no Rio de Janeiro em 1808 teve grande impacto sobre o mercado de alimentos.

atividade econômica e como se dava o comércio na região que se estendia entre Franca e Moji-Mirim:

Os fazendeiros aproveitam-se das excelentes pastagens que o lugar oferece, dedicam-se à criação de ovelhas e de numeroso gado, não negligenciando também a de porcos. Os mais ricos enviam as suas crias, por sua própria conta, à capital do Brasil, e os negociantes da Comarca de São João Del Rei vão comprar nas próprias fazendas o gado dos criadores menos prósperos. Um grande número de bois da região é enviado também para as redondezas de São Paulo, onde são usados no trabalho dos engenhos de açúcar. (...). Alguns anos antes da época da minha viagem, os bois não valiam mais que 3.000 réis; em 1819 os negociantes compram-nos até por 5.000 (SAINTE-HILAIRE, 1976, p.94).

Além disso, há que destacar o papel do sal — produto que não era um fruto da terra —, cujo comércio rendeu muito dinheiro aos fazendeiros locais²⁸. Essencial para a pecuária, o sal alcançou uma tal relevância que a parte mais próxima de Franca e Batatais no Caminho de Goiás passou a ser conhecida como "Estrada do Sal". O produto vinha de Santos, via Campinas, passava pelo Nordeste Paulista e depois seguia para o sul de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

A freguesia recém-criada expandiu sua produção, porém o rol de itens plantados e comercializados era o mesmo que caracterizara a economia dos pousos. A Tabela 1.4 traz dados dos produtos ali registrados para o período 1814-1835.

-

^{28 &}quot;No decurso do século XIX, cada vez mais os próprios moradores das freguesias da Franca e de Batatais realizavam, por si mesmos, esses negócios lotando os seus carros de bois com gêneros alimentícios, levando-os e negociando-os em Campinas e retornando carregados de sal" (BRIOSCHI et alii, 1991, p.50).

Tabela 1.4 Produção de Batatais (1814-1835*)

	Anos			
Produtos (unidades)	1814	1817	1824	1835
Milho (carros)	1.232	1.372	2.474	3.604
Feijão (alq.)	519	820	1.620	3.141
Arroz (alq.)	-	151	351	1.371
Algodão (@)	194	131	214	0
Fumo (@)	-	-	-	77
Açúcar (@)	-	-	-	20
Bezerros	-	1.422	3.318	3.284
Porcos	-	-	-	327
Poldros	-	57	16	163
Carneiros	-	-	-	118

Fonte: BRIOSCHI (1995, p.136)

*Para o ano de 1835 os dados referem-se tão-somente a Batatais, já que Cajuru passou a constituir o sexto distrito de França nesse ano.

Com relação à produção, contados aqueles gêneros destinados ao consumo próprio dos fogos e os comercializados, destacaram-se as culturas do milho, feijão e arroz, entre outros (cf. Tabela 1.4). Conforme indica Bentivoglio, o transporte desses produtos era favorecido pelas condições geográficas locais:

o relevo, com inclinações suaves e um clima ameno era propício às longas viagens dos carros de bois, que apesar de vagarosos, transportavam um grande volume de carga a preços menores do que as tropas de mulas, que também eram muito utilizadas nesta região (1996, p.39).

Ainda com referência à produção agrícola descrita na Tabela 1.4 e tendo em vista a relativa manutenção no número de habitantes e a elevação no número e na participação dos escravos ocorridos entre 1824 e 1835 (cf. Tabela 1.3), pode-se pensar que o incremento na produção desses gêneros de primeira necessidade correspondia, em última instância, a um aumento na produtividade local, causado pela participação mais significativa desses trabalhadores compulsórios neste ramo de atividade econômica.

Além disso, a importância da pecuária é notável, não tão-somente de gado *vacum*, mas também eqüino, suíno e ovino; bem como o crescimento da atividade criatória na localidade, visualizada através do número crescente de bezerros entre 1817 e 1824, estabilizando-se posteriormente. Entre 1814 e 1835 houve, ainda, o acréscimo do açúcar e

do fumo, além da criação de porcos e carneiros. Em 1824, a pecuária tinha mais importância relativamente ao cultivo dos gêneros agrícolas que em anos anteriores. Lucila R. Brioschi apurou que em Batatais foram comercializadas 329 cabeças de gado em 1814, 329 em 1817 e 609 em 1824 (1995, p.137)²⁹. Mostra-se importante enfatizar, ainda no âmbito da pecuária, que os criadores também desenvolviam o comércio dos subprodutos da criação. O gado bovino fornecia couro, usado na fabricação de arreios, forros de catres e bancos e calçados. O chifre servia para a elaboração de pentes, caixas e outros objetos. E, com o leite, faziam os queijos que tinham grande importância no comércio regional e com os maiores centros consumidores da Colônia. Em 1817, por exemplo, a freguesia comercializou 10.480 peças de queijos (BRIOSCHI, 1995, p.137).

O desenvolvimento econômico e demográfico da Vila de Batatais

A economia próspera e o crescimento vertiginoso da população contribuíram para que a então freguesia de Batatais fosse elevada à condição de vila, deixando de estar sob a jurisdição de Franca do Imperador. A Lei Provincial nº 128 de 14 de março de 1839 promulgou tal elevação.

Artigo 1º — Haverá nesta Província mais uma comarca composta de dois termos, o de Mogi-Mirim e da Vila Franca do Imperador: — a freguesia de Batatais, pertencente a este termo, ficará elevada à categoria de vila e sendo a cabeça do dito termo: a residência, porém, do juiz de direito será na Vila Franca do Imperador, com o vencimento de um conto e quatrocentos mil réis de ordenado (*apud* FRANS, 1939, p.11).

De maneira similar ao episódio de mudança da sede da freguesia, a elevação de Batatais à condição de vila foi repleta de histórias e lendas³⁰. A vila recém-instalada contou com parcos recursos em seus primeiros anos. Segundo Frans (1939, p.12-13), o orçamento da Câmara no exercício de 1840-41 foi de apenas Rs. 291\$200, gastos com os salários de seus funcionários e do carcereiro, luzes e aluguel do prédio da cadeia, sustento e curativo dos presos, sustento dos policiais e obras públicas.

²⁹ De acordo com o Livro de Assentamentos de Gados da Vila de Franca, no ano de 1829 os 688 criadores registrados possuíam um rebanho de 37.768 cabeças (apud BRIOSCHI et alii, 1991, p.51).

³⁰ Desde meados dos anos 1830, a vila de Franca estava enfrentando problemas de banditismo. O capitão Anselmo Ferreira de Barcelos, oriundo de Uberaba e que havia se instalado na fazenda Soledade (que mais tarde deu origem à atual cidade de Igarapava) estava espalhando o pânico e agitando a vila de Franca e as cidades vizinhas. Anselmo e seus capangas invadiram a vila de Franca por três vezes no ano de 1838 e esses episódios ficaram conhecidos como Anselmada. Diz-se que o motivo da instalação da vila de Batatais esteve intimamente ligado a tais acontecimentos, pois o julgamento de Anselmo deveria ocorrer em uma outra vila, uma decisão que visava a acalmar os ânimos dos moradores de Franca. Manuel E. de Azevedo Marques, no início da década de 1870, conta a história da elevação de Batatais à condição de Vila: "A Freguesia de Batatais foi elevada à vila por lei provincial de 14 de março de 1839, época em que, por causa das desordens da Franca, conhecidas pelo nome de Anselmada, fizeram para aí emigrar muitos moradores; (...)" (MARQUES, 1980, p.123).

O viajante francês Saint-Hilaire não passou pela freguesia de Batatais em sua viagem pela Província de São Paulo em 1819, mas sim pela grande fazenda homônima, de propriedade de Manoel Bernardes do Nascimento, agricultor que encabeçou o movimento pela manutenção da sede da freguesia em seu local original, conforme descrito anteriormente. Em seu relato de viagem, ele descreve um pouco da história do povoamento e as atividades econômicas desenvolvidas nessa fazenda:

A duas léguas de Paciência parei na Fazenda Batatais, instalando-me num rancho cercado por grossos mourões, que o protegiam dos animais. Desde que deixara a cidade de Goiás eu ainda não encontrara um rancho construído com tanto capricho. Batatais faz parte de um pequeno povoado do mesmo nome, situado a pouca distância da estrada, do lado leste, e que não cheguei a visitar. Por razões políticas, provavelmente, essa vila foi elevada a cidade (sic!) a 14 de março de 1839, e ali foram absolvidos por um júri alguns homens que, no ano anterior, tinham cometido bárbaros crimes durante a revolta de Franca (...). Na manhã seguinte fui fazer uma visita ao dono da propriedade. Tratava-se de um velho jovial e bem posto, (...). Manuel Bernardo do Nascimento – era esse o seu nome – também era um mineiro da Comarca de São João Del-Rei. Criava gado, fabricava queijos, e suas atividades lhe tinham dado uma certa prosperidade (...). Esse homem possuía também um engenho de açúcar, igualmente bem cuidado onde destilava a cachaça (1976, p.95) ³¹.

Outro viajante que percorreu o interior da Província de São Paulo praticamente na mesma época foi Luis d'Alincourt (1975), que também passou pela fazenda Batatais, descrevendo-a de forma bastante semelhante a Saint-Hilaire. No entanto, enfatizou a difusão da atividade criatória ao redor da fazenda:

Depois de uma descida fácil chega-se ao morador dos Batatais. Este lugar é muito alegre, seu dono, Manoel Bernardes do Nascimento, ajudado de seus filhos, desenvolve a maior atividade na lavoura; faz muito bom negócio em gado vacum, e em queijos. Afastado do caminho há, nestas paragens, muitos vizinhos, mas ou menos distantes uns dos outros, que possuem grande quantidade de gado (...) (1975, p. 175).

Os escritos de A. Prado corroboram as impressões de Saint-Hilaire e d'Alincourt em suas passagens pela região, informando que os mineiros que fixaram residência no Nordeste Paulista mantiveram um tipo de vida bastante similar ao que vigorava em terras mineiras:

-

³¹ A viagem de Saint-Hilaire ocorreu em 1819, mas apesar disso consta do diário de viagem a informação sobre a elevação de Batatais à categoria de vila em 1839, fato ocorrido vinte anos após sua passagem por aquelas terras. Consta no livro editado que estas informações foram incluídas em seu diário de viagem para publicação a partir de um discurso recitado no dia 7 de janeiro de 1840 por ocasião da Assembléia Legislativa Provincial (SAINT-HILAIRE, 1976, p.95). Além disso, é importante esclarecer que, diferentemente do que informa Saint-Hilaire, em 1839 Batatais passou da condição de freguesia à vila (ou município), e não de vila à cidade, conforme se lê em seus escritos. Apenas em 08 de abril de 1875, por força da Lei Provincial nº 20, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade.

A vida rural reproduzia inteiramente o tipo mineiro — as casas de moradia dos sitiantes com porões livremente permeáveis aos suínos, a economia baseada na exploração dos laticínios, leite, queijos, manteiga; no toucinho, no fabrico caseiro de peças de vestuário de lã de carneiro, e com ausência quase completa das atividades agrícolas, e pouco mais se poderia creditar ao rendimento das pequenas propriedades da época. (1963, p.55).³²

Como forma de regularização do Caminho de Goiás e com o intuito de colocar barreiras visando à maior arrecadação tributária, a Corte exigiu que as vilas enviassem informações das atividades que realizavam e para as quais utilizavam o Caminho. No ano de 1840, dados enviados ao governo provincial relativos à vila de Batatais informam as seguintes atividades:

a) que este povoado e o de Franca nada exportam para Goiás; b) que de lá importam, isso sim, gado, sola, couros e assemelhados, assim como um pouco de algodão; c) que toda a exportação de Batataes e Franca é para Minas e consiste em gado, porcos, cavalos, carneiros e um pouco de algodão; d) que de Minas, também, se importa gado (...); f) que o número de tropas e carros que freqüentam as estradas, conduzindo sal e outros gêneros é grande, mas impreciso (*apud* TAMBELLINI, 2000, p.194).

As impressões dos viajantes e a análise da documentação oficial acima referidos confirmam a importância da atividade criatória praticada nas fazendas batataenses para a economia local, indicando, outrossim, que o volume de gêneros exportados era bastante significativo. A pecuária era diversificada e contava com importações de Goiás e Minas Gerais. Verificou-se também um intenso comércio feito entre os produtores batataenses e seus vizinhos, especialmente com as cidades mineiras. Em 1852, Jean de Frans informa sobre as vias de comunicação existentes entre Batatais e as demais regiões e cidades, evidenciando a importância da comunicação dessa cidade com a província mineira: "havia quatro estradas para Minas, duas para São Paulo passando por São Simão e Casa Branca, uma para o bairro da Araraquara e uma para Franca do Imperador, passando pelo rio Sapucaí, onde havia ponte" (1939, p.13-14).

O crescimento populacional e o desenvolvimento econômico caminharam lado a lado em Batatais, condicionando-se mutuamente naquelas primeiras décadas após sua elevação à categoria de vila. Em seu livro, Jean de Frans informa que "em 1852, (...) a população alcançava seis mil habitantes, em todo o município, inclusive 'vinte lázaros conhecidos' " (1939, p.13-14). Com base nessa cifra, pode-se supor que a população batataense cresceu a uma taxa de geométrica de 4,7% ao ano no período que separa 1852 de 1835, posto que, segundo levantamento de Lucila Brioschi, em 1835 residiam naquela

³² Nota-se, neste trecho descrito por Prado, um certo exagero do autor com relação à não existência de atividades agrícolas nas fazendas instaladas no Nordeste Paulista. É provável que essas atividades tivessem menor importância que a pecuária naquele momento, porém não deveriam inexistir como afirma o autor.

localidade 2.731 pessoas (cf. Tabela 1.3). Este crescimento é modesto se comparado àquele vislumbrado entre 1814 e 1824 (8,7% ao ano), pois naquele primeiro momento o acirrado afluxo de entrantes mineiros contribuiu para a rápida e significativa elevação na população residente.

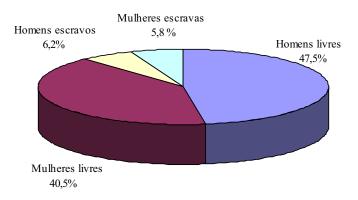
Estão disponíveis ainda, para a década de 1850, os dados demográficos do levantamento populacional realizado em 1854 (BASSANEZI, 1999). De posse de tais informações poder-se-ia calcular a magnitude do crescimento da população ali residente — comparando-o com aquele estimado com base nos dados informados por Jean de Frans —, além de verificar os principais aspectos demográficos daqueles indivíduos. No entanto, esse recenseamento não traz informações para a Vila de Batatais como um todo, mas tãosomente para a freguesia de São Bento do Cajuru³³. Por conseguinte, os dados disponíveis são parciais e, além disso, refletem as características demográficas vigentes apenas na freguesia investigada que, por sua vez, poderiam ser distintas daquelas válidas para a população local como um todo. Neste caso, optou-se por fazer um uso seletivo dos dados apurados em 1854, um recurso aproximativo que visa a esboçar a realidade demográfica verificada na localidade. No entanto, esses dados não serão utilizados para o cálculo de taxas de crescimento populacional, assim como para o estabelecimento de comparações entre os resultados verificados com relação ao período anterior ou posterior.

Segundo dados do recenseamento de 1854 havia, em Cajuru, 3.692 habitantes, sendo 3.249 livres e 443 escravos (Cf. Gráfico 1.1). A população livre representava 88,0% dos habitantes e a cativa 12,0% (BASSANEZI, 1999).

33 No Recenseamento de 1854 os dados referentes à Vila de Batatais (neste caso apenas à freguesia de Cajuru) aparecem agregados na Comarca de Franca, juntamente com a Vila Franca do Imperador (atual Franca), Vila de Casa Branca (atual Casa Branca), Freguesia do Carmo (atual Ituverava), Freguesia de Santa Rita do Paraíso (atual Igarapava), Freguesia de São Bento do Cajuru (atual Cajuru), Freguesia de São Simão (atual São Simão) e Freguesia de Caconde (atual Caconde).

-

Gráfico 1.1 Composição da população segundo sexo e condição social: Cajuru (1854)



Observou-se ainda um relativo equilíbrio de sexo com ligeiro predomínio dos homens para estas duas categorias sociais. Entre a população livre, os homens representavam 53,9% do total anotado, proporção que alcançou 51,7% no caso dos escravos. A razão de sexo foi calculada em 116 para o total da população, 117 para os livres e 107 para os cativos.

A análise dos gráficos 1.2 e 1.3 indica que a população residente na freguesia de Cajuru era bastante jovem, posto que a maioria de seus habitantes, livres ou cativos, estava abaixo dos trinta anos. No total, 78,1% dos homens e mulheres livres tinha até vinte e nove anos de idade e mais 20,2% deles estava na faixa dos trinta aos cinqüenta e nove anos. Os escravos, apesar de jovens, eram uma população um pouco mais "envelhecida" que a livre: 62,3% dos cativos tinha menos de trinta anos, enquanto 33,8% apresentaram idades variando entre trinta e cinqüenta e nove anos e apenas 3,9% deles tinham mais de sessenta anos.

Gráfico 1.2 População livre segundo faixas etárias: Cajuru (1854)

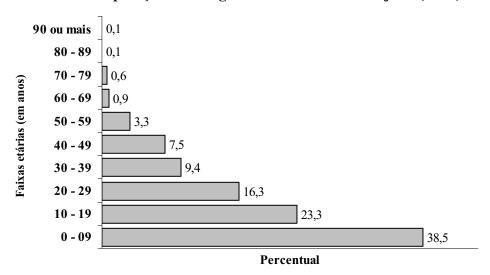
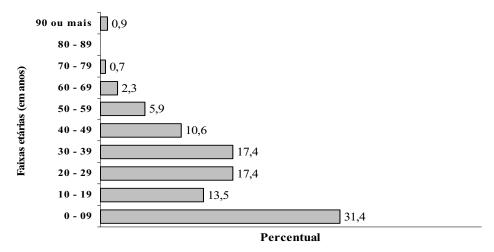


Gráfico 1.3 População escrava segundo faixas etárias: Cajuru (1854)



Fonte: BASSANEZI, 1999

Tendo em vista tal estrutura etária, os solteiros eram maioria absoluta entre as pessoas com mais de dez anos de idade, seguidos dos casados e viúvos. Outrossim, observa-se que os escravos casaram em uma proporção menor que aquela concernente aos indivíduos livres e que, apesar de os cativos casados representarem menos de um quinto do total arrolado, as crianças cativas com idades de zero a nove anos representavam 31,4% da escravaria; um percentual bastante elevado. Essa mesma proporção foi calculada em 38,5% para a população livre.

Gráfico 1.4 População escrava maior de dez anos segundo estado civil: Cajuru (1854)

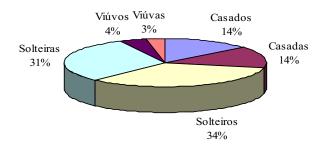
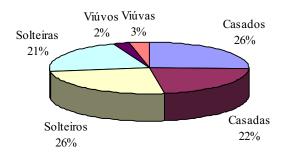


Gráfico 1.5 População livre maior de dez anos segundo estado civil: Cajuru (1854)



Fonte: BASSANEZI, 1999

O progresso econômico também proporcionou melhorias na sede da vila. No ano de 1852, os vereadores prestaram contas ao presidente da Província de São Paulo, José Thomas Nabuco de Araújo, com base em dados relativos ao período de agosto de 1851 a maio de 1852. As informações contidas em tal relatório foram descritas por Jean de Frans. O Termo contava com quatro distritos de paz, três em Batatais e um em Cajuru. A igreja matriz, inaugurada em 1838, estava em obras, mas já possuía "capela-mór e dois altares, com o que foi despendido 'cerca de vinte contos de réis', faltando apenas pintura externa e interna, grades, tribunas, serviço orçado 'em dez contos de réis'" (1939, p.14). Além disso, a vila passou a contar com o serviço de abastecimento de água.

De vila à cidade: a chegada da ferrovia, do café e dos imigrantes em terras batataenses

O cenário vislumbrado nas décadas de 1850 e 1860 prevaleceu até inícios dos anos de 1870. Nesse período, a criação de gado ainda imperava como principal atividade econômica desenvolvida na vila de Batatais. No *Almanak da Provincia de São Paulo para o ano de 1873* lê-se: "Os habitantes de seu Município dedicam-se principalmente à criação de gado e de diversas espécies; também cultivam cana-de-açúcar e algum café" (LUNÉ; FONSECA, 1985, p.557). O Termo de Batatais contava com quatro distritos (a Vila de Batatais, a Vila de Cajuru e a Freguesia de Sant'Anna dos Olhos d'Água e a capela de São José do Morro Agudo). A instrução primária estava a cargo de Caetano Leite Machado (professor na escola para alunos do sexo masculino) e D. Augusta Eugênia de Miranda (instrutora na escola feminina), inspecionados pelo vigário Joaquim Alves Ferreira. A vila contava com apenas treze eleitores e quinze suplentes e a agência do correio era comandada por Francisco Arantes Marques.

A preponderância das atividades rurais mostrou-se visível, com destaque para a ampla difusão da pecuária. Somente na Vila de Batatais foram arrolados, no total, quarenta e quatro fazendeiros ou criadores, um advogado, dois farmacêuticos, doze comerciantes, dois alfaiates, quatro carpinteiros, dois ferreiros, dois pedreiros, seis sapateiros e quatro seleiros. Os trinta e sete indivíduos que se dedicavam exclusivamente à atividade criatória (aqueles designados como *criadores de gado* no *Almanak*) representavam 84,0% do total de pessoas que desenvolviam atividades rurais (fazendeiros ou criadores) e 46,8% dos indivíduos listados que desenvolviam algum tipo de atividade econômica. Observou-se, ademais, que a atividade agrícola esteve, em seis casos, acompanhada da pecuária, dado que foram encontrados fazendeiros de cana-de-açúcar e de café que também eram criadores de gado. Apenas um dos fazendeiros listados não criava gado: Feliciano José Ferreira, que se dedicava exclusivamente ao cultivo da cana-de-açúcar na fazenda São Pedro. Deste modo, mais da metade (54,4%) dos indivíduos que desenvolviam alguma atividade econômica em território batataense possuía ligação, em maior ou menor grau, com a atividade criatória. Por fim, deve-se salientar que não foi listado pelo Almanak nenhum indivíduo que se dedicava exclusivamente ao cultivo do café, demonstrando que a cultura cafeeira ainda não estava muito difundida na cidade naquele momento. Anotou-se apenas a presença de Antonio Garcia de Figueiredo, da fazenda Fortaleza, que criava gado e plantava café³⁴.

Seis dos doze comerciantes locais vendiam apenas fazendas secas, dois deles eram negociantes de fazendas e molhados e outros dois comercializavam gêneros do país. Já José Firmino do Carmo dedicava-se à comercialização de molhados e ferragens e José Francisco de Moraes vendia fazendas e louças. Suas casas comerciais localizavam-se principalmente no Largo da matriz (atual praça Cônego Joaquim Alves), na Rua do Chafariz (atual rua Coronel Joaquim Rosa) e na Rua do Comércio (atualmente denominada Celso Garcia), ou seja, no centro do povoado. Os farmacêuticos João Baptista Freire e José Norberto da Silva atendiam, respectivamente, na Rua do Comércio e do Chafariz.

Manuel E. de A. Marques descreve a condição da Vila no alvorecer da década de 1870, confirmando as atividades econômicas ali desenvolvidas. Faz, outrossim, uma estimativa da população e de fogos ali existentes, oferecendo ainda alguns dados sobre eleitores e receita da Câmara:

A povoação tem apenas 2 igrejas, a matriz é sofrível, e a capela do Rosário, não concluída. Possui cadeia e casa de câmara e um teatro construído a expensas de particulares. O terreno é criador, mas a produção limita-se, por enquanto, ao necessário para o consumo dos moradores. A exportação é somente de gado vacum e suíno. A população é de 7.876 habitantes sendo 1.601 escravos, e a paróquia dá 20 eleitores. Fogos 332. As rendas públicas no ano financeiro de 1869-1870 foram: Geral: 11:001\$214, Provincial: 2:537\$270, Municipal: 2:580\$905 = 16:119\$389. (1980, v.1, p.123).

Os dados de população apurados no Recenseamento realizado em 1874³⁵ (BASSANEZI, 1999) demonstraram uma evolução considerável da população batataense³⁶.

35 Estabeleceu-se, no Decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871, que o primeiro recenseamento do Império deveria ser feito simultaneamente em o todo o território brasileiro no dia 1º de agosto de 1872. Entretanto, nem todas as províncias puderam cumprir a determinação régia, conforme observaram Clotilde A. Paiva e Roberto B. Martins em seu estudo crítico sobre o Recenseamento de 1872: "De modo geral, o censo foi realizado na data estabelecida pela lei (1º de agosto de 1872), exceto nas províncias de Minas Gerais (1º de agosto de 1873), São Paulo (30 de janeiro de 1874), Mato Grosso (1º de outubro de 1872) e Goiás (25 de junho de 1873)" (1983, p.6-7).

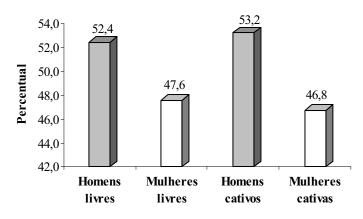
³⁴ Cabe ressaltar que a fonte utilizada para a obtenção das informações a respeito das atividades econômicas desenvolvidas pelos fazendeiros locais —Almanak — acabou por privilegiar as atividades essencialmente mercantis. Assim, nada consta sobre a produção de mantimentos nas fazendas de pecuária, cana-de-açúcar e café ou em outras propriedades que apenas cultivam este tipo de produto para seu autoconsumo ou que vendiam o eventual excedente produzido. É preciso deixar claro, então, que a produção de mantimentos existia, mas que apenas não seja contemplada pela fonte consultada.

³⁶ No Recenseamento de 1874 os dados referentes à Vila de Batatais contemplavam as paróquias do Senhor Bom Jesus da Cana Verde de Batatais e Sant'Anna dos Olhos D'Água (atual Ipuã). Como forma de manter a análise do território batataense estabelecido em 1850, foi necessário incorporar aos dados referentes a Batatais aqueles apurados para Cajuru, desmembrado desta última em 1865. Os números referentes a Cajuru englobam as paróquias de São Bento e Santa Cruz de Cajuru e Santo Antonio da Alegria. Esta última paróquia aparece como pertencente a Batatais no levantamento populacional de 1874, porém as informações relativas à sua população foram incorporadas ao município de Cajuru.

As freguesias que compunham a vila de Batatais contavam naquele ano com 11.255 almas, 9.095 livres (80,8%) e 2.160 cativos (19,2%)³⁷. Em São Bento e Santa Cruz do Cajuru, foram arroladas mais 6.700 pessoas livres (88,1%) e 903 escravos (11,9%), resultando em uma população total de 18.858 pessoas, 15.795 delas livres (83,8%) e 3.063 cativas (16,2%).

No primeiro recenseamento geral do Império, o corte demográfico da população batataense segundo sexo indicou um equilíbrio entre o número de homens e mulheres, tanto entre os livres como entre os escravos. Observou-se, ademais, o ligeiro predomínio dos indivíduos do sexo masculino (Cf. Gráfico 1.6).

Gráfico 1.6 População batataense segundo condição social e sexo (%): Batatais (1874)



Fonte: BASSANEZI, 1999

Havia ainda, segundo apurado, um predomínio dos indivíduos solteiros, principalmente entre os trabalhadores compulsórios. Entre os livres, 75,3% foram arrolados na condição de solteiros, 23,6% como casados e 1,1% em estado de viuvez; para os escravos tais proporções atingiram, respectivamente, 85,1%, 13,3% e 1,6%.

Outrossim, a população escrava mostrou-se mais "envelhecida" que a população livre (Cf. Gráficos 1.7 e 1.8)³⁸.

37 A quantidade de cativos recenseada no município de Batatais mostrou-se discrepante daquela apurada em outras fontes e estudos para o mesmo período. A Matrícula de 1871/72 registrou um total de 2.506 cativos em Batatais, enquanto na Classificação dos escravos matriculados (1875), o contingente escravo anotado resultou em 2.361 indivíduos (GARAVAZO, 2002, p.37). Já José F. de Camargo apurou um total de 2.497 escravos para Batatais em 1874 (1952, v.1, p.70). A análise de alguns inventários lançados em Santo Antonio da Alegria indicou que os escravos dessa freguesia foram classificados em Batatais, porém incluídos no Censo de 1874 no município de Cajuru. É bastante provável, então, que discrepância entre os dados indicados pelo Censo e aqueles contidos na Matrícula seja decorrente dessa disposição diferenciada.

³⁸ As faixas etárias foram fornecidas no recenseamento de 1874 de forma não padronizada, ora disponíveis de cinco em cinco anos ora de dez em dez anos. As primeiras faixas com informações dadas em um intervalo

Gráfico 1.7 População livre segundo faixas etárias: Batatais (1874)

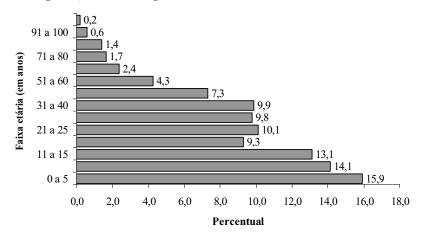
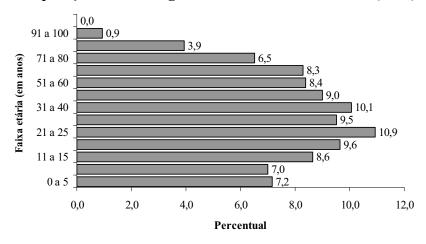


Gráfico 1.8 População escrava segundo faixas etárias: Batatais (1874)



Fonte: BASSANEZI, 1999

As crianças (zero a dez anos) perfaziam 30,0% da população livre e apenas 14,2% dos cativos. É preciso salientar que a constatação de percentuais tão distintos foi decorrente, ao menos em parte, da diferença de tempo entre a promulgação da Lei do Ventre Livre e o início do recenseamento na Província de São Paulo, conforme explica Maria Silvia B. Bassanezi:

A diferença de tempo entre a promulgação da Lei do Ventre Livre (28.09.1871) e a data de referência do censo (01.08.1872) é cerca de 10 meses. Portanto, se a norma tivesse sido seguida, as crianças filhas de mães escravas com idades de

de cinco anos poderiam ser agrupadas duas a duas com o intuito de padronizar o intervalo em dez anos, resultando nos intervalos 0-10, 11-20, 21-30 e assim por diante. No entanto, a primeira faixa proposta resultaria em um intervalo de onze anos, fato que também impossibilitaria a elaboração de uma pirâmide etária composta por intervalos idênticos. Desse modo, optou-se por considerar as faixas etárias informadas pelo Censo e assim elaborar gráficos de estruturas etárias da população, já que os mesmos são bastante úteis para a análise ora proposta.

onze meses até três anos estariam computadas entre os escravos, o que não ocorre. É muito provável, então, que nessas paróquias [paulistas/JG] a data considerada tenha sido a do início efetivo da coleta dos dados, 30 de janeiro de 1874 — data esta que dista dois anos e quatro meses daquela, a partir da qual, os filhos nascidos de mães escravas passam a ser considerados livres (1999, introdução, p.21).

As pessoas entre onze e trinta anos representavam 38,3% dos cativos e 42,3% dos livres; enquanto os habitantes de trinta e um a sessenta anos eram 21,4% dos livres e 27,2% dos cativos. Destaca-se, desses números, a elevada proporção de cativos em idade ativa, ideal para o desenvolvimento do trabalho.

No que concerne à cor das pessoas recenseadas, verificou-se o amplo predomínio das pessoas de cor branca (73,0%) entre os livres, seguidos pelos pardos (19,1%), pretos (4,1%) e caboclos (3,8%). Para os cativos, tal preponderância deu-se, por seu turno, em relação à cor preta: 64,9% de pretos e apenas 35,1% pardos.

Havia, naquele momento, apenas setenta e um estrangeiros livres em Batatais e Cajuru, cinqüenta e quatro homens e dezessete mulheres. A maioria deles havia nascido em terras portuguesas (trinta e nove, ou 54,9%), além de doze italianos, oito franceses, dois alemães, um inglês e outro sem nacionalidade especificada. Foram arrolados ainda oito africanos livres (todos residentes em Cajuru) e computaram-se mais 168 africanos escravos. Entre os cativos, como esperado, havia um amplo predomínio dos nascidos no Brasil: 94,5% de crioulos contra 5,5% de africanos.

As atividades profissionais desenvolvidas por livres e escravos apresentadas pelo Censo estavam intimamente ligadas à característica rural da localidade e confirmavam os dados constantes do *Almanak* (cf. Tabela 1.5). As atividades agrícolas e de criação empregavam mais da metade (54,0%) dos indivíduos livres e 70,8% dos cativos com algum tipo de profissão declarada. Havia poucos profissionais liberais (exceto os 172 artistas) e um pequeno número de manufatureiros e comerciantes entre a população livre. Entre as profissões manufatureiras e mecânicas, destacaram-se aquelas em tecido (também um elevado número de costureiras), madeiras, metais e de subprodutos do couro (calçados, couros e peles). Tal feição mostrou-se semelhante para os cativos arrolados nas mesmas categorias.

Tabela 1.5
População escrava segundo profissões: Batatais (1874)

Nº de pessoas empregadas Especificações da atividade Livres Escravos Religiosos 3 Juristas 6 Médicos/Cirurgiões 3 Farmacêuticos 6 Profissionais liberais Parteiros Professores e homens de letras 15 Empregados públicos 4 Artistas 172 Militares 14 Marítimos Pescadores 46 18 Capitalistas e proprietários 43 Profissões industriais e Manufatureiros e fabricantes 25 comerciais Comerciantes, guarda-livros e caixeiros 100 377 234 Costureiras 59 em metais 13 89 Profissões em madeiras 24 manufatureiras ou em tecidos 460 100 Operários mecânicas 5 em couros e peles 6 em edificações 1 5 de vestuários/chapéus 36 14 de calçados 40 Lavradores 4.541 1.786 Profissões agrícolas Criadores 36 Criados e jornaleiros Pessoas assalariadas 343 186 Serviços domésticos 2.043 129 Sem profissão 7.327 540 Total 15.795 3.063

Fonte: BASSANEZI (1999)

A caracterização das profissões dos cativos determinadas no Censo de 1874 mostrou-se menos abrangente que a contida na Classificação dos Escravos para Emancipação datada de 1875 (cf. Tabela 1.6).

Tabela 1.6

População escrava segundo profissões: Batatais (1875)*

Profissão Homens Mulheres Total %**							
Profissão			Total	0/0**			
	(nº abs.)	(nº abs.)	(nº abs.)				
Lavoura/roceiro	821	8	829	49,3			
Cozinheira	5	575	580	34,5			
Fiandeira/Tecedeira	3	120	123	7,3			
Alfaiate/ Costureira	1	34	35	2,1			
Carreiro	23	1	24	1,4			
Jornaleiro	13	-	13	0,8			
Tropeiro/Vaqueiro	16	-	16	1,0			
Campeiro	12	-	12	0,7			
Carpinteiro	11	-	11	0,7			
Engomadeira	-	-	8	0,5			
Ferreiro	6	-	6	0,4			
Lavadeira	-	5	5	0,3			
Pedreiro/Servente	6	-	6	0,4			
Sapateiro	3	-	3	0,2			
Hortelão	2	-	2	0,1			
Serviços Domésticos/Pagem	1	1	2	0,1			
Enfermeira	-	1	1	0,1			
Retireira	-	1	1	0,1			
Cavouqueiro	1	-	1	0,1			
Cafezeira	-	1	1	0,1			
Adomador	1	-	1	0,1			
Queijeira	-	1	1	0,1			
Sem profissão/Nenhuma	351	329	680				
Total	1.276	1.085	2.361	-			

Fonte: GARAVAZO (2002, p.45)

Verificou-se um número bastante variado de ocupações, desde as mais tradicionais, ligadas à agricultura (lavoura e campeiro), até algumas mais artesanais (ferreiro e carpinteiro). Notou-se também uma relação entre as ocupações dos cativos e o perfil econômico da localidade. A presença de carreiros, tropeiros, vaqueiros, adomador e campeiros decorrem do desenvolvimento da pecuária. Havia, ainda, um número elevado de costureiras, fiandeiras e tecedeiras na Classificação e de operárias em tecidos no Censo, indicando a existência da lavoura do algodão na localidade.

Relativamente, poucas pessoas viviam de salários, ao contrário do significativo número de trabalhadores domésticos, principalmente entre as pessoas livres. Já os

^{*}Entre os indivíduos menores de dez anos, não foi encontrado nenhum cativo com informação de profissão, sendo, portanto incluídos na estatística como indivíduos sem profissão, assim como trinta e sete escravos maiores de dez anos sem informação de profissão.

^{**}Porcentagem calculada sobre o total de indivíduos com informações de profissão (1.681)

indivíduos sem profissão declarada representavam 46,4% do total de livres e apenas 17,6% do total de cativos.

A elaboração do *Almanak* e do primeiro recenseamento brasileiro ocorreu quase que concomitantemente com a elevação de Batatais à categoria de cidade, ocorrida em oito de abril de 1875 por força da Lei Provincial nº 20. Essa década de 1870 também ganhou destaque no âmbito da história econômica do Nordeste Paulista por força da introdução e início do desenvolvimento de uma nova cultura, o café. A região funcionava como centro distribuidor e praticava um comércio interprovincial com Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e foi nesse momento que o café passou a ter um impulso acelerado em sua direção, com as lavouras cafeeiras avolumando-se e com a modificação da estrutura econômica regional.

A cultura cafeeira não surgiu abruptamente. Desde o início da segunda metade do século XIX estavam ocorrendo modificações no sentido de ampliar as atividades existentes — agricultura, pecuária e comércio — permitindo, por conseguinte, maior diversificação nas atividades econômicas, inclusive das atividades urbanas e a instalação de algumas pequenas plantas industriais vinculadas à pecuária e agricultura, como a produção artesanal em couros (selas, arreios, laços, sapatos etc.), engenhos de açúcar e aguardente. Foram nas primeiras décadas da segunda metade do Oitocentos que ocorreram as primeiras experiências e adaptações do plantio de café naquele terreno primordialmente criador, corroborando as informações contidas no *Almanak* e Recenseamento do início da década de 1870 analisados anteriormente.

A expansão da cultura cafeeira no Nordeste Paulista mostrou-se bastante rápida; em pouco mais de duas décadas o café já havia penetrado por largas faixas de suas terras férteis. Assim, o início do cultivo e da expansão da preciosa rubiácea deu-se, ali, antes da chegada da ferrovia, conforme enfatiza Sérgio Milliet:

(...) ao contrário do que ocorreu nas mais antigas [áreas cafeeiras de São Paulo/JG], o café precedeu os meios de transporte. São células que se formam às vezes em pleno sertão e se subdividem depois em obediência à expansão cafeeira. A estrada de ferro vai atrás, a serviço dos fazendeiros instalados. Casa Branca já possui 7.000 h. [habitantes/JG] em 1854 e a Mogiana só alcança o município em 75. Ribeirão Preto tem mais de 10.000 habitantes quando é atingido por seu turno, em 1886 (1938, p.60).

Daniel P. Muller apurou no exercício de 1836/1837, para a cidade de Franca, a presença de duas fazendas de café — contra 176 fazendas de criar e trinta e quatro destilarias de aguardente —, que juntas produziam apenas 211 arrobas da rubiácea (1838,

p.126)³⁹. Conforme apurou Milliet (1938, p.18-22), nesse mesmo ano de 1836, a região da Mogiana⁴⁰ produzia tão-somente 821 arrobas de café, o que correspondia a 0,1% do total produzido em São Paulo. Dezoito anos mais tarde, em 1854, a produção da Mogiana elevou-se para 81.750 arrobas, um crescimento extraordinário, mas que ainda não a colocava em evidência entre as zonas produtoras de café (apenas 2,3% da produção paulista dava-se ali).

Já em 1886 vislumbrou-se um crescimento da cafeicultura em maior monta. A produção de café da Mogiana alcançou mais de dois milhões de arrobas (2.262.599) e passou a representar mais de um quinto (21,8%) da produção paulista total. E foi então, nesse momento, que a ferrovia instalou-se na região. Neste mesmo ano foi inaugurada a Estação de Batatais (ver Figura 1.5) e a extensão da ferrovia partiu rumo ao Rio Grande em direção a Minas Gerais⁴¹. Por ocasião da inauguração da estação de Batatais, a cidade recebeu a visita do Imperador D. Pedro II e de sua esposa, a Imperatriz Teresa Cristina, demonstrando a importância da chegada das ferrovias ao interior do Brasil.

³⁹ Taunay (1939, v.3, p.103) contou uma produção de 261 arrobas em Franca no ano de 1836.

⁴⁰ Milliet (1938, p.9-12) subdividiu o estado de São Paulo em sete zonas para analisar a cultura cafeeira no estado desde 1836 até 1935. A região da Mogiana contava com os municípios tributários da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro, a partir de Campinas: Amparo, Altinópolis, Batatais, Brodowski, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Mococa, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pedreira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Joaquim da Barra, São Simão, Santo Antonio da Alegria, Santa Rosa de Viterbo, Serra Azul, Serra Negra, Socorro, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande.

⁴¹ Segundo Correa (1986, p.25-27), a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro obteve junto ao Governo Provincial no ano de 1872 a concessão para iniciar a construção de uma estrada que partiria de Campinas em direção a Mogi-Mirim, de um ramal desta última a Amparo e o prolongamento dali às margens do Rio Grande, passando por Casa Branca e Franca. As obras iniciaram-se no ano seguinte, as estações de Mogi-Mirim e Amparo foram inauguradas em 1875. A ferrovia chegou mais tarde em Casa Branca (1878), São Simão (1882), Ribeirão Preto (1883), Batatais (1886), Franca (1887) e Jaguara (1888), esta última em Minas Gerais.



Figura 1.5 Estação da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro — Batatais (1886)

Fonte: Casa da Cultura de Batatais

Segundo Camargo, no ano da inauguração da ferrovia, a cidade de Batatais produziu 100.000 arrobas de café (1981, p. 164). Os trilhos da Mogiana vieram, então, para dinamizar e potencializar a estrutura já existente, pois "tornaram economicamente viável a exploração dos ricos solos do planalto interior" (HOLLOWAY, 1894, p.21-22) 42. O transporte do café, antes feito por carros de bois ou no lombo de mulas era bastante moroso, limitado, demorado — dadas as condições precárias das estradas de rodagem existentes —, seus custos eram mais elevados e havia pouca proteção a mudanças climáticas, o que, por sua vez, limitava sobremaneira a circulação do produto. Assim, conforme salienta Flávio A. Marques de Saes (1981), o traçado das linhas férreas tinha como principal objetivo reduzir o custo de transporte para os produtos agrícolas de exportação, especialmente o café. A. de Almeida Prado (1963), filho do proprietário da Fazenda Santa Isabel, instalada em terras batataenses que deram origem à cidade de São Joaquim da Barra, conta com detalhes o modo como se despachava a produção de café através do transporte feito pelos animais. Mesmo com a chegada das ferrovias, a condução do café das fazendas que distavam algumas léguas da estação continuou utilizando este tipo de transporte, conforme consta de seu relato:

O espetáculo da chegada, à tardinha, dos carros que levariam o café beneficiado para o embarque, era uma festa para a minha curiosidade. Na manhã seguinte saía a frota carregada, e eu madrugava para não perder um só dos aprestos da partida. Acompanhava passo a passo a manipulação dos carreiros — e só me

⁴² Os escritos de Mildred R. G. Naldi corroboram a idéia de que os trilhos da Mogiana potencializaram as atividades já desenvolvidas na região. A autora escreve: "Franca havia se tornado já nessa época [período anterior à 1887, ano da inauguração da estação local/JG] um grande centro distribuidor de café, pois o que se comprava em Batatais, São Sebastião do Paraíso, Passos e Monte Santo era revendido aos 'negociantes' de Uberaba e Sacramento" (1989, p.17-18).

afastava quando não ouvia mais o canto choroso dos carros que sumiam imersos numa avassaladora nuvem de pó. (...). Além dos carros, usavam-se tropas para a condução da rubiácea, outro motivo para a minha curiosidade, (...). Seguia os trabalhos dos tropeiros, do arreeiro, do condutor das bestas, desde a feitura das cangalhas às arreatas caprichadas da madrinha da tropa e do condutor. Cada burro com oito arrobas no lombo, cumpria o tempo a vencer as distâncias bem mais rapidamente do que o carro de boi (PRADO, 1963, p.111-112).

A rápida expansão do café pelo Nordeste Paulista é comumente explicada por uma conjunção de fatores internacionais, naturais, regionais e relativos ao crescimento das ferrovias. Em primeiro lugar, observou-se que o café passou por uma época de valorização de seus preços. Segundo Delfim Netto (1979, p.11-14), entre 1873 e 1880 o café apresentou uma elevada cotação e esses preços favoráveis impulsionaram a rápida expansão da lavoura cafeeira na Mogiana. Os primeiros anos da década de 1880 foram marcados por uma baixa no preço da rubiácea; porém entre os lustros de 1886 e 1894 houve a retomada da tendência de alta dos preços, fato que alavancou novamente a expansão do café pelas terras roxas do Nordeste Paulista:

A grande valorização do café durante o intervalo entre 1886 e 1895 foi de grande incentivo para o aumento significativo da área plantada. O Nordeste Paulista foi invadido pela cafeicultura justamente nesse momento de preços elevados, fazendo com que as novas lavouras fossem aí introduzidas a um ritmo extremamente rápido (BACELLAR, 1999, p.124).

Ainda no âmbito econômico, deve-se destacar a abertura do mercado norteamericano para o café brasileiro, conforme explicita Caio Prado Júnior:

É preciso lembrar aqui um fator que particularmente estimulará a produção brasileira [de café/JG]. É a libertação e desenvolvimento do mercado norte-americano. As colônias inglesas da América do Norte, separando-se em 1786 da sua metrópole, inauguraram então uma política econômica própria e independente dos interesses ingleses e europeus em geral (...). Os grandes produtores tinham sido, até então, as Índias Ocidentais sob o domínio direto ou indireto da Inglaterra; e a Insulásia, em particular Java e Sumatra, colônias neerlandesas (...). Os Estados Unidos, grandes consumidores de café, voltar-se-ão por isso logo, de preferência, para novos produtores mais livres da dominação britânica. Em particular o Brasil, favorecido além do mais, com relação a eles, pela sua posição geográfica (1984, p.160).

No tocante aos fatores naturais, a região beneficiou-se por dispor de terrenos cobertos por terra roxa — tipo de solo reconhecido pela alta fertilidade, tido como uma grande uma vantagem ao solo exaurido do Vale do Paraíba — e apresentar relevo e altitude favoráveis à cultura do produto; além de um clima com estações de chuva e seca bem definidas:

Este [café/JG] encontrará no Sul [Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo/JG] condições que se podem considerar ideais. Além de grandes reservas de terras virgens e inexploradas com solos magníficos, um clima que não lhe podia ser mais favorável: temperaturas amenas, pluviosidade bem distribuída (PRADO JÚNIOR, 1984, p.161).

Além disso, a implantação dos cafeeiros pôde utilizar-se do transporte ferroviário. A implantação das ferrovias, facilitada pelo relevo regional⁴³, contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da lavoura cafeeira, conforme explica Emília Viotti da Costa:

É fácil imaginar que, com a sua construção [das ferrovias/JG], uma verdadeira revolução se operava na economia cafeeira: capitais liberados; braços até então desviados da lavoura porque aplicados ao transporte e que podiam agora voltarse para as culturas; maior rapidez de comunicações; maior capacidade de transporte; mais baixos fretes; melhor conservação do produto que apresentava superior qualidade e obtinha mais altos preços no mercado internacional; portanto, possibilidades de maiores lucros para os proprietários; novas perspectivas para o trabalho livre (1998, p.219).

Por fim, somava-se a tais conjunções o espírito aventureiro dos paulistas, que seguiram sua marcha para o oeste. Após o empobrecimento dos solos nas regiões pioneiras (principalmente Vale do Paraíba fluminense e paulista), a cultura do café seguiu o caminho rumo à terra vermelha, onde havia, ademais, vários alqueires disponíveis.

Há nos brasileiros, mais freqüentemente nos de Minas Gerais e de São Paulo, uma espécie de instinto que os impele sempre para diante, para além da civilização (...). A sede de ganho rápido mantém-se continuamente desperta, por causa da facilidade de encontrar um solo virgem e altamente produtivo. Seria, de resto, inexato levar exclusivamente à contra gosto do lucro a facilidade do paulista em deixar seu estabelecimento para ir fundar outro, (...) (MONBEIG, 1984, p.122)

É preciso lembrar ainda que a expansão dos cafezais em terras do Nordeste Paulista coincidiu com a crise de oferta de braço escravo. A decretação da extinção do tráfico internacional de escravos em 1850 foi o primeiro ato a prenunciar o inevitável declínio no aproveitamento da mão-de-obra cativa e sua substituição pelo trabalho livre: "eliminada a única fonte importante de imigração, que era a africana, a questão da mão-de-obra se agrava, e passa a exigir urgente solução" (FURTADO, 1995, p.119). Mais tarde, com a decretação da Lei do Ventre Livre (1871), não poderia ocorrer incremento na população escrava via crescimento vegetativo 44 e, em seguida, a Lei dos Sexagenários (1885) libertou os cativos com mais de sessenta e cinco anos de idade. A agitação abolicionista, somada a esses outros atos legais, passou a questionar de maneira cada vez mais intensa a legitimidade da propriedade escrava, acabando por condenar esta instituição a desaparecer. A abolição da escravatura em 1888 foi o desfecho daquele sistema de trabalho.

^{43 &}quot; (...) as comunicações e transportes serão mais fáceis nesta zona [Oeste novo/JG] de topografia regular e riqueza mais concentrada. Enquanto no primeiro setor [Vale do Paraíba/JG] estabelecer-se-ão a muito custo algumas deficientes e onerosas vias férreas, o novo [Oeste/JG] contará muito cedo com uma boa rede de estradas" (PRADO JÚNIOR 1984, p.164-165).

^{44 &}quot;Sem afetar imediatamente o volume de força de trabalho, a libertação dos nasciturnos introduzia, entretanto, a longo prazo, um abalo nas bases do sistema escravista" (BEIGUELMAN, 1977, p.23)

Após a eliminação da oferta internacional de braços escravos, a solução imediata foi o deslocamento dos braços escravos das zonas menos produtivas para aquelas mais prósperas. Mas "(...) a transferência de escravos do Norte para o Sul, se prejudicava grandemente aquele, não resolvia senão muito precariamente as dificuldades do último. Era preciso uma solução mais ampla e radical" (PRADO JÚNIOR, 1984, p.174-175). Assim,

nos meados do século [XIX/JG], ela [população escrava/JG] representava, quase que exclusivamente, a força de trabalho utilizado nas fazendas. Vinte anos depois, embora o escravo continuasse ainda a representar a mão-de-obra predominante na lavoura, tendo mesmo crescido o seu número em relação às épocas anteriores, já se observava que a sua proporção em relação ao total da população começava a diminuir (COSTA,1998, p.192).

A diminuição na participação dos escravos sobre o total da população sugere uma participação progressiva do trabalhador livre, posto que as zonas cafeeiras do Centro-Sul passavam por um momento de notável expansão econômica. A transição do trabalho servil para o trabalho livre foi um processo lento e difícil⁴⁵ e que ocorreu de maneira distinta em cada região brasileira, dependendo das condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas internas. Os contrastes dessas naturezas presentes nas três principais áreas cafeeiras da província de São Paulo — Vale do Paraíba, Oeste antigo e Oeste novo — fizeram com que cada uma destas regiões agisse de maneira diferente no que se refere a como e quando realizar a transição do trabalho escravo para a mão-de-obra livre. Os fazendeiros da zona pioneira (Oeste Novo), que não dispunham de grandes plantéis de escravos, foram os mais interessados no acirramento da imigração européia e na utilização de trabalhadores livres nacionais. Por outro lado, os fazendeiros das zonas antigas do Vale do Paraíba e do Oeste, onerados por dívidas e enfrentando queda na produtividade de seus cafezais, continuavam apegados aos escravos⁴⁶. Assim, conforme explica Emília Viotti da Costa,

a contrastante atitude dos fazendeiros das zonas pioneiras e das zonas decadentes não pode ser explicada em termos meramente psicológicos ou ideológicos. Não se trata de opor pura e simplesmente uma mentalidade senhorial a empresarial, mas de contrastar duas condições *objetivamente* diversas que permitiram a uns assistir com relativa indiferença aos progressos do abolicionismo e levaram

-

⁴⁵ Paula Beiguelman indicou como esta transação lenta deu-se no Nordeste Paulista: "à época em que o Oeste novo inicia a incorporação do imigrante europeu, a lavoura operava três tipos de braço: o livre nacional para as tarefas de derrubadas de matas; o escravo para a formação das lavouras novas e o imigrante para o trato do cafezal" (1977, p.106).

^{46 &}quot;Abastecidos de numerosa escravaria, os fazendeiros do Vale do Paraíba não pareciam sentir a falta de braços tantas vezes alegada pelos agricultores paulistas. Por isso talvez estivessem também menos interessados em promover experiências com a colonização e o trabalhador livre, que nessa época empolgavam os fazendeiros do centro e oeste de São Paulo" (COSTA, 1998, p.105).

outros a defender até o último instante a ordem tradicional (COSTA, 1998, p.38, itálico da autora) ⁴⁷.

A solução natural e imediata para a escassez de braços escravos seria a utilização do trabalhador livre nacional, porém esta opção não se mostrou frutífera. Muitos fazendeiros consideravam o trabalhador livre nacional — tanto aquele inserido na agricultura de subsistência como aquele vivendo nas cidades — pouco produtivo, arredio ao trabalho ou, no caso daqueles oriundos dos centros urbanos, com dificuldades para se adaptar ao trabalho na lavoura. Por outro lado, esta população livre acreditava que as condições de trabalho oferecidas no campo as reduziam, grosso modo, à condição de escravos. Por conta disso, inviabilizou-se a adoção sistemática deste tipo de braço nas grandes lavouras, conforme explica Furtado⁴⁸:

Se se excetuam algumas regiões de maior concentração demográfica e características algo diversas — como o sul de Minas — a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil e exigia grande mobilização de recursos. Na realidade, tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários de terras. A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político o que entrava em jogo. Mas não somente no sistema de subsistência existia mão-de-obra trabalhando em baixíssima produtividade, e que podia ser considerada como reserva potencial de força de trabalho. Também nas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola e às condições de vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em menor grau, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência, contribuíram para a formar a opinião de que a mão-de-

-

⁴⁷ Diversos estudiosos, entre eles Sérgio Buarque de Holanda (1995), Fernando Henrique Cardoso (1969), Octavio Ianni (1966) e Florestan Fernandes (1974), acreditavam que a oposição entre a elite agrária do Oeste e do Vale do Paraíba paulistas era conseqüência de profundas divergências ideológicas entre os homens dessas duas regiões. Os proprietários de terras do Oeste, mais progressistas, aceitavam e defendiam a abolição da escravatura e a incorporação de imigrantes europeus para o trabalho nos cafezais; enquanto a elite do Vale, de idéias conservadoras e tradicionais, lutava pela manutenção da escravidão. Mas a partir dos estudos de Peter Eisenberg (1989), Paula Beiguelman (1977) e outros autores, observa-se que as diferenças no comportamento dos fazendeiros do Vale e do Oeste não se deram única e exclusivamente pela simples diferença de mentalidade, mas sim por uma convergência de fatores, como a produtividade de suas lavouras, o acesso à mão-de-obra escrava, o maior ou menor interesse dos imigrantes por se fixarem nas fazendas, a disponibilidade de recursos para introduzir o trabalhador livre no campo etc. Assim, analisando os Anais do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878, Eisenberg conclui: "a implicação central dessa conclusão [negação da importância das diferenças de mentalidades regionais/JG], que constitui um ponto de partida para a reavaliação do período de fim do Império, é que, de fato, tanto os fazendeiros do Vale do Paraíba e o Sul de Minas quanto os do Oeste Paulista eram membros de uma só classe baseada na exploração de grandes propriedades particulares e rurais e de trabalhadores escravizados, e, em grau menor, livres sem ser assalariados. Como qualquer classe, ela teve suas divisões internas, mas em 1878 as divisões não obedeciam as divisões geográficas" (1989, p.159).

⁴⁸ Mas o insucesso na utilização sistemática do trabalhador livre nacional nas lavouras cafeeiras não os excluiu do trabalho nestas propriedades, conforme explica Bacellar: "(...) vale lembrar que ao trabalhador livre nacional foi reservado um espaço muito específico, de desbravamento de matas virgens e implantação inicial da lavoura de café, tarefas consideradas muito pesadas e desinteressantes para o imigrante" (1999, p.142).

obra livre do país não servia para a 'grande lavoura'. Em consequência, (...), não evoluiu no país a idéia de um amplo recrutamento interno financiado pelo governo (1995, p.121-122).

E, se a mão-de-obra necessária à grande lavoura não poderia ser recrutada internamente, a alternativa imediata era trazê-la de fora. Assim, o imigrante europeu apareceu como uma solução para substituir os poucos cativos restantes e os escassos trabalhadores livres nacionais: "Na área mais nova [onde o café penetrou mais tardiamente — Nordeste Paulista/JG], o elemento nacional se especializará como camarada ou jornaleiro, reservando-se o colonato à família imigrante" (BEIGUELMAN, 1977, p.108).

No Nordeste Paulista, a vinda dos imigrantes europeus

ganharia volume efetivo apenas na segunda metade da década seguinte [década de 1880], com a derrocada final da escravidão e a rápida expansão da cafeicultura paulista. A maioria destes imigrantes era de origem italiana, seguidos pelos espanhóis e portugueses (BACELLAR, 1999, p.144).

Assim, a expansão da cafeicultura nessa região deu-se concomitantemente à chegada das maiores levas de imigrantes⁴⁹. A vinda desses estrangeiros, atraídos pela necessidade de braços para a lavoura de café, foi igualmente impulsionada pela chegada da ferrovia, que possibilitou o deslocamento dessas pessoas da cidade de São Paulo — que abrigava grande parte dos recém-chegados⁵⁰, já que Santos era apenas um porto de baldeação para o interior: "Ribeirão Preto, na zona da Mogiana, (...), ficava a trezentos quilômetros a noroeste da Capital. O meio mais prático de atingir as fazendas era o trem, embora a viagem ferroviária fosse cara para um trabalhador do café" (HOLLOWAY, 1984, p.97).

Há, portanto, uma relação muito estreita entre o desempenho da economia cafeeira, o crescimento populacional e a expansão das ferrovias no Estado de São Paulo. O café trouxe as primeiras ferrovias e seus ramais secundários, alcunhados de "cata-café" ⁵¹, que iam se ampliando conforme os interesses dos fazendeiros e o crescimento da produção:

50 Holloway (1984, p.85) explica que no final da década de 1880 o governo paulista adotou algumas medidas emergenciais para facilitar a vida dos imigrantes europeus recém-chegados, alugando prédios na capital paulista para servirem como moradias temporárias para estes cidadãos. Entretanto, com a elevação considerável do influxo de europeus na década de 1890, foi necessária uma maior organização na recepção desses estrangeiros e, assim, foi inaugurada a Hospedaria dos Imigrantes, o estabelecimento permanente para o abrigo desses recém-chegados.

⁴⁹ Segundo Holloway (1984, p.266-267), 265.520 pessoas deixaram a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo com destino aos municípios da Mogiana entre 1893 e 1914, ou seja, uma média de mais de 12.000 imigrantes por ano. Para o período de 1915 a 1929, o número correlato foi apurado em 126.179 pessoas, o que resulta em uma média anual de mais de 9.000 imigrantes.

^{51 &}quot;Dos doze ramais da Mogiana, alguns não chegavam a ter vinte quilômetros, enquanto que o mais extenso não chegava a cem. A grande maioria ficava na base de quarenta ou cinqüenta quilômetros. Verdadeiras estradas 'cata-café' que iam, no seu imediatismo, servir aos interesses das fazendas de uma região que, na época, já se encontrava na vanguarda da produção cafeeira de São Paulo" (MATOS, 1974, p.77, itálico do autor).

"nos municípios, os grandes cafeicultores tratavam de garantir ramais férreos que atendessem seus interesses econômicos, eventualmente patrocinando a criação de pequenas companhias férreas locais" (BACELLAR, 1999, p.118) ⁵². Essas ferrovias, por sua vez, incentivavam novos empreendimentos e conduziam os trabalhadores (principalmente os imigrantes) e as pessoas interessadas em fixar-se nas prósperas áreas cafeeiras, contribuindo para o maior desenvolvimento da economia cafeeira. O termo *Mogiana* ainda hoje é utilizado para designar parte do Nordeste Paulista e deve-se à seguinte correlação: "o fato das regiões serem conhecidas pelos nomes das ferrovias que as servem mostra a importância das estradas de ferro para a fixação do povoamento e o desenvolvimento de tais regiões" (PIRES, 1997, p.483).

No período de 1874 a 1886, momento de avanço da cultura cafeeira na Mogiana, observou-se, apenas para a cidade de Batatais, um crescimento da população total na ordem de 76,9% (BASSANEZI, 1999), de modo que o número de habitantes naquela localidade passou de 11.255 para 19.915⁵³. Este notável crescimento demográfico foi impulsionado pela grande elevação na quantidade de pessoas livres ali residentes, já que este segmento populacional elevou-se em 103,8%, crescendo a uma taxa de 6,1% ao ano. Por outro lado, a população escrava decresceu a uma taxa de 3,7% ao ano: até o dia 30 de março de 1887 foram matriculados em Batatais tão-somente 1.372 cativos. Os 19.915 moradores do município de Batatais e de suas paróquias estavam distribuídos em 3.061 fogos, média de 6,5 pessoas por fogo.

Levando em consideração os dados da população livre e cativa, observou-se que entre 1874 e 1886 houve uma inversão na participação relativa de homens e mulheres. Neste último ano, o número de mulheres (10.280) superou o número de homens (9.635), resultando em uma razão de sexo de 93. Em 1874, esta estatística foi calculada em 110.

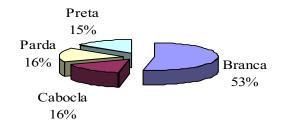
__

⁵² A fundação da cidade Brodowski em 1894 exemplifica o interesse e o esforço dos fazendeiros pela instalação de estações mais próximas de suas propriedades. Segundo Ariovaldo Correa (1986), o coronel Lucio Enéas de Melo Fagundes fez a doação de uma parte de suas terras da Fazenda Belo Monte para a Cia. Mogiana, responsável pela execução das obras. E assim, ao redor da estação ferroviária inaugurada em 5 de setembro de 1894 nasceu a cidade. O nome do município é uma homenagem ao engenheiro polonês Alexandrer Brodowski, inspetor geral da Cia. Mogiana naquela ocasião, considerado "padrinho" da empreitada.

⁵³ No Recenseamento de 1886 foram arroladas no município de Batatais as paróquias de Senhor Bom Jesus da Cana Verde, Nossa Senhora da Piedade do Mato Grosso (atual Altinópolis), Sant'Anna dos Olhos D'Água (atual Ipuã), Santo Antonio da Alegria e Divino Espírito Santo (atual Nuporanga). Para Cajuru deveriam constaram os números referentes às paróquias de São Bento e Santa Cruz de Cajuru. Entretanto, para este último município não foram disponibilizadas as informações. Assim, as estatísticas ora apresentadas referemse apenas ao município de Batatais, de modo que, com relação ao Censo de 1874, houve uma "perda" da população ali residente. Além disso, os dados deste Censo estão disponibilizados em duas categorias: população total (livre + escrava) e população escrava matriculada até 30 de março de 1887, impossibilitando a nálise da população livre em separado.

Além disso, observou-se, neste mesmo período, a manutenção do predomínio dos indivíduos de cor branca no total da população recenseada. (Cf. Gráfico 1.9).

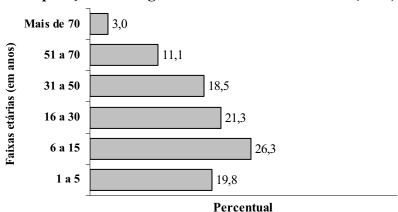
Gráfico 1.9 População total segundo cor: Batatais (1886)



Fonte: BASSANEZI, 1999

As informações concernentes às faixas etárias da população livre e cativa considerada conjuntamente e inseridas no Gráfico 1.10^{54} apontam para a manutenção do perfil etário verificado em 1874. Dentre a população batataense arrolada em meados da década de 1880, mais da metade tinha menos de trinta anos. As crianças — aqui consideradas como os indivíduos com até quinze anos — representavam 46,1% do total arrolado, ao passo que os indivíduos de dezesseis aos cinqüenta anos somavam 39,8%. As pessoas idosas, com cinqüenta e um anos ou mais, eram tão-somente 14,1% do total.

Gráfico 1.10 População total segundo faixas etárias: Batatais (1886)

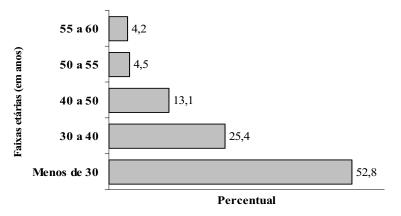


Fonte: BASSANEZI, 1999

⁵⁴ Para a elaboração dos Gráficos 1.10 e 1.11 utilizaram-se as faixas etárias disponibilizadas na tabulação do censo.

O mesmo corte demográfico realizado para os cativos indicou uma população um pouco mais "envelhecida" em face dos números apresentados para a população batataense como um todo (Cf. Gráfico 1.11). No caso dos cativos, pouco mais da metade possuía até trinta anos de idade (52,8%); ao passo que este percentual atingiu 67,4% quando compulsada a população total⁵⁵.

Gráfico 1.11 População cativa segundo faixas etárias: Batatais (1886)

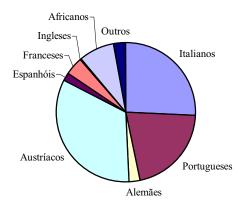


Fonte: BASSANEZI, 1999

A população estrangeira livre de Batatais, que era formada por tão-somente quarenta e três pessoas em 1874 (setenta e uma se contados aqueles residentes em Cajuru), cresceu de maneira vertiginosa. Em 1886, 620 pessoas nascidas em outros continentes residiam em Batatais (3,1% da população total do município), sendo que 568 deles eram europeus (91,6%). O Gráfico 1.12 indica que até aquele momento os austríacos haviam vindo em maior número (207 pessoas), seguidos pelos italianos (160), portugueses (129) e franceses (26). Em menor número vieram os alemães, espanhóis e ingleses, com quinze, doze e dois representantes, respectivamente. Havia, ainda, naquele ano, cinqüenta e dois africanos livres. Quatro anos mais tarde, o Censo de 1890 (BASSANEZI, 1999) indicou que viviam na cidade de Batatais e nos três municípios dela desmembrados — Cajuru, Nuporanga e Santo Antonio da Alegria — um total de 991 estrangeiros (2,8% da população total recenseada), o que significa que neste curto período de tempo a quantidade de estrangeiros elevou-se em 74,5%.

⁵⁵ A comparação desses dois percentuais deve ser ponderada pelo fato de que para a população total a faixa etária estipulada no censo incluiu as pessoas com trinta anos de idade (conforme Gráfico 1.10). No caso dos cativos, estas últimas pessoas foram inseridas em outra faixa etária (trinta a quarenta anos, conforme Gráfico 1.11).

Gráfico 1.12 Composição da população estrangeira: Batatais (1886)



O plantio do café em maior escala promoveu uma significativa modificação na estrutura produtiva regional, tradicionalmente baseada no abastecimento interno: "a cafeicultura (...) reestruturou a pecuária e a agricultura de abastecimento interno, dando mais fôlego, inclusive, às atividades urbanas" (OLIVEIRA, 2003, p.17). Os trens da Mogiana que por lá passavam já não encontravam mais uma atividade exclusivamente de pecuária e mantimentos. Para o período de 1896 a 1902, houve um decréscimo significativo nos embarques de gado na estação de Franca, o que possivelmente esteja associado ao avanço da cultura cafeeira, e "foi em 1899 e 1900 que as quantidades embarcadas [de café/JG] passaram a ser expressivas — seis mil toneladas ou 40% das quinze mil toneladas do peso total movimentado na estação de Franca" (TOSI, 1998, p.141).

Ainda no início do século XX as atividades de maior relevância em Batatais eram a criação de gado e a agricultura de subsistência. Porém, a análise dos dados do Censo Agrícola e Zootécnico da safra de 1904-1905 do Estado de São Paulo (BASSANEZZI; FRANCISCO, 2003) indica o avanço da cafeicultura vislumbrado desde as últimas décadas do século XIX⁵⁶. A atividade pecuária desenvolvida em Batatais ocupava 191.639 alqueires de campos e pastos, sendo 17.148 de área cultivada. Os 1.491 proprietários de áreas de criação praticavam uma pecuária assaz diversificada, sendo anotada a presença de gado eqüino, muar, caprino, suíno, lanígero e *vacum*, com destaque para este último, já que aproximadamente metade dos 120.926 animais arrolados (43,7%) era dessa espécie. A

56 Para o acompanhamento do território batataense vislumbrado em 1850 acrescentaram-se às estatísticas referentes a Batatais aquelas apuradas para Cajuru, Jardinópolis, Nuporanga e Santo Antonio da Alegria, municípios já existentes em 1904 e criados a partir do outrora território batataense.

média de animais por criador alcançou 81,1. A descrição da produção animal reforça a importância da pecuária, sendo produzidos, nesse ano agrícola, 916.320 litros de leite, 331.320 quilos de queijo, 6.060 arrobas de carne, 22.664 arrobas de toucinho, 1.1918 quilos de manteiga, 52 quilos de cera, 480 quilos de mel e quinze quilos de lã.

A cidade de Batatais contava também com 1.926 propriedades agrícolas e 18.010 alqueires de área cultivada. Os cafezais ocupavam quase 70% dessa área (12.547 alqueires), sendo produzidos ainda cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão, algodão e fumo, além do plantio de poucas videiras em 9,5 alqueires de terra. Os 24.225.447 cafeeiros produziram 1.332.447 arrobas de café e as plantações de cana geraram 6.047 arrobas de açúcar e 847.070 litros de aguardente. Destacou-se ainda a produção de 15.607.200 litros de milho, 4.882.550 litros de arroz, 2.949.550 litros de feijão, 240 arrobas de algodão, 65 arrobas de fumo em corda e 700 litros de vinho⁵⁷.

Com relação ao tamanho das propriedades, os pequenos proprietários eram bastante representativos tanto entre os pecuaristas como entre os agricultores; 49,5% dos agricultores possuíam até vinte e cinco alqueires de terra e 47,9% dos pecuaristas detinham até vinte e cinco cabeças de gado. E, por fim, verificou-se que 56,2% dos 13.058 trabalhadores empregados nas propriedades rurais batataenses eram estrangeiros, confirmando o elevado afluxo de imigrantes europeus iniciado por ocasião da transição do trabalho compulsório para o livre e amplamente favorecido pela chegada da ferrovia, conforme explicitado anteriormente. Um documento enviado à Câmara de Batatais, assinado por Adolpho E. Pinto Pacca e datado de 17 de outubro de 1887, corrobora a vinda de imigrantes desde aquele momento. Pacca propõe a instalação de uma colônia agrícola na cidade e requisita a parceria do referido órgão público:

Atendendo à vantagem incontestável que advém do estabelecimento de uma colônia agrícola neste município, por sem dúvida, notável pela fertilidade de seu solo, vantagem oriunda de terem os agricultores de aqui extraordinária facilidade em conseguir os necessários colonos para suas fazendas, o que torna indeclinável precisão na quadra atual em que se trata da substituição do trabalho escravo pelo livre, venho perante V Sas fazer a seguinte [ilegível] proposta cuja aprovação

-

⁵⁷ A comparação dos dados referentes a São Simão, localidade próxima a Batatais e também situada no Nordeste Paulista, evidenciam o perfil diferenciado da cidade de Batatais, revelando a grande relevância da pecuária para aquela economia. Em São Simão, foram arrolados apenas 291 pecuaristas e 14.234 cabeças de animais, resultando assim em uma média de 48,9 animais por propriedade, 36,6% menor que a calculada apenas para a cidade de Batatais. Além disso, a área destinada aos campos e pastos somava apenas 10.112 alqueires, menos de um terço daquela apurada para Batatais. Por outro lado, em São Simão as 291 propriedades agrícolas cultivavam 16.575,5 alqueires de terras (mais que o dobro do utilizado em Batatais), sendo que 97,1% deles estavam ocupados pelos cafezais. São Simão possuía 26.782.000 cafeeiros (aproximadamente três vezes o número de pés anotados apenas em Batatais — 9.769.080), que produziram, naquela safra, 1.466.675 arrobas de café. Além disso, houve a produção de 340.980 litros de aguardente, 1.259.000 litros de arroz, 2.959.000 litros de milho e 977.000 litros de feijão.

insistentemente solicito. Comprometo-me concorrer, para a realização daquela importante medida de utilidade pública, com todo o trabalho técnico de que depender a instalação e manutenção da colônia, uma vez que pela Ilma. Câmara Municipal sejam fornecidos os terrenos que a ela pertence, que os que são do patrimônio da fábrica, como consentimento dos respectivos interessados. (...) ⁵⁸

O plantio do café na região nordeste do estado de São Paulo, acirrado nas décadas de 70 e 80 do século XIX, possibilitou um grande crescimento econômico e demográfico local, além de ter ganhado destaque e importância econômica, firmando-se, até os anos de 1930, como a maior área produtora de café paulista e brasileira. No entanto, o *boom* cafeeiro observado na Mogiana deu-se de forma diferenciada para as diversas cidades ali localizadas. Lélio L. de Oliveira (2003) acredita que na cidade de Franca, objeto de seu estudo, houve uma "resistência das roças e criatórios", em oposição à situação vivenciada por Ribeirão Preto:

A cafeicultura, porém, não promoveu a erradicação das atividades tradicionais destinadas ao mercado interno e não gerou um domínio monocultor, como aconteceu em Ribeirão Preto. O impacto da ferrovia e do café, em Franca, foi no sentido de dinamizar as atividades existentes no período imperial (2003, p.36).

Assim, a estrutura econômica vigente no momento da introdução e desenvolvimento dos cafeeiros foi fortalecida e ampliada, produzindo para o mercado interno e gerando recursos e demanda no mercado interno. Analisando a composição dos ativos arrolados nos inventários *post-mortem* francanos datados de 1890 a 1920, Oliveira observou o caráter misto das fazendas ali presentes. A resistência por parte dos fazendeiros locais em fazer investimentos vultosos no café advinha principalmente da insegurança dos mesmos. Eles estavam habituados à auto-suficiência de suas fazendas e, além disso, os resultados econômicos da nova lavoura dependiam das diversas conjunturas internacionais, que determinavam, por sua vez, o preço do café. Por esse motivo, "mesmo os grandes proprietários não utilizaram, de imediato, todos os seus aportes na lavoura cafeeira. Aqueles que investiram, sempre tiveram o café ao lado da pecuária" (OLIVEIRA, 2003, p.39).

Porém o menor envolvimento dos fazendeiros instalados na região francana (incluindo os batataenses) com a cultura cafeeira não pode ser explicado apenas pela resistência daqueles proprietários locais em investir no café. É preciso considerar também a questão das condições naturais ali vigentes, especialmente no que se refere à qualidade do terreno disponível para o plantio do café:

⁵⁸ Documento depositado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Batatais. Caixa nº 2, processo manuscrito nº 041.

O tipo de solo preferido pelos paulistas [para a formação de cafezais/JG] era a terra roxa. Segundo Pierre Monbeig, a verdadeira terra roxa era rara. Além de possuir alto teor de matéria orgânica esse tipo de solo era também rico em calcário, apresentando um pH quase sempre superior a sete. Essas especificidades fazem reduzir a incidência desse tipo de solo a apenas 2% do território paulista. A preferência por esse tipo de terreno estava também associada à sua profundidade. A raiz de um cafeeiro adulto podia alcançar até cinco metros, por essa razão, as terras realmente adequadas para cafeicultura eram aquelas que conservavam sua fertilidade até o final das raízes (LOPES, 2005, p.31-32, itálico da autora).

A existência de terras menos desejadas para o plantio de café naquela região também deve ter contribuído para um avanço mais tímido dos cafezais, ao contrário do que ocorreu no caso de Ribeirão Preto.

Depreende-se, das análises feitas até o presente momento, que o Nordeste Paulista, particularmente a região de Franca e Batatais, teve durante grande parte do século XIX seu desenvolvimento econômico vinculado às atividades agrícolas de subsistência e à pecuária. Antes reduzida ao comércio dos produtos exigidos pelos transeuntes que se abrigavam nos fogos situados ao longo do Caminho de Goiás, a economia apresentou uma nova dinâmica com o avanço dos entrantes mineiros, que já desenvolviam uma economia essencialmente direcionada ao mercado interno e que mantinham relações comerciais com os grandes centros urbanos brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro. O adensamento populacional ocasionado pela entrada maciça dos mineiros em território paulista contribuiu para o rápido desenvolvimento das atividades econômicas praticadas, resultando em um desenvolvimento regional bastante significativo.

A origem da atual cidade de Batatais ocorreu ainda no século XVIII. Nas décadas de 1720 e 1730 foram doadas terras no local da antiga paragem de mesmo nome, no Caminho de Goiás. Já em 1815 a capela foi elevada à condição de freguesia e em 1839 tornou-se vila. O crescimento demográfico mostrou-se atrelado à evolução econômica das plantações e criações. A chegada do café, da ferrovia e dos imigrantes a partir da década de 1870 alterou o cenário sócio-econômico; entretanto, acredita-se que pelo menos até o alvorecer do século XX a atividade criatória e a agricultura de subsistência ainda ocupavam parcela significativa dos proprietários, das terras e dos recursos da localidade. É, portanto, diante deste cenário, e com o auxílio dos inventários e de fontes complementares, que se pretende analisar a composição e a distribuição da riqueza dos inventariados batataenses, avaliar a importância da pecuária e da agricultura de subsistência para a dinâmica econômica local e identificar como estas atividades estavam inseridas na economia de subsistência do Centro-Sul brasileiro. A partir dessas informações, deve-se delinear uma aproximação das condições econômicas regionais sob as quais os inventariados batataenses obtiveram

recursos para a acumulação de riqueza; examinando, ademais, as mudanças ocorridas nos patrimônios em virtude das alterações sócio-econômicas nacionais e regionais, identificando as novas possibilidades e estratégias de investimento adotadas. Pretende-se, outrossim, avançar o entendimento do perfil demográfico e da estrutura de posse de cativos, examinando as principais características dos escravos e de seus senhores, além do impacto das alterações ocorridas no sistema escravista brasileiro e da nova dinâmica econômica local.

CAPÍTULO 2



Fonte: Casa da Cultura de Batatais

Foto nº 2 — Estação Mogiana: Chegada da imagem de Nossa Senhora Aparecida à cidade de Batatais (sem data)

CAPÍTULO 2

COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA INVENTARIADA EM BATATAIS (1851-87)

O presente capítulo ocupa-se da análise dos bens arrolados nos inventários *post-mortem* lançados em Batatais na segunda metade do Oitocentos. A intenção primordial deste exame é revelar as principais transformações ocorridas nos patrimônios pessoais, traçando o perfil econômico da localidade em foco mediante o estudo das formas, níveis e distribuição dos recursos possuídos pelos inventariados em uma economia essencialmente pecuarista e agricultora de subsistência, que assistiu, nas últimas décadas do século XIX ao avanço da cultura cafeeira e à substituição do trabalho compulsório pelo livre. A partir da tabulação dos dados dos processos selecionados, foi possível identificar os bens arrolados (móveis, animais, escravos, imóveis, valores mobiliários, dívidas ativas e passivas etc), bem como de seus valores, de sua representatividade no total das fortunas inventariadas e de sua distribuição entre os inventariados batataenses.

Para o cumprimento dos objetivos propostos, o capítulo foi estruturado em quatro partes: na primeira delas apreenderam-se as principais características da amostra e dos proprietários batataenses; posteriormente se apurou a distribuição das fortunas inventariadas entre os proprietários e os tipos de ativos que compunham a riqueza, verificando, ainda, a natureza das modificações ocorridas em sua estrutura ao longo do período contemplado pelo estudo. Por fim, foram colocados em destaque alguns ativos inventariados, de modo a verificar o que os processos selecionados puderam revelar a respeito das atividades econômicas praticadas em Batatais.

Os inventários como fontes primárias para o estudo da riqueza

A principal fonte de dados da qual foram extraídos os resultados discutidos ao longo do corrente trabalho consiste nos inventários *post-mortem* lançados entre 1850 e 1888 e que se encontram arquivados no Fórum de Batatais e na Casa da Cultura de Cajuru. Há, para o período selecionado, um total de 1.186 inventários disponíveis para a pesquisa em ambos os arquivos. Desse total, foram incluídos na amostra considerada apenas aqueles lançados nos anos ímpares. A seleção dos processos foi aleatória e visou a adequar a utilização das fontes ao tempo disponível para a realização da pesquisa.

O *corpus* documental resultante da amostragem anteriormente descrita é formado por 492 processos, iniciados primordialmente nas três décadas finais do período (Cf. Tabela 2.1).

Tabela 2.1 Número de inventários que compõe a amostra do trabalho segundo período (1851-87)

_	Período	Batatais (1º ofício)	Batatais (2º ofício)	Cajuru	Total (%)
	1851-59	73	10	1	84 (17,1)
	1861-69	122	5	2	129 (26,2)
	1871-79	89	15	41	145 (29,5)
_	1881-87	70	20	44	134 (27,2)
_	Total	354	50	88	492 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Observa-se, de pronto, a concentração registrada por processos lançados nas décadas de 1870 e 1880; fato decorrente da incorporação dos processos arquivados em Cajuru, visto que estes inventários abarcam as antigas freguesias de Cajuru e Santo Antonio da Alegria⁵⁹.

A utilização de inventários *post-mortem* como base documental de pesquisa é recorrente em diversas áreas do conhecimento, especialmente em economia, história, demografia e sociologia. Em se tratando de história econômica e demografia histórica, as análises baseadas nas informações contidas neste tipo de documentação contemplam tempos, espaços, objetivos e grupos sociais distintos; e ainda podem utilizar metodologias de análise diferenciadas. Antes de apresentar os resultados obtidos através da leitura dessa documentação, optou-se por discutir algumas questões referentes a esse *corpus documental*.

"O inventário é o ato jurídico que tem como finalidade relacionar, avaliar e dividir os bens deixados por alguém que morreu" (ANDRADE, 1988, p.19). Os inventários possuem, geralmente, duas partes: primeiramente dá-se a avaliação, em que são descritos e avaliados todos os bens deixados em herança; e posteriormente a partilha, em que é determinado o

⁵⁹ A inclusão dos processos arquivados na Casa da Cultura de Cajuru deu-se com o objetivo de manter a unidade territorial ao longo de todo o período estudado. Isso porque o território batataense sofreu diversos desmembramentos na segunda metade do Oitocentos, ou seja, a "Batatais de 1850", em termos espaciais, diferia significativamente da "Batatais de 1888". A coleta no Fórum de Batatais indicou que aproximadamente cinqüenta inventários ali arquivados e, portanto, incluídos na amostra, referem-se às freguesias de Cajuru (desmembrada de Batatais em 1865) e Santo Antonio da Alegria (criada em 1866 no município de Batatais, transferida para o município de Cajuru em 1873 e desmembrada de Cajuru em 1885), que compunham a "Batatais de 1850". Optou-se, então, pela inclusão dos processos atinentes à vila de Cajuru e à freguesia de Santo Antonio da Alegria depositados na Casa da Cultura de Cajuru.

destino dos bens arrolados anteriormente, conforme determinação legal ou cumprindo as vontades do testador (inventariado). Em decorrência da abertura do inventário, é indicado um inventariante (geralmente o cônjuge do inventariado).

Há, ainda, algumas informações iniciais, como a data de falecimento do inventariado e de abertura do inventário, nome, local de moradia do inventariado, nome do inventariante, nome do(s) herdeiro(s), indicando o grau de parentesco do(s) mesmo(s) com o inventariado. A estas informações seguem-se a avaliação e o auto de partilha. A avaliação arrola todos os bens acumulados pelo inventariado ao longo de sua vida. Na maioria dos casos, existe uma ordem sistemática de arrolamento dos bens: inicia-se a descrição com o arrolamento do dinheiro, diamantes, ouro, prata, cobre, ferros e madeiras, seguidos pelos bens móveis (mobílias residenciais, louças, utensílios domésticos, mantimentos etc.), bens imóveis ou de raiz (casas, terrenos, fazendas ou chácaras, benfeitorias, senzalas, engenhos, casas comerciais, trapiches etc.), bens semoventes (os escravos e os animais, estes últimos geralmente subdivididos em bovinos, suínos, eqüinos, ovinos, muares e caprinos) e as dívidas, tanto as ativas (referentes a empréstimos em dinheiro ou venda de bens) quanto as passivas (referentes a valores a serem pagos por empréstimos ou compra de bens).

Faz-se, adicionalmente, a avaliação dos dotes doados aos filhos por ocasião de seus casamentos e das doações de bens feitas em vida. Os valores dos dotes eram restituídos ao monte-mór pela metade do valor (meio dote)⁶⁰. Assim, a soma de todos os ativos do indivíduo formava o monte-mór (bens, dotes e dívidas ativas). Descontados do monte-mór as dívidas passivas e as custas do inventário, obtinha-se o monte partível. A partir deste valor, dava-se então a meação de acordo com a legislação vigente.

Não obstante essa riqueza de informações dos inventários, deve-se fazer uma ressalva quanto à utilização deste *corpus* documental, visto que tal documentação apresenta algumas limitações.

Diferentemente das listas nominativas, que compreendiam parcela significativa da população residente em determinada localidade, os inventários constituem uma amostra desses indivíduos⁶¹. O lançamento de um desses processos estava atrelado à morte de uma ou mais pessoas, fato que implica a consideração de indivíduos em faixas etárias e riquezas pessoais distintas ao longo do período selecionado para estudo. Em uma determinada década,

⁶⁰ No caso do falecimento do casal, deveria retornar ao monte a ser inventariado o valor integral do dote anteriormente concedido.

⁶¹ No caso específico do presente estudo, os inventariados considerados constituem, do ponto de vista estatístico, uma população que tem características peculiares: são batataenses e, sobretudos, falecidos nos anos ímpares do período 1851-87.

por exemplo, pode ter falecido um número maior de proprietários com maiores cabedais, ao passo que, em outro período, anterior ou posterior, o número de pessoas com menores posses fosse mais significativo entre as pessoas ali falecidas.

Outra questão importante a ser considerada é o fato de que a fortuna declarada naquele determinado momento é o reflexo de um patrimônio acumulado ao longo da vida dos indivíduos: "a fortuna reflete a formação e acumulação de capital ao curso da vida de um homem e muitas vezes a acumulação no de vidas pretéritas" (MELLO, 1990, p.28).

É preciso considerar também a questão da possível defasagem na detecção das mudanças verificadas nas atividades econômicas desenvolvidas pelos inventariados. Essa limitação deve ser considerada, por exemplo, no caso da determinação do momento em que o café começou a ganhar força naquela localidade. A utilização dos inventários permite apenas detectar o tipo de atividade econômica realizada ou o tipo de produto agrícola que o mesmo cultivava no momento do falecimento do proprietário, porém não possibilita determinar quando do início dessas atividades.

Poderiam ocorrer, ainda, alguns problemas relacionados aos valores declarados dos bens. Os avaliadores, escolhidos entre os moradores locais, alternavam-se nas avaliações — mesmo em processos lançados no mesmo ano—, o que poderia resultar em diferenças de preços atribuídos a bens iguais ou semelhantes. Além disso, os valores por eles atribuídos poderiam, eventualmente, distanciarem-se daqueles efetivos de mercado. Por fim, havia também a possibilidade de os herdeiros omitirem e/ou subavaliarem os bens possuídos pelos inventariados com vista à redução no pagamento de impostos. No entanto, conforme observou Zélia Cardoso de Mello:

(...) esses problemas [diferenças entre os preços inventariados e aqueles vigentes no mercado e subjetividade das avaliações/JG] não se mostraram de maior relevância. (...), podemos supor, mesmo admitindo a possível discrepância entre os preços de mercado e preços de avaliação ou diferença nesta entre os diversos avaliadores, que os valores apresentados refletem pelo menos a tendência, e que há certa proporcionalidade entre os bens, a cada ano (1990, p. 30).

Quanto ao problema da possível omissão e/ou subavaliação dos bens, a autora afirma:

Sem discutir se ao homem do século XIX se colocava a questão da resistência à tributação, contornamos esta eventualidade ao considerar que, se há fraude, esta possui um caráter sistemático, e por isso a temos como uma constante a influenciar todos da mesma maneira. Se houvesse uma tendência maior quanto a este comportamento por parte dos ricos, resultaria na subavaliação e, portanto, na sua presença, as distâncias entre os vários grupos aumentariam, mas em nada modificaria o caráter da nossa análise (1990, p.30).

Desnecessário dizer, no entanto, que as limitações não impedem o uso profícuo da fonte selecionada e que a consideração dos resultados obtidos deve ser vista como um

recurso aproximativo que visa a esboçar a realidade verificada na localidade e período em questão.

Notas sobre a metodologia e o cálculo da riqueza dos inventariados

De posse dos somatórios referentes aos bens, dotes e dívidas declarados nos inventários, os avaliadores calcularam o monte-mór — soma dos bens, dotes e/ou doações e dívidas ativas — e o monte partível — monte-mór descontadas as dívidas passivas e custas—, que são comumente considerados, respectivamente, o patrimônio bruto e líquido acumulado pelo inventariado. No entanto, o referencial de riqueza bruta e líquida utilizado para as análises desenvolvidas difere daquele calculado na documentação.

O valor de *riqueza bruta* considerado no presente trabalho equivale à soma de todos os ativos inventariados — bens móveis, semoventes, imóveis e valores mobiliários — além das dívidas ativas. Diferentemente do monte-mór indicado na documentação, a *riqueza bruta* aqui considerada não inclui os montantes referentes aos dotes e/ou doações feitas em vida que retornaram ao monte. Isso porque, em primeiro lugar, eles não foram devidamente especificados em todos os documentos consultados; e, além disso, os avaliadores não indicaram o momento em que ocorreu a transferência desses bens doados e/ou dotados, de forma que sua consideração deveria acrescentar à riqueza possuída bens que há muito já não pertenciam ao inventariado.

Por sua vez, o referencial de *riqueza líquida* utilizado é resultante da subtração das dívidas passivas ao valor correspondente à riqueza bruta anteriormente especificado. Neste caso, optou-se por não descontar do monte bruto as custas do inventário, que se considera como dívidas não pertencentes ao falecido⁶². Ademais, nem todos os processos incorporados à amostra arrolaram essas custas, especialmente quando os patrimônios acumulados eram pouco significativos⁶³.

⁶³ Em cinqüenta e nove dos 492 inventários estudados (12,0% do total) não foram apresentadas custas referentes à realização dos inventários. Destes, quarenta e quatro resultaram em riqueza bruta inferior a mil libras. No entanto, é preciso salientar que essa omissão também foi verificada em casos em que o montante bruto era expressivo, haja vista sua ocorrência em três processos cujos bens e dívidas ativas somaram 3.000 libras ou mais.

_

dívidas passivas.

⁶² Utilizando esse mesmo princípio, seria necessário desconsiderar também as despesas com o funeral do falecido, porém tal procedimento mostrou-se ineficaz. Em parte da documentação consultada tais custas estavam especificadas como decorrentes do funeral e poderiam, então, ser subtraídas. No entanto, elas também poderiam ser atribuídas a um ou mais herdeiros (geralmente o inventariante) sem a especificação de que se tratava de valores tomados para este fim, podendo ocorrer, por conseguinte, subestimação de tais despesas. Outrossim, estes valores também poderiam envolver gastos com honorários médicos e remédios, e, portanto, despesas pertencentes ao falecido. Assim, optou-se por considerar os gastos com o funeral entre as

Os valores brutos obtidos foram divididos em seis subgrupos, sendo que alguns deles possuem duas ou mais subdivisões:

(1) Bens móveis

- a. Utensílios: todos os instrumentos empregados na lavoura ou pecuária.
- b. Ferramentas: artigos para o desenvolvimento de atividades artesanais ou mecânicas.
- c. Ouro e prata: jóias em geral.
- d. Objetos de casa: louças, talheres, mobílias residenciais, roupas, livros etc.
- e. Mantimentos: estoque de alimentos.
- f. Estoques: mercadorias em estoque no caso específico de comerciantes.

(2) Animais

(2.1) Animais de tiro

- a. Cavalos: cavalos, éguas, potros (as)
- b. Muares: burros (as) e jumentos (as)
- c. Bestas

(2.2) Animais de criação

- a. Gado: bois, vacas, novilhos (as), garrotes, bezerros (as), touros
- b. Carneiros
- c. Cabras: cabras e cabritos
- d. Ovelhas
- e. Porcos: porcos (as), leitões, leitoas, capados
- f. Aves: galinhas

(3) Escravos

(4) Bens imóveis

- a. Casas e benfeitorias urbanas
- b. Casas e benfeitorias rurais
- c. Terras
- d. Plantações

(5) Valores mobiliários

- a. Dinheiro
- b. Outros valores mobiliários
- **(6) Dívidas Ativas:** valores a receber referentes a créditos concedidos, vendas de bens, contas de ról etc.

Aos valores líquidos, além das anteriormente citadas, foi incorporada uma sétima categoria, congregando as **Dívidas Passivas**, valores a serem pagos referentes a empréstimos realizados, compras de bens, despesas diversas etc.

Outrossim, é preciso salientar que o fato de trabalhar com um lapso de tempo de aproximadamente meio século traz algumas limitações à análise dos montantes brutos e líquidos calculados. A consideração dos valores nominais possibilita apenas a análise da participação relativa de cada tipo de bem ao total da riqueza a cada ano ou período de tempo determinado, posto que uma variação crescente de preços poderia elevar de forma distorcida os valores de um período a outro. Para se realizar uma análise mais completa dos resultados, utiliza-se comumente a conversão dos valores nominais verificados em números absolutos através da taxa de câmbio (sendo a libragem o método mais utilizado⁶⁴) ou por índices gerais de preço⁶⁵, cada qual com suas limitações e problemas.⁶⁶

No caso de Batatais, como tentativa de amenizar o efeito das variações de preços ocorridas naquele momento, optou-se pela conversão dos valores nominais (brutos e líquidos) em valores reais através da taxa de câmbio, o que neste caso significou transformar os valores descritos em réis para libras esterlinas⁶⁷ através da taxa de câmbio implícita⁶⁸. A escolha da série de câmbio utilizada na conversão dos valores nominais em reais (IBGE, 1990) deu-se pela indicação presente no artigo elaborado por diversos pesquisadores (NOZOE *et alli*, 2004), no qual várias séries concernentes à taxa de câmbio vigente no Brasil nos séculos XIX e XX foram analisadas e qualificadas para identificar aquelas mais confiáveis.

_

⁶⁴ Além da conversão em libras, deve-se destacar o trabalho de Joseph E. Sweigart (1987, p.303) que traz um índice de conversão de contos de réis por dólar para o período 1850-1888.

⁶⁵ Dentre os principais índices de preços que contemplam a segunda metade do século XIX, deve-se destacar o desenvolvido por Eulália Maria Lahmeyer Lobo *et alii* (1971) contemplando o período 1820-1930, o de Mircea Buescu (1973) que abrange todo este período e o de Luis A. V. Catão (1992) para os anos de 1870 a 1913. Os resultados destes índices apresentaram-se distintos em virtude das diferentes ponderações utilizadas por seus autores.

⁶⁶ As principais críticas ao uso destes métodos residem no fato de tais procedimentos apresentarem alguns problemas que possam modificar os resultados finais obtidos. Os índices de preços geralmente apresentam falhas metodológicas em sua construção: há dados incompletos, não são realizadas as ponderações adequadas em decorrência de mudanças nas estruturas de consumo ou não são consideradas as questões regionais. Já o uso da taxa de câmbio pode levar a uma subestimação da inflação nos diversos períodos. Uma ilustração da limitação do uso desses métodos pode ser observada no trabalho de Renato Leite Marcondes (1998). O autor testou a conversão dos valores nominais observados em Lorena por meio da libragem e do índice de preços de Buescu. Verificou que ambas interferiram na distribuição dos inventariados por faixa de riqueza, porém de forma distinta (a primeira elevando e o segundo reduzindo a importância dos mais abastados).

⁶⁷ A conversão dos valores dos cativos estipulados em réis para libras esterlinas ora realizada contribui para o melhor entendimento das flutuações ocorridas nestes preços. No entanto, deve-se lembrar que se trata de um procedimento limitado, que pode ocasionar, por sua vez, uma subestimação da inflação nos diversos anos considerados.

⁶⁸ A taxa de câmbio implícita foi calculada através da divisão entre o valor apurado para o comércio exterior (exportação + importação) em moeda nacional e o mesmo valor apurado em libras esterlinas.

Por fim, faz-se necessário indicar que para o estudo da composição do patrimônio inventariado considerou-se como referencial de riqueza o montante bruto; ao passo que para as análises concernentes aos níveis de riqueza dos inventariados foram levados em consideração os valores líquidos. Tal procedimento visa a facilitar o exame dos resultados obtidos⁶⁹.

A distribuição da riqueza inventariada entre os proprietários batataenses

O acompanhamento da classificação e da distribuição das fortunas líquidas inventariadas realizado nesta seção visa, em última instância, a um melhor entendimento da estratificação sócio-econômica dos batataenses, analisando a diferenciação entre os indivíduos com maiores ou menores cabedais ali residentes.

A partir dos informes de valor da fortuna líquida individual, agruparam-se os inventariados batataenses em sete faixas de riqueza distintas (cf. Tabela 2.2).

Tabela 2.2 Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida: Batatais (1851-87)

Faixas de riqueza líquida (libras)	Soma dos montes	%	Nº absoluto	%	Riqueza média (libras)
Negativa	-1.592,12	-0,4	10	2,0	-159,21
0 a 499	55.664,28	13,1	338	68,7	164,69
500 a 999	47.523,00	11,2	69	14,0	688,74
1.000 a 1.999	48.040,93	11,3	35	7,1	1.372,60
2.000 a 2.999	36.668,71	8,6	15	3,0	2.444,58
3.000 a 5.000	48.348,29	11,4	12	2,4	4.029,02
Mais de 5.000	191.177,41	44,9	13	2,6	14.705,95
Total	425.830,50	100,0	492	100,0	865,51

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Uma primeira observação a ser feita é a inclusão de uma faixa de riqueza negativa. Nestes casos, a soma total dos ativos inventariados mostrou-se inferior ao montante relativo às dívidas passivas declaradas. A Tabela 2.3 cruza as faixas de riqueza bruta e

⁶⁹ Caso fosse utilizada a riqueza líquida para a realização da composição da riqueza, por exemplo, os valores percentuais de todas as categorias somados ultrapassariam o 100% (já que incluem as dívidas passivas), dificultando o entendimento do leitor. Além disso, a consideração dos valores brutos e líquidos facilita a comparação dos resultados verificados em Batatais com aqueles obtidos para outras localidades, uma vez que

alguns autores consideram os valores brutos e outros os montantes líquidos.

líquida de modo a avaliar o impacto do desconto das dívidas passivas nos patrimônios brutos acumulados.

No total, tão-somente 34 inventários mudaram de faixa de riqueza por conta do desconto das dívidas passivas, o que representa 9,8% dos 345 processos com dívidas deste tipo listadas (ou 6,9% do total inventariado).

Tabela 2.3
Distribuição dos inventários segundo faixas de riqueza bruta e líquida: Batatais (1851-87)

	Faixas de riqueza líquida (em libras)							
Faixas de riqueza			500 a	1.000 a	2.000 a	3.000 a	Mais de	_
bruta (em libras)	negativa	0 a 499	999	1.999	2.999	5.000	5.000	Total
0 a 499	8 (1,6)	329 (66,9)	-	-	-	-	-	337 (68,5)
500 a 999	-	9 (1,9)	62 (12,6)	-	-	-	-	71 (14,5)
1.000 a 1.999	1 (0,2)	=	7 (1,4)	30 (6,1)	-	-	-	38 (7,7)
2.000 a 2.999	-	-	-	5 (1,0)	14 (2,9)	-	-	19 (3,9)
3.000 a 5.000	1 (0,2)	-	-	-	1 (0,2)	10(2,0)	-	12 (2,4)
Mais de 5.000	-	-	-	-	-	2 (0,4)	13 (2,6)	15 (3,0)
Total	10 (2,0)	338 (68,8)	69 (14,0)	35 (7,1)	15 (3,1)	12 (2,4)	13 (2,6)	492 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Os montantes que somaram menos de £ 1.000 representavam 83,0% do total quando considerada a riqueza bruta inventariada, passando a representar 84,7% no caso da distribuição da riqueza líquida, inclusos aqueles com valores negativos nesse grupo. Os inventários com patrimônios avaliados entre £ 1.000 e 2.999 reduziram sua participação de 11,6% para 10,2%; ao passo que os processos com maiores somas (riqueza superior a £ 3.000), que representavam 5,4% dos inventariados, passaram a representar 5,0% desse total. Assim, em termos proporcionais, tanto os mais afortunados quanto aqueles mais humildes mostraram-se menos suscetíveis ao expurgo das dívidas passivas.

A ocorrência de patrimônios líquidos negativos foi verificada em Batatais em dez processos, ou seja, apenas 2,0% do total da amostra pesquisada. O inventário lançado em razão do falecimento de Francisco de Paula Machado Neto no ano de 1883 é ilustrativo desta situação. Francisco deixou uma variedade de bens a seus herdeiros: utensílios domésticos, ferramentas, louças, peças em ouro, uma casa na freguesia do Espírito Santo, terras nas Fazendas de São Bento do Sarandy e Campo Belo, arroz e café em estoque e dois animais (um cavalo e uma besta). Além disso, trinta pessoas constaram no processo como devedores a Francisco por conta de créditos concedidos e mais cinqüenta e seis por conta de rol. As dívidas ativas que ele possuía atingiram o montante de £ 292,9 que somadas às £ 854,1 referentes aos bens móveis, imóveis e semoventes resultaram em uma

riqueza bruta de £ 1.147,0. No entanto, suas dívidas passivas contraídas junto a vinte e um credores somaram £ 1.853,4 e, assim, a riqueza líquida mostrou-se negativa em £ 706,4. No final das contas, o montante bruto disponível no inventário foi destinado ao pagamento de alguns de seus credores⁷⁰.

Outra característica importante observada é a elevadíssima concentração da riqueza inventariada em Batatais ao longo de todo o período considerado (cf. Tabelas 2.2, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.8).

Tabela 2.4 Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida: Batatais (1851-59)

	-	Riqueza líquida (libras) Invo			
Faixas de riqueza líquida (libras)	Soma dos montes	%	nº absoluto	%	Riqueza média (libras)
Negativa	-	=	-	-	-
0 a 499	10.292,28	18,1	57	67,9	180,57
500 a 999	10.302,60	18,1	14	16,7	735,90
1.000 a 1.999	7.134,60	12,5	5	6,0	1.426,92
2.000 a 2.999	9.785,56	17,2	4	4,8	2.446,39
3.000 a 5.000	7.201,82	12,7	2	2,4	3.600,91
Mais de 5.000	12.175,74	21,4	2	2,4	6.087,87
Total	56.892,59	100,0	84	100,0	677,29

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 2.5
Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida:
Batatais (1861-69)

	Riqueza li	iquida			
	(libra	s)	Invent	ários	
Faixas de riqueza líquida (libras)	Soma dos montes	%	nº absoluto	%	Riqueza média (libras)
Negativa	-350,08	-0,6	1	0,8	_*
0 a 499	16.242,49	28,8	94	73,4	172,79
500 a 999	15.068,10	26,8	23	18,0	655,13
1.000 a 1.999	9.319,09	16,6	7	5,5	1.331,30
2.000 a 2.999	2.545,07	4,5	1	0,8	_*
3.000 a 5.000	8.173,14	14,5	2	1,6	4.086,57
Mais de 5.000	5.309,08	9,4	1	0,8	_*
Total	56.306,89	100,0	128	100,0	439,90

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

^{*} O cálculo de riqueza média não se aplica por constar apenas um processo nessas faixas de riqueza.

⁷⁰ Fórum de Batatais − 1º ofício, maço 30, processo nº 480, 1883.

Tabela 2.6 Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida: Batatais (1871-79)

	Riqueza lí	quida			
	(libra	s)	Invent	ários	
Faixas de riqueza líquida (libras)	Soma dos montes	%	nº absoluto	%	Riqueza média (libras)
Negativa	-231,38	-0,1	6	4,1	-38,56
0 a 499	13.791,46	8,7	82	56,6	168,19
500 a 999	16.370,63	10,4	23	15,9	711,77
1.000 a 1.999	24.007,47	15,2	18	12,4	1.333,75
2.000 a 2.999	14.138,47	8,9	6	4,1	2.356,41
3.000 a 5.000	25.085,51	15,9	6	4,1	4.180,92
Mais de 5.000	64.910,35	41,1	4	2,8	16.227,59
Total	158.072,51	100,0	145	100,0	1.090,16

Tabela 2.7 Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza líquida: Batatais (1881-87)

	Riqueza lí	quida			
	(libra	s)	Invent	ários	
Faixas de riqueza	Soma dos		n ^o		Riqueza média
líquida (libras)	montes	%	absoluto	%	(libras)
Negativa	-1.010,66	-0,7	3	2,2	-336,89
0 a 499	15.338,06	9,9	105	78,4	146,08
500 a 999	5.781,67	3,7	9	6,7	642,41
1.000 a 1.999	7.579,76	4,9	5	3,7	1.515,95
2.000 a 2.999	10.199,62	6,6	4	3,0	2.549,91
3.000 a 5.000	7.887,82	5,1	2	1,5	3.943,91
Mais de 5.000	108.782,24	70,4	6	4,5	18.130,37
Total	154.558,51	100,0	134	100,0	1.153,42

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 2.8 Índice de Gini relativo à riqueza bruta inventariada por década: Batatais (1851-87)

Período	Índice de Gini
1851-59	0,642
1861-69	0,619
1871-79	0,734
1881-87	0,835
Total	0,756

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru Na Tabela 2.2 vê-se que, no geral, aproximadamente 70% dos 492 inventariados estavam inseridos na segunda faixa de riqueza — cujo monte líquido não ultrapassou 500 libras — e a fortuna possuída por essas pessoas correspondeu a tão-somente 13,1% da soma total dos montes. Do lado oposto, a última faixa de riqueza — composta por indivíduos com montes líquidos superiores a £ 5.000 — compreendeu apenas treze pessoas (2,6% do total), porém concentrou quase a metade (44,9%) de toda a riqueza líquida acumulada em Batatais.

Ademais, as décadas de 1880 e 1860 destacaram-se como aquelas em que as fortunas apresentaram-se mais e menos concentradas, respectivamente. Nesses dois momentos, o Índice de Gini⁷¹ calculado com base na riqueza bruta alcançou seu maior e menor valor: 0,835 entre 1881 e 1887 e 0,619 entre 1860 e 1869. Nos anos de 1860 verificou-se que as pessoas com cabedais inferiores a mil libras representavam 92,2% dos indivíduos ali falecidos, concentrando pouco mais da metade do montante líquido inventariado (55,0%); ao passo que apenas um indivíduo (0,8%) acumulou um patrimônio superior a 5.000 libras e sua fortuna representava aproximadamente 10% do total inventariado naquele período. Já nos lustros compreendidos entre 1881 e 1887, mais de 80% dos inventariados tiveram patrimônios avaliados em valores inferiores a mil libras (87,3%), porém estes possuíam tão-somente 12,9% do montante líquido total; ao mesmo tempo em que seis indivíduos (4,5% do total) acumularam patrimônios superiores a 5.000 libras, congregando 70,4% do monte líquido inventariado naquele momento.

Vale salientar que a concentração da riqueza batataense deveria ser ainda maior, visto que não estão incluídas na análise realizada as pessoas residentes naquela localidade e que faleceram sem que houvesse sido aberto um processo de inventário, muitas vezes por se tratar de patrimônios de valores reduzidos, que mal pagariam as custas de feitura do documento. A observação dos montantes pagos em Batatais para a realização dos inventários serve como indicativo dessa limitação. No correr do Oitocentos, destinou-se 1,9% da riqueza bruta acumulada pelos 492 inventariados ao pagamento das custas dos processos (8.876,32 libras), resultando em um custo médio de £ 18,04 por inventário. Para os inventariados batataenses mais humildes, cujo patrimônio não ultrapassou o total de

-

⁷¹ O índice de Gini, que varia de zero a um, é um indicador da igualdade/ desigualdade de uma determinada distribuição (renda, serviços educacionais ou de saúde etc.). Quando o índice calculado iguala-se a zero, há situação teórica de igualdade. Quando igual a um, ocorre a situação de máxima desigualdade. Portanto, à medida que este índice se aproxima do valor unitário significa que uma dada distribuição está se concentrando. "Sin lugar a dudas, uno de los índices más utilizados en el estudio de la desigualdad es el Coeficiente de Concentración de Gini (CG). Existen diversas formas de derivar la expresión algebraica que se usa para su cálculo, y también es posible deducirlo desarrollando un procedimiento geométrico a partir de la curva de Lorenz" (MEDINA, 2001, p.17).

quinhentas libras, este custo médio com a realização do inventário representava aproximadamente 10% da fortuna bruta média calculada para essa faixa (£ 180,28)⁷².

Alternativamente, a disparidade apontada anteriormente pode ser vislumbrada através da consideração da fortuna média acumulada pelos indivíduos inseridos em cada uma das faixas de riqueza (cf. Tabelas 2.2, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7). No total, observa-se que entre aquelas pessoas situadas na segunda faixa de riqueza, o patrimônio médio resultou em £ 164,69 (cf. Tabela 2.2). Passando à faixa subsequente, esta fortuna média é multiplicada por aproximadamente quatro vezes, atingindo £ 688,74. A distância entre os inventariados com maiores e menores cabedais fica ainda mais evidente quando comparadas as duas faixas de riqueza extremas (segunda e sétima): para alcançar a riqueza média apurada para as pessoas com fortunas líquidas avaliadas em mais de £ 5.000 libras (£ 14.705,95), seria necessário multiplicar o patrimônio médio das pessoas com fortunas menores de £ 500 libras por aproximadamente noventa vezes.

Na década de 1860, momento em que se observou a menor concentração da riqueza inventariada, o patrimônio médio dos indivíduos arrolados na segunda faixa de riqueza igualou-se a £ 172,79, valor calculado em £ 655,13 para a terceira faixa e em £ 4.086,57 para a sexta faixa (que congregava os dois inventariados mais afortunados). Consequentemente, naqueles lustros as pessoas mais afortunadas possuíam, em média, um patrimônio mais de vinte e três vezes superior àquele acumulado pelos indivíduos mais humildes. Já nos anos de 1881 a 1887, quando a concentração da riqueza inventariada mostrou-se mais elevada, a fortuna média possuída pelas pessoas inseridas na última faixa de riqueza (£ 18.130,37) mostrou-se mais de cento e vinte e quatro vezes superior àquela possuída pelos inventariados arrolados na segunda faixa de riqueza (£ 146,08).

A elevada concentração da riqueza inventariada em Batatais também foi observada, em maior ou menor grau, para outras localidades brasileiras nesse mesmo período. Tomemos, por exemplo, quatro delas. Em Mariana (MG), Heloísa M. Teixeira (2001, p.28) verificou que entre 1850 e 1888 mais metade dos inventariados possuía patrimônios inferiores a £ 500 e concentrava 10,3% da riqueza total; ao mesmo passo em que 3,8% dos inventariados que possuíam mais de £ 5.000 congregavam mais de um terço da riqueza.

⁷² Em seu estudo sobre a cidade de Lorena (SP), Renato Leite Marcondes também observou que a posse de bens de baixo valor monetário e os custos elevados dos processos de inventários eram fatores limitadores de sua realização para uma parcela significativa da população local: "Os custos com a feitura do inventário e a própria necessidade de possuir bens provocava uma limitação à abrangência dos inventários com respeito ao conjunto da população. No inventário de Francisco José de Figueiredo, não proprietário de cativos, em 1851, as custas foram de 64\$640 réis, representando quase 10% de seu patrimônio (...). Assim, o elevado custo da feitura de um inventário impossibilitava o acesso a tais registros a uma larga parcela da população" (1997, p.304-305).

Em Ribeirão Preto a concentração de riqueza observada na década de 1870 mostrou-se bastante semelhante àquela vislumbrada em Batatais nesse mesmo decênio. Os mais pobres, com monte mor inferior a quinhentas libras, representavam 61,8% dos inventariados e respondiam por apenas 10,2% da riqueza. Em contrapartida, os 6,9% mais ricos, com montes mores acima das cinco mil libras, eram responsáveis por mais da metade da riqueza do período, e o índice de Gini foi calculado em 0,733 (LOPES, 2005, p.76). Em Socorro (SP), Lucília Siqueira (1999, p.40-41) verificou que, por um lado, os inventariados com patrimônios inferiores a um conto de réis congregavam 21% do total, porém eles possuíam apenas 2% da riqueza apurada; de outro, 21% dos das pessoas inventariadas possuíam fortunas superiores a dez contos de réis, que somaram 66% da riqueza total. Por fim, o estudo dos patrimônios inventariados em Lorena (SP) entre 1830-79 realizado por Renato L. Marcondes (1998, p.168) indicou que a riqueza ali inventariada concentrou-se nas mãos de trinta e um indivíduos mais ricos — com fortuna de 2.000 libras ou mais —, que representavam 16,7% da amostra e mantinham 89,5% dos montes.

Pode-se ainda avançar o exame das dessemelhanças entre as pessoas com maiores ou menores patrimônios acumulados por meio da comparação entre o patrimônio médio deixado por homens que possuíam ou não alguma patente militar e por mulheres tratadas ou não como "donas". Entre os 269 homens inventariados, tão-somente dezoito (6,7%) carregavam alguma patente: capitão (onze), tenente coronel (três), major (dois), alferes (um) e tenente (um). No caso das 208 mulheres inventariadas, oitenta e duas (ou 39,4%) foram arroladas como "donas".

No caso dos homens, as patentes militares eram indicadores de poder político e *status* social, que, na maioria das vezes, estava atrelado diretamente à posição econômica por eles ocupada. Assim, aqueles proprietários que carregavam junto ao nome alguma patente deveriam ocupar melhores posições sociais e econômicas, apresentando, assim, maior riqueza.

No que se concerne às mulheres, o tratamento "dona" indicava tratar-se de uma mulher de melhor posição social — também decorrente quase que invariavelmente de uma melhor condição econômica — geralmente filhas e/ou esposas de homens com alguma importância local ou possuidores de maiores cabedais. O dicionário publicado por Antonio de Moraes Silva em fins do século XIX confirma esta superioridade das "donas", conforme algumas definições para este verbete incluídas em seu trabalho:

Dona, s.f. (contração do Lat. *domina*). (...). Título de mulher nobre, que tanto vale como senhora. Precede usualmente o nome da pessoa e escreve-se com a abreviatura D. (...). Hoje dá-se por cortesia este título a todas as senhoras de educação (...). Dona diz tanto como mulher senhora; é derivada da raiz *dom*, *dum* ou *don*, que exprime toda a idéia de elevação, superioridade etc.; pelo que se estendeu a significação de dona a todas as mulheres, que são caracterizadas por algum título de superioridade, respeito etc. (...) (1891, p. 238).

A observação do patrimônio médio inventariado para estes quatro estratos, comparados dois a dois, confirma que, em média, as pessoas que gozavam de maior prestígio social — as "donas" e os militares — acumularam maior riqueza ao longo de suas vidas (cf. Tabela 2.9).

Tabela 2.9
Distribuição dos inventários e riqueza líquida média segundo sexo e presença de patentes ou denominação do tipo "dona": Batatais (1851-87)*

		Riqueza líquida média
Característica	nº	(em libras)
Homens com patente	18	7.045,82
Homens sem patente	251	476,31
Mulheres tratadas como "dona"	82	849,84
Mulheres não tratadas como "dona"	126	475,08
Total	477	788,10

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

O patrimônio médio possuído pelos capitães, tenentes, alferes, majores e outros militares ultrapassou em quatorze vezes aquele valor verificado para os homens sem nenhuma patente. No caso das mulheres essa diferenciação também ocorreu, porém em menor grau: as "donas" possuíam riqueza líquida apenas 1,8 vezes superior à das mulheres não tratadas como "donas".

Mais ricos em média, os homens com patentes e as "donas" tiveram maior representatividade entre os proprietários mais afortunados (Cf. Tabela 2.10).

^{*} Não foram incluídos nesta análise os inventários em que mais de uma pessoa constava como inventariante (quinze casos).

Tabela 2.10

Distribuição dos inventários segundo sexo, presença de patentes ou denominação do tipo "dona" e faixas de riqueza líquida: Batatais (1851-87)*

Faixas de riqueza líquida (em libras)	Homens com patente	Homens sem patente	Mulheres tratadas como "dona"	Mulheres não tratadas como donas
			Nº (%)	
Negativa	2 (11,1)	6 (2,4)	-	1 (0,8)
0 a 499	1 (5,6)	179 (71,3)	49 (59,8)	99 (78,6)
500 a 999	2 (11,1)	37 (14,7)	15 (18,3)	13 (10,2)
1.000 a 1.999	2 (11,1)	17 (6,8)	10 (12,2)	6 (4,8)
2.000 a 2.999	2 (11,1)	6 (2,4)	5 (6,1)	1 (0,8)
3.000 a 5.000	3 (16,7)	4 (1,6)	-	5 (4,0)
Mais de 5.000	6 (33,3)	2 (0,8)	3 (3,6)	1 (0,8)
Total	18 (100,0)	251 (100,0)	82 (100,0)	126 (100,0)

Vê-se que 72,2% dos homens com patente e 21,9% das mulheres tratadas como "donas" acumularam um patrimônio líquido igual ou superior a 1.000 libras. Os percentuais correlatos calculados para os homens sem patente e para as mulheres não tratadas como "donas" alcançaram apenas 11,6% e 10,4%, respectivamente. Em contraste, tão-somente um homem com patente (ou 5,6% do total) e quarenta e nove mulheres tratadas como "donas" (ou 59,8%) tiveram riqueza líquida acumulada em até 500 libras; enquanto, de outro lado, 179 homens sem patente (71,3%) e noventa e nove mulheres não tratadas como "donas" (78,6%) estavam inseridos nessa segunda faixa de fortuna.

Em suma, o exame da distribuição dos 492 inventariados segundo as diversas faixas de patrimônio líquido acumulado apontou para uma significativa desigualdade na distribuição da riqueza em Batatais. Os indivíduos mais afortunados, presentes em número reduzido, concentravam a maior parte da riqueza inventariada e acumularam, ao longo de suas vidas, um montante de recursos substancialmente superior àquele acumulado pelas pessoas mais humildes. Essas pessoas menos favorecidas economicamente eram maioria entre os inventariados, porém apenas uma parcela reduzida da riqueza local estava concentrada em suas mãos. Observou-se, ainda, que os homens possuidores de patentes militares e as mulheres tratadas como "donas" possuíam uma riqueza média superior a dos homens sem patentes e a das mulheres não denominadas "dona" em seus nomes, respectivamente.

O exame da distribuição da riqueza entre os inventariados feito ao longo dessa seção será complementado com a análise da composição desses patrimônios a ser realizada na

^{*} Não foram incluídos nesta análise os inventários em que mais de uma pessoa constava como inventariante (quinze casos)

próxima seção, verificando, inclusive, como os batataenses com maiores ou menores cabedais compunham suas fortunas.

A composição da riqueza inventariada na segunda metade do século XIX

O arrolamento e a classificação de todos os bens avaliados indicaram que a maior parte da riqueza bruta das pessoas ali falecidas estava concentrada em bens imóveis; seguidos pelos investimentos em cativos, animais e pelas dívidas ativas. Do lado oposto, mostraramse menos representativos nessa composição os bens móveis e os valores mobiliários (Cf. Gráfico 2.1).

Dívidas ativas
(10,2%)

Valores
mobiliários
(2,7%)

Escravos
(24,0%)

Imóveis
(49,3%)

Gráfico 2.1 Composição da riqueza bruta dos inventariados: Batatais (1851-87)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

A concentração dos recursos inventariados em imóveis, escravos e animais observada nos diferentes estratos sociais reflete os principais aspectos econômicos daquela localidade. Em uma economia caracterizada pela agricultura de subsistência e pela criação de gado, dever-se-ia esperar que os cidadãos locais, ligados a essas atividades, concentrassem seus patrimônios em imóveis rurais, benfeitorias, terras, plantações, animais e escravos.

Em Batatais, pessoas de diferentes estratificações sócio-econômicas optaram por imobilizar a maior parte de seus recursos em bens imóveis, escravos e animais. No entanto, a proporção apurada para cada uma dessas categorias apresentou algumas diferenciações (cf. Tabela 2.11).

Tabela 2.11
Percentual da riqueza bruta imobilizada em cada tipo de bem segundo faixa de riqueza:
Batatais (1851-87)

Faixas de riqueza bruta (em libras)							
Tipo dos bens	0 a 499	500 a 999	1.000 a 1.999	2.000 a 2.999	3.000 a 5.000	Mais de 5.000	Total
Móveis	7,4	4,8	3,4	2,2	3,2	2,2	3,4
Animais	15,6	9,1	11,6	11,6	8,3	9,1	10,4
Escravos	27,3	40,3	33,3	32,4	22,8	15,3	24,0
Imóveis	40,6	38,2	42,8	42,4	53,9	56,6	49,3
Valores mobiliários	1,2	0,8	2,5	1,9	1,8	4,1	2,7
Dívidas ativas	7,9	6,8	6,4	9,5	10,0	12,7	10,2
Dívidas passivas	15,6	8,3	12,6	10,3	12,6	5,7	9,2

Vê-se que, de modo geral, as pessoas que acumularam maiores cabedais — com patrimônios avaliados em mais de mil libras — aplicaram uma parcela menor de seus recursos em bens móveis e em escravos, além de comprometerem, em ternos relativos, menores montantes com dívidas passivas. Por outro lado, eles aplicaram a maior parte de seus recursos em imóveis, além de destinarem maiores proporções de seu patrimônio à concessão de crédito a terceiros e à aplicação em dinheiro e outros ativos financeiros. De maneira inversa, as pessoas menos afortunadas destinaram maior percentual de seus recursos para investimento em bens móveis, em escravos e em animais, apesar do expressivo peso dos imóveis em suas riquezas. Seus herdeiros tiveram que abrir mão de maior porcentagem do montante legado para pagar as dívidas passivas contraídas pelo inventariado em vida.

Estudos baseados em inventários e realizados para outras localidades brasileiras considerando o mesmo período em questão indicaram que os indivíduos ali falecidos também concentravam a maior parte de seu patrimônio em bens de raiz, escravos e animais. Em Franca, vizinha a Batatais, por exemplo, o total imobilizado em escravos, imóveis e semoventes nos anos 1875-85 foi de 26,7%, 53,4% e 11,9%, respectivamente (OLIVEIRA, 1997, p.73). Em Mariana (TEIXEIRA, 2001, p.30), 69,6% dos patrimônios inventariados na segunda metade do Oitocentos estava imobilizado em escravos (38,9%), imóveis (24,8%) e animais (5,9%)⁷³.

Vê-se que os números relativos a Batatais e Franca deixam transparecer uma diferenciação importante, qual seja, a maior relevância da pecuária para aquelas

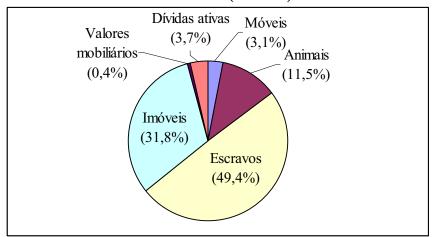
-

⁷³ Teixeira caracterizou Mariana como uma "localidade situada na província de Minas Gerais, que esteve, desde o declínio da produção aurífera, integrada à produção de subsistência e ao abastecimento do mercado interno" (TEIXEIRA, 2001, p.5).

localidades. O percentual da fortuna bruta total imobilizado em animais ultrapassou os 10% nessas duas localidades, diferentemente do cenário vislumbrado por pesquisadores que também se dedicaram ao estudo de cidades de economia primordialmente agrária. O item "animais" alcançou o percentual de 4,8% nos inventários registrados em Estância (FARIAS, 2005, p.137), 5,0% em Socorro (SIQUEIRA, 1999, p.45), 2,42% em Juiz de Fora (ALMICO, 2002, p.7) e 6,7% em Bonfim do Paraopeba (MARQUES, 2000, p.94)⁷⁴.

O exame da composição das fortunas brutas realizado por décadas revelou, ainda, que a maior relevância dos bens imóveis, dos animais e dos escravos entre os componentes da riqueza deu-se ao longo de todo o período selecionado. Entretanto, houve variações significativas na composição desses patrimônios, principalmente no que se refere aos imóveis e escravos (cf. Gráficos 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5).

Gráfico 2.2 Composição da riqueza bruta dos inventários lançados na década de 1850: Batatais (1851-59)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

_

⁷⁴ Os percentuais referentes à Estância (SE) foram apurados para os anos 1850-88, os de Socorro (SP) referem-se ao período 1840-95, os de Juiz de Fora (MG) abrangem as décadas de 1870 e 1880 (até 1888) e os de Bonfim do Paraopeba (MG) são concernentes ao intervalo entre 1840 e 1888.

Gráfico 2.3 Composição da riqueza bruta dos inventários lançados na década de 1860: Batatais (1861-69)

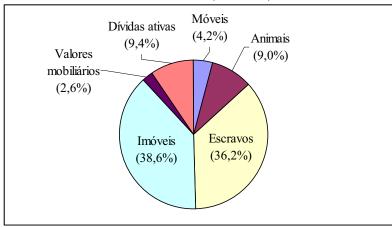
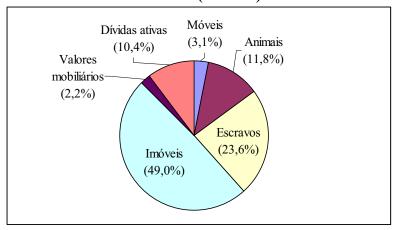
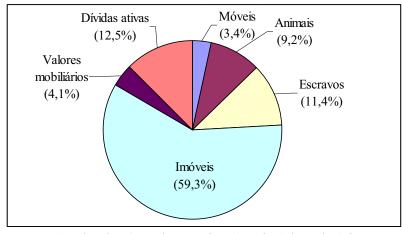


Gráfico 2.4 Composição da riqueza bruta dos inventários lançados na década de 1870: Batatais (1871-79)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Gráfico 2.5 Composição da riqueza bruta dos inventários lançados na década de 1880: Batatais (1881-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

O comportamento dos investimentos em escravos feitos ao longo das décadas selecionadas chama a atenção. Em um primeiro momento, o montante aplicado em cativos representava aproximadamente metade das fortunas brutas inventariadas (49,4 %). Já na década imediatamente posterior, sua participação foi anotada em 36,2%. Passando aos anos de 1870 e 1880, a queda na participação foi ainda mais acentuada: 23,6% entre 1871-79 e tão-somente 11,4% nos anos 1881-88.

Com efeito, a diminuição na participação dos cativos no total das fortunas pessoais arroladas é resultante, de um lado, da queda na oferta de braços, e, de outro, do crescente desinteresse dos proprietários por este tipo de ativo. Tais modificações no mercado de trabalhadores compulsórios refletem as transformações sócio-econômicas ocorridas ao longo do período contemplado pelo estudo, especialmente os golpes sentidos pelo sistema escravista. Foi no correr do Oitocentos que se instituíram diversas medidas de caráter abolicionista — Lei Eusébio de Queiroz, Lei do Vente Livre, Lei dos Sexagenários — que serviram como "sinais" de que o regime de trabalho compulsório deveria extinguir-se em um espaço de tempo relativamente curto. Seguindo uma racionalidade econômica, os proprietários iniciaram um processo de desinvestimento nesse bem e de redistribuição de riqueza em outros tipos de ativos, conforme explica Zélia Cardoso de Mello:

Desejamos sublinhar neste passo, a presença de grupos proponentes de medidas que significaram, concretamente, o término gradual do escravismo. A Lei de 28 de setembro de 1871 [Lei do Ventre Livre/JG] já o havia condicionado; o prazo de tempo em que isto ocorreria dependia do tempo de vida dos escravos existentes em cada região e dos que pudessem ser trazidos de outras. A proposta do imposto [de Rs 2:000\$000 sobre novos escravos entrados na Província de São Paulo aprovado em 1881/JG] restringia tal prazo ao da vida dos escravos existentes em São Paulo. Visto pelo lado das nossas observações, referentes a um grupo da sociedade, percebemos porque o processo teria que ser gradual: significava o tempo necessário para a reacomodação de sua riqueza, da qual cada vez mais o item escravo ia se expelindo. Antes do término do escravismo, já estava, pois, determinada a liquidação desse ativo; (...) (1990, p.124).

A diminuição na representatividade dos escravos no valor da riqueza acumulada em Batatais foi compensada pela elevação significativa na participação dos bens imóveis. No início do período estes bens imóveis compreendiam 31,8% dos patrimônios brutos considerados, ficando em segundo lugar na preferência de investimento dos proprietários falecidos naquele decênio. Conforme se explicitou anteriormente, nesse momento a maior parte da riqueza dos batataenses encontrava-se imobilizada em escravos. Mas nas décadas de 1860, 1870 e 1880, a posse de imóveis passou a ocupar o primeiro lugar, em substituição aos investimentos em cativos. Além disso, a participação desse ativo incrementou-se constantemente com o passar dos anos. No decênio 1860-69, os imóveis

compunham 38,6% das fortunas brutas, proporção que se elevou para 49,0% e 59,3% em 1871-79 e 1881-87, respectivamente. Assim, nos últimos anos do século XIX, aproximadamente 60% da riqueza inventariada em Batatais compunha-se de casas e benfeitorias — rurais e urbanas — além de terras e plantações.

No caso específico de Batatais, o maior investimento em bens imóveis coincide — e está diretamente relacionado — com o avanço do café por aquelas terras, sendo que o maior desenvolvimento da cultura cafeeira promoveu alterações significativas no mercado fundiário do Nordeste Paulista: "o café, ao necessitar das terras matas virgens, provocou uma reviravolta nos padrões de ocupação territorial e, conseqüentemente, nos preços da terra, valorizando lotes que, até então, permaneciam virtualmente inexplorados" (BACELLAR, 1999, p.109). Ainda segundo Bacellar, "sua valorização [das terras/JG] na Alta Mojiana se contrapôs à queda da cotação de braço escravo, consolidando de modo definitivo a tendência instaurada em 1873, quando da aprovação de lei que regulamentava as hipotecas e a utilização das terras como garantia" (1999, p.110).

A observação do valor médio do hectare de terra calculado por Lucila R. Brioschi confirma a valorização tanto das terras de culturas como dos campos de criar naquela região, porém as primeiras citadas apresentaram maior valorização (Cf. Tabela 2.12). O preço médio das terras de cultura verificado na década de 1880 era mais de quatro vezes maior que o calculado na década de 1850; já no caso dos campos de criar este mesmo número igualou-se a 1,7 vezes⁷⁵.

Tabela 2.12 Preço médio do hectare segundo a qualidade da terra (1850-1899)

Década	Preço médio das	Preço médio dos
	terras de cultura	campos de criar
1850-1859	3\$996 réis	2\$679 réis
1860-1869	7\$927 réis	3\$754 réis
1870-1879	9\$364 réis	3\$503 réis
1880-1889	16\$932 réis	4\$471 réis
1890-1899	47\$272 réis	7\$604 réis

Fonte: Processos de Divisão e Demarcação de Terras Existentes nos Cartórios dos Fóruns de Batatais e Orlândia (1846-1899). In: BRIOSCHI *et alli*, 1991, p.236.

⁷⁵ A valorização dos terrenos agrícolas vislumbrada através da elevação do preço médio do hectare de terra dado em réis (valor nominal) desconsidera os efeitos da elevação/queda no nível geral de preços da economia como um todo. Segundo Mircea Buescu (1973, p.223), entre 1850 e 1859 o nível geral de preços elevou-se em 42,5%, nas duas décadas subseqüentes essa elevação igualou-se a 23,6% (1860-69) e 4,9% (1870-79); apresentando uma baixa de 2,4% entre 1880 e 1887. Tomados como parâmetros os anos de 1850 e 1887, verifica-se uma elevação de preços de 85,5%. De forma grosseira, aplicando esta elevação aos preços médios

das terras apurados na década de 1850, os hectares de culturas e de campos deveriam valer, respectivamente, Rs 7\$412 e Rs 4\$969 no final da década de 1880. Assim, ao que tudo indica, os preços das terras cresceram mais que a inflação no período, e, portanto, houve valorização desse ativo.

Assim, a implantação da cultura cafeeira estimulou a demanda local por terras, cujo resultado foi a elevação nos seus preços. Além disso, o plantio de café exigia a posse de maior quantidade de terras e de terrenos de melhor qualidade — de preferência os de "terra roxa"—, que eram, por sua vez, mais caros. Conforme dito anteriormente, esse comportamento dos proprietários locais foi refletido na composição de seus patrimônios: com o passar das décadas o investimento em bens imóveis mostrou-se crescente.

Em Ribeirão Preto, Luciana S. Lopes também verificou a relação entre o avanço do café e a maior concentração dos recursos inventariados em bens imóveis:

(...) a composição da riqueza sofreu algumas modificações, refletindo as mudanças identificadas na economia local. O aumento no número de pés de café fez crescer o valor em imóveis, que passou de 52,1% para 56,3%. A importância relativa das terras caiu um pouco e, em contrapartida, cresceu a importância do café. Anteriormente, o valor dos cafezais representava apenas 2,1% do total de imóveis. Agora, essa porcentagem alcança os 22,4% (2005, p.87-88).

Outro movimento verificado na composição da riqueza batataense foi a variação crescente na participação das dívidas ativas e dos valores mobiliários nos patrimônios avaliados. No caso das primeiras, houve elevação significativa entre 1851-59 e 1861-69, já que sua participação quase triplicou, passando de 3,7% para 9,4%. Nos anos 1870 esta participação manteve-se praticamente constante (10,4%), apresentando uma elevação para 12,5% no último decênio analisado. Os valores mobiliários, por sua vez, representavam menos de 0,5% da fortuna inventariada nos anos de 1850. Já na década de 1860 esta participação era de 2,6%, passando a 2,2% entre 1871 e 1879 e atingindo 4,1% da riqueza líquida nos últimos anos considerados.

No tocante às dívidas ativas, Zélia Cardoso de Mello deparou-se com um percentual elevado atribuído a este tipo de ativo na cidade de São Paulo entre 1845 e 1895 (máximo de 40,0% nos anos 1861-71 e mínimo de 14,6% entre 1881 e 1887):

(...) a alta porcentagem das dívidas ativas na riqueza nos leva a relacioná-la ao incipiente sistema creditício e financeiro da época. Na sua ausência, ou dado seu pequeno desenvolvimento, algumas pessoas deveriam funcionar como emprestadores particulares de quantias significativas, possibilitando o giro de dinheiro necessário numa economia em mudança, com constantes inovações. Entretanto, não somente no nível dos médios e grandes empréstimos, explica-se a presença desse ativo. Parece possível supor que houvesse um grande número de transações comerciais estabelecidas à base das "contas" ou do "fiado" (1990, p.92).

Em Batatais, o percentual da riqueza investido em dívidas ativas não se mostrou tão elevado quanto em São Paulo, porém foi crescente ao longo de todo o período analisado. Assim, pode-se pensar que naquela localidade parte dos recursos liberados com a queda

nos investimentos em cativos pôde ser utilizada por estes proprietários para a concessão de um maior número de empréstimos ou de créditos de maior monta (Cf. Tabelas 2.13 e 2.14).

Tabela 2.13 Distribuição dos inventários segundo valor dos créditos concedidos e período: Batatais (1851-87)

		(
Período								
Valores das dívidas								
ativas (em libras)	1851-59 (%)	1861-69 (%)	1871-79 (%)	1881-87 (%)	Total (%)			
Até 20	23 (48,9)	46 (59,0)	29 (43,3)	28 (40,6)	126 (48,3)			
21 a 50	10 (21,3)	11 (14,1)	18 (26,9)	15 (21,7)	54 (20,7)			
51 a 200	13 (27,3)	17 (21,8)	11 (6,4)	10 (14,5)	51 (19,5)			
201 ou mais	1(2,1)	4 (5,1)	9 (13,4)	16 (23,2)	30 (11,5)			
Total	47 (100,0)	78 (100,0)	67 (100,0)	69 (100,0)	261 (100,0)			

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 2.14
Distribuição dos inventários segundo informações sobre a dívida ativa e período:
Batatais (1851-87)

	Datat	als (1051 07)	
	Nº total de	Nº de inventários com	% de inventários com
Período	inventários	dívida ativa arrolada	dívida ativa arrolada
1851-59	84	47	56,0
1861-69	129	78	60,5
1871-79	145	67	46,2
1881-87	134	69	51,5
Total	492	261	53,0

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Nas últimas duas décadas analisadas, a porcentagem de inventariados que concederam crédito a uma ou mais pessoas mostrou-se inferior a este mesmo número verificado nas décadas de 1850 e 1860. No entanto, a quantidade de recursos monetários disponibilizados a esta modalidade de ativo mostrou-se superior no final do período. Nos anos 1871-79 e 1881-87, 13,4% e 23,2% dos inventários concederam valores superiores a 201 libras; já nos anos 1850 e 1860 este mesmo percentual não ultrapassou 2,1% e 5,1%, respectivamente.

O movimento de maior concentração dos patrimônios em bens imóveis e em dívidas ativas e a queda acentuada na representatividade dos cativos entre os bens arrolados ocorridos em Batatais assemelhou-se àquele verificado em outras localidades brasileiras no mesmo período, diferenciando-se apenas no que se refere ao grau desta concentração e na proporção e velocidade em que os escravos perderam espaço para os demais ativos. Em Mariana (MG), Heloísa M. Teixeira (2001, p.30) verificou que os escravos também

representavam aproximadamente metade do valor da riqueza bruta acumulada em bens nos anos 1850 (51,4%); porém esta participação caiu para 49,7% em 1860-69, 32,1% em 1870-79 e 27,5% em 1880-88. Naquela localidade, esta queda também foi compensada pela maior representatividade das dívidas ativas — era 9,6% da riqueza total nos anos 1850 e 19,3% nos anos 1880 — e dos imóveis — o percentual correspondente às benfeitorias passou de 12,2% (1850-59) para 20,1% (1880-88) e o correspondente às terras variou entre 11,9% (1850-59) e 15,2% (1880-88). Em Juiz de Fora (MG), a queda na participação dos escravos foi ainda maior: o percentual correspondente a este semovente passou de 32,7% nos anos 1870-79 para 16,0% nos anos 1880-88. Nesse mesmo período, a representatividade das dívidas ativas na riqueza total elevou-se de 11,76% para 23,74%; movimento similar ao ocorrido com os valores mobiliários (ações e títulos): 6,43% no início do período e 12,96% no final da década de 1880 (ALMICO, 2002, p.7). Em Lorena, no Vale do Paraíba paulista, "a participação das dívidas ativas na riqueza cresceu de 22,1% em 1830/49 para 73,7% em 1850/79" (MARCONDES, 1998, p. 171) e os cativos reduziram sua participação de 27,8% para tão-somente 9,2% nesse mesmo período.

Zélia Cardoso de Mello também verificou este resultado para São Paulo entre 1845 e 1895. A pesquisadora caracterizou esse movimento como uma substituição de formas *tradicionais* por formas *modernas* de riqueza:

Ao tomar os elementos constitutivos da fortuna pessoal, vemos que ao declínio da participação dos escravos corresponde o aumento da propriedade imobiliária. Mas não foi somente esta que ampliou seu lugar na riqueza; novas formas, os valores mobiliários, particularmente as ações, aumentaram sua participação. Temos agora a renda capitalizada sob a forma de imóveis e ações (1990, p.87).

Os componentes das fortunas inventariadas

Esta seção analisa os componentes da riqueza inventariada em Batatais, levando em consideração, entre outras variáveis, a distribuição desses bens entre os inventariados mais e menos afortunados e o total acumulado em cada tipo de ativo por década considerada⁷⁶.

Bens móveis

Os bens móveis foram descritos com minúcia, indicando o material de fabricação (ouro, prata, cobre, ferro, madeira, louça etc.), tamanho e estado dos objetos.O arrolamento

⁷⁶ Os itens "Animais", "Plantações" e "Estoques" mereceram uma análise mais pormenorizada na próxima seção, que trata da relação entre os bens inventariados e as atividades econômicas praticadas em Batatais na segunda metade do Oitocentos. O item "Escravo", por sua vez, será examinado ao longo do próximo capítulo.

e avaliação desses móveis se caracterizaram pela variedade e pelos distintos graus de conservação desses ativos. Ao todo, foram identificados 298 diferentes artigos, com trinta e dois tipos de informações sobre o estado de conservação (bom, ordinário, pequeno, em bom estado, velho, usado, furado etc.). Dentre esta miríade de objetos, a grande maioria dos inventariados deixou como herança utensílios empregados na roça e no trato dos animais e diversos objetos de casa (cf. Tabela 2.15).

Tabela 2.15 Distribuição dos bens móveis inventariados segundo as diferentes categorias: Batatais (1851-87)

	Soma do valor dos bens móveis N		Número de inventários	Média por
Tipo do bem	Valor	Valor con		inventário
	(em libras)	%	categoria (% do total)	(em libras)
Utensílios	5.056,90	31,8	412 (83,7)	12,27
Ferramentas	2.152,02	13,6	298 (60,5)	7,22
Ouro e prata	1.364,99	8,6	183 (37,2)	7,46
Objetos de casa	4.258,11	26,8	426 (86,6)	10,00
Mantimentos	1.518,49	9,6	79 (16,0)	19,22
Estoques	1.530,21	9,6	5 (1,01)	306,04
Total	15.880,72	100,0	457 (92,9)	34,75

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

No caso de Batatais, a avaliação dos móveis iniciou-se quase que invariavelmente com o arrolamento dos objetos de ouro, prata, cobre e ferro. Posteriormente, descreviam-se os demais bens (móveis residenciais, roupas, louças, utensílios da roça, mantimentos e estoques) sem uma ordem estabelecida. Apesar de pouco representativos entre os ativos arrolados, esses ativos estiveram presentes em mais de 90% dos processos analisados, sendo, assim, objetos de posse bastante disseminada, por se tratar de bens essenciais para a vida e trabalho na cidade ou na zona rural.

Pouco mais de 37% dos inventariados deixaram algum artigo de ouro ou prata para seus herdeiros. E, pelo valor médio calculado na Tabela 2.15, pode-se afirmar que a quantidade desse ativo em cada um desses processos foi reduzida. O exame dos objetos de ouro e prata herdados apontou para uma divisão clara entre eles. Arrolaram-se jóias de uso primordialmente feminino (pares de brincos, cordões, relógios, rosários, relicários, anéis), objetos de característica mais masculina (esporas, freios, facas e fivelas de prata) e os talheres de prata (colheres, garfos e facas).

A observação dos objetos de casa avaliados revela um pouco mais sobre a caracterização das moradas batataenses àquela época. Dentre os móveis residenciais,

destacaram-se os catres, mesas, cadeiras, almofarizes, cômodas, marquesas, oratórios com imagens etc. Além disso, havia os utensílios de cozinha e as louças (talheres, bacias, tigelas, canecas, caldeirões, tachos de diferentes materiais etc.), as caixas e tulhas de diversos tamanhos utilizadas para armazenamento, peças de vestuário (ponches, capas, pares de botinas, vestidos de senhoras, xales etc.), uns poucos livros (geralmente religiosos) e alguns instrumentos musicais.

O exame dos utensílios, mantimentos e ferramentas revelaram o envolvimento dos inventariados com diferentes tipos de atividades econômicas, principalmente aquelas ligadas à lavoura e à pecuária. No tocante aos utensílios, estiveram presentes em maior números as ferramentas (enxadas, machados, serrotes, foices, martelos etc.), os carros de bois (ferrados, desferrados, troles etc.) e os instrumentos utilizados no trato dos animais (tiradeiras, freios, cangas, lombilhos, selas, selins, laços, estribos, ferros de marcar gado etc.). Ainda entre esses utensílios avaliaram-se diversas armas — garruchas e espingardas, principalmente — e alguns objetos utilizados para o controle dos escravos: pares de algemas e "uma corrente para prender gente". Dentre as ferramentas, predominaram os objetos utilizados em atividades têxteis ou de costura (teares, rodas de fiar, fusos, máquinas de costura), as ferramentas de carpintaria ("ferramenta de carpinteiros", "tenda de carpinteiro", "banca de carpinteiro") e os alambiques.

Especificamente no que se concerne à posse desses bens, havia uma correlação positiva entre a quantidade de recursos acumulados e o valor médio dos bens móveis possuídos (cf. Tabela 2.16). Os indivíduos com fortunas inferiores a £ 500 deixaram, em média, £ 13,30 em bens móveis; ao passo que entre as pessoas com patrimônios arrolados em mais de cinco mil libras tal média atingiu £ 316,41, valor mais de vinte vez maior. Acredita-se, então, que a posse de maiores cabedais possibilitava maior conforto no interior das casas e maior quantidade de ferramentas utilizadas na produção. Sabe-se, mais ainda, que esta diferenciação não ocorria apenas na quantidade de bens possuídos, mas também na qualidade desses objetos. Entre as pessoas mais ricas verificou-se a posse de objetos mais refinados; já entre aqueles menos abastados mostraram-se mais comuns os objetos mais simples e rústicos, em pior estado de conservação.

Tabela 2.16
Valores médios das categorias de bens móveis segundo as diferentes faixas de fortuna bruta:

Batatais (1851-87)

		Datata	15 (1031-0	<u>') </u>				
Faixas de riqueza bruta (em libras)								
Tipo de bens		500 a	1.000 a	2.000 a	3.000 a	Mais de		
móveis	0 a 499	999	1.999	2.999	5.000	5.000		
Utensílios	5,89	27,98	21,04	18,86	25,00	52,61		
Ferramentas	1,24	5,88	3,59	5,73	7,25	80,61		
Ouro e prata	0,90	4,29	3,00	4,22	9,75	27,33		
Objetos de casa	4,41	20,92	13,81	18,16	28,21	53,65		
Mantimentos	0,85	4,04	4,19	6,25	8,52	48,47		
Estoques	-	-	-	-	46,19	53,73		
Total	13,30	63,11	45,63	53,23	124,92	316,41		

Os inventários de Maria Theodora de São José⁷⁷ e do major Joaquim Antonio Pereira Lima⁷⁸ são um exemplo nesse sentido. Maria, falecida em novembro de 1868, teve seu patrimônio líquido avaliado em Rs 409\$120, dos quais Rs 64\$000 (15,6%) estava imobilizado em bens móveis. Foram arrolados apenas cinco objetos nesta categoria: um cordão de ouro, um forno de cobre, um tacho de cobre velho, um armário e uma caixa com fechadura. Já o major Joaquim, falecido em abril de 1885, gozava de uma melhor situação econômica: sua fortuna líquida foi calculada em Rs 379:572\$354. Foram arrolados 1.056 objetos distribuídos em sua casa da Vila, no Retiro do Melado, no Retiro da Ponte e na Fazenda São José, que somados alcançaram o valor de Rs 8:102\$565 (2,1% de sua riqueza). Havia jóias (relógios, talheres de prata), objetos de cozinha (tachos, bacias, pratos, xícaras, panelas, caldeirões, fornos), móveis residenciais (marquesas, mesas, bancos, armários, catres, oratórios), madeiras (tábuas de peroba, jacarandá, bálsamo etc.); além de chicotes, lombilhos, selins, espingardas, carros, três bancas de fazer queijo e alguns objetos do engenho (pipetas, tachos etc.).

Nesse mesmo sentido, observa-se que as pessoas falecidas na década de 1880 — cuja riqueza líquida média foi calculada em £ 1.153,42 — deixaram maiores somas em bens móveis (£ 49,9 em média); de outro lado, os indivíduos falecidos na década de 1860 — cuja riqueza líquida média atingiu £ 439,90 — tiveram, em média £ 21,97 arroladas em bens móveis em seus inventários (cf. Tabela 2.17).

⁷⁷ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 50, processo nº 841, 1869.

⁷⁸ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 62, processo nº 861, 1885.

Tabela 2.17

<u>Valores médios das categorias de bens móveis segundo período: Batatais (1851-87)</u>

Periodo									
Tipo de bem	1851-59	1861-69	1871-79	1881-87	Total				
Utensílios	8,74	8,40	16,19	14,30	12,27				
Ferramentas	3,31	2,64	4,35	19,60	7,22				
Ouro e prata	6,49	6,96	6,64	10,60	7,46				
Objetos de casa	7,91	8,42	11,65	11,43	10,00				
Mantimentos	6,89	9,63	13,64	38,39	19,22				
Estoques	_*	_**	_*	229,66	306,04				
Total	22,57	21,97	40,12	49,94	34,75				

Vale salientar, ainda, que com exceção dos estoques, os indivíduos falecidos nas décadas de 1850 e 1860 deixaram, em média, valores praticamente semelhantes de todos os tipos de bens móveis. No entanto, nos anos 1881-87 destacou-se a média apurada para os estoques e mantimentos, isso porque três dos cinco inventariados com estoques e vinte e quatro dos setenta e nove inventariados com mantimentos (30,4%) faleceram naqueles anos. Assim, a presença de médias mais elevadas para determinados tipos de bens móveis em certos momentos não dependeu apenas do nível de riqueza possuído pelas pessoas falecidas naqueles lustros, mas também por conta da concentração de inventários que arrolaram aquele determinado tipo de bem naquele período.

Além disso, os números inseridos na Tabela 2.16 indicam que os indivíduos das diversas faixas de patrimônio distribuíam de forma bastante semelhante o montante de riqueza arrolada em bens móveis de diferentes categorias. Vê-se, pelas médias apuradas para cada faixa de riqueza e para cada tipo de bens móveis que, em média, os inventariados batataenses possuíam mais utensílios e objetos de casa. A única exceção deu-se entre os indivíduos com patrimônio avaliado em mais de cinco mil libras. Neste caso específico, o peso maior ficou por conta das ferramentas, objetos de casa e estoques.

Animais

Assim como no caso dos móveis, anotou-se uma correlação positiva entre patrimônio bruto médio acumulado e o valor médio de recursos aplicados em animais (cf. Tabela 2.18).

^{*} A média não foi calculada pois nessas duas décadas apenas um inventariado arrolou estoques (total de £ 35,25 em 1851-59 e £ 805,98 em 1871-79).

^{**} A média não foi calculada pois nesse momento nenhum inventário arrolou estoques entre os bens possuídos.

Tabela 2.18 Valores médios aplicados em animais segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)

	Faixas de riqueza bruta (em libras)									
500 a 1.000 a 2.000 a 3.000 a Mais de Tota										
Rebanho	0 a 499	999	1.999	2.999	5.000	5.000				
Cavalos	6,76	9,31	15,02	24,21	37,10	61,76	12,37			
Muares	9,04	6,26	7,11	14,77	23,34	51,58	16,84			
Bestas	9,55	7,39	11,82	21,29	34,46	37,73	17,89			
Gado	30,85	61,23	148,54	254,30	231,29	1.145,09	106,55			
Carneiros	1,38	1,00	2,13	2,36	2,41	2,03	1,63			
Cabras	0,78	_**	_*	0,67	_**	_**	1,10			
Ovelhas	2,04	2,11	_*	_*	_*	_*	2,00			
Porcos	6,93	10,16	18,64	32,68	26,79	125,68	20,91			
Aves	_*	_*	_**	_**	_**	_**	4,72			
Total	34,45	68,66	166,88	300,26	321,44	1.294,98	115,21			

Nos inventários cujos cabedais mostraram-se inferiores a £ 500 foram arrolados, em média, £ 34,45 em animais; já naqueles processos em que o patrimônio ultrapassou cinco mil libras tal média atingiu £ 1.294,98, valor mais de trinta e sete vez maior.

Essa mesma diferenciação foi anotada para a alocação de riqueza nos rebanhos. A observação do número médio de animais possuído nas distintas faixas de riqueza indicou que os inventariados mais afortunados detinham rebanhos de maior monta quando comparados àqueles legados por pessoas com fortunas pessoais de menor valor (cf. Gráfico 2.6 e Tabela 2.19).

^{*} A média não foi calculada pois nessas décadas apenas um inventariado arrolou este tipo específico de animal.

^{**}A média não foi calculada pois nessas décadas nenhum inventário arrolou este tipo específico de animal entre os bens possuídos.

Gráfico 2.6 Rebanho médio^a segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)

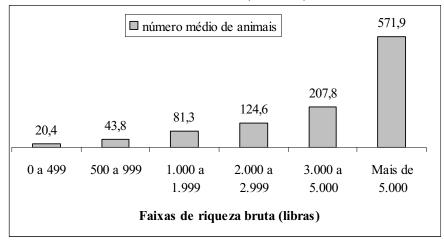


Tabela 2.19
Rebanho médio^a segundo as diferentes categorias de animais e faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)

Faixas de riqueza bruta (em libras)									
Rebanho	0 a 499	500 a 999	1.000 a 1.999	2.000 a 2.999	3.000 a 5.000	Mais de 5.000	Total		
Cavalos	3,4	5,0	6,7	8,4	22,2	25,3	5,9		
Muares	1,7	3,3	1,6	4,6	5,8	12,0	4,1		
Bestas	1,7	1,8	2,1	3,1	7,0	7,3	3,4		
Gado	13,4	29,3	56,1	97,2	132,8	459,2	44,9		
Carneiros	8,2	8,0	11,9	15,0	21,0	10,0	10,1		
Cabras	4,3	_**	_*	4,5	_**	_**	5,5		
Ovelhas	14,9	20,3	_*	_*	_*	_*	15,3		
Porcos	18,1	26,6	33,1	29,3	63,6	134,0	33,4		
Aves	_*	_*	_**	_**	_**	_**	51,0		
Total	20,4	43,8	81,3	124,6	207,8	571,9	58,5		

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

O rebanho médio possuído por inventariados com riqueza bruta inferior a quinhentas libras não atingiu a metade do mesmo número verificado para a faixa de riqueza imediatamente superior e representou tão-somente 9,8% do mesmo valor apurado no caso dos inventariados com fortunas brutas variando entre três e cinco mil libras (cuja média igualou-se a 207,8 animais). Os indivíduos mais ricos da amostra, por sua vez, possuíam,

^a Número de animais dividido pelo número de inventários que possuíam animais em cada faixa de riqueza

^a Número de animais dividido pelo número de inventários que possuíam este tipo de animal em cada faixa de riqueza.

^{*} A média não foi calculada pois nessas décadas apenas um inventariado arrolou este tipo específico de animal.

^{**}A média não foi calculada pois nessas décadas nenhum inventário arrolou este tipo específico de animal entre os bens possuídos.

em média, aproximadamente vinte e oito vezes mais animais que as pessoas menos afortunadas ali residentes.

Bens imóveis

Em virtude do caráter predominantemente rural das atividades econômicas desenvolvidas em Batatais, a posse de casas, benfeitorias, terras e plantações mostrou-se bastante disseminada, visto que mais de 90% dos 492 inventariados tinham recursos aplicados neste tipo de ativo, sendo que mais de 80% dessas pessoas possuía alguma parte de terra por ocasião de seu falecimento (Cf. Tabela 2.20).

Tabela 2.20 Distribuição dos bens imóveis inventariados segundo as diferentes categorias: Batatais (1851-87)

	Soma do valor dos b	ens imóveis	Números		
Tipo do bem	Valor (em libras)	%	Nº de inventários (% do total)	Média por inventário (em libras)	
Casas e/ou benfeitorias urbanas*	10.367,82	4,5	142 (28,9)	73,01	
Casas e/ou benfeitorias rurais**	30.188,31	13,1	355 (72,1)	85,04	
Terras	180.559,77	78,1	398 (80,9)	453,67	
Plantações	10.206,22	4,3	60 (12,2)	170,10	
Total	231.322,11	100,0	452 (91,8)	511,77	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

A categoria dos bens imóveis incluiu as terras (fazendas, sítios), plantações, benfeitorias, casas situadas na zona rural e os prédios ou terrenos localizados em áreas urbanas. O modo mais comum de possuir bens imóveis foi a posse de casa (s) com benfeitorias e terras: 172 inventariados possuíam imóveis seguindo esta combinação. Havia, ainda, aqueles que possuíam, além dessa combinação, casa na zona urbana (64) e aqueles que só arrolaram terras (38) ou casas na vila (28).

No caso dos inventários batataenses, as terras foram quase invariavelmente descritas sem a especificação do tamanho do lote avaliado: "uma sorte de terras de culturas do outro lado do Rio Pardo defronte a mesma Fazenda da Saudade avaliada por um conto e seiscentos mil réis", "uma quarta parte das terras na Fazenda dos Fradinhos (...) avaliada por cento e trinta mil réis", "a Fazenda do Retiro Novo pelas divisas constantes da divisão

^{*} Esta categoria congrega os imóveis situados na zona urbana em geral, uma vez que para algumas avaliações foi impossível separar a (s) casa (s) da (s) benfeitoria (s) anexa (s) a ela (s).

^{**} Esta categoria congrega os imóveis situados na zona rural em geral, uma vez que para algumas avaliações foi impossível separar a (s) casa (s) da (s) benfeitoria (s) ou terra (s) anexa (s) a ela (s).

⁷⁹ Inventário do coronel Manoel Antonio Pereira e de sua mulher Dona Juliana Josepha da Silva (Fórum de Batatais – 1º oficio, maço 77, processo nº 1.065, 1875).

da Fazenda da Lage como se vê na folha de partilha, assim mais os anexos a esta fazenda as terras que houve por barganha de Manoel Theodoro nos dois córregos, assim mais por compra a Joaquim Ignácio Pereira Manço (...) avaliada por vinte e dois contos e quatrocentos mil réis"80 ou apenas "parte nas terras na Fazenda dos Cantinhos já divisada nesta mesma freguesia avaliada por duzentos e cinco mil réis". Poucos foram os casos em que foi informado com alguma precisão o tamanho da área avaliada, como no inventário de Anna Custódia da Silva: "terras de culturas e campos regulando cinquenta alqueires na mesma Fazenda da Cachoeira do Cuscuzeiro avaliadas por um conto e duzentos e cinquenta mil réis"82.

No caso das benfeitorias, a maioria foi avaliada juntamente com a casa onde estavam anexadas: "uma casa de morada com paiol, senzala, rancho, tudo coberto de telhas (...) avaliada por quinhentos mil réis"83 ou especificou-se apenas "as benfeitorias do terreiro na mesma fazenda [Fazenda da Caxoeira/JG] avaliadas por novecentos e vinte mil réis",84. Raramente ocorreu a avaliação de cada benfeitoria em separado, como no caso do inventário realizado por ocasião do falecimento de José Ferreira Rosa: "um moinho pequeno avaliado por cem mil réis", "uma varanda de engenho coberta de telhas avaliada por cem mil réis", "uma senzala grande coberta de telhas avaliada por cento e vinte mil réis", "uma senzala pequena coberta de telhas avaliada por cinquenta mil réis", "uma casa de tenda de ferreiro coberta de telhas avaliada por cento e vinte mil réis", "um paiol coberto de telhas avaliado por cento e cinqüenta mil réis", "uma estrebaria coberta de telhas avaliada por quarenta mil réis" e "um monjolo com casa e cocho avaliado por oitenta mil réis"85.

No meio urbano, mostrou-se mais comum a posse de casas, seguida pelas chácaras, terrenos e datas. No caso das moradas, a informação do tamanho apareceu com pouca frequência, sendo especificado, em poucos casos, tratar-se de um sobrado. As informações mais comuns eram a localização do imóvel, o tipo de construção, seu estado de conservação e as benfeitorias ou plantações eventualmente presentes nos quintais: "uma casa de morada na Rua de São Bento no lado do Bainho, coberta de palha, assoalhada de tábua, com quintal com cerca de taipa de quarenta e cinco braços e alguns pedaços com

80 Inventário do capitão Bento Barbosa de Magalhães (Fórum de Batatais – 1º ofício, maco 86, processo nº

⁸¹ Inventário de Anna Carolina de Siqueira (Casa da Cultura de Cajuru — maço 4-A, 1875).
82 Casa da Cultura de Cajuru — maço 4-A, 1885.

⁸³ Inventário de Francisca Gonçalves da Silva (Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 78, processo nº 2.702,

⁸⁴ Inventário de Maria do Lado de Jesus (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 82, processo nº 1.100, 1879).

⁸⁵ Casa da Cultura de Cajuru — maço 55-A, 1879.

cerca de madeira, pés de laranja e cento e trinta pés de café e um portão na frente da Rua avaliada por trezentos mil réis", "uma morada de casas com todas as suas benfeitorias sitas nesta Freguesia avaliada por duzentos e cinquenta mil réis⁸⁷ ou "uma casa coberta com telhas no Largo da Matriz de Sant'Anna dos Olhos d' Água e mais benfeitorias avaliada por oitocentos mil réis". No caso das chácaras, terrenos e datas, tampouco se especificou o tamanho, sendo mais comum a informação de sua localização, como no caso do inventário de Manoel Thomas Garcia: "uma chácara sita nesta Vila na Rua denominada d' outro mundo, divisando por um lado com José Rufino de Oliveira e por outro lado com Antonio Dias e pelo fundo com Fermiano José Ferreira avaliada por trezentos e cinqüenta mil réis"89.

Os preços atribuídos a cada um destes bens variaram significativamente, visto tratar-se de partes de terras de tamanhos e qualidades distintas, de casas cobertas com palha ou capim, assoalhas ou não, com ou sem benfeitorias. Mas, no geral, observou-se que o montante médio de recursos investido em bens imóveis foi bastante significativo, atingindo £ 511,77 libras. Para efeitos de comparação, este mesmo valor calculado para os bens móveis atingiu tão-somente £ 34,7.

Apesar de grande parte dos batataenses possuírem imóveis rurais e/ou urbanos, aqueles indivíduos mais afortunados eram os maiores investidores neste tipo de bem, e, por conseguinte, concentravam a maior parte dos ativos deste tipo arrolados. O investimento médio realizado em imóveis por essas pessoas mais ricas mostrou-se superior a 8.000 libras (cf. Tabela 2.21).

⁸⁶ Inventário de Manoel Luiz de Almeida (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 25, processo nº 402, 1851). ⁸⁷ Inventário de Ricardo Luis de Mello (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 31, processo nº 492, 1863).

⁸⁹ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 50, processo nº 826, 1863.

⁸⁸ Inventário de Luiz Pereira da Silva (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 33, processo nº 521, 1887).

Tabela 2.21 Valores médios aplicados em bens imóveis segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)

	Faixas de riqueza bruta (em libras)						
		500 a	1.000 a	2.000 a	3.000 a	Mais de	Total
Tipo de bem	0 a 499	999	1.999	2.999	5.000	5.000	
Casas e/ou benfeitorias urbanas*	37,85	69,54	121,77	79,77	101,34	198,97	73,01
Casas e/ou benfeitorias rurais**	23,90	50,86	96,90	131,30	459,84	800,53	85,04
Terras	63,10	218,77	502,33	1.051,93	1.399,41	6.642,51	453,67
Plantações	20,44	6,94	20,07	24,41	387,96	1.063,02	170,10
Total	81,76	272,62	632,34	1.098,79	2.096,90	8.031,66	511,77

Tabela 2.22
Percentuais da riqueza líquida alocada nas distintas categorias de bens imóveis segundo as diferentes faixas de fortuna: Batatais (1851-87)

	Faixas de riqueza bruta (em libras)						
		500 a	1.000 a	2.000 a	3.000 a	Mais de	Total
Tipo de bem	0 a 499	999	1.999	2.999	5.000	5.000	
Casas e/ou benfeitorias urbanas*	24,8	18,8	18,8	7,7	8,8	21,1	100,0
Casas e/ou benfeitorias rurais**	17,6	10,1	10,0	7,0	18,3	37,1	100,0
Terras	9,0	7,8	9,5	9,3	9,3	55,2	100,0
Plantações	5,8	0,8	1,0	0,5	19,0	72,9	100,0
Total	10,7	8,2	9,6	8,6	10,9	52,1	100,0

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Esses indivíduos mais afortunados possuíam mais da metade de toda a riqueza inventariada em bens imóveis, especialmente no que se refere a terras e plantações (cf. Tabela 2.22). O valor médio de recursos empregados em terras, por exemplo, igualou-se a, no máximo, £ 1.399,41 no caso das pessoas inseridas na faixa de riqueza entre três e cinco mil libras. Este valor máximo alcançou, por sua vez, £ 6.642,51 entre os mais afortunados, ou seja, um número mais de cinco vezes maior.

Outrossim, o exame dos valores médios aplicados em bens de raiz feito para as quatro décadas consideradas indicou que o investimento nesse tipo de ativo mostrou-se crescente ao longo de todo o período (cf. Gráfico 2.7), haja vista a maior representatividade desses bens no total da riqueza bruta com o passar dos anos (cf. Gráficos 2.2 a 2.5).

^{*} Esta categoria congrega os imóveis situados na zona urbana em geral, uma vez que para algumas avaliações foi impossível separar a (s) casa (s) da (s) benfeitoria (s) anexa (s) a ela (s).

^{**} Esta categoria congrega os imóveis situados na zona rural em geral, uma vez que para algumas avaliações foi impossível separar a (s) casa (s) da (s) benfeitoria (s) ou terra (s) anexa (s) a ela (s).

^{*} Esta categoria congrega os imóveis situados na zona urbana em geral, uma vez que para algumas avaliações foi impossível separar a (s) casa (s) da (s) benfeitoria (s) anexa (s) a ela (s).

^{**} Esta categoria congrega os imóveis situados na zona rural em geral, uma vez que para algumas avaliações foi impossível separar a (s) casa (s) da (s) benfeitoria (s) ou terra (s) anexa (s) a ela (s).

800,00 700,00 600,00 500,00 400,00 300,00 200,00 100,00 0.00 1851-59 1861-69 1871-79 1881-87 ☐ Casas e/ou benfeitorias urbanas □ Casas e/ou benfeitorias rurais Plantações

Gráfico 2.7 Valores médios das categorias de bens imóveis segundo período: Batatais (1851-87)

Nos anos 1851-69, os montantes médios aplicados em imóveis urbanos, imóveis rurais, terras e plantações igualaram-se a £ 55,16, £38,70, £ 203,67 e £7,77, respectivamente. Já nas décadas de 1870 e 1880, tais valores médios foram calculados em £ 83,64, £ 119,73, £ 636,28 e £ 286,06. No total, os indivíduos falecidos entre 1851 e 1869 legaram a seus herdeiros, em média, £ 220,49; ao passo que aquelas pessoas com inventário lavrado entre 1871 e 1887 tinham, em média, £ 734, 79 aplicados em bens de raiz.

Valores mobiliários

Se, por um lado, a posse de bens móveis, animais e propriedades rurais e urbanas era bastante disseminada, por outro se observou que apenas setenta e um processos de inventários possuíam valores mobiliários entre os ativos inventariados. Além disso, o valor médio disponibilizado nestes ativos atingiu 180,79 libras (Cf. Tabela 2.23). Em decorrência da pequena disseminação da posse de dinheiro e ações, sua participação nos patrimônios analisados mostrou-se pouco relevante, alcançando apenas 3,0% da fortuna líquida total. Sua representatividade foi maior apenas na última década analisada, quando o percentual deste ativo nos patrimônios batataenses foi calculado em 4,6%.

Tabela 2.23
Percentuais da riqueza líquida alocada nas distintas categorias de valores mobiliários:
Batatais (1851-87)

	Soma dos valores i	nobiliários	Números		
Tipo do bem	Valor (em libras)	%	nº inventários	Média por inventários (em libras)	
Dinheiro	12.717,46	99,1	71	179,12	
Outros ativos financeiros	118,33	0,9	3	39,44	
Total	12.835,78	100,0	71	180,79	

Na maioria dos casos não foi especificada a origem do dinheiro ou a forma em que estes valores estavam dispostos (se em moedas ou papel), como, por exemplo, "dinheiro pertencente ao monte do casal o valor de cento e oito mil réis" ou "existente em dinheiro deixado pelo falecido o valor de cento e nove mil réis" Em raros momentos especificouse o tipo desses valores — "dinheiro em moeda corrente papel o valor de oitenta e quatro mil réis" ou "dinheiro em moedas de cobre o total de três mil e oitocentos réis" e "dinheiro em moeda papel o total de quarenta e três mil réis" ou sua origem, como no inventário do farmacêutico João Baptista Freire: "de vendas a dinheiro na farmácia a quantia de setenta mil réis e de pagamento de dívidas a mesma farmácia por terem sido solvidos vários compromissos como se mostrarão em tempo a quantia de quinhentos e oitenta e dois mil, trezentos e dez réis" O maior montante em dinheiro foi arrolado entre os bens deixados pelo coronel Manoel Antonio Pereira e sua esposa Dona Juliana Josepha da Silva: "em dinheiro em poder do inventariante [Domeciano Pereira Lima, filho do casal/JG] o total de vinte e quatro contos setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dez réis" o total de vinte e quatro contos setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dez réis" o total de vinte e quatro contos setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dez réis" o total de vinte e quatro contos setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dez réis" o total de vinte e quatro contos setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dez réis" o total de vinte e quatro contos setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dez réis" o total de vinte e quatro contos setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dez réis" o total de vinte e quatro contos setecentos e sessenta e nove mil o total de vinte e de contra de co

Verificaram-se, ainda, outros três tipos de ativos financeiros. O inventário do casal Manoel e Julianna citados acima continha ainda "um camarote no Theatro desta cidade avaliado por trinta e cinco mil réis". O capitão Zeferino de Almeida e Silva, falecido em 1873, também havia investido no teatro local. Constaram, entre seus bens inventariados, "cinco ações de Teatro desta Vila o valor de sessenta mil réis". Por fim, anotou-se ainda,

⁹⁰ Inventário de João Antonio de Macedo (Fórum de Batatais – 1º ofício, maco 62, processo nº 951, 1853).

⁹¹ Inventário de José Ferreira da Silva (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 66, processo nº 1.002, 1879).

⁹² Inventário de Dona Laurianna Bernarda da Assumpção (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 73, processo nº 1.047, 1861).

⁹³ Inventário de Maximiano José Nogueira (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 73, processo nº 1.048, 1869).

⁹⁴ Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 86, processo nº 2.872, 1883.

⁹⁵ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 77, processo nº 1.065, 1875.

⁹⁶ Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 289, processo nº 7.438, 1873.

no inventário aberto por conta do falecimento de João Garcia de Figueiredo (1885), os "direitos e ações dos ausentes na divisão da Fazenda do Cravo, por ter o inventariado como sócio (...) o valor de um conto trezentos e noventa e cinco mil quinhentos e quarenta e um réis"⁹⁷.

O dinheiro e os demais ativos financeiros avaliados também estavam concentrados nas mãos dos inventariados com maiores cabedais (Cf. Tabela 2.24).

Tabela 2.24

Montante total das categorias de valores mobiliários segundo as diferentes faixas de fortuna:

Batatais (1851-87)

	Faixas de riqueza bruta (em libras)							
		500 a	1.000 a	2.000 a	3.000 a	Mais de		
Tipo	0 a 499	999	1.999	2.999	5.000	5.000	Total	
Dinheiro	684,37	413,31	1.278,00	899,83	828,92	8.613,04	12.717,46	
Outros ativos financeiros	6,27	-	-	-	-	112,06	118,33	
Total	690,64	413,31	1.278,00	899,83	828,92	8.725,10	12.835,78	
(%)	(5,4)	(3,2)	(10,0)	(7,0)	(6,4)	(68,0)	(100,0)	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

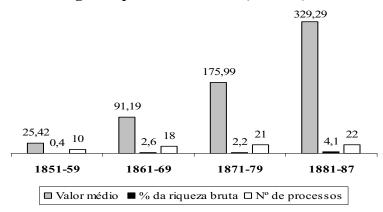
Dos setenta e um inventariados que tiveram algum valor mobiliário declarado entre seus bens, tão-somente doze apresentaram patrimônio líquido superior a cinco mil libras; no entanto, aproximadamente 70% do montante mobiliário pertencia a este grupo. Esses doze indivíduos possuíam, em média, £ 727,09 libras referentes a dinheiro ou outros ativos financeiros. De outro lado, os trinta e nove inventariados com fortuna bruta inferior a mil libras possuíam apenas 8,6% do total dos valores mobiliários, sendo que essas pessoas tinham, em média, £ 28,15 aplicados neste tipo de ativo.

A partir da indicação dos inventários que arrolaram algum tipo de valor mobiliário, observa-se a concentração desses processos nas duas décadas finais do período. Como conseqüência dessa concentração, verificou-se uma maior porcentagem e valores médios mais elevados desse tipo de bem nos anos 1870 e 1880 (cf. Gráfico 2.8).

-

⁹⁷ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 71, processo nº 1.034, 1885.

Gráfico 2.8
Valores médios, percentual da riqueza bruta aplicada em valores mobiliários e número de inventários com este tipo de bem segundo período: Batatais (1851-87)



Nos anos 1850, apenas dez processos tiveram dinheiro arrolado, somando £ 254,16, que correspondeu a tão-somente 0,4% do montante bruto verificado naqueles lustros. Entre 1871 e 1879, vinte e um inventários arrolaram dinheiro, sendo que dois deles também tiveram outro ativo financeiro entre os bens arrolados. Naquele momento, o valor desses ativos alcançou £ 3.695,86, que representavam 2,2% do total bruto inventariado. Mas foi na década de 1880 que os investimentos em dinheiro se avolumaram: apesar do número de pessoas que investiram neste tipo de bem se manter praticamente constante em relação ao período anterior, o valor aplicado em dinheiro e outros ativos financeiros quase dobrou, igualando-se a £ 7.244,35 (ou 4,1% do total inventariado naquele momento).

Dívidas ativas e passivas

As dívidas ativas e passivas distribuíram-se de forma desigual entre os batataenses. Boa parte deles faleceu na condição de credor e/ou devedor de alguma quantia. Em 261 processos (53,0% do total) houve indicação de pelo menos um credor e em 345 (70,1%) alguma dívida passiva foi arrolada. De outro lado, tão-somente oitenta e nove inventariados não deixaram valores a serem pagos ou a serem recebidos por seus herdeiros. Naqueles anos e localidade a maioria das pessoas devia algum valor, mas também era credora de pequenas ou vultosas somas. Dentre os 492 inventariados analisados, cinqüenta e oito faleceram apenas como credores, 142 eram exclusivamente devedores e outros 203 deixaram dívidas a pagar e a receber. Por conta desta significativa parcela de pessoas com

dívidas inventariadas, o percentual do patrimônio imobilizado em dívidas ativas e passivas mostrou-se significativo.

O arrolamento das dívidas ativas ou passivas vinha quase que invariavelmente após a avaliação de todos os bens do falecido, na forma de uma declaração do (a) inventariante. Nos inventários batataenses, a discriminação dessas dívidas poucas vezes foi detalhada. Na maioria dos casos, foram fornecidos apenas o nome ou razão social do(s) devedor/credor (es) e o valor devido, como, por exemplo, a descrição presente no inventário de Domingos Francisco Borges: "Declarou ela inventariante [Rita Barbosa do Nascimento, a viúva/JG] que Ignacio Barbosa do Nascimento está a dever ao monte deste inventário o valor de trinta mil réis. Declarou mais a inventariante que o monte deste inventário está a dever a Aureliano Modesto de Castro a quantia de setenta e nove mil trezentos e setenta réis e a José Baptista do Nascimento a quantia de quatorze mil cento e oitenta réis".

Em diversos processos especificou-se ainda a origem da dívida: se por crédito, conta de rol, venda/compra de algum produto. Foram comuns também as dívidas feitas para o pagamento das despesas com funeral e enterro dos inventariados "(...) está a dever a Francisco Ribeiro Monteiro, importância do funeral, o total de 192\$800",99 e a honorários médicos e medicamentos no tratamento dos falecidos: "(...) está a dever ao Doutor Hermelino Teixeira da Motta, de honorários médicos de tratamento de varíolas o valor de 400\$000; à firma social Abreu e Gaia, de medicamentos de sua botica o valor de 30\$000 (...)" Houve ainda, com alguma freqüência, dívidas oriundas de missas rezadas ou por rezar, de promessas feitas e de valores deixados à Igreja em nome de santos e Irmandades: "(...) está a dever a Nossa Senhora do Rosário o valor de 5\$000, para mandar rezar uma missa para as almas o valor de 3\$000 (...)" Foi bastante comum também encontrar dívidas passivas feitas pelos herdeiros: filhos, filhas, genros e noras deviam a seus pais/sogros (as). O contrário também ocorreu com freqüência: muitos falecidos arrolaram dívidas passivas contraídas junto a seus filhos ou genros.

No caso de dívidas ativas oriundas de créditos concedidos, em alguns casos foi informada a data de concessão do mesmo, seu prazo de liquidação e a taxa de juros cobrada. Esse detalhamento deu-se com as dívidas ativas relacionadas no inventário do major Joaquim Antonio Pereira Lima. Consta no auto de inventário que ao major, fazendeiro de café e criador de gado, eram devedores noventa pessoas (a maioria delas por

_

⁹⁸ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 01, processo nº 09, 1865.

⁹⁹ Inventário de Manoel Martins Parreira (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 62, processo nº 953, 1873).

¹⁰⁰ Inventário de Antonio Custodio da Silveira (Casa da Cultura de Cajuru – maço 9-A, 1883).

¹⁰¹ Inventário de Marianna Victória Ribeiro (Casa da Cultura de Cajuru – maço 70-A, 1875).

crédito), somando suas dívidas ativas o total de Rs 79:546\$281 (média de Rs 883\$847 por pessoa). Eis alguns exemplos: "Antonio Jacintho Lopes de Oliveira, por crédito firmado em quinze de maio de 1873, a quantia de 550\$000, a prêmio de 1,5% ao mês, de capital e juros o total de 1:750\$375", "José Ignácio Lopes, por crédito concedido em 22 de janeiro de 1885, a quantia de 219\$000 com prazo de sessenta dias e na falta a prêmio de 2% ao mês, o total de 233\$308", "Francisco Antonio Pereira Lima, por crédito firmado em onze de abril de 1883, a quantia de 575\$000, a prêmio de 1,0% ao mês, de capital e juros; mais 75\$000 de vinte alqueires de sal em quinze de agosto de 1883, o total de 803\$142" e "Candido José Ferreira da Luz, por crédito firmado em vinte de maio de 1876, a quantia de 3:635\$000, a prêmio de 1,0% ao mês capitalizado anualmente, de capital e juros o total de 10:214\$541".

No caso do major, vê-se que grandes somas em dinheiro foram destinadas a poucas pessoas. No entanto, era mais frequente entre os credores batataenses colocar pequenas quantias nas mãos de diversas pessoas, a exemplo do farmacêutico João Baptista Freire 102. O major Freire faleceu deixando uma fortuna líquida avaliada em 25:856\$679 (ou £ 2.321,90), sendo que as dívidas ativas somavam Rs 19:040\$678 emprestados a 793 pessoas (devia-se, em média, Rs 24\$010 ao boticário). Estas dívidas originaram-se de vendas feitas na botica e caracterizaram-se por uma separação bastante detalhada. Em um primeiro momento arrolaram-se as dívidas que não constavam em nenhum livro e posteriormente aquelas anotadas em cinco livros, enumerados de oito a doze. Para cada livro descrito, foram feitas mais separações: dívidas de primeira classe, dívidas de segunda classe, contas paradas há mais de dois anos, devedores de domicílio desconhecido e devedores falecidos. João Baptista tinha, ainda, vinte e oito dívidas passivas a serem pagas, que juntas somaram Rs 18:301\$609. Destas, duas eram devidas a firmas, possivelmente resultantes de compra de produtos a serem manipulados/revendidos na farmácia (Domingos da Silva Lopes e Cia. e João Candido Martins e Cia.) e quatro referiam-se a créditos obtidos. Um destes quatro créditos era devido ao Dr. Martinho Prado Júnior, famoso cafeicultor com terras em Ribeirão Preto¹⁰³.

Outro dado interessante verificado na discriminação das dívidas ativas e passivas foi a presença de escravos e libertos: no total vinte e seis escravos e sete libertos apareceram nos inventários como credores ou devedores. E, na maioria dos casos, o crédito não foi

¹⁰² Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 86, processo nº 2.872, 1883.

¹⁰³ Consta no inventário de Freire a dívida ao Dr. Martinho *da Silva* Prado Júnior, que acredita se tratar da mesma pessoa.

concedido a cativos do próprio plantel do inventariado, mas sim a escravos de terceiros. O inventário de Eufrásia Maria de Jesus é um exemplo nesse sentido. Nele vinte e uma pessoas foram arroladas como devedoras ao inventário, sendo quatro escravos e um liberto: Cassiano, escravo de João Barboza (duas dívidas); Manoel, escravo de Antonio Lopes; Julião, escravo de José Gregório; Thereza, escrava de Evangelista e Manoel, liberto. Destes, apenas o forro Manoel e o cativo Julião eram "moradores na casa dele inventariante"¹⁰⁴. Já Manoel Bernardes Correa Rangel era devedor a um de seus dezesseis escravos: "está a dever a (...) Tiburcio, seu escravo, de gados e porcos que vendeu descontando o que pagou de dívidas do mesmo escravo o total de 340\$050"¹⁰⁵.

O exame dos inventariados credores e devedores também apontou para uma diferenciação na distribuição dessas dívidas quando consideradas as pessoas com maiores ou menores fortunas líquidas (Cf. Tabela 2.25 e 2.26).

Tabela 2.25 Montante total das dívidas ativas segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)

		Faixas de riqueza bruta (em libras)						
		500 a	1.000 a	2.000 a	3.000 a	Mais de		
Valores	0 a 499	999	1.999	2.999	5.000	5.000	Total	
Soma (%)	4.823,77	3.407,85	3.388,05	4.456,05	4.676,39	27.041,46	47.793,29	
	(10,1)	(7,1)	(7,1)	(9,3)	(9,8)	(56,6)	(100,0)	
nº de inventários	162	41	24	14	7	13	261	
Média por inventário							_	
(em libras)	29,77	83,12	141,17	318,29	668,06	2.080,11	183,12	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 2.26 Montante total das dívidas passivas segundo as diferentes faixas de fortuna bruta: Batatais (1851-87)

		Faixas de riqueza bruta (em libras)						
		500 a	1.000 a	2.000 a	3.000 a	Mais de		
Valores	0 a 499	999	1.999	2.999	5.000	5.000	Total	
Soma (%)	9.462,56	4.172,41	6.516,38	4.813,84	5.900,24	12.168,64	43.034,08	
	(22,0)	(9,7)	(15,1)	(11,2)	(13,7)	(28,3)	(100,0)	
nº de inventários	238	53	27	10	5	12	345	
Média por inventário								
(em libras)	39,76	78,72	241,35	481,38	1.180,05	1.014,05	124,74	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Em primeiro lugar, verificou-se uma correlação positiva entre o patrimônio líquido possuído e a quantidade de recursos emprestados. Aos 227 proprietários com fortunas

 $^{^{104}}$ Fórum de Batatais — 1º ofício, maço 15, processo nº 232, 1865.

¹⁰⁵ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 71, processo nº 1.033, 1877.

brutas inferiores a 2.000 libras eram devidas, em média, £ 51,19; àqueles com patrimônios líquidos variando entre 2.000 e 5.000 este valor médio igualou-se a £ 510,19; atingindo £ 2.080,11 no caso daquelas pessoas mais afortunadas. Conclui-se, assim, que o mercado creditício local era dominado pelos indivíduos de maiores posses, justamente por eles terem mais recursos disponíveis a serem emprestados.

Outrossim, apesar de concentrarem grande parte dos créditos concedidos, esses indivíduos mais afortunados também eram, em média, os maiores devedores. A dívida passiva média acumulada por estas pessoas igualou-se a £ 1.014,05; ao passo que os inventariados mais humildes — com fortunas líquidas inferiores a quinhentas libras — deviam apenas £ 39,76 em média. Isso se deve à característica do mercado creditício: pessoas mais afortunadas, que tinham maiores garantias de pagamento, tinham melhor acesso ao crédito e este poderia ser de maiores quantias. Os mais pobres, com renda reduzida e poucas garantias de pagamento, tinham menor participação nesse mercado. Além disso, apenas as pessoas mais ricas precisavam levantar um montante elevado de recursos para efetuar compras de imóveis, escravos ou estoques ou financiar sua safra, por exemplo. Já as pessoas mais modestas não necessitavam de grandes quantias em dinheiro para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, realizadas em menor escala.

As atividades econômicas desenvolvidas em Batatais reveladas pelos inventários

No primeiro capítulo da dissertação ocupou-se da caracterização do espaço contemplado pelo estudo. Foram reveladas as principais características econômicas, demográficas e sociais do território batataense para toda a segunda metade do Oitocentos. O exame a que se procedeu na presente seção buscou revelar como a posse de determinados ativos refletia os aspectos econômicos da localidade anteriormente descritos.

A identificação das atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades dos inventariados não foi explicitada pelos avaliadores nos processos. Assim, com o intuito de caracterizar essas atividades, foi preciso cruzar as informações dos nomes obtidas nos inventários com os informes presentes em outras duas fontes: a Lista de Qualificação de Votantes (1874) e o *Almanak* da Província de São Paulo (1873). Essa documentação auxiliar foi elaborada no início dos anos 1870, e, portanto, não contemplou as pessoas falecidas em um momento anterior. Desse modo, a determinação da atividade econômica desenvolvida para aqueles indivíduos não localizados nas duas fontes citadas deu-se através do exame cuidadoso dos bens inventariados. Neste caso, o aspecto financeiro foi levado em consideração: a atividade desenvolvida seria aquela em que estava concentrada

a maior parte da riqueza inventariada. Além disso, para aqueles proprietários localizados nas fontes auxiliares, foi preciso confirmar, a partir dos bens inventariados, se a atividade indicada no *Almanak* ou na Qualificação ainda era praticada.

Conforme esperado, e em vista da característica agropecuarista da localidade, observou-se um amplo predomínio de indivíduos ligados à lavoura, à pecuária ou a ambas as atividades em todas as décadas consideradas (Cf. Tabela 2.27). Além dos agricultores e criadores, tiveram ainda alguma relevância naquela localidade as pessoas que cuidavam exclusivamente de seus negócios (ou indivíduos que tinham alguma ligação com o meio urbano, sem identificação precisa da atividade praticada — inseridos na classificação "atividade urbana") e aqueles que tinham negócios mas que também praticavam alguma atividade rural: somadas estas duas categorias alcançou-se o percentual de 10,9%. Além disso, anotou-se uma tendência à diversificação econômica: os poucos profissionais liberais, oficiais e negociantes foram identificados nos últimos anos do século XIX.

Tabela 2.27
Distribuição dos inventariados segundo atividade econômica e período: Batatais (1851-87)

	Período							
	1851-59	1861-69	1871-79	1881-87	Total			
Atividade Econômica	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)			
Profissionais liberais ¹	-	-	2 (1,4)	1 (0,7)	3 (0,6)			
Artes e ofícios ²	-	1 (0,8)	-	2 (1,5)	3 (0,6)			
Negócios/atividades urbanas ³	6 (7,1)	14 (10,9)	12 (8,3)	14 (10,4)	46 (9,3)			
Negócios, lavoura e/ou criação ⁴	1 (1,2)	2 (1,6)	1 (0,7)	4 (3,0)	8 (1,6)			
Lavoura ⁵	23 (27,4)	53 (41,1)	45 (31,0)	46 (34,3)	167 (33,9)			
Criação ⁶	32 (38,1)	30 (23,3)	47 (32,4)	31 (23,1)	140 (28,5)			
Lavoura e criação ⁷	17 (20,2)	18 (14,0)	30 (20,7)	30 (22,4)	95 (19,3)			
Não identificada ⁸	5 (6,0)	11 (8,3)	8 (5,5)	6 (4,6)	30 (6,2)			
Total	84 (100,0)	129 (100,0)	145 (100,0)	134 (100,0)	492 (100,0)			

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

A caracterização mais detalhada do tipo de produto cultivado pelos lavradores batataenses pode ser feita através do exame dos mantimentos e das plantações constantes nos processos de inventário. Dos 492 inventários analisados, setenta e nove (16% do total)

^{1:} Empregado público, advogado, dentista

²: Alfaiate, seleiro, oficial

³: Negociante, negociante de fazendas, negociante de gêneros do país, atividade urbana, boticário

⁴: Negociante e criador, atividade urbana e criador, negociante e agricultor, negociante de fazendas, ferragens, armarinhos, criador e fazendeiro de café.

⁵: Agricultor, fazendeiro de cana-de-açúcar, fazendeiro de café

⁶ Criadoı

⁷ Fazendeiro de cana-de-açúcar e criador, criador e fazendeiro de café, criador e agricultor,

^{8:} Viúva sem atividade aparente, solteira sem atividade aparente, liberta sem atividade aparente, atividade não identificada.

arrolaram algum tipo de mantimento entre os bens móveis e sessenta (12,2%) avaliaram plantações juntamente às terras, casas e benfeitorias rurais. Em um contexto de predomínio da agricultura e pecuária como atividade econômica principal, dever-se-ia esperar uma presença mais significativa de roças, plantações e mantimentos entre os bens inventariados. Mas é preciso considerar a limitação imposta pelo uso dos inventários, qual seja, a subestimação desses dois tipos de bens. No tocante às plantações essa subestimação deveria ocorrer principalmente no caso das culturas não-permanentes (os cereais, por exemplo). Isso porque o falecimento do inventariado poderia coincidir com um período de entressafra ou de finalização da colheita, momento em que já não existiria mais a plantação daqueles produtos agrícolas. Além disso, a forma em que se procedeu à descrição dos bens a serem partilhados feita por alguns avaliadores talvez tenha "escondido" essas roças. Acredita-se que, em muitos casos, a plantação tenha sido avaliada juntamente com a terra, sem um maior detalhamento do que nela estava plantado. Já no caso dos mantimentos a subestimação ocorre de maneira mais frequente com relação à quantidade desses bens: o total inventariado indica apenas o que estava presente no momento da avaliação, portanto não considera o total produzido na propriedade; não discrimina se e quanto dos produtos foram ali produzido ou adquiridos no mercado e nem considera o que eventualmente possa ter sido comercializado pelo inventariado em um momento anterior ao seu falecimento.

Interessante observar, ainda, no que se refere apenas às atividades rurais, o crescimento da agricultura (Cf. Tabela 2.28). Partindo dos dados concernentes à década de 1850, observa-se que o número de agricultores mais do que dobrou no decênio imediatamente posterior, apresentando uma pequena queda e mantendo-se constante até o final do período. Os criadores, por sua vez, estiveram presentes em proporções próximas a três dezenas nas décadas de 1860 e 1880, porém nos anos 1851-59 e 1871-79 foram alcançados percentuais mais significativos.

Tabela 2.28 Distribuição dos inventariados segundo atividade ligada ao meio rural e período: Batatais (1851-87)

	Período						
Atividades rurais	1851-59 (%)	1861-69 (%)	1871-79 (%)	1881-87 (%)	Total (%)		
Agricultores	22 (30,6)	49 (48,5)	41 (33,6)	40 (37,4)	152 (37,8)		
Fazendeiros de cana-de-açúcar e criadores	1 (1,4)	-	1 (0,8)	2 (1,9)	4 (1,0)		
Fazendeiros de cana-de-açúcar	-	1 (1,0)	1 (0,8)	-	2 (0,5)		
Criadores	32 (44,4)	30 (29,7)	47 (38,5)	31 (29,0)	140 (34,8)		
Fazendeiro de café e criadores	-	4 (4,0)	1 (0,8)	6 (5,6)	11 (2,7)		
Agricultores e criadores	16 (22,2)	14 (13,9)	28 (23,0)	22 (20,6)	80 (19,9)		
Fazendeiros de café	1 (1,4)	3 (3,0)	3 (2,5)	6 (5,6)	13 (3,2)		
Total	72 (100,0)	101 (100,0)	122 (100,0)	107 (100,0)	402 (100,0)		

A discriminação do tipo de atividade agrícola desenvolvida pelos inventariados já serve como pista do tipo de produtos ali cultivados. E o exame das plantações e mantimentos presentes nos processos detalha essa caracterização. A partir dos bens inventariados é possível afirmar que a agricultura praticada em Batatais estava focada nos cultivo de subsistência — principalmente de milho, arroz e feijão — e também produzia alguns gêneros ditos para exportação, como o café e a cana-de-açúcar (Cf. Tabelas 2.29, 2.30 e 2.31).

Tabela 2.29
Variedade de produtos agrícolas segundo o número de inventários e o período em que os mesmos foram arrolados: Batatais (1851-87)

Período									
Produto	1851-59	1861-69	1871-79	1881-87	Total				
Algodão	-	3	3	1	7				
Arroz	2	5	9	5	21				
Banana	1	1	-	1	3				
Café	5	19	19	25	68				
Cana-de-açúcar	3	4	5	5	17				
Cera	1	-	-	-	1				
Feijão	2	7	3	3	15				
Feno	-	-	1	-	1				
Laranja	-	-	-	1	1				
Mamona	-	-	1	-	1				
Mandioca	-	-	1	2	3				
Milho	10	16	19	11	56				
Sal	-	4	5	2	11				
Toucinho	-	-	-	1	1				

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 2.30 Variedade e quantidade de plantações presentes nos inventários: Batatais (1851-87)

Produto	Medida	Quantidade
Milho	roça	21
	alqueires (plantados)	6,5
Milho e feijão	roça	1
Milho e arroz	roça	1
Milho, arroz, feijão	roça	1
	pés	99.472
	terreno com plantação	1
Café	plantação	2
	cafezal	8
	quintal com café	32
Arroz	plantação	1
	arrozal	2
Feijão	Roça	1
	feijoal	2
Culturas	alqueires (plantados)	5
Algodão	quartel	1
	algodoal	2
	canavial	12
Cana	quartel	5
	plantação	1
Banana	bananal	2
	bananeiras no terreiro	1
	plantação	1
Mandioca	mandiocal	1
	mandiocas no quintal	1
Laranja	laranjeiras no terreiro	1

Dentre esses produtos agrícolas identificados nos inventários, o destaque ficou por conta do café: sessenta e oito processos arrolaram cafezais, pés de café, roças, terrenos ou quintais com alguns pés de café; além de café já colhido e beneficiado ou por beneficiar. Mas isso não significa que a cafeicultura foi a atividade econômica mais relevante naquele momento, conforme as descrições feitas a seguir.

Ao contrário do que ocorreu com o cultivo dos cereais e da cana-de-açúcar, por exemplo, a cultura cafeeira começou a ganhar espaço naquela localidade a partir da década de 1880. O exame do tipo e do tamanho dos cafezais plantados arrolados nos inventários corroborou os escritos sobre a economia local, dando conta de que o avanço da cafeicultura em território batataense foi mais intenso a partir dos anos 1870 106.

 $^{^{106}}$ É preciso que se faça uma ressalva com relação às culturas permanentes arroladas — especialmente no caso do café — por conta do tipo de fonte utilizada. Em primeiro lugar, há que lidar com a defasagem

Tabela 2.31
Variedade e quantidade de mantimentos presentes nos inventários: Batatais (1851-87)

Mantimentos	Medidas	Quantidades
Açúcar branco	arroba	14,0
Açúcar redondo	arroba	36,0
	quilo	1.080,0
Aguardente	barrilhão	10,0
	medida	56,0
	quinto	1,0
Algodão	arroba	11,0
	libra	8,0
Arroz	alqueire	531,5
	quarta	4,0
	alqueire	650,0
Café	arroba	1.550,0
	quarta	6,0
	quilo	60,0
Cana	quarta	1,0
Cera	arroba	0,5
Feijão	alqueire	123,5
	quarta	3,0
Feno	pacote	7,0
Fumo	pacote	6,0
	rolo	1,0
Mamona	alqueire	100,0
Milho	alqueire	7,0
	carro	797,0
Sal	alqueire	103,0
	saco	161,5
Tabaco	libra	3,0
Toucinho	arroba	39,0

Nas três décadas iniciais do período o café esteve presente nas propriedades inventariadas de forma bastante modesta. Nos anos 1851-59, apenas o inventário de Maria Gertrudes da Conceição contemplava o café como principal atividade econômica, mas a plantação era de tamanho bastante reduzido. A riqueza líquida partilhada entre o viúvo João Martins do Prado e seus sete filhos órfãos somou tão-somente Rs 306\$400, dos quais Rs 8\$400 referiam-se a bens móveis (um tacho e um tear), Rs 18\$000 a animais (duas éguas), Rs 160\$000 a "quinhentos pés de café já dando (...)" e outros Rs 160\$000

temporal entre o início da cultura cafeeira e a morte dos indivíduos. Um cafezal inventariado em 1875, por exemplo, poderia estar formado desde os anos 1850, porém só foi "detectado" naquela localidade quando seu proprietário faleceu. Outrossim, existe outro tipo de defasagem temporal, esta última resultante da diferença entre o ano que realizou o plantio do cafeeiro e momento em que o mesmo iniciou sua produção.

_

referentes a "uma parte de terras sitas na fazenda denominada Palmeiras no Distrito desta Freguesia de Cajuru desta Vila de Batatais" ¹⁰⁷.

Na década de 1860, identificaram-se sete inventariados que tinham alguma ligação com o café. As plantações descritas ainda eram de pequeno porte¹⁰⁸: "150 pés de café no terreiro por 50\$000", "200 pés de café no lugar denominado roça velha por 50\$000", "110. Arrolaram-se também os cafezais isolados — "um cafezal na supra dita parte de terras [Fazenda das Palmeiras] que foram de Antonio André avaliado por 100\$000", e "um cafezal mais velho, já dando, (...), plantado na roça avaliado por 100\$000", e aqueles pés plantados junto às moradas — "uma casa de morada com cafezal por 230\$000", "umas benfeitorias do terreiro de sua morada que consta de uma casa de morada, casa de cozinha tudo coberto de telha, um engenho de moer cana, monjolo, paiol coberto de capim, quintal com 100 pés de café mais ou menos e outras plantações por 300\$000", "umas casas de morada cobertas de capim, paiol, com uma porção de pés de café e uma pequena engenhoca avaliados por 220\$000", 115.

Nos anos 1871-79, quatro inventariados dedicavam-se à plantação de café, sendo que apenas um deles — Francisco Antonio Mafra — o fazia juntamente com a criação de gado. Em seu inventário constava, além de 193 animais (128 destes bovinos), "um cafezal plantado em um quarto de alqueire de terreno sito na fazenda Retiro de São João avaliado por 4:000\$000". Foram arrolados ainda, em outros processos, "4.500 pés avaliados por 900\$000"¹¹⁶, "um quartel de café situado na Fazenda do Cubatão da Serra deste Distrito avaliado por 180\$000"¹¹⁷ e "um terreno de plantações de café nesta Fazenda do Cubatão, Cachoeira do Mangue, avaliado por 600\$000"¹¹⁸.

10

¹⁰⁷ Fórum de Batatais – 1º ofício, maco 10, processo nº 117, 1855.

¹⁰⁸ A determinação do tamanho dos cafezais aqui utilizada considerou a quantidade de pés plantados existente em cada propriedade e seguiu a classificação proposta por Sérgio Milliet: "as propriedades que possuíam até vinte mil pés plantados eram consideradas pequenas; com até 50.000 pés eram médias propriedades; até 250 mil eram grandes propriedades e acima de 251 mil pés eram latifúndios" (1938, *apud* MESSIAS, 2003, p.72). ¹⁰⁹ Inventário de Antonio Correia de Toledo (Fórum de Batatais – 1º oficio, maço 33, processo nº 514, 1865).

Inventario de Antonio Correia de Toledo (Forum de Batatais – 1º oficio, maço 33, processo nº 514, 1865).

110 Inventário de Eufrásia Maria de Jesus (Fórum de Batatais – 1º oficio, maço 15, processo nº 532, 1865).

Inventário de Francisca Emerenciana das Dores (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 66, processo nº 995, 1865).

¹¹² Inventário de José Ferreira Ribeiro (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 113, processo nº 1.463, 1867).

¹¹³ Inventário de Dona Maria Victoria de Jesus (Fórum de Batatais – 1º oficio, maço 11, processo nº 139, 1863).

¹¹⁴ Inventário de Dona Joaquina Theresa de Jesus (Fórum de Batatais – 1º oficio, maço 37, processo nº 569, 1869).

¹¹⁵ Inventário de Pedro Garcia (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 43, processo nº 684, 1863).

¹¹⁶ Inventário de Anna Joaquina de Jesus (Casa da Cultura de Cajuru –maço 4-A, 1877).

¹¹⁷ Inventário de João Pedro da Silva (Casa da Cultura de Cajuru –maço 45-A, 1879).

¹¹⁸ Inventário de Marianna Victoria Ribeiro (Casa da Cultura de Cajuru –maço 70-A, 1875).

Apenas na década de 1880 foram arrolados cafezais de maior porte. O maior deles pertencia ao capitão José Caetano de Figueiredo, falecido em março de 1883, e a sua esposa Dona Anna Jacintha de Figueiredo, falecida em julho do mesmo ano. A riqueza líquida do casal alcançou Rs 360:089\$500, composta por diversos bens imóveis, Rs 7:000\$000 em dinheiro, casas na fazenda e na Vila, benfeitorias, terras, plantações de cana-de-acúcar ("um canavial regulando uma quarta de terreno no alto do café"), dez carros de milho, quinze sacos de sal, cinquenta e cinco escravos e quatorze ingênuos, 466 animais (dos quais 323 bovinos). No que se refere à cafeicultura, verificou-se: "produtos do café no valor de 15:000\$000", "um cafezal, vinte e nove alqueires de terreno plantado contendo 60.000 pés de café de três idades diferentes divididos em dez talhões conforme especificado (...) avaliado por 40:000\$000" e "4.000 arrobas de café entre beneficiado e por beneficiar avaliados em 16:000\$000". Para proceder à partilha do cafezal, sua planta foi anexada ao processo, com a indicação dos pedaços destinados a cada herdeiro 119. Os outros dois cafezais de maior porte pertenciam a Marianna Luisa da Silva Pires "10.000 pés de café avaliados por 400\$000"¹²⁰ e ao major João Silvério de Carvalho ("7.563 pés de café avaliados por 11:303\$200 e frutas do café avaliadas por 2:800\$000") 121.

Os cultivos de subsistência também tiveram papel de destaque nos inventários, mostrando-se bastante disseminados: cinquenta e seis processos arrolaram carros, alqueires ou roças de milho, vinte e um avaliaram arroz plantado ou em estoque e quinze possuíam feijão em grãos ou plantado. O cultivo desses gêneros já se destacava nessa região desde o século XVIII, por ocasião do estabelecimento dos pousos. Naquele momento esses produtos serviam principalmente para a subsistência das unidades produtivas e para o abastecimento dos indivíduos e das tropas que percorriam o Caminho de Goiás com destino às minas. A recém-criada freguesia de Batatais expandiu sua produção agrícola, mas manteve os itens que caracterizaram a ocupação dos pousos desde o século XVIII: entre 1814 e 1835 foram produzidos ali 8.682 carros de milho, 6.100 alqueires de feijão e 1.873 alqueires de arroz (BRIOSCHI, 1995, p.136). Aliado à pecuária, o cultivo desses gêneros prevaleceu como a principal atividade econômica realizada naquela Vila até a década de 1870, momento em que a cafeicultura passar a ganhar maior destaque. No entanto, a expansão dos cafeeiros não eliminou o cultivo desses produtos e os inventários

 $^{^{119}}$ Casa da Cultura de Cajuru — maço 53-A, 1883. 120 Fórum de Batatais — 1º ofício, maço 94, processo nº 1.183, 1885.

¹²¹ Casa da Cultura de Cajuru – maço 46-A, 1881.

mostram isso: vê-se um crescimento contínuo do café e as culturas ditas de subsistência mostraram-se presentes com certa constância ao longo de todas as décadas analisadas.

A significativa disseminação desses cultivos de subsistência era esperada por conta de sua ampla utilização à época estudada. O arroz, o feijão e o milho eram parte essencial da dieta das pessoas; sendo que este último destacava-se ainda por servir também para a alimentação dos animais, em especial para engordar porcos, conforme mencionado no inventário do coronel Manoel Antonio Pereira e de Dona Juliana Josepha da Silva¹²². O casal possuía um plantel composto por 1.520 animais, 395 deles suínos. Na avaliação dos bens móveis constava um total de "120 carros de milho no paiol avaliados por 960\$000", "45 alqueires de feijão avaliados por 180\$000 e "80 alqueires de arroz avaliados por 64\$000". Antes que fosse feita a partilha, o inventariante — Domeciano Pereira Lima, filho do casal — pede para dar baixa em trinta carros de milho "que usou com a porcada". Nesse mesmo processo constou ainda "100 alqueires de mamona avaliados por 110\$000". O cultivo da mamona tinha outra finalidade: utilizada nas candeias, ela servia para a iluminação das casas.

Outro produto presente nos inventários foi o sal, cuja importância econômica para a região data ainda do século XVIII:

O comércio do sal é florescente e aumenta à medida que se penetra pelo século XIX. O movimento tanto de compra como de venda de sal é crescente. Com pequenas oscilações no período [1814-1824], o movimento geral é de alta. A venda de sal em Batatais era proporcionalmente maior que o consumo, o que não ocorria em Franca (BRIOSCHI *et alli*, 1991, p.50-51).

Mas, apesar de considerado um produto de bastante relevância econômica naquela localidade, o sal foi arrolado em tão-somente onze processos. Assim como o milho, ele também era utilizado no trato dos animais, especialmente dos bovinos. Além disso, esse produto servia para a conservação das carnes: salgadas e banhadas ao sol, elas poderiam ser transportadas a locais mais distantes sem estragar facilmente, facilitando a comercialização. Em vista de sua pequena representatividade nos inventários, a quantidade total encontrada não foi significativa: 103 alqueires e 161,5 sacos.

Além do café, a cana-de-açúcar destacou-se entre os gêneros classificados como de exportação mais cultivados em Batatais. Em aproximadamente duas dezenas de processos houve menção ao cultivo de cana, mas na maioria deles a quantidade descrita não caracterizava a unidade produtiva como uma fazenda de cana. Este é o caso de Dona Maria

_

¹²² Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 77, processo nº 1.065, 1875.

Quitéria Motta, viúva falecida em janeiro de 1867¹²³. Sua riqueza líquida foi calculada em Rs 6:030\$314, composta por diversos bens móveis (Rs 259\$990), duas porcas e um leitão (Rs 12\$500), seis escravos (Rs 5:342\$314), uma morada de casas com benfeitorias, um rancho coberto de telhas e terras na Fazenda da Araraquara (Rs 1:175\$000) e algumas dívidas ativas e passivas. Além disso, dona Quitéria possuía uma roça de milho avaliada por Rs 20\$000 e um canavial avaliado por Rs 30\$000. Não foi especificado o tamanho desse canavial, porém por seu preço diminuto não deveria ser de grande extensão. Além disso, não foi mencionada a existência de engenhos, tachos ou outros bens utilizados na preparação de algum subproduto da cana.

Por outro lado, foram identificadas seis pessoas que tinham uma ligação mais estreita com o cultivo da cana, sendo que quatro deles o faziam juntamente com a criação de gado. Entre eles o destaque ficou por conta do capitão José de Andrade Diniz Junqueira 124. O capitão, falecido em novembro de 1882, foi arrolado no Almanak do ano de 1873 entre os fazendeiros de cana-de-açúcar e criadores de gado, instalado na Fazenda São José (LUNÉ; FONSECA, 1985, p.557). Em seu inventário o envolvimento com a pecuária e com o cultivo de cana ficou bastante evidente. José detinha um plantel formado por 867 animais (704 bovinos, 101 suínos, quarenta e nove equinos, seis muares e sete bestas) que alcançaram o montante de Rs 19:625\$000. Além disso, havia as benfeitorias da Fazenda São José: "uma morada de casa com todos os móveis, paiol, senzalas, moinho, monjolo, engenho de cilindro, um dito de serra, casas de carpintaria, uma dita de fazer queijo, ditas de guardar carros, duas ditas de porcos, uma dita que serve de tenda ou oficina de ferreiro, uma dita de depósito de arreios, uma dita de bezerros, tudo coberto com telha e com a inclusão de todas as benfeitorias do terreiro, constando estas de currais com cercas de aroeira e quintal arborizado avaliada por 20:000\$000" e os mantimentos: "1.080 quilos de açúcar redondo avaliados por 295\$200" e mais "dez barrilhões de aguardente avaliados por 84\$000".

Marcelino Antonio de Almeida, falecido em 1879 na Vila de Cajuru também se dedicava ao cultivo da cana e à fabricação e comércio de seus subprodutos. Em seu inventário foram arroladas 382 rapaduras por Rs 28\$200 e cinqüenta e seis medidas de aguardente de cana por Rs 30\$840. Marcelino não possuía nenhum engenho como o capitão Diniz Junqueira antes mencionado, mas constaram entre os bens móveis "um tacho de cobre grande por Rs 30\$000", "um tacho de cobre mais pequeno [sic] com peso de mais

¹²³ Fórum de Batatais – 1º oficio, maço 37, processo nº 568, 1867.

¹²⁴ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 79, processo nº 1.083, 1883.

ou menos dez quilos por Rs 5\$000" e outro "tacho pequeno de cobre com o peso de quatro quilos por Rs 3\$000", instrumentos que provavelmente eram utilizados na preparação das rapaduras 125.

Outro produto importante para a economia local presente nos inventários foi o algodão. O estudo coordenado por Lucila R. Brioschi apurou que essa cultura teve grande importância na pauta de produção agrícola local já em meados da década de 1820:

Em Batatais, o milho assumiu o primeiro lugar na lista dos produtos agrícolas. Imediatamente após o milho, segue-se o algodão. No entanto, enquanto o primeiro era destinado predominantemente ao consumo local, a colheita de algodão era, em grande parte, comercializada (1991, p.51).

No ano de 1840, dados enviados ao governo provincial relativos à vila de Batatais informam as atividades econômicas ali praticadas. No que diz respeito ao cultivo de algodão, as informações sobre os produtos exportados pela cidade e por Franca indicam uma perda na importância dessa cultura, já que "(...) toda a exportação de Batatais e Franca é para Minas e consiste em gado, porcos, cavalos, carneiros e *um pouco de algodão* (...)" (*apud* TAMBELLINI, 2000, p.194, itálico nosso). Já Alice P. Canabrava (1984), estudando o cultivo de algodão na Província de São Paulo, verificou sua presença em Batatais em meados da década de 1860:

No Norte da Província [São Paulo/JG], fizeram-se lavouras de algodão até nos municípios mais setentrionais, como Jaboticabal e Batatais. Neste município, avultavam em 1864, as lavouras de algodão do major Antonio Garcia de Figueiredo e do alferes Joaquim Ferreira Rosa (1984, p.78).

Seis dos sete inventários com a presença do algodão entre os bens arrolados são das décadas de 1860 e 1870¹²⁶. As quantidades desse gênero verificadas nestes processos foram modestas — no máximo quatro arrobas avaliadas no inventário do tenente Miguel Gonçalves Martins¹²⁷ — porém a presença de alguns objetos indica o envolvimento dessas pessoas com atividades têxteis. O inventário da viúva Maria Felisarda de Jesus é ilustrativo neste sentido. Constava entre seus bens móveis tão-somente uma arroba e meia de algodão, mas também um tear com seus pertences, uma roda de fiar boa e mais três rodas velhas; além de quatro colchas (duas de algodão, uma de lã e uma de chita), seis lençóis de algodão, oito toalhas (sendo duas de mão), seis libras de fiado e três travesseiros com fronha de algodão avaliado por Rs 30\$000, foram avaliados dois teares com seus

_

¹²⁵ Casa da Cultura de Cajuru – maço 69-A, 1879.

¹²⁶ Os inventários do major Figueiredo e do alferes Rosa citados por Canabrava não fazem parte da amostra do trabalho: o primeiro faleceu em 1870 e o segundo apenas em 1891.

¹²⁷ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 12, processo nº 163, 1871.

¹²⁸ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 132, processo nº 1.792, 1867.

pertences, oito rodas de fiar, um escaroçador de algodão, dez colchas (sete de algodão, duas de chita e uma de lã), dois lencóis e uma toalha 129.

Se, por um lado, os inventários tendem a subestimar a produção agrícola dos inventariados, por outro eles retratam com maior fidelidade os rebanhos possuídos e, por conseguinte, a pecuária ali praticada. A leitura dos inventários confirma a ampla difusão da atividade criatória entre os batataenses. No total, como visto, 10,4% da riqueza bruta acumulada estava aplicada em animais, sendo que este percentual manteve-se praticamente nesse mesmo patamar em todas as décadas consideradas. A representatividade desses semoventes entre os bens arrolados pode parecer, em princípio, pouco significativa em vista de sua relevância, mas este percentual menor que o esperado deve-se ao fato de os animais terem baixo valor de mercado quando comparados aos bens imóveis, por exemplo. No entanto, o número total e médio de animais inventariados e a variedade de espécies ali presentes demonstram mais claramente a importância da pecuária para os batataenses.

A grande maioria das pessoas falecidas em Batatais tinha pelo menos um animal entre seus bens (423 ou 86,0%). No total foram inventariados aproximadamente 25.000 animais, sendo o rebanho médio calculado em 58,5 animais por inventariado, um número bastante significativo (Cf. Tabela 2.32).

Tabela 2.32
Distribuição dos animais inventariados segundo as diferentes categorias: Batatais (1851-87)

	Soma dos ai	nimais		Números	
	Valor		Nº total de	Nº de inventários	Nº médio de animais
Rebanho	(em libras)	%	animais (%)	(% do total)	por inventário
Cavalos	4.120,84	8,5	1.966 (7,9)	333 (67,7)	5,9
Muares	1.229,11	2,5	302 (1,2)	73 (14,8)	4,1
Bestas	1.484,74	3,0	281 (1,1)	83 (16,8)	3,4
Gado	38.678,67	79,4	16.307 (65,9)	363 (73,8)	44,9
Carneiros	94,61	0,2	587 (2,4)	58 (11,8)	10,1
Cabras	6,61	-	33 (0,1)	6 (1,21)	5,5
Ovelhas	35,94	0,1	275 (1,1)	18 (3,6)	15,3
Porcos	3.073,53	6,3	4.905 (19,8)	147 (29,9)	33,4
Aves	9,45	-	102 (0,5)	2 (0,4)	51,0
Total	48.733,49	100,0	24.758 (100,0)	423 (86,0)	58,5

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

É importante salientar, ainda mais, que a grande maioria dos proprietários locais possuía rebanhos com até vinte animais em todas as décadas analisadas, indicando assim

¹²⁹ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 86, processo nº 1.114, 1867.

que a pecuária desenvolvida em campos batataenses no correr do Oitocentos estava baseada nas pequenas propriedades rurais (Cf. Tabela 2.33 a 2.36).

Tabela 2.33
Tamanho dos rebanhos segundo tipo de animal: Batatais (1851-87)

	Número de animais									
Rebanho	Menos de 5	5 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 150	Mais de 150	Total			
Cavalos	216 (64,9)	102 (30,6)	12 (3,6)	2 (0,6)	1 (0,3)	-	333 (100,0)			
Muares	56 (76,7)	12 (16,4)	5 (6,8)	-	-	-	73 (100,0)			
Bestas	67 (80,7)	15 (18,1)	1 (1,2)	-	-	-	83 (100,0)			
Gado	72 (19,8)	154 (42,4)	65 (17,9)	40 (11,0)	10 (2,8)	22 (6,1)	363 (100,0)			
Carneiros	11 (19,0)	42 (72,4)	5 (8,6)	_	-	-	58 (100,0)			
Cabras	3 (50,0)	3 (50,0)	=	-	-	-	6 (100,0)			
Ovelhas	3 (16,7)	9 (50,0)	6 (33,3)	-	-	-	18 (100,0)			
Porcos	19 (12,9)	52 (35,4)	53 (36,1)	15 (10,2)	6 (4,1)	2 (1,4)	147 (100,0)			
Aves	-	-	1 (50,0)	1 (50,0)	-	-	2 (100,0)			
Total	83 (19,6)	129 (30,5)	103 (24,3)	56 (13,2)	21 (5,0)	31 (7,3)	423 (100,0)			

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 2.34
Tamanho dos rebanhos segundo período: Batatais (1851-87)

		0	,	,	
			Período		
Tamanho dos rebanhos (número de animais)	1851-59 (%)	1861-69 (%)	1871-79 (%)	1881-89 (%)	Total (%)
Menos de 5	18 (24,3)	33 (30,3)	16 (12,2)	16 (14,7)	83 (19,6)
Entre 5 e 19	18 (24,3)	32 (29,4)	44 (33,6)	35 (32,1)	129 (30,5)
Entre 20 e 49	14 (18,9)	24 (22,0)	33 (25,2)	32 (29,4)	103 (24,3)
Entre 50 e 99	12 (16,2)	11 (10,1)	18 (13,7)	15 (13,8)	56 (13,2)
Entre 100 e 150	6 (8,1)	4 (3,7)	8 (6,1)	3 (2,8)	21 (5,0)
Mais de 150	6 (8,1)	5 (4,6)	12 (9,2)	8 (7,3)	31 (7,3)
Total	74 (100,0)	109 (100,0)	131 (100,0)	109 (100,0)	423 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

No total, aproximadamente três quartos (74,4%) dos plantéis inventariados eram compostos por menos de cinqüenta animais, ao mesmo tempo em que tão-somente 12,3% deles anotaram mais de uma centena de animais. Notou-se, ainda, uma diferenciação na posse de animais de tiro (cavalos, muares e bestas) e de animais de criação (gado, carneiros, cabras, ovelhas, porcos e aves). Os primeiros, utilizados basicamente para o transporte de pessoas e de cargas, eram possuídos em quantidade bastante reduzida: o número médio de animais por proprietário alcançou, no máximo, 5,9 no caso dos cavalos. O valor médio aplicado nesse tipo de animal também se mostrou pouco relevante: £ 12,37 em cavalos, £ 16,84 em muares e £ 17,89 em bestas. Já os animais de criação, destinados

tanto à subsistência das fazendas quanto à comercialização, eram possuídos em maior número. Além disso, o montante médio aplicado em bovinos e suínos igualou-se a £ 106,55 e £ 20,91, respectivamente.

Tabela 2.35 Rebanho médio^a segundo período: Batatais (1851-87)

	Período										
Rebanho	1851-59	1861-69	1871-79	1881-87	Total						
Cavalos	6,4	5,3	5,9	6,1	5,9						
Muares	3,6	4,1	3,8	5,1	4,1						
Bestas	3,7	1,7	4,5	3,4	3,4						
Gado	40,8	26,3	46,9	61,4	44,9						
Carneiros	9,3	8,9	11,8	9,6	10,1						
Cabras	_**	_*	7,0	_*	5,5						
Ovelhas	16,7	16,8	10,3	_**	15,3						
Porcos	31,3	22,7	34,8	42,7	33,4						
Aves	_**	_*	_**	_*	51,0						
Total	53,9	35,2	65,0	77,3	58,5						

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 2.36 Valores médios das categorias de animais segundo período: Batatais (1851-87)

		Perío	odo		
Rebanho	1851-59	1861-69	1871-79	1881-87	Total
Cavalos	10,41	10,23	14,92	12,89	12,37
Muares	14,94	16,78	15,11	20,66	16,84
Bestas	18,29	7,32	28,92	14,17	17,89
Gado	89,47	47,19	136,09	134,17	106,55
Carneiros	2,04	1,25	1,78	1,57	1,63
Cabras	_**	_*	1,46	_*	1,10
Ovelhas	1,85	2,37	1,86	_**	2,00
Porcos	9,66	8,34	25,38	33,45	20,91
Aves	_**	_*	_**	_*	4,72
Total	93,03	51,52	152,48	149,16	115,21

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Com base nos números inseridos na Tabela 2.32, observa-se, de pronto, a maior relevância da pecuária bovina entre as criações ali identificadas. Isso porque o montante

^a Número de animais dividido pelo número de inventários que possuíam este tipo de animal em cada faixa de riqueza.

^{*} A média não foi calculada pois nessas décadas apenas um inventariado arrolou este tipo específico de animal.

^{**}A média não foi calculada pois nessas décadas nenhum inventário arrolou este tipo específico de animal entre os bens possuídos.

^{*} A média não foi calculada pois nessas décadas apenas um inventariado arrolou este tipo específico de animal.

^{**}A média não foi calculada pois nessas décadas nenhum inventário arrolou este tipo específico de animal entre os bens possuídos.

relativo ao gado representava 80% da riqueza aplicada em animais; mais de 65,0% dos animais eram bois, vacas, novilhos (as), bezerros (as) etc., e aproximadamente três quartos (73,8%) dos inventários batataenses arrolaram pelo menos um animal desse tipo entre seus bens. Pode-se afirmar, ainda, que a pecuária bovina ali praticada estava em pleno desenvolvimento, haja vista a presença significativa de vacas paridas (1.934) e vacas com cria (780), de novilhos (as) (3.641), garrotes (2.489) e bezerros (as) (959) entre o gado bovino anotado (Cf. Tabela 2.37).

Tabela 2.37
Distribuição dos animais inventariados segundo os diferentes tipos:

Batatais (1851-87)

Batatais (1851-87)							
Rebanho	Nº						
	Cavalos	561					
Cavalos	Éguas	898					
	Potros (as)	507					
Muares	Burros	222					
	Jumentos (as)	80					
Bestas	Bestas	281					
	Bois	2.725					
	Vacas	6.159					
Gado	Bezerros (as)	959					
Gauo	Touros	193					
	Marruares	141					
	Novilhos (as)	3.641					
	Garrotes	2.489					
Carneiros	Carneiros (as)	587					
Cabras	Cabras	18					
	Cabritos	15					
Ovelhas	Ovelhas	275					
	Porcos (as)	2.863					
Porcos	Leitões/Leitoas	851					
	Capados (as)	1.171					
	Suínos	20					
Aves	Galinhas	102					
	Total	24.758					

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da

Cultura de Cajuru

Não foram encontrados dados referentes ao comércio de animais praticado pelos batataenses nos anos em análise, de forma que não há como afirmar se estes animais

¹³⁰ Foram arroladas ainda 134 vacas de corte, 3.160 vacas solteiras e 151 vacas sem outra especificação.

listados eram destinados primordialmente ao mercado consumidor ou apenas para a subsistência de seus proprietários. No entanto, a presença de um número médio de aproximadamente quarenta e cinco bovinos por propriedade e a existência de vinte e dois rebanhos bovinos com mais de 150 animais indicam tratar-se mais de uma atividade voltada ao mercado consumidor que apenas à alimentação dos inventariados e de outras pessoas residentes em sua unidade produtora.

A grande difusão da pecuária bovina se deve também ao seu uso para o transporte — utilização de carros de boi — como força motriz, além do fornecimento de leite, carne e do aproveitamento do couro, conforme explica Brioschi:

Além da carne, que o sol e o sal incumbiam-se de conservar, o gado bovino fornecia o couro (cujas técnicas de curtimento foram evoluindo ao longo dos anos) donde tiravam os arreios, as selas, os forros de catre e dos bancos, as botas e as botinas. Dos chifres faziam-se as guampas de água, os pentes, caixinhas de rapé. Do leite fazia-se o queijo que era mais uma fonte de rendas para os moradores das freguesias (1991, p.51).

O fato de aproximadamente 20% das pessoas possuir menos de cinco bovinos em suas propriedades é um indicativo de que a criação desses animais não se dava apenas com o intuito de comercialização, mas também para a subsistência das unidades produtivas, dada a larga utilidade de seus subprodutos, conforme descrito acima. Além disso, é preciso considerar a utilização desses animais para os serviços nas roças, como meio de transporte, tratamento da terra para plantar etc.

Também se mostraram bastante disseminadas em território batataense as criações de eqüinos e suínos. O número de pessoas envolvidas e o montante de riqueza concernente à criação de cavalos, éguas e potros superou aqueles relacionados à criação de porcos, leitões e capados; entretanto a quantidade de suínos possuída revelou-se superior, resultando em uma média de animais mais significativa neste último caso. O maior montante de riqueza relativo aos eqüinos em comparação aos suínos explica-se pela diferenciação nos valores atribuídos a cada um deles: os eqüinos valiam, em média, £ 2,1; valor que atingiu tão-somente £ 0,6 no caso dos suínos. Seguindo o mesmo raciocínio aplicado aos bovinos, a observação dos tipos de animais arrolados entre estes eqüinos e suínos também indica o pleno desenvolvimento dessas criações. No caso dos eqüinos, por exemplo, o número de crias (potros) praticamente igualou-se ao de cavalos e, entre as éguas, notou-se uma presença significativa daquelas paridas ou com cria (286). Entre os suínos, os leitões e

leitoas representavam 17,3% do total de animais arrolados e foram identificadas, ainda, quarenta e sete porcas ditas paridas ou com cria ¹³¹.

Os eqüinos, pelo elevado número de cabeças mas pelo reduzido tamanho das posses, deveriam ser utilizados primordialmente como meio de locomoção dos inventariados e de seus familiares. Além disso, a grande quantidade de éguas, ultrapassando inclusive o número de cavalos, pode indicar que elas também serviam como suporte para a criação de muares. Foi comum ver arrolado, entre elas, éguas paridas ou com cria de burro. Outrossim, a observação do elevado número médio de suínos por propriedade e a existência de plantéis com mais de cem animais desse tipo indicam que, assim como no caso dos bovinos, esta criação não estava ligada apenas à auto-suficiência dos proprietários.

Vale destacar, ainda, a participação das bestas, burros, jumentos e dos carneiros e ovelhas. As três primeiras espécies tinham como principal função realizar o transporte dos produtos da roça para o armazenamento e/ou para a comercialização entre os municípios e regiões vizinhas. De fato, foram inventariadas cinqüenta e nove bestas e quarenta e três burros especificados como sendo "de carga". Já no caso dos carneiros e ovelhas, tudo indica tratar-se de uma criação mais voltada para a auto-suficiência das propriedades, fornecendo lã e carne. Isso porque mais de 90% dos rebanhos de carneiros e 66% dos rebanhos de ovelhas eram compostos por menos de dez animais.

Mas a economia local não se restringia às atividades econômicas praticadas no campo. É certo que a agricultura e a pecuária eram o centro dinâmico da economia local, porém estavam instaladas na vila pessoas dedicadas ao comércio ou que desenvolviam diversos ofícios. No momento de criação da freguesia de Batatais, em inícios do século XIX, "dentro desse espaço social onde cada qual produzia para o seu próprio gasto, a diferenciação das atividades e ocupações era ainda bastante tosca. (...). Somente com a criação das vilas, as ocupações estritamente urbanas poderão se desenvolver" (BRIOSCHI, 1999, p.74). Nesse primeiro momento, essas pessoas não deixavam de plantar ou cuidar de suas criações para desenvolver seu ofício ou atender seu comércio; porém mais tarde a separação entre ofício, comércio e as lides agrícolas transformou aquele espaço social.

A presença de estoques auxiliou na identificação dos indivíduos que praticavam atividades econômicas tipicamente urbanas. Foram identificados três profissionais liberais, três artesãos ou oficiais, quarenta e seis negociantes e oito pessoas que se dedicavam ao

_

¹³¹ Foram inventariadas mais 144 porcas ditas solteiras e 135 ditas somente "porcas".

comércio juntamente com a pecuária e/ou a agricultura. No entanto, tão-somente cinco deles deixaram como herança estoques provenientes de seus negócios. O capitão João Baptista Freire, farmacêutico estabelecido na Rua do Comércio, em Batatais 132, deixou para a esposa, sua herdeira universal, "toda a farmácia avaliada em seis contos de réis" ¹³³. No inventário de Joaquina Maria de Jesus, também residente em Batatais, foi arrolada "uma pequena quantidade de fazenda seca (...)" 134. Residentes na Vila de Cajuru, o tenente coronel Thomaz Antonio Ancassuerd deixou a seus oito filhos e à viúva "as mercadorias do negócio de fazendas, ferragens e armarinho avaliadas por cem mil réis"¹³⁵, enquanto o boticário Antonio Joaquim dos Reis deixou "uma botica avaliada em um conto e trezentos mil réis" e "todo o vasilhame e utensílios da mesma compondo-se de espátulas, balanças e copos graduados avaliado por duzentos contos de réis". Por fim, e ainda na Vila de Cajuru, foi avaliado "um balanço das fazendas, ferragens e mais gêneros existentes" por ocasião do lançamento do inventário de Ignacia Maria do Carmo, que deixou viúvo Antonio Coelho da Silva Braga e mais sete filhos órfãos 137.

A partir da leitura dos inventários conclui-se que naquele momento a grande maioria dos indivíduos que desenvolviam alguma atividade tipicamente urbana não tinha ligação aparente com o meio rural; uma vez que quarenta e seis dos sessenta inventariados que estavam baseados no meio urbano não possuíam imóveis rurais arrolados entre seus ativos. O dentista José Alves de Oliveira¹³⁸ e o alfaiate Eduardo Clemente Tavares¹³⁹ inserem-se nesse grupo de pessoas que se dedicavam exclusivamente às atividades do meio urbano. O dentista José possuía no momento de seu falecimento "uma ferramenta de dentista contendo dez boticões, doze bacias, cinco limas, uma máquina e um rebolo avaliada por 350\$000" além de outros bens móveis, três cavalos e uma vaca parida, "uma morada de casa na Freguesia do Espírito Santo, contendo quintal cercado de tábuas e um paiol" e a escrava Maria de quarenta e um anos. Não possuía terras ou imóveis na zona rural, mas era credor de 104 pessoas e tinha onze dívidas a serem pagas, cinco delas devidas a pessoas jurídicas, possivelmente resultante de materiais comprados para o exercício de sua atividade. O alfaiate Clemente, segundo informa a viúva inventariante, "veio da cidade de

¹³² A informação sobre a localização da farmácia de João Baptista Freire foi obtida no *Almanak* de 1872 (LUNÉ; FONSECA, 1985, p.558).

¹³³ Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 86, processo nº 2872, 1883.
134 Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 56, processo nº 890, 1857.

¹³⁵ Casa da Cultura de Cajuru — maço 90-A, 1883.

¹³⁶ Casa da Cultura de Cajuru — maço 10-A, 1883.

¹³⁷ Casa da Cultura de Cajuru — maço 36-A, 1875.

¹³⁸ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 108, processo nº 1.387, 1885.

¹³⁹ Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 79, processo nº 2.729, 1881.

São Luis do Maranhão, que de lá vivera como escravo (...)". Tudo indica que o casal tinha uma vida bastante modesta. Entre os treze bens móveis arrolados constaram os instrumentos de trabalho de Eduardo: "uma máquina de pé para costura", "uma tesoura grande velha para alfaiate" e "dois ferros para alfaiate"; além de uma bacia e um fogareiro de ferro, uma mesa com gaveta, um catre forrado e outro sem forro, duas cadeiras de pau e um basto velho. As quatro vacas paridas com cria, as duas novilhas, o garrote e os três cavalos de sua propriedade deveriam permanecer no quintal da "morada de casa nesta Cidade, à Rua Direita" de sua propriedade, para fornecimento de leite, carne, couro e servir como meio de transporte. Não havia dívidas ativas e as dívidas passivas contraídas pelo casal superaram seu patrimônio bruto. Os bens foram leiloados e os credores pagos de forma proporcional.

Um número mais reduzido de pessoas dedicava-se simultaneamente às atividades urbanas e rurais, a exemplo do negociante de fazendas, agricultor e pecuarista José Francisco Moratto¹⁴⁰. Francisco acumulou um patrimônio líquido de Rs 5:868\$391, herdado integralmente pela esposa, D. Francisca Moratto de Paiva, já que o casal não teve filhos. A ligação com o meio rural e urbano é notada na listagem dos bens imóveis e móveis e dos animais. Seu inventário trouxe arrolado um imóvel na zona urbana — "casa e benfeitorias sitas na rua do Comércio desta Cidade avaliada por 2:500\$000" — e outro na zona rural — "uma casa e benfeitorias, monjolo, rego d'água e pasto fechado no Córrego dos Peixes avaliada por 1:200\$000" —, além das terras — "uma sorte de terras unidas à supra mencionada [casa/JG] no mesmo Córrego dos Peixes composta de campos e matas avaliada por 2:000\$000" e "uma sorte de terras já divididas sitas na Fazenda de São Felipe deste Termo com suas benfeitorias avaliada por 1:100\$000" — e de uma plantação: "um pequeno canavial novo nas mesmas terras [no Córrego dos Peixes/JG] avaliado por 100\$000". A cana-de-açúcar colhida deveria estar sendo processada ali mesmo: entre os móveis foram avaliados um alambique, quatro tachos de cobre de tamanhos variados, um engenho com seus pertences e três fôrmas de fazer açúcar. O rebanho de Francisco era composto por noventa animais, entre bois, novilhas, garrotes, vacas paridas e solteiras e bezerros; além de um cavalo castanho. Além da cana, o leite também era processado para venda: Francisco possuía uma banca de fazer queijo.

Os exemplos citados acima ilustram, ainda, outra característica das pessoas adeptas da diversificação econômica: aqueles indivíduos que desenvolviam atividades do campo

-

¹⁴⁰ Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 99, processo nº 3.067, 1881.

atreladas àquelas tipicamente urbanas ou aqueles que se dedicavam à pecuária e à agricultura tinham patrimônios de maior monta (Cf. Tabela 2.38). Neste caso, a prática de atividades agropecuárias exigia a posse de terras, casas e benfeitorias rurais, utensílios e ferramentas da roça e escravos para o cuidado do gado e/ou da lavoura.

Tabela 2.38
Riqueza bruta média acumulada e montante médio aplicado em escravos e bens imóveis segundo a atividade econômica praticada: Batatais (1851-87)

Atividade Econômica	Riqueza bruta média (libras)	Montante médio aplicado em escravos (libras)	Montante médio aplicado em imóveis (libras)
Profissionais liberais ¹	949,33	578,52	205,38
Artes e ofícios ²	231,92	121,10	39,19
Negócios/atividades urbanas ³	525,07	121,62	107,22
Negócios, lavoura e/ou criação ⁴	1.830,25	340,96	544,43
Lavoura ⁵	351,69	114,65	178,53
Criação ⁶	786,56	266,35	335,24
Lavoura e criação ⁷	2.637,22	456,26	1.488,96
Não identificada ⁸	237,96	70,15	103,41
Total	952,98	228,26	470,17

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Os números da tabela acima indicam, ainda mais, que os proprietários que praticavam atividades rurais diversificadas também possuíam fortunas mais significativas. A riqueza média acumulada pelas pessoas dedicadas à lavoura e à criação mostrou-se superior àquela verificada para os indivíduos que praticavam exclusivamente a pecuária ou a agricultura.

Considerações finais

As informações coletadas nos inventários batataenses indicam que na segunda metade do Oitocentos a localidade em estudo destacava-se economicamente pela pecuária e agricultura ali desenvolvidas. A proeminência ficou por conta da criação de gado e suínos e do cultivo de gêneros de subsistência — milho, feijão, arroz etc. — porém também se

^{1:} Delegado, empregado público, advogado, dentista

²: Alfaiate, seleiro, oficial

³: Negociante, negociante de fazendas, negociante de gêneros do país, atividade urbana, boticário

⁴: Negociante e criador, atividade urbana e criador, negociante e agricultor, negociante de fazendas, ferragens, armarinhos, criador e fazendeiro de café.

⁵: Agricultor, fazendeiro de cana-de-acúcar, fazendeiro de café

^{6:} Criador

⁷: Fazendeiro de cana-de-açúcar e criador, criador e fazendeiro de café, criador e agricultor.

^{8:} Viúva sem atividade aparente, solteira sem atividade aparente, liberta sem atividade aparente, atividade não identificada.

mostraram relevantes os cultivos de cana-de-açúcar e café. A presença dos cafeeiros ainda era tímida, sendo que apenas nos anos 1880 verificaram-se cafezais de maior porte. Não foi possível aferir o seu potencial mercantil, porém a disseminação dos criatórios e das roças permite sugerir o caráter auto-suficiente dessa localidade. Outrossim, foi possível constatar certo desenvolvimento econômico no meio urbano, resultante muitas vezes de investimentos feitos por indivíduos que também estavam ligados ao campo.

Em virtude do caráter predominantemente rural daquela economia e sociedade, ao longo de todo o período estudado verificou-se a concentração dos ativos inventariados em bens imóveis, escravos e animais. Entretanto é preciso salientar que a alocação desses bens modificou-se com o passar dos anos, como conseqüência das mudanças de ordem social e econômica ocorridas em nível local e nacional. Dentre estas se destaca o desaquecimento do mercado de cativos e o avanço dos cafeeiros rumo ao Nordeste Paulista.

CAPÍTULO 3



Fonte: Casa da Cultura de Batatais

Foto nº 3 — Prédio da Cadeia Pública de Batatais (1891)

CAPÍTULO 3

A ESCRAVIDÃO EM BATATAIS SEGUNDO OS INVENTÁRIOS

A análise dos 492 inventários *post-mortem* lançados em Batatais nos anos ímpares do período compreendido entre 1850 a 1888 indicou que 285 inventariados batataenses (57,9% deles) faleceram na condição de escravistas, deixando 1.623 escravos e 142 ingênuos a serem partilhados entre seus herdeiros ¹⁴¹. Verificou-se, ainda, no capítulo anterior, que aproximadamente um quarto da riqueza bruta inventariada (24,0%) estava alocada em escravos. Assim, tendo em vista o número significativo de almas avaliadas e a importância desse tipo de ativo no total da riqueza arrolada, o corrente capítulo ocupou-se de uma análise mais pormenorizada dos cativos e ingênuos inventariados. Para tanto, procedeu-se ao exame das principais características demográficas dessas pessoas — sexo, idade, cor, origem, profissão etc —, de sua distribuição nos distintos plantéis verificados e da evolução dos preços dos cativos. Além disso, incluiu-se uma seção dedicada à análise dos inventariados batataenses, tanto dos proprietários das 1.765 pessoas arroladas como daqueles indivíduos não-escravistas por ocasião do falecimento. Antes, porém, incluiu-se uma breve introdução com informações a respeito das condições econômicas e sociais em que viveram esses escravos, ingênuos e seus proprietários.

A escravidão e as mudanças sócio-econômicas vislumbradas na segunda metade do Oitocentos

A segunda metade do século XIX caracterizou-se pelas diversas transformações sócioeconômicas verificadas em todo o país. Nas distintas regiões brasileiras, a influência dessas
modificações deu-se de forma diferenciada, haja vista as peculiaridades existentes nos
campos econômicos e sociais em cada uma delas. Assim, para um melhor entendimento
dos resultados obtidos através da leitura dos inventários lançados nesse período, é preciso
avaliar o impacto dessas mudanças no caso específico da região e localidade estudada;
neste trabalho, portanto, o Nordeste Paulista e Batatais. No caso específico da análise
desenvolvida no presente capítulo — principais características dos escravos e ingênuos
batataenses — interessa entender como as transformações de ordem econômica e social

¹⁴¹ Foram inseridos na análise realizada no presente capítulo o escravo Antonio, arrolado no inventário de Dona Maria Frauzina da Conceição (Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 124, processo nº 1.637, 1875), que pagou por sua liberdade e assim o valor a ele atribuído constou como dinheiro e não como semovente na partilha. Foram incluídos ainda os vinte e seis escravos e trinta e dois ingênuos arrolados no inventário do major João Silvério de Carvalho (Casa da Cultura de Cajuru — maço 46-A, 1881) e que não entraram na composição de seu patrimônio por algum motivo que não consta nos autos.

influenciaram a distribuição e caracterização da população cativa. Por conseguinte, incluiuse nesta introdução uma breve apresentação dos fatores que se acredita terem tido maior peso na determinação dos diversos aspectos relacionados aos cativos e ingênuos arrolados e analisados a seguir.

A alocação da população paulista nas diversas regiões e municípios — principalmente a população cativa — influenciou e foi influenciada por diversos fatores. A despeito do avanço dos núcleos urbanos e das atividades comerciais ocorridos nesse período, a agropecuária ainda representava o "centro dinâmico" da economia paulista. Isto posto, o desenvolvimento das diversas regiões da província de São Paulo, tanto aquelas dedicadas às lavouras de exportação — cana-de-açúcar, café etc. — quanto aquelas que desenvolviam uma agricultura de subsistência ou pecuária, contribuiu significativamente para condicionar a distribuição da população residente. Observou-se, assim, uma íntima ligação entre o desenvolvimento das atividades do campo e a distribuição dos habitantes paulistas.

O Nordeste Paulista, que abriga a cidade de Batatais, acompanhou o movimento econômico e populacional vivenciado por toda a província paulista. Conforme se explicitou no capítulo um, as atividades de pecuária e de produção de gêneros diversos para o mercado interno ali desenvolvidas apresentaram um crescimento expressivo nesse período. Além disso, a partir da década de 1870, as terras férteis e ainda disponíveis existentes naquela região serviram para a implantação e desenvolvimento do café, lavoura que se alastrou rapidamente por aquelas áreas. O progressivo desenvolvimento das atividades agropecuárias voltadas ao mercado interno (policultura de subsistência e pecuária) e o avanço dos cafeeiros em um momento anterior à assinatura da Lei Áurea e à larga introdução dos imigrantes europeus nas fazendas do Nordeste Paulista ocasionaram uma elevação na demanda por cativos naquela área.

Entretanto, esta expansão econômica não foi capaz de impedir a diminuição no número absoluto e na proporção de escravos no total da população residente a partir do início dos anos de 1870, situação vislumbrada também para a cidade de Batatais¹⁴². Este panorama

¹⁴² Os dados do Censo de 1874 (BASSANEZI, 1999) indicaram que a província de São Paulo e a cidade de Batatais possuíam um total de 156.612 e 2.160 cativos, respectivamente. Assim, 1,4% dos cativos listados na província toda estavam em Batatais. As informações do Censo de 1886 (BASSANEZI, 1999), referentes à população escrava matriculada até 30 de março de 1887, indicam que a cidade de Batatais possuía tãosomente 1.372 cativos, ou seja, 1,3% da população escrava recenseada em São Paulo (106.971). Assim, entre os anos de 1872 e 1886 a população escrava paulista e batataense decresceram a uma taxa de 3,2% e 3,1% ao ano, respectivamente. Entretanto, é preciso fazer uma ressalva com relação ao decréscimo observado em Batatais: a paróquia de Santo Antonio da Alegria, vinculada a Batatais em 1872, apareceu no recenseamento

derivou das diversas modificações impostas ao sistema escravista brasileiro no decorrer da segunda metade do Oitocentos¹⁴³.

Tais alterações iniciaram-se já em 1850, com a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz, abolindo efetivamente o tráfico internacional de cativos para o Brasil. Nos anos subsequentes, foram aprovadas outras "leis de abolição gradual", acelerando o decréscimo da população escrava existente.

A primeira delas entrou em vigor no dia 28 de setembro de 1871 e é conhecida como "Lei do Ventre Livre" ou "Rio Branco". Sua aprovação iniciou

uma nova era no modo de organização das relações de trabalho no Brasil. Pela primeira vez o governo se vê comprometido com uma medida de intervenção direta no universo das relações entre senhores e escravos, com o intuito explícito de substituir de modo "prudente e cauteloso" o trabalho escravo pelo trabalho livre (LAMOUNIER, 1988, p.109-110).

Naquele ato, libertou-se, com algumas restrições, os filhos das mães escravas nascidos a partir daquela data. As crianças nascidas livres, denominadas "ingênuos", eram consideradas menores até os vinte e um anos de idade e deveriam permanecer sob a tutela do proprietário de suas mães até completarem oito anos de idade, momento em que o senhor deveria fazer uma opção: "libertar" a criança e receber uma indenização do Estado ou mantê-la consigo e utilizar seu trabalho até que o ingênuo atingisse a maioridade, sem nenhuma indenização oferecida pelo governo 144. Além disso, a lei nº 2.040 de setembro de 1871 criou um Fundo de Emancipação, "baseado em imposto de renda, loterias e multas" (EISENBERG, 1989, p.39). Para a distribuição dos recursos do Fundo seria tomada como base a matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, que deveria ser realizada até o dia 30 de setembro de 1872, prorrogável por mais um ano 145. Com base nas

de 1886 como pertencente ao município de Cajuru, o que significa que Batatais "perdeu" parte de sua população por conta desta mudança.

¹⁴³ A queda na proporção de escravos no total da população foi vislumbrada, desde o início da segunda metade do século XIX, em praticamente todas as regiões brasileiras, conforme explica Emília Viotti da Costa: "Nos meados do século [XIX/JG], ela [população escrava/JG] representava, quase exclusivamente, a força de trabalho utilizado nas fazendas. Vinte anos depois, embora o escravo continuasse ainda a representar a mão-de-obra predominante na lavoura, tendo mesmo crescido o seu número em relação às épocas anteriores, já se observava que a sua proporção em relação ao total da população começava a diminuir" (COSTA, 1998, p.192).

Diversos trabalhos criticam a formulação da Lei do Ventre Livre, indicando que os filhos das escravas beneficiados por ela na verdade continuaram vivendo na condição de escravos, principalmente pelo fato de os mesmos permanecerem prestando serviços aos proprietários de suas mães: "(...) a lei de 1871, ao mesmo tempo em que 'desapropriou' os senhores dos frutos do ventre de suas escravas, outorgou-lhes a exclusividade da escolha sobre o destino das crianças que tornara livre e estabeleceu a possibilidade da manutenção do atrelamento pessoal, tornando essas crianças obrigadas à prestação de serviços aos senhores de suas mães" (MENDONÇA, 1999, p.102).

A classificação dos escravos deveria ser realizada em cada município por uma Junta composta pelo Presidente da Câmara, Promotor Público e Coletor e deveria obedecer à ordenação estabelecida no capítulo II do Decreto nº 5.135 do regulamento do Fundo de Emancipação. A ordenação visava a impor prioridades para

_

informações arroladas nestas matrículas especiais, o governo distribuiria quotas do Fundo de Emancipação por município e de forma proporcional à população cativa existente. Por conta dos recursos disponibilizados por este fundo e da garantia, por lei, de os escravos conquistarem a alforria, as chances de manumissão foram elevadas, contribuindo ainda mais para o declínio do sistema servil¹⁴⁶.

Quatorze anos mais tarde, em 1885, aprovou-se a lei nº 3.270, denominada "Lei dos Sexagenários" ou "Saraiva-Cotegipe", que libertou todos os escravos com sessenta anos de idade ou mais. Assim como no caso da Lei do Ventre Livre, a libertação deu-se de maneira condicional: o escravo idoso beneficiado pela lei deveria continuar servindo seu antigo proprietário por mais três anos ou até atingir sessenta e cinco anos (caso isso ocorresse antes do período de três anos), daí o caráter de "libertação gradual" atribuído a ambas as leis, conforme salienta Mendonça:

Em 1885, a outorga da liberdade dos sexagenários não pretendia a ruptura absoluta da antiga relação entre senhor e escravo. Ao contrário, libertando-se seus escravos aos poucos, pretendia-se preservar o gradualismo do processo. É interessante notar que este sentido do gradualismo do processo da abolição da escravidão já era dado quando dos embates em torno da elaboração do projeto da lei de 1871. Tal como os ingênuos da Lei do Ventre Livre, os sexagenários não seriam lançados 'de chofre' à condição de liberdade. Sob a proteção dos senhores de suas mães — no caso dos ingênuos — ou de seus antigos senhores — no caso dos sexagenários —, esses indivíduos foram alocados em um estágio intermediário, (...). No âmbito do domínio senhorial, era depositada a responsabilidade de prepará-los para a liberdade enobrecida pelo trabalho e de exercer a proteção que os libertos necessitavam e até — como então se dizia — mereciam (1999, p.108).

Por fim, a escravidão foi extinta em 1888, quando em 13 de maio a Princesa Isabel assinou a Lei nº 3.353 libertando todos os escravos restantes no Brasil.

Antes do início da análise dos escravos e ingênuos batataenses a ser realizada a seguir, é importante atentar o leitor à limitação imposta a tal exame por conta do tipo de fonte primária utilizada. Os números apresentados resultam de uma amostra dos indivíduos que faleceram e que lavraram inventários dentro do período selecionado, de modo que se obtêm apenas as informações para uma parcela dos escravistas, escravos e ingênuos

¹⁴⁶ Maria Lúcia Lamounier salienta a questão do favorecimento da possibilidade de obtenção de alforrias em virtude da lei de 1871: "o registro e a classificação dos escravos permitia maior estabilidade e controle espacial dos escravos libertos, e o Fundo de Emancipação contribuía largamente para a submissão e aquiescência dos escravos ao projeto de emancipação gradualista, já que com ele eram estabelecidos critérios preferenciais para a liberdade, como a família, o comportamento e outros" (1988, p.119).

-

a libertação dos cativos com a utilização dos recursos disponibilizados pelo Fundo de Emancipação. Primeiramente, deveriam ser classificadas as famílias, para as quais foram estabelecidas seis ordens, sendo a primeira a de maior prioridade e, posteriormente, deveriam ser classificados os demais escravos, sendo estabelecidas duas ordens.

presentes em Batatais na época considerada, ou seja, daqueles escravistas específicos e dos escravos e ingênuos que eles possuíam no momento da elaboração do inventário 147.

Outrossim, salienta-se o fato de que não houve uniformidade na avaliação dos escravos e ingênuos feita por ocasião da morte do inventariado. Em diversos inventários, o avaliador limitou-se a informar apenas o nome do cativo e seu preço. Em outros processos anotou-se, além do nome e preço, a idade, cor, estado conjugal e origem; além de ser indicado o parentesco daquele determinado escravo ou ingênuo com as demais pessoas avaliadas, caso houvesse (não necessariamente todas estas informações fornecidas ao mesmo tempo). Além disso, na maioria dos processos lançados após 1872 ou 1886, ou seja, posteriormente à elaboração da primeira e segunda matrícula dos escravos, foi anexada uma cópia ou realizada a transcrição das informações contidas na relação daquele proprietário. Neste caso, foi possível obter informações mais completas dos cativos, posto que nestas relações constava o número do escravo na relação, seu número de matrícula, nome, sexo, cor, idade, estado conjugal, naturalidade, filiação, aptidão para o trabalho, profissão e outras observações.

Do exposto, conclui-se que não foi possível obter informações concernentes às diversas variáveis a serem consideradas na análise desenvolvida no presente capítulo para todas as 1.765 pessoas arroladas. Algumas características constaram em todos os inventários, enquanto outras apareceram com maior ou menor freqüência (cf. Tabela 3.1). E desta representatividade também dependem as conclusões obtidas nas próximas seções.

¹⁴⁷ Conforme informado mais adiante, verificou-se que grande parte dessas pessoas faleceu com idades mais avançadas. Por conseguinte, é preciso ter em mente que a análise da estrutura da posse de escravos dar-se-á no final da vida dos proprietários, fato que provavelmente afetou os resultados obtidos. Tal consideração será detalhada na seção que trata dos inventariados proprietários ou não de cativos.

Tabela 3.1 Distribuição das variáveis concernentes aos escravos nos inventários: **Batatais** (1851-87)

Variáveis	Escravos (%)	Ingênuos (%)	Total (%)
Sexo	1.623 (100,0)	137 (96,5)	1.760 (99,7)
Idade	1.469 (90,5)	56 (39,4)	1.525 (86,4)
Atributos concernentes ao estado conjugal	926 (57,0)	139 (97,9)	1.065 (60,3)
Origem*	604 (37,2)	142 (100,0)	746 (42,2)
Cor	714 (44,0)	47 (33,1)	761 (43,1)
Profissão	125 (7,7)	-	125 (7,1)
Preço ¹⁴⁸	1.537 (94,7)	-	1.537 (87,1)

Finalmente, resta informar que os resultados obtidos para Batatais serão confrontados, quando possível, com aqueles verificados para outras localidades, pois se pretende apontar as semelhanças e diferenças observadas, levando em consideração as características demoeconômicas e sociais das diversas regiões brasileiras. Para tanto, privilegiou-se a comparação com dados contidos em trabalhos desenvolvidos através da utilização de inventários — mesma fonte — e lançados na segunda metade do século XIX — mesmo período. Na impossibilidade de atender a estes dois requisitos, foram consideradas as conclusões obtidas em estudos que abordaram o mesmo período, porém com o uso de fontes documentais diversas.

Características demográficas dos escravos e ingênuos inventariados em Batatais e sua distribuição nos distintos plantéis

Antes de iniciar a análise demográfica e de estrutura da posse dos escravos e ingênuos inventariados, verificou-se a frequência em que estas 1.765 pessoas foram arroladas em cada uma das quatro décadas consideradas (cf. Tabela 3.2). No caso dos cativos, notou-se que a avaliação foi realizada de maneira praticamente proporcional nas quatro décadas consideradas, apesar de nos anos de 1870 esta proporção ter se mostrado mais significativa. Os ingênuos, por sua vez, foram majoritariamente verificados em processos iniciados a partir de 1881.

diversos motivos, nem todos os preços estipulados puderam ser incluídos na análise ora realizada. A última seção do Apêndice A traz as explicações completas acerca desta não-inclusão.

^{*} Todos os ingênuos foram considerados crioulos.

¹⁴⁸ Dada a finalidade do inventário — atribuir valor a todos os bens possuídos pela pessoa falecida para sua repartição entre seus herdeiros — foram instituídos valores a todos os cativos arrolados. Entretanto, por

Tabela 3.2
Distribuição dos escravos e ingênuos segundo data de abertura do inventário:

Batatais (1851-87)

Datatais (1031-07)						
Período	Escravos	Ingênuos	Total			
1851-59	393 (24,2)	-	393 (22,3)			
1861-69	327 (20,2)	-	327 (18,5)			
1871-79	508 (31,3)	7 (4,9)	515 (29,2)			
1881-87	395 (24,3)	135 (95,1)	530 (30,0)			
Total	1.623 (100,0)	142 (100,0)	1.765 (100,0)			

Conforme mencionado anteriormente, 285 inventariados (57,9%) faleceram na condição de escravistas, deixando a seus herdeiros 1.623 escravos e 142 ingênuos. Calculou-se, assim, uma média de 6,2 pessoas por inventário (5,7 escravos e 0,5 ingênuo por proprietário). Tal estatística mostrou-se pouco mais elevada do que o padrão vislumbrado para outras localidades brasileiras com mesmo perfil econômico, conforme explica Francisco V. Luna:

(...) a partir de inúmeros trabalhos já publicados sobre o tema [posse cativa/JG] podem ser extraídas algumas conclusões importantes a respeito dessa estrutura no Brasil, pelo menos em parte do século XVIII e XIX, período de maior quantidade de pesquisas (...). De modo geral, a média [de cativos por proprietário/JG] situava-se entre três e cinco em áreas de cultivos de subsistência. Nas áreas de produção para exportação dependia da concentração das unidades, sendo inegavelmente maiores nas áreas tipicamente açucareiras (1998, p.157-158).

A anotação do número médio de cativos e ingênuos para os distintos períodos indicou que estas estatísticas mostraram-se variáveis ao longo das décadas analisadas (cf. Tabela 3.3).

Tabela 3.3 Indicadores estatísticos da propriedade escrava segundo período: Batatais (1851-87)

	Proprietários	Esc	ravos	Ing	ênuos		População Total			
	Nº	Nº		Nº		Nº		Desvio-	Coeficiente	Índice de
Período	abs.	abs.	Média	abs.	Média	abs.	Média	padrão	de variação	Gini *
1851-59	60	393	6,6	-	-	393	6,6	6,9	1,1	0,505
1861-69	82	327	4,0	-	-	327	4,0	4,3	1,1	0,476
1871-79	87	508	5,8	7	0,1	515	5,9	7,8	1,3	0,543
1881-87	56	395	7,0	135	2,4	530	9,5	20,5	2,2	0,715
Total	285	1.623	5,7	142	0,5	1.765	6,2	10,9	1,8	0,587

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Entre os anos de 1850 e 1860 verificou-se uma queda no número médio de escravos possuídos, ocasionada tanto pelo declínio no número de cativos (queda de 16,8%) como

^{*} Para as décadas de 1871/79 e 1881/87 o cálculo do Índice de Gini considerou o número total de pessoas (escravos + ingênuos) possuídos por cada proprietário.

pela elevação significativa no número absoluto de proprietários (36,6%). Já na década de 1870, a média de indivíduos por inventariado registrou um número mais próximo àquele calculado para o início do período. E, por fim, nos anos imediatamente anteriores à extinção do trabalho compulsório, o número médio de indivíduos por inventariado registrou um aumento de 61,0%, apesar da redução de 22,2% no número de cativos. Tal elevação só foi possível graças à também acentuada diminuição no número de proprietários (35,6%) e do alargamento na quantidade de ingênuos arrolados.

A redução no número de escravistas e de escravos acompanhou a perda de importância desse tipo de bem no total da riqueza inventariada (cf. capítulo anterior). Na última década, o número de pessoas avaliadas manteve-se praticamente constante — a queda na quantidade de escravos foi compensada pela maior presença de ingênuos —, enquanto o número de proprietários passou de oitenta e sete para cinqüenta e seis (queda de 35,6%) e a média elevou-se de 5,9 para 9,5 (aumento de 61,0%), o que pode ser um indício de concentração na posse de escravos e ingênuos. Essa hipótese pôde ser confirmada através do exame do Índice de Gini: esta estatística foi calculada em 0,587 para todo o período 149. Observou-se, ainda, que a posse de escravos e ingênuos mostrou-se menos concentrada nas três primeiras décadas consideradas, porém no último período observou-se a maior concentração (Índice de Gini calculado em 0,715), por conta da significativa presença dos ingênuos nos plantéis escravos de grande porte, elevando assim o número de indivíduos por proprietário nesse grupo naqueles lustros.

A distribuição dos indivíduos inventariados segundo as diversas faixas de tamanho dos plantéis também auxilia no delineamento do perfil de distribuição da posse cativa (Cf. Tabela 3.4). Nota-se, de pronto, uma significativa parcela de pequenos proprietários, sendo bastante elevado o número de plantéis unitários. De fato, a moda na posse dos escravos entre os proprietários batataenses foi calculada em um. Por outro lado, tão-somente dezoito proprietários possuíam mais de vinte cativos e ingênuos. O maior escravista batataense identificado nos inventários foi o major Joaquim Antonio Pereira Lima, falecido no mês de

¹⁴⁹ O Índice de Gini calculado para Batatais considerou os escravos e ingênuos e excluiu os não-proprietários. Em diversos trabalhos realizados a partir de listas nominativas de habitantes — entre eles os desenvolvidos por Rangel (1990) e Fernandéz (1992) — optou-se por calcular também o que se convencionou denominar Índice de Gini ampliado, estatística que incorpora ao cálculo os não-proprietários de cativos. O Índice de Gini ampliado "representa, na verdade, uma forma de medir como os escravos se distribuem entre todos os fogos, inclusive aqueles sem escravos, para os quais a riqueza representada pelos escravos é igual a zero. Não substitui o anterior [Índice de Gini/JG], mas reflete outro enfoque da sociedade" (LUNA, 1998, p.165). Como esperado, a inclusão dos inventariados sem cativos (não-proprietários) ampliou a desigualdade apurada em Batatais: o Índice de Gini ampliado incluindo as 1.765 pessoas foi calculado em 0,598.

abril de 1885. Em seu inventário, iniciado no dia dois de maio de 1885, foram arrolados setenta e seis escravos e quarenta e dois ingênuos, num total de 118 pessoas ¹⁵⁰.

Tabela 3.4 Estrutura da posse de cativos e ingênuos segundo faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)

(
	Proprietários	Indivíduos inventariados						
FTP*	N º absoluto(%)	Escravos (%)	Ingênuos (%)	Total (%)				
1	79 (27,7)	79 (4,9)	7 (4,9)	86 (4,9)				
2 a 4	106 (37,2)	301 (18,5)	8 (5,6)	309 (17,5)				
5 a 9	62 (21,8)	400 (24,7)	15 (10,6)	415 (23,5)				
10 a 19	20 (7,0)	270(16,6)	3(2,1)	273(15,5)				
20 ou mais	18 (6,3)	573(35,3)	109 (76,8)	682(38,6)				
Total	285 (100,0)	1.623 (100,0)	142 (100,0)	1.765 (100,0)				

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Os dados inseridos na tabela acima corroboraram a hipótese de concentração da posse de escravos e ingênuos verificada anteriormente por meio do exame do Índice de Gini. A análise da representatividade dos proprietários e dos percentuais de escravos e ingênuos possuídos por estes senhores coloca pequenos e grandes senhores em situações opostas. Os pequenos proprietários (possuidores de um a quatro cativos) representavam 64,9% dos senhores batataenses, porém detinham apenas 23,4% dos escravos e 10,5% dos ingênuos. De outro lado, os donos de vinte ou mais escravos concentravam 35,3% dos escravos e 76,8% dos ingênuos, apesar de representarem tão-somente 6,3% do total de proprietários ali arrolados.

A dificuldade em avaliar o patrimônio dos indivíduos e vilas no passado colonial e imperial incentivou a utilização de indicadores indiretos, entre eles a posse cativa. Isso porque naquele momento os escravos representavam parte relevante da riqueza. Mary C. Karasch, em estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro entre 1808 e 1850, constatou que a posse de escravos, além de sinalizar o nível de riqueza dos proprietários — "no Rio daquela época, um senhor com escravos tinha tudo, e quem não os tivesse, era considerado pobre" (KARASCH, 2000, p. 260) — ainda era considerada uma fonte de riqueza: "eles [escravos] não eram somente as máquinas e 'cavalos' da capital comercial-burocrática, mas também a fonte de riqueza e do capital de seus donos" (KARASCH, 2000, p. 259). Há, nesse trabalho, relatos confirmando que ocasionalmente alguns cativos eram utilizados como garantias para empréstimos realizados por seus proprietários e também compunham

^{*} FTP= Faixa de tamanho dos plantéis considerando apenas os escravos

¹⁵⁰ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 52, processo nº 861, 1885.

os dotes de suas filhas, sinalizando sua importância na composição da riqueza de seus proprietários. Em suma, "o contingente cativo pode ser tomado, não se esquecendo de certos limites, especialmente nesse momento, como uma *proxy* para a fortuna dos indivíduos e até da própria região" (MARCONDES, 2001, p.12). O momento destacado pelo autor corresponde à segunda metade do século XIX, período em que o sistema escravista apresentava uma nova dinâmica, impondo limites à correlação entre o número de escravos e a riqueza.

O primeiro limite referido decorre diretamente desta nova dinâmica imposta ao sistema, de modo que os investimentos em escravos já não se apresentavam tão representativos quanto no período anterior. Conforme exposto no capítulo anterior, o percentual de riqueza alocada em escravos e ingênuos (preço aos serviços) em Batatais foi relevante, atingindo 24,0% da fortuna bruta inventariada. Entretanto, por força de diversos fatores, entre eles a diversificação econômica e percepção do fim desse sistema de trabalho, o percentual de riqueza alocada neste tipo de semovente reduziu-se sistematicamente ao longo do tempo. Em 1851-59, os escravos representavam 49,4% das fortunas inventariadas, percentual que atingiu 36,2% em 1861-69, 23,6% em 1871-79 e tão-somente 11,4% em 1881-87¹⁵¹. Assim, esse primeiro limite deve ser levado em consideração para os dados referentes a Batatais.

O segundo limite provém da presença de proprietários não ligados à atividade agrícola — negociantes, profissionais liberais etc. — que necessitavam de menores proporções de escravos para padrão de riqueza equivalente. Observou-se no capítulo anterior o amplo predomínio de inventariados ligados à lavoura, à pecuária ou ambas em Batatais (81,7% do total) sendo que os negociantes, os profissionais liberais e aqueles ligados a artes e ofícios mostraram-se pouco representativo.

Finalmente, o terceiro limite refere-se aos indivíduos endividados, que detinham escravos em razões maiores que sua riqueza de fato. A análise dos inventários batataenses feita anteriormente indicou que o número de pessoas endividadas também foi bastante reduzido, posto que apenas dez inventariantes (ou 2,0% do total) tiveram riqueza líquida

Todavia, poder-se-ia pensar que esta redução na participação dos escravos no total das fortunas arroladas era apenas resultado da desvalorização desse ativo. Os dados concernentes aos preços médios dos escravos nas quatro décadas consideradas não acolhem esta última hipótese. Entre os decênios de 1850 e 1860, o preço médio dessas pessoas reduziu-se de 76,5 para 73,6 libras (3,8%), enquanto a participação desse ativo reduziu-se em 20,4%. No momento posterior (1861/69-1871/79), houve uma elevação nos preços médios dos cativos de 73,6 para 82,1 libras (11,5%) apesar da redução de 39,0% na representatividade dos cativos dentre

fortunas arroladas. Por fim, nos últimos lustros considerados (1871/79-1881/87) verificou-se uma queda brusca no preço médio desses escravos, atingindo o valor de 61,7 libras (24,8%), ao passo que a representatividade dos cativos dentre os bens arrolados reduziu-se em 47,3%.

negativa. Assim, o segundo e terceiro limites citados deveriam ter pouca influência sobre os resultados observados em Batatais.

De posse dos dados referentes à riqueza inventariada e à posse cativa é possível verificar se em Batatais a consideração dos dados referentes aos cativos eram bons indicadores indiretos do nível de riqueza ali estabelecido. A comparação dos Índices de Gini calculados para a posse cativa e para a riqueza bruta inventariada indica que, para a Batatais daquele período, a posse cativa não seria uma boa *proxy* do nível de riqueza dos indivíduos inventariados (cf. Tabela 3.5).

Tabela 3.5 Índice de Gini relativo à riqueza bruta inventariada e à posse cativa por década: Batatais (1851-87)

por uc	por accada. Batatais (1031-07)				
	Índice de Gini				
Período	Riqueza bruta	Posse cativa			
1851-59	0,642	0,505			
1861-69	0,619	0,476			
1871-79	0,734	0,543			
1881-87	0,835	0,715			
Total	0,756	0,587			

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

O Índice de Gini relativo à posse cativa apontou para uma riqueza bem menos concentrada que aquela verificada para a riqueza bruta, mas tendência de maior/menor concentração da riqueza observada nos quatro decênios foi similar, com as décadas de 1860 e 1880 tidas como as de menor e maior concentração de riqueza, respectivamente. Assim, neste caso específico, a utilização dos números relativos à posse cativa como indicativos da distribuição das riquezas pessoais não se mostrou eficiente.

Outrossim, observou-se que o padrão de distribuição de escravos e ingênuos caracterizado pela concentração dessas pessoas nos grandes plantéis foi norma para todas as décadas consideradas, corroborando os resultados obtidos através do exame do Índice de Gini (cf. Tabela 3.6)¹⁵².

.

Optou-se por considerar o número de escravos como referência para a determinação do tamanho dos plantéis possuídos por cada inventariado. A opção de não incluir os ingênuos deu-se por conta de sua ausência nos dois primeiros decênios considerados, o que poderia, por sua vez, prejudicar a comparação dos números verificados para todo o período selecionado. Além disso, buscou-se caracterizar o plantel como a força de trabalho disponível pelos senhores. Nesse sentido, a consideração dos ingênuos se afastaria ainda mais dessa condição.

Tabela 3.6 Estrutura da posse de cativos e ingênuos segundo faixa de tamanho dos plantéis e período: Batatais (1851-87)

		FTP*					
Período		1	2 a 4	5 a 9	10 a 19	20 ou mais	Total
	Plantéis (%)	16,7	36,7	30,0	6,6	10,0	100,0
1851-59	Escravos (%)	2,5	14,8	31,3	15,8	35,6	100,0
	Plantéis (%)	31,7	39,0	22,0	6,1	1,2	100,0
1861-69	Escravos (%)	8,0	27,8	33,9	22,3	8,0	100,0
	Plantéis (%)	26,4	36,8	20,7	10,3	5,8	100,0
1871-79	Escravos (%)	4,5	19,1	22,8	22,0	31,6	100,0
10/1-//	Ingênuos (%)	-	28,6	42,9	28,5	-	100,0
	Plantéis (%)	35,7	35,7	14,3	3,6	10,7	100,0
1881-87	Escravos (%)	5,1	13,9	12,7	5,8	62,5	100,0
1001-07	Ingênuos (%)	5,2	4,4	8,9	0,7	80,8	100,0
	Plantéis (%)	27,7	37,2	21,8	7,0	6,3	100,0
1851-87	Escravos (%)	4,9	18,5	24,7	16,6	35,3	100,0
(Total)	Ingênuos (%)	4,9	5,6	10,6	2,1	76,8	100,0

Apesar de os proprietários de plantéis com mais de vinte escravos representarem a minoria do total de escravistas em todas as décadas consideradas (perfazendo, no máximo, 10,7% nos anos de 1881-87), eles concentravam a maioria dos indivíduos inventariados (chegando a possuir 62,5% dos escravos e 80,8% dos ingênuos na década de 1880, momento em que o Índice de Gini mostrou-se mais próximo do valor unitário). Até mesmo na década de 1860, momento em que os pequenos proprietários mostraram-se mais representativos na amostra (70,7% do total), eles detinham um percentual de escravos que correspondia a aproximadamente metade de sua representatividade entre os escravistas (35,8%). Nesta última década, os senhores de tamanho médio (cinco a dezenove escravos), representando 28,1% dos escravistas, concentraram a maioria dos escravos (56,2%) inventariados. Por isso, o índice de concentração da posse cativa calculado para estes lustros foi o menos elevado quando comparado àquele vislumbrado para os demais decênios.

A elevação no número médio de pessoas possuídas e em sua concentração nos maiores plantéis ocorridas nas décadas de 1870 e 1880 podem estar correlacionadas com o avanço da cultura cafeeira em terras batataenses. Por conta da expansão do cultivo voltado para a

^{*}FTP= Faixa de tamanho dos plantéis considerando apenas os escravos

exportação, a pequena agricultura e pecuária passaram a dar lugar a unidades de maior porte, onde a força de trabalho escrava era exigida em maior quantidade. Dentre os dezoito proprietários com vinte ou mais escravos, onze foram inventariados nos dois decênios em questão, sendo que seis deles dedicavam-se ao cultivo de café e dois ao de cana-de-açúcar (incluindo a produção de aguardente e açúcar). Assim, pode-se pensar que as transformações de ordem econômica e o tipo de atividade econômica desenvolvida influenciaram a alocação da mão-de-obra escrava batataense 153.

Diante dos resultados expostos até o momento, nota-se que o perfil da distribuição dos escravos e ingênuos apurado para Batatais na segunda metade do século XIX aproxima-se do padrão visualizado para uma grande parcela das localidades brasileiras estudadas nos anos do Brasil Colônia ou Império, conforme explicitaram José Flávio Motta, Nelson Nozoe e Iraci Del Nero da Costa a partir dos resultados obtidos no estudo da paróquia de São Cristóvão (RJ) para o ano de 1870:

Não obstante o interesse suscitado pelas especificidades presentes no caso em tela, ainda mais relevante, cremos nós, é a verificação, em São Cristóvão, de um perfil da estrutura da posse de escravos que reproduz um mesmo padrão geral válido para o Brasil. De um lado, a disseminação relativamente ampla da posse escrava pela população livre de nossa sociedade escravista, evidenciada na maioria significativa de escravistas detentores de um número reduzido de cativos (...). De outro, no que respeita aos cativos, a expressiva participação daqueles integrantes de plantéis de pequeno e médio porte (...) (2004, p.208).

Dada a distribuição dos cativos e ingênuos segundo o tamanho dos plantéis, resta investigar as principais características dessas pessoas, relacionando-as, ainda, com o porte da escravaria em que elas estavam inseridas.

Os dados concernentes ao sexo¹⁵⁴ dos escravos e ingênuos inventariados demonstram a predominância das pessoas do sexo masculino, tanto entre os primeiros como entre os últimos citados (cf. Tabela 3.7)¹⁵⁵.

¹⁵⁴ A informação do sexo dos escravos e ingênuos foi inferida a partir do nome informado pelos avaliadores.

A supremacia dos homens entre os cativos foi observada em diversas localidades brasileiras estudadas com a utilização dos inventários. Em Franca (SP), 55% dos cativos inventariados em 1875/85 eram homens (OLIVEIRA, 1997, p.100). Este mesmo percentual atingiu 53% em Lençóis (SP) para processos lançados nos anos de 1860-87 (FERNANDES, 2001, p.6). Em Mariana (MG) a razão de sexo foi calculada em 125 entre os anos de 1850 e 1888 (TEIXEIRA, 2001, p.63) e, em Angra dos Reis (RJ), 57,3% dos cativos inventariados entre 1850 e 1882 eram homens (VASCONCELLOS, 2003, p.7). Por fim, também no Agreste e Sertão pernambucanos (1851-88), anotou-se uma maioria de homens entre os escravos inventariados: 54,26% e 56,19%, respectivamente (VERSIANI; VERGOLINO, 2001, p.15).

¹⁵³ A relação entre o número de cativos possuídos e o tipo de atividade econômica desenvolvida pelos proprietários será tratada com maior detalhamento na próxima seção do presente capítulo.

Tabela 3.7 Distribuição dos escravos e ingênuos segundo sexo: Batatais (1851-87)

		Sexo		
Tipo	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)	Razão de sexo *
Escravo	887 (54,6)	736 (45,4)	1.623 (100,0)	121
Ingênuo	78 (57,2)	59 (42,8)	137 (100,0)	132
Total	965 (54,7)	795 (45,3)	1.760 (100,0)	121

Ainda com base na Tabela 3.6, nota-se que o desequilíbrio de sexo mostrou-se mais acentuado no caso dos ingênuos. Porém uma análise mais minuciosa, realizada para cada década do período selecionado, não confirma plenamente tal assertiva (cf. Tabela 3.8).

Tabela 3.8

Distribuição dos escravos e ingênuos segundo sexo e período: Batatais (1851-87)

	Escravos			Ingênuos		
Período	Homens (%)	Mulheres (%)	Razão de sexo *	Homens (%)	Mulheres (%)	Razão de sexo *
1851-59	217 (55,2)	176 (44,8)	123	-	-	-
1861-69	168 (51,4)	159 (48,6)	106	-	-	-
1871-79	278 (54,7)	230 (45,3)	121	3 (42,9)	4 (57,1)	_**
1881-87	224 (56,7)	171 (43,4)	131	75 (57,7)	55 (42,3)	136
Total	887 (54,7)	736 (45,4)	121	78 (56,9)	59 (43,1)	132

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

No caso dos escravos, o desequilíbrio de sexo ocorrido em favor dos indivíduos do sexo masculino manifestou-se, em maior ou menor grau, ao longo de todo o período analisado. As razões de sexo apresentaram variações significativas, mas alcançaram, invariavelmente, valores superiores a 100.

Observou-se, ademais, que a presença dos homens deu-se de forma mais acentuada nos anos de 1850 — momento imediatamente posterior à extinção do tráfico internacional de escravos e quando a influência da importação de africanos deveria ser mais marcante no perfil demográfico dos cativos¹⁵⁶ — e no último período analisado. De fato, a década de 1850 concentrou a maioria dos africanos inventariados: cinqüenta e um casos, ou seja,

_

^{*}Razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres.

^{*} Razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres

^{**} Por conta do número reduzido de observações (tão-somente sete ingênuos), o cálculo de razão de sexo não foi realizado.

Diversos estudos sobre o perfil demográfico dos escravos africanos trazidos para o Novo Mundo (inclusive para o Brasil) revelaram a preponderância dos indivíduos do sexo masculino e em idade adulta, sendo pouco representativa a presença de crianças e de mulheres. Ver, por exemplo, os trabalhos de Manolo Florentino (1997), Horácio Gutiérrez (1989) e Herbert S. Kein (1983 e 1999), entre outros.

40,8% do total. Além disso, a razão de sexo calculada para os africanos nesse decênio foi de 264. No caso dos anos 1880 e 1870 (este último apresentou uma razão de sexo muito próxima à calculada nos anos 1850), a explicação para a maior relevância das pessoas do sexo masculino relaciona-se, provavelmente, com a estrutura da posse de escravos: os proprietários de maior porte — mais representativos naquelas décadas — tendiam a formar plantéis com mais homens, o que pôde ser verificado através do exame da razão de sexo e do percentual de homens e mulheres calculados para as distintas faixas de tamanho dos plantéis.

Ficou evidente, a partir dos resultados verificados, que o predomínio dos escravos e ingênuos do sexo masculino foi mais expressivo nos grandes plantéis batataenses. Nas posses pequenas e médias o número de homens também superou o de mulheres, porém o desequilíbrio mostrou-se menos significativo (cf. Tabela 3.9).

Tabela 3.9 Distribuição dos escravos e ingênuos segundo sexo e faixa de tamanho dos plantéis*: Batatais (1851-87)

20000000 (1001 07)				
_	Sexo			
Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)	Razão de sexo**	
43 (51,8)	40 (48,2)	83 (100,00)	108	
162 (52,4)	147 (47,6)	309 (100,00)	110	
209 (50,4)	206 (49,6)	415 (100,00)	101	
160 (58,6)	113 (41,4)	273 (100,00)	142	
391 (57,5)	289 (42,5)	680 (100,00)	135	
965 (54,8)	795 (45,2)	1.760 (100,00)	121	
	(%) 43 (51,8) 162 (52,4) 209 (50,4) 160 (58,6) 391 (57,5)	Homens Mulheres (%) (%) 43 (51,8) 40 (48,2) 162 (52,4) 147 (47,6) 209 (50,4) 206 (49,6) 160 (58,6) 113 (41,4) 391 (57,5) 289 (42,5)	Sexo Homens (%) Mulheres (%) Total (%) 43 (51,8) 40 (48,2) 83 (100,00) 162 (52,4) 147 (47,6) 309 (100,00) 209 (50,4) 206 (49,6) 415 (100,00) 160 (58,6) 113 (41,4) 273 (100,00) 391 (57,5) 289 (42,5) 680 (100,00)	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Não obstante a presença majoritária dos homens em posses escravas de diferentes tamanhos, havia uma diferenciação nessa concentração quando considerados os plantéis de maior e menor porte, resultando em uma razão de sexo crescente à medida que aumentava o tamanho das posses. O relativo equilíbrio entre os sexos apurado nas pequenas e médias posses (com até nove cativos) alternou-se para um cenário em que a presença dos homens era mais marcante, já que estes chegaram a representar aproximadamente 60% dos indivíduos presentes nos plantéis com dez ou mais cativos. Essa relação direta entre o crescimento na razão de sexo e do tamanho dos plantéis pode ser resultante de uma maior participação dos grandes proprietários no mercado internacional e/ou interprovincial de

^{*}FTP = Faixa de tamanho dos plantéis considerando apenas os escravos

^{**} Razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres

cativos, ou, ainda, do tipo de atividade econômica desenvolvida por estes senhores, exigindo uma maior presença de homens, indivíduos com maior força física 157.

A predominância pouco acentuada de homens no total da população escrava — observada tanto para os escravos como para os ingênuos, nos plantéis de distintos portes e nas quatro décadas consideradas — estava provavelmente relacionada com a situação socioeconômica ali vigente, de produção primordialmente voltada ao mercado interno. Em sua análise de vinte e cinco localidades inseridas nas distintas sub-regiões da província de São Paulo (Vale do Paraíba, Oeste paulista, Capital, Caminho do Sul, Litoral) com base em três censos dos séculos XVIII e XIX (1776, 1804 e 1829), Francisco Vidal Luna identificou uma diferenciação na relação entre o número de homens e mulheres cativos inseridos em regiões com produção agrícola mais ou menos voltada ao mercado exterior, concluindo que

Onde e quando mais fortemente se efetuavam os cultivos de "exportação" (principalmente café e cana-de-açúcar) ampliava-se o peso masculino. Inversamente, nas áreas de maior concentração de atividades típicas de "agricultura de subsistência"(...) ocorria maior equilíbrio quantitativo entre os sexos, embora raramente encontrássemos números [razão de sexo/JG] próximos de 100 ou maioria feminina (1990, p.227). ¹⁵⁸

Os informes de idade¹⁵⁹ concernentes a estes escravos e ingênuos inventariados revelou a presença de uma população bastante jovem (cf. Tabelas 3.10 a 3.12), com idade média calculada em 26,3 anos¹⁶⁰. Entre os escravos, mostraram-se mais numerosas as pessoas com idades de quinze a quarenta e nove anos (cf. Tabela 3.10), aquelas consideradas em idade ativa. A idade média calculada para esses indivíduos igualou-se a

¹⁵⁸ Esta conclusão explicitada por Luna será investigada, para o caso de Batatais, na próxima seção do corrente capítulo quando da consideração das informações acerca do tipo de atividade econômica desenvolvida pelos proprietários batataenses e do sexo dos cativos possuídos por essas pessoas.

No Apêndice A incluíram-se algumas observações acerca das idades dos escravos batataenses, assim como sobre o procedimento adotado na determinação da idade no caso dos ingênuos em que esta informação não foi incluída no arrolamento.

-

¹⁵⁷ A relação direta entre o aumento no tamanho das posses escravas e no desequilíbrio de sexo em favor dos homens foi observada por Fernandes na cidade de Lençóis (SP). O autor verificou que os homens representavam 52% e 60% dos cativos inseridos em posses com até cinco e com mais de vinte cativos, respectivamente (2001, p.8). Em Paracatu e no Oeste Mineiro (1873-75), Paiva e Libby verificaram que as razões de sexo igualaram-se a 83 nas posses com menos de cinco cativos e 138 naquelas com trinta escravos ou mais (1995, p.225).

¹⁶⁰ A Tabela 3.11, que apresenta os dados referentes às idades dos ingênuos, utilizou faixas etárias diferente daquelas calculadas para os cativos. Estes últimos foram divididos entre crianças (zero a quatorze anos), adultos (quinze a quarenta e nove anos) e idosos (cinqüenta anos ou mais). Tal divisão não seria adequada no caso dos ingênuos, isso porque a Lei do Ventre Livre foi estabelecida em 1871, e assim essas crianças libertas inventariadas deveriam ter, no máximo, dezesseis anos de idade.

27,1 anos. Os dados inseridos no Gráfico 3.1 corroboram o perfil ora revelado, visto haver uma concentração dos homens e mulheres cativos na base da pirâmide etária 161.

Tabela 3.10 Distribuição dos escravos segundo sexo e grupos de idade: Batatais (1851-87)

		Sexo			
Grupos de idade	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)	Razão	Idade
(em anos)				de sexo*	média
0 a 14	215 (26,6)	194 (29,4)	409 (27,9)	111	7,7
15 a 49	466 (57,5)	383 (58,2)	847 (57,7)	122	28,8
50 ou mais	129 (15,9)	82 (12,4)	211 (14,4)	157	57,8
Total	809 (100,0)	659 (100,0)	1.467 (100,0)	123	27,1

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 3.11 Distribuição dos ingênuos segundo sexo e grupos de idade: Batatais (1851-87)

		Sexo			
Grupos de idade (em anos)	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)	Razão de sexo*	Idade média
0 a 5	12 (43,0)	11 (39,3)	23 (41,1)	109	_
6 a 11	13 (46,4)	16 (57,0)	29 (51,8)	81	-
12 a 16	3 (3,6)	1 (10,7)	4 (7,1)	300	-
Total	28 (100,0)	28 (100,0)	56 (100,0)	100	6,0

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 3.12 Distribuição da população total (escravos e ingênuos) segundo sexo e grupos de idade: Batatais (18951-87)

		Sexo			
Grupos de idade	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)	Razão	Idade
(em anos)				de sexo*	média
0 a 14	278 (31,8)	250 (35,0)	528 (33,2)	111	7,5
15 a 49	467 (53,4)	383 (53,6)	849 (53,5)	122	28,7
50 ou mais	129 (14,8)	82 (11,4)	211 (13,3)	157	57,8
Total	873 (100,0)	715 (100,0)	1.588 (100,0)	122	26,3

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

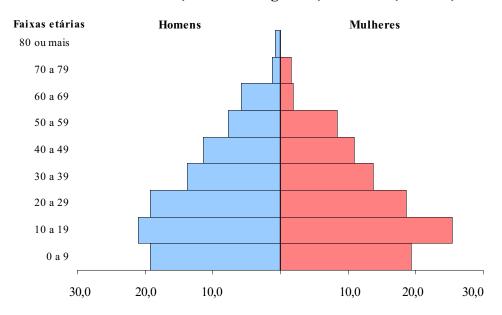
¹⁶¹ Os informes das idades dos cativos presentes nos inventários para distintas localidades brasileiras no século XIX também anotaram a prevalência dos cativos adultos. Nos inventários lançados em Franca (1875-85), Mariana (1850-88), Angra dos Reis (1850-82), Lençóis (1860-87) e no Agreste e Sertão pernambucanos (1851-88), os adultos representavam, respectivamente 50,8% (dezesseis a quarenta anos), 43,9% (quinze a quarenta e quatro anos), 48,2% (quinze a quarenta e quatro anos), 58,3% (dez a quarenta e quatro anos), 45,58% e 33,33% (quinze a quarenta anos).

^{*} A razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres

^{*}A razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres

^{*} A razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres.

Gráfico 3.1 Pirâmide etária (escravos e ingênuos): Batatais (1851-87)



O exame dos dados concernentes à idade dos indivíduos e ao porte das escravarias demonstrou, ainda, que esta preferência por escravos em idade ativa ocorreu independentemente do tamanho das posses, apesar dos plantéis de pequeno porte (até nove pessoas) possuírem cativos entre quinze e quarenta e nove anos numa proporção um pouco mais elevada que aquela apurada nas grandes posses (cf. Tabela 3.13).

Tabela 3.13
Distribuição dos escravos e ingênuos segundo faixa etária e faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)

		P	(• •		
	Faixa etária (%)					
FTP*	0 a 14 (%)	15 a 49 (%)	50 ou mais (%)	Total (%)	Idade média	
1	14 (19,7)	39 (54,9)	18 (25,4)	71 (100,0)	32,1	
2 a 4	81 (29,2)	155 (56,0)	41 (14,8)	277 (100,0)	27,1	
5 a 9	114 (31,1)	204 (55,6)	49 (13,3)	367 (100,0)	25,8	
10 a 19	89 (33,6)	144 (54,3)	32 (12,1)	265 (100,0)	25,6	
20 ou mais	235 (38,3)	308 (50,2)	71 (11,5)	614 (100,0)	25,9	
Total	533 (33,4)	850 (53,4)	211 (13,2)	1.593 (100,0)	26,3	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Apesar do predomínio dos escravos em idade ativa — aqueles considerados mais aptos para o desenvolvimento dos diversos tipos de trabalhos — havia uma proporção expressiva de crianças menores de quinze anos, nascidas ou não antes da Lei do Ventre

^{*} FTP = Faixa de tamanho dos plantéis considerando apenas os escravos.

Livre (1871). O conjunto formado pelas crianças escravas e pelos ingênuos reuniu 33,2% do total das pessoas inventariadas¹⁶². Além disso, os dados da Tabela 3.12 indicam que as crianças cativas e ingênuas se fizeram presentes em proporção significativa nos diferentes tamanhos de plantéis, mas principalmente nas maiores escravarias. Os indivíduos com até quatorze anos de idade representavam pouco mais de 30% dos escravos e ingênuos inseridos em plantéis nas faixas de dois a quatro e de cinco a nove cativos. Nas maiores posses, com vinte ou mais escravos, esta mesma proporção ultrapassou 38% ¹⁶³. De outro lado, havia um reduzido número de escravos com idade igual ou superior a cinqüenta anos, representando tão-somente 13,3% do total. Estes idosos também estavam distribuídos de forma desigual, já que eles representavam 25,4% do total de indivíduos presentes em plantéis unitários e tão-somente 11,5% nas grandes posses. Por conta dessa diferenciação, a idade média das pessoas inseridas nas primeiras faixas de tamanho dos plantéis — que possuíam proporcionalmente menos crianças e mais idosos — mostrou-se superior àquela verificada para os indivíduos encontrados nas posses médias e grandes.

O cômputo da razão de sexo e idade conjuntamente indicou que ela alternou-se ao longo das distintas faixas etárias (cf. Tabelas 3.10 a 3.12). Esta estatística apresentou-se crescente à medida do aumento das idades, indicando que a presença dos indivíduos do sexo masculino deu-se de forma mais acentuada entre aqueles em idade ativa (quinze a quarenta e nove anos) e, principalmente, entre os idosos (cinqüenta anos ou mais). O menor desequilíbrio entre os sexos ocorreu, por sua vez, entre os ingênuos e escravos com quatorze anos ou menos.

Por um lado, pode-se considerar que essa maior concentração de pessoas do sexo masculino entre os adultos indica um maior interesse dos proprietários pela posse de escravos com características mais favoráveis ao desenvolvimento do trabalho na área rural: homens adultos. Além disso, revela também algumas marcas deixadas pelo tráfico internacional e/ou interprovincial de cativos para o Brasil. No que se refere ao tráfico internacional, as marcas mostraram-se principalmente no caso das gerações mais idosas, já

¹⁶² A elevada proporção de crianças no total da população escrava vislumbrada em Batatais também foi anotada em outras localidades para o mesmo período. Em Mariana (TEIXEIRA, 2001, p.63), no Agreste e Sertão pernambucanos (VERSIANI; VERGOLINO, 2001, p.15) e em Angra dos Reis (VASCONCELLOS, 2003, p.6), as crianças escravas e ingênuas representavam, respectivamente, 30,5%, 28,66%, 55,24% e 28,8% do total inventariado. Apesar dos percentuais citados anteriormente indicarem que estas proporções mostraram-se bastante significativas, é preciso salientar que elas eram mais ou menos acentuadas se comparadas entre si.

¹⁶³ Para efeito de comparação, nos plantéis inventariados em Angra dos Reis no período 1850-88 (VASCONCELLOS, 2003, p.9), a participação de crianças com menos de quinze anos igualou-se a 16,0% (plantéis com cinco escravos ou menos), 31,1% (seis a dez), 37,0% (onze a vinte) e 27,4% (vinte e um ou mais).

que desde 1850 não vieram mais africanos para o Brasil. No caso do tráfico interprovincial, também se deveria esperar uma preferência pelos homens adultos, pessoas mais valorizadas para o trabalho 164. De outro lado, o maior equilíbrio entre os sexos observados para as crianças poderia ser decorrente da provável ocorrência de reprodução natural entre a população escrava batataense 165.

Alguns processos também trouxeram informações à respeito da origem¹⁶⁶ dos cativos inventariados. Verificou-se uma ampla predominância dos escravos nascidos no Brasil, em geral mais de três quartos do total apurado. Tendo em vista o período abrangido pelos inventários — momento posterior à extinção do tráfico internacional de cativos — a supremacia dos escravos crioulos já deveria ser esperada¹⁶⁷.

Além disso, notou-se uma tendência no sentido da maior proporção de escravos brasileiros à medida que se distanciava da data de proibição da entrada de escravos trazidos da África em território brasileiro (cf. Tabela 3.14), apesar dos africanos estarem presentes em pequeno número mesmo nas primeiras décadas subseqüentes a tal medida (anos 1850 e 1860), atingindo, respectivamente, 24,2% e 31,0% do total. Neste caso, pode-se sugerir que os proprietários batataenses não recorreram sistematicamente ao mercado de escravos africanos para formação de seus plantéis enquanto este tipo de transação ainda era legal 168.

1.

¹⁶⁴ No trabalho desenvolvido para diversas localidades de São Paulo no período de 1750 a 1850, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein também verificaram um menor desequilíbrio de sexo para a parcela da população com idade inferior a quatorze anos em relação ao que apurou para cativos em idade ativa: "This is because most of the migrants from Africa were predominantly adults; children 14 years of age and below were least affected by this migration flow and therefore had relatively stable and balanced sex ratios throughout the period" (2003, p.135).

¹⁶⁵ O capítulo posterior traz uma análise pormenorizada das relações de parentesco estabelecidas entre os escravos e ingênuos inventariados e discute a hipóteses de ocorrência de crescimento vegetativo entre os cativos batataenses.

¹⁶⁶ Para a maioria dos indivíduos identificados como africanos, constava apenas a informação de que eles haviam nascido fora do Brasil: "africano", "africanos de nascença", "de nação". Em alguns casos foi especificado o local da África de que eles eram originários: "congo", "cabinda", "natural de Angola". No caso dos escravos nascidos no Brasil também houve casos em que apenas constava a informação "crioulo" e outros em que se especificou o local de nascimento: "natural de Batatais", "natural de Minas" etc.

lé7 Diversos trabalhos realizados para o período posterior à extinção do tráfico africano de escravos indicaram a presença mais nítida de escravos nascidos no Brasil. Os crioulos representaram, respectivamente, 69,1%, 79,4% e 98,1% dos indivíduos inventariados em Mariana (TEIXEIRA, 2001, p.65), e no Sertão e Agreste pernambucanos (VERSIANI; VERGOLINO, 2001, p.15-16) na segunda metade do Oitocentos. Em 1872, 82,5% dos cativos recenseados em Rio Claro (DEAN, 1977, p.71) e 91,4% daqueles arrolados em Guarapuava (FRANCO NETTO, 2002, p.8) haviam nascido no Brasil, assim como 68,1% dos escravos presentes em São Cristóvão no ano de 1870 (MOTTA; NOZOE; COSTA, 2004, p.7). No Piauí, Miridan B. K. Falci verificou que "nos inventários de várias regiões, sejam ao norte, litoral, (...), sejam no sertão, (...), os percentuais africanos passaram a ser muito baixos no decorrer do século XIX" (1995, p.42).

¹⁶⁸ Esse resultado pode indicar que a reprodução da população escrava pode ter ocupado uma posição primordial para a manutenção e/ou elevação dos plantéis batataenses, tornando os proprietários locais menos dependentes do comércio de escravos. A análise das transações comerciais envolvendo cativos a ser realizada com o auxílio das escrituras de compra e venda de escravos deverá estimar a importância do comércio de escravos naquela localidade, indicando a intensidade que os proprietários recorriam ao mercado para elevar ou manter seu plantéis. De posse dessas informações, poder-se-á afirmar, com maior segurança, qual a

Tabela 3.14
Distribuição dos escravos segundo origem e período de início do inventário:
Batatais (1851-87)

		Naturalidade	
Período	Crioulos (%)	Africanos (%)	Total (%)
1851-59	160 (75,8)	51 (24,2)	211 (100,0)
1861-69	100 (69,0)	45 (31,0)	145 (100,0)
1871-79	166 (88,8)	21 (11,2)	187 (100,0)
1881-88	53(86,9)	8 (13,1)	61 (100,0)
Total	479 (79,3)	113 (20,7)	604 (100,0)

Ademais, a análise mais pormenorizada da população escrava de origem africana arrolada nas diversas décadas apontou para sua diminuição em número absoluto e para seu "envelhecimento" com o passar do tempo (cf. Tabela 3.15).

Tabela 3.15
Distribuição dos escravos africanos segundo grupos de idade e período de início do inventário: Batatais (1851-87)*

	Grupos de			
Década	15 a 49 (%)	50 ou mais (%)	Total (%)	Idade média
1851-59	29 (64,4)	16 (35,6)	45 (100,0)	43,3
1861-69	17 (37,8)	28 (62,2)	45 (100,0)	52,1
1871-79	7 (33,3)	14 (66,7)	21 (100,0)	56,3
1881-88	-	8 (100,0)	8 (100,0)	60,5
Total	53 (45,5)	57 (55,5)	119 (100,0)	50,1

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Nos anos de 1850 a idade média desses quarenta e cinco africanos inventariados com informação de idade igualou-se a 43,3 anos de idade, sendo que 64,4% deles possuía menos de cinqüenta anos de idade. Na década imediatamente posterior, a idade média desses indivíduos superou os cinqüenta anos e apenas 37,8% deles estavam em idade ativa, proporção que atinge tão-somente 33,3% nos anos de 1871-79. Já nos sete anos anteriores à abolição, identificaram-se apenas oito africanos, todos idosos, com idade média que superou os sessenta anos de idade.

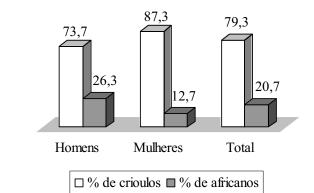
E, observou-se ainda, a presença mais acentuada de africanos entre os escravos do sexo masculino (cf. Gráfico 3.2). Assim sendo, o perfil etário e a relação entre o número de mulheres e homens entre os escravos vindos da África, ora revelado, relaciona-se

^{*}Foram excluídos do cálculo seis africanos para os quais não consta a informação de idade

efetiva importância da reprodução natural ou a aquisição de pessoas no mercado para a formação e manutenção daqueles plantéis.

diretamente com o tipo de escravos trazidos do continente africano até 1850, em geral homens adultos.

Gráfico 3.2 Distribuição dos escravos segundo sexo e origem: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

As informações de cor indicaram que os escravos e ingênuos de cor preta representavam mais da metade do total da escravaria inventariada, seguidos pelas pessoas de cor parda e mulata. Por outro lado, a parcela da população designada como fula ou cabra mostrou-se pouco representativa (cf. Tabela 3.16) ¹⁶⁹.

Tabela 3.16 Distribuição dos escravos e ingênuos segundo cor: Batatais (1851-87)

Cor	Escravos (%)	Ingênuos (%)	Total (%)
Preta	428 (59,9)	21 (44,7)	449 (59,0)
Mulata	49 (6,9)	-	49 (6,4)
Fula	29 (4,1)	8 (17,0)	37 (4,9)
Parda	202 (28,3)	18 (38,3)	220 (28,9)
Cabra	6 (0,8)	-	6 (0,8)
Total	714 (100,0)	47 (100,0)	761 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Interessante notar, ademais, que a consideração das variáveis sexo e idade determinou distribuições de cor pouco diferenciadas (cf. Tabelas 3.17 e 3.18).

¹⁶⁹ Incluiu-se no Apêndice A a discussão acerca da atribuição de cor aos escravos arrolados nos distintos períodos do Brasil Colônia e Império e nos diversos documentos utilizados nos trabalhos referentes a estes momentos da história brasileira.

Tabela 3.17 Distribuição dos escravos segundo cor e sexo: Batatais (1851-87)

Sexo						
Cor	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)			
Preta	249 (62,4)	179 (56,8)	428 (59,9)			
Mulata	25 (6,3)	24 (7,6)	49 (6,9)			
Fula	17 (4,3)	12 (3,8)	29 (4,1)			
Parda	103(25,8)	99 (31,4)	202 (28,3)			
Cabra	5 (1,3)	1 (0,3)	6 (0,8)			
Total	399(100,0)	315 (100,0)	714 (100,0)			

Os homens eram em sua maioria pretos, além de se mostrarem mais representativos entre os escravos de cor cabra. Para a informação de cor fula, a participação no total anotado foi praticamente proporcional para ambos os sexos. Para as cores mulata e parda verificou-se uma maior proporção de mulheres. Entretanto, apesar das pequenas variações de cor entre escravos e escravas, sendo mais expressiva a presença pessoas de cor preta no grupo dos homens, em comparação com as escravas, e de pessoas cor parda no grupo das mulheres — se comparada esta mesma proporção apurada para os cativos —, os números apresentados anteriormente apontam na mesma direção: predomínio de pretos, independentemente do sexo, seguidos pelos pardos.

Tabela 3.18
Distribuição dos escravos segundo cor e grupos de idade: Batatais (1851-87)

Grupos de idade (em anos)							
Cor	0 a 14	15 a 49	50 ou mais	Total	Idade média		
Preta	42 (32,8)	293 (65,8)	61 (78,2)	396 (60,8)	31,3		
Mulata	16 (12,5)	25 (5,6)	4 (5,1)	45 (6,9)	24,3		
Fula	2 (1,6)	17 (3,8)	5 (6,4)	24 (3,7)	32,9		
Parda	64 (50,0)	108 (24,3)	8 (10,3)	180 (27,6)	22,6		
Cabra	4 (3,1)	2 (0,5)	-	6 (1,0)	13,1		
Total	128 (100,0)	445 (100,0)	78 (100,0)	651 (100,0)	28,3		

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

No que tange à idade e cor, observou-se uma relação diretamente proporcional entre a elevação da idade e a presença mais significativa de indivíduos de "cor pura" (pretos). Mais de três quatros dos escravos idosos foram arrolados como pretos, proporção que alcançou 65,8% entre os cativos em idade ativa e tão-somente 32,8% no caso das crianças com até quatorze anos. Por sua vez, os indivíduos pardos perfizeram metade das crianças e

26,0% dos jovens cativos e apenas 10,3% dos idosos. As informações relativas à idade média de cada uma dessas categorias confirmam tal assertiva. Enquanto os escravos de cor preta tinham, em média, 31,3 anos de idade, os pardos e cabras tinham, respectivamente, 22,6 e 13,1 anos de idade em média. Nesse mesmo sentido, os dados inseridos na Tabela 3.20 indicaram uma proporção mais elevada de indivíduos de cor preta entre os escravos; ao passo que aproximadamente 40% dos ingênuos eram pardos e outros 17% deles foram declarados como sendo de cor fula.

Tais diferenciações de cor observadas para os dois sexos e as diversas faixas etárias estão, provavelmente, atreladas, de um lado, ao fato dos proprietários batataenses terem recorrido ao tráfico internacional, em princípio, e, posteriormente, ao tráfico inter e/ou intraprovincial de cativos para compor seus plantéis. O perfil desses cativos transacionados internamente — em especial homens adultos — elevaria a proporção de pessoas de cor preta nessas categorias. Além disso, os africanos, em sua maioria de cor preta, também eram prioritariamente homens e idosos¹⁷⁰. De outro lado, pode-se supor, a partir da constatação de uma menor proporção de crianças escravas e ingênuas de cor preta, a ocorrência de miscigenação entre os cativos batataenses, resultante de uniões de escravos com pessoas brancas livres ou com indivíduos livres e/ou escravos de cores distintas e "não puras"¹⁷¹.

Por fim, a consideração das variáveis cor e origem segundo as distintas faixas de tamanho dos plantéis indicou que o porte do escravista não afetou, de maneira significativa, a distribuição dos indivíduos inventariados das diferentes cores e naturalidades (cf. Gráficos 3.3 e 3.4).

¹⁷⁰ Em apenas vinte casos de escravos de origem africana o avaliador informou também a cor. Destes, dezoito eram pretos, um era fulo e o outro pardo.

Com o uma tentativa de investigar mais profundamente essa última hipótese — ocorrência ou não de miscigenação na formação dos 214 grupos familiares identificados — analisar-se-á, no próximo capítulo, dedicado às famílias escravas batataenses, as cores dos cônjuges e de sua prole.

Gráfico 3.3 Distribuição dos escravos segundo cor e faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)

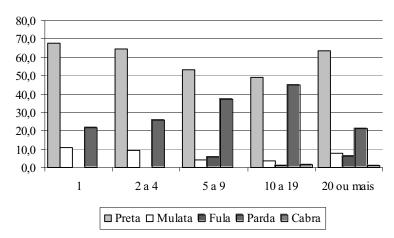
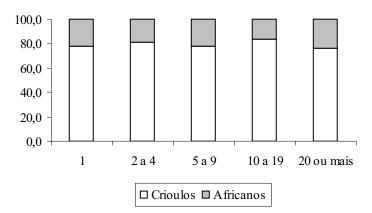


Gráfico 3.4 Distribuição dos escravos segundo origem e faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

No que se refere à cor, os escravos pretos eram maioria nas posses de tamanhos distintos. Similarmente, os cativos nascidos no Brasil englobavam mais de três quartos dos indivíduos residentes nas pequenas, médias e grandes posses (mínimo de 76,2% nos plantéis com vinte ou mais escravos e máximo de 83,5% naqueles com dez a dezenove cativos).

Os inventariados batataenses: proprietários e "não-proprietários de cativos" 172

Esta seção dedica-se à análise das características dos inventariados batataenses: as atividades econômicas desenvolvidas, sexo, estado conjugal, idade, atividade econômica desenvolvida etc. Além disso, realizou-se um exame comparativo entre duas categorias desses inventariados: aqueles que faleceram na condição de proprietários de cativos e os não-proprietários, verificando a ocorrência ou não de diferenças significativas entre essas duas classes.

Atentou-se primeiramente à análise do sexo dos proprietários e não-proprietários. Além dos homens e mulheres, observaram-se ainda casos de inventários em que o patrimônio do casal estava sendo arrolado (cf. Tabela 3.19).

Tabela 3.19 Distribuição dos proprietários e não-proprietários segundo sexo: Batatais, 1851-87

	Propri	etários	Não-prop		To	tal
Sexo	nº abs	%	nº abs	%	nº abs	%
Homens	150	52,6	117	56,5	267	54,3
Mulheres	128	44,9	81	39,2	209	42,5
Mais de um inventariado	7	2,5	9	4,3	16	3,2
Total	285	100,0	207	100,0	492	100,0

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Os inventariados batataenses eram predominantemente homens, independentemente do fato de possuírem ou não cativos entre seus bens na ocasião de seu falecimento. Tal resultado deveria ser esperado, uma vez que os recenseamentos realizados para o período em questão também apontaram para uma maioria de indivíduos do sexo masculino na população como um todo ¹⁷³.

No caso das informações referentes ao estado conjugal dos indivíduos inventariados, a correspondência verificada anteriormente com relação ao sexo dos batataenses presente nos Censos não foi confirmada¹⁷⁴. Ao contrário do que ocorreu para a população como um todo — esta composta primordialmente de indivíduos solteiros — havia entre os inventariados, proprietários ou não de cativos, um predomínio de pessoas casadas, indicando que o falecimento ocorria primordialmente entre aquelas pessoas de idade mais avançada (cf. Tabela 3.20 e Gráficos 3.5, 3.6 e 3.7).

¹⁷⁴ A determinação do estado conjugal dos inventariados deu-se por meio de informações constantes nos próprios processos de inventários ou nos testamentos a eles anexados (quarenta e quatro casos).

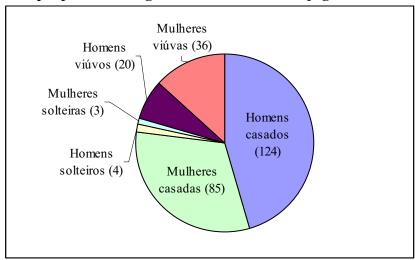
¹⁷² Para evitar repetições ao longo do texto, será utilizada apenas a conotação "não-proprietários" para designar os inventariados não-proprietários de cativos.

¹⁷³ Os resultados dos recenseamentos estão explicitados no capítulo um.

Tabela 3.20 Distribuição dos proprietários e não-proprietários segundo estado conjugal: Batatais (1851-87)

	Propri	etários	Não-prop	rietários	To	tal
Estado conjugal	nº abs	%	nº abs	%	nº abs	%
Solteiros	7	2,5	6	2,9	13	2,6
Casados	209	73,3	167	79,9	376	76,1
Viúvos	56	19,6	23	11,0	79	16,0
Mais de um inventariado	6	2,1	9	4,3	15	3,0
Não-identificado	7	2,5	4	1,9	11	2,2
Total	285	100,0	209	100,0	492	100,0

Gráfico 3.5 Distribuição dos proprietários segundo sexo e estado conjugal: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Ainda no que se refere ao estado conjugal e idade desses proprietários e não-proprietários, anotou-se que as mulheres predominaram apenas entre os viúvos, fato que deveria estar refletindo uma expectativa de vida menor para as pessoas do sexo masculino ou, ainda, a predominância de casais com uma diferença nas idades dos cônjuges em função dos homens¹⁷⁵.

-

¹⁷⁵ Essas duas hipóteses não puderam ser confirmadas ou aprofundadas por conta de uma limitação inerente à fonte que traz as informações acerca da idade dos inventariados. Trata-se da Lista de Qualificação de Votantes, que à época arrolava apenas homens, posto que apenas a eles era garantido o direito ao voto.

Gráfico 3.6 Distribuição dos não-proprietários segundo sexo e estado conjugal: Batatais (1851-87)

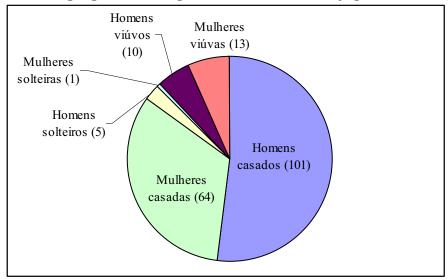
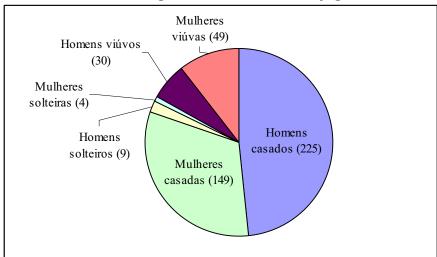


Gráfico 3.7 Distribuição dos inventariados segundo sexo e estado conjugal: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Infelizmente, por conta do tipo de informações contidas nos inventários, não foi possível determinar a idade de todas as pessoas inventariadas para comprovar tal assertiva, porém a observação dessa variável para alguns casos aproximou-se da hipótese aventada. Em apenas três processos a idade do inventariado foi informada, mas outros dados puderam ser obtidos através do cruzamento dos nomes dos inventariados com os informes de idade contidos na Lista de Qualificação de Votantes (1874). No total, foi possível determinar a idade de trinta e dois inventariados (tão-somente 6,5% do total), sendo vinte e um proprietários e onze não-proprietários (cf. Tabela 3.21).

Tabela 3.21
Distribuição dos proprietários e não-proprietários segundo faixa etária:
Batatais (1851-87)

	Proprietários	Não-proprietários	Tot	tal
Faixa etária (em anos)	nº abs	nº abs	nº abs	%
21 a 30	1	-	1	3,1
31 a 40	2	1	3	9,4
41 a 50	6	4	10	31,3
51 a 60	5	2	7	21,9
61 a 70	6	1	7	21,9
71 ou mais	1	3	4	12,4
Total	21	11	32	100,0

Mais da metade dos proprietários e não-proprietários de cativos possuíam mais de cinqüenta anos por ocasião de seu falecimento (57,1% e 54,5%, respectivamente). Assim, do total dos inventariados com informação de idade, vinte (ou 62,5%) possuíam cinqüenta e um anos ou mais, sendo a idade média calculada em 55,2 anos.

Ainda com relação à idade, não havia, em média, uma diferença significativa entre os proprietários e não-proprietários. Os primeiros tiveram idade média calculada em 54,0 anos; estatística que se igualou a 57,4 anos para os demais. Quando a amostra é restrita apenas aos proprietários, verifica-se uma correlação entre idade e o tamanho dos plantéis possuídos (cf. Tabela 3.22).

Tabela 3.22 Distribuição dos proprietários segundo faixa etária e tamanho do plantel possuído: Batatais (1851-87)

FTP*						
Faixa etária (em anos)	1	2 a 4	5 a 9	10 a 19	20 ou mais	Total
21 a 30	-	1	-	-	-	1
31 a 40	-	1	1	-	-	2
41 a 50	2	2	2	-	-	6
51 a 60	-	4	-	-	1	5
61 a 70	1	3	-	1	1	6
71 ou mais	-	-	-	-	1	1
Total	3	11	3	1	3	21

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Entre os pequenos (que possuíam entre um e quatro cativos) e médios (de cinco a dezenove cativos) proprietários não se verificou uma diferenciação etária significativa.

^{*} FTP = Faixa de tamanho dos plantéis

Ambos estavam concentrados na faixa etária entre quarenta e um e sessenta anos e tiveram a idade média calculada em 52,6 e 49,2 anos, respectivamente. Os três grandes proprietários (com mais de vinte cativos), por sua vez, faleceram com mais de cinqüenta anos — tinham cinqüenta e oito, sessenta e cinco e setenta e oito anos de idade — com idade média calculada em 67,0 anos.

Iraci Del Nero da Costa (1983) utilizou-se de dados censitários de Minas Gerais e São Paulo no início do século XIX para demonstrar empiricamente a relação entre o número de escravos e a idade de seus proprietários. Segundo Costa, essa relação apresentaria, teoricamente, a seguinte dinâmica: seria positiva até a faixa dos sessenta-setenta anos (os indivíduos tenderiam a acumular riqueza — neste caso representada por escravos — no decorrer do período economicamente ativo de sua vida) e inversa após os setenta anos (queda resultante da partilha de seus bens em vida e/ou não-reposição da mão-de-obra escrava possuída). Para o caso dos senhores de engenho paulistas tal relação não se revelou como esperada, dado que continuou crescente mesmo após os setenta anos. Para os demais proprietários estudados, o comportamento foi bastante próximo ao teoricamente esperado, chegando o autor à seguinte conclusão: "as evidências acima reportadas corroboram a postulação teórica (...). Não parece restar dúvidas, pois, quanto à relação entre ciclo de vida e posse de escravos" (COSTA, 1983, p.124).

Para Batatais, quando considerados os dados concernentes à idade e ao número médio de cativos ou de indivíduos (escravos e ingênuos) para cada faixa etária, a análise fica restrita a vinte e um proprietários; número de observações bastante reduzido (tão-somente 7,4% do total inventariados) — fato poderia afastar os resultados obtidos da situação realmente vigente naquela localidade e momento. Diante dessa limitação, optou-se por calcular o coeficiente de correlação entre o número de escravos possuídos e a idade dos proprietários para verificar o comportamento dessas duas variáveis. O coeficiente de Pearson igualou-se a + 0,451, indicando que os proprietários de idade mais avançada tendiam a possuir um maior número de cativos se comparados àqueles mais jovens. Por conseguinte, os resultados verificados em Batatais aproximam-se da relação postulada teoricamente 176.

.

¹⁷⁶ Os índices de correlação identificam em que medida a variação em uma variável (dependente) está associada (ou determinada) pela variação em outra variável (independente), ou seja, são medidas da magnitude e direção da relação entre as variáveis analisadas. O coeficiente de correlação de Pearson — utilizado para a verificar se duas ou mais variáveis quantitativas estão relacionadas — varia de -1,00 a +1,00; os dois pólos de correlação perfeita negativa e positiva, passando pelo valor zero, que significa nenhuma correlação.

Conhecida a dinâmica econômica da localidade estudada descrita nos dois capítulos anteriores, dever-se-ia esperar uma predominância de agropecuaristas entre os inventariados de ambas as classes. Tal superioridade foi confirmada a partir da caracterização dessas atividades (cf. Tabela 3.23).

Tabela 3.23
Distribuição dos proprietários e não-proprietários de cativos segundo atividade econômica desenvolvida:Batatais (1851-87)

	Proprietários		Não-proprietários		Total	
Atividade Econômica	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%
Profisionais liberais ¹	3	1,1	-	-	3	0,6
Artes e ofícios ²	1	0,4	2	1,0	3	0,6
Negócios/atividades urbanas ³	27	9,5	19	9,2	46	9,3
Negócios, lavoura e/ou criação ⁴	6	2,1	2	1,0	8	1,6
Lavoura ⁵	89	31,2	78	37,7	167	33,9
Criação ⁶	83	29,1	57	27,5	140	28,5
Lavoura e criação ⁷	62	21,8	33	15,9	95	19,3
Não identificada ⁸	14	4,9	16	7,7	30	6,1
Total	285	100,0	207	100,0	492	100,0

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Além da preponderância dos lavradores, criadores ou das pessoas que desenvolviam essas atividades conjuntamente — representando 83,7% dos inventariados — anotou-se uma participação pouco significativa dos profissionais liberais e dos indivíduos que desenvolviam algum ofício. Por outro lado, tiveram ainda alguma relevância naquela localidade as pessoas que cuidavam exclusivamente de seus negócios (ou indivíduos que tinham alguma ligação com o meio urbano, sem identificação precisa da atividade praticada — inseridos na classificação "atividade urbana") e aqueles que tinham negócios mas que também praticavam alguma atividade no meio rural: somadas estas duas categorias alcançou-se o percentual de 10,9%. Esse último resultado pode indicar um certo dinamismo do comércio e dos serviços desenvolvidos no espaço urbano batataense, ou seja, que as atividades ali praticadas não se restringiam apenas à agropecuária.

^{1:} Empregado público, advogado, dentista

²: Alfaiate, seleiro, oficial

³: Negociante, negociante de fazendas, negociante de gêneros do país, atividade urbana, boticário

⁴: Negociante e criador, atividade urbana e criador, negociante e agricultor, negociante de fazendas, ferragens, armarinhos, criador e fazendeiro de café.

⁵: Agricultor, fazendeiro de cana-de-açúcar, fazendeiro de café

^{6:} Criador

^{7:} Fazendeiro de cana-de-açúcar e criador, criador e fazendeiro de café, criador e agricultor,

^{8:} Viúva sem atividade aparente, solteira sem atividade aparente, liberta sem atividade aparente, atividade não identificada.

Quando comparadas as atividades desenvolvidas pelos proprietários e não-proprietários, verificou-se que em ambos os casos havia uma predominância dos agropecuaristas, que representavam 82,1% dos proprietários e 81,1% dos não-proprietários. No que se concerne aos negociantes, notou-se a mesma igualdade: estes congregavam 11,6% dos proprietários e 10,2% dos não-proprietários. O empregado público, o advogado e o dentista eram proprietários de cativos, enquanto apenas um dos oficiais (o seleiro) possuía três cativos. Acredita-se que as pessoas envolvidas com atividades de melhor remuneração, como o advogado e os negociantes, tinham uma maior capacidade de acumular riqueza, possibilitando assim aquisição de (mais) escravos. Por outro lado, os profissionais de ofício deveriam desenvolver suas atividades com mão-deobra predominantemente familiar. Assim, as condições de acumularem riqueza suficiente para o investimento em cativos eram pouco favoráveis, tendo em vista a reduzida rentabilidade de suas atividades.

Aprofundando a análise da relação entre o número de cativos possuídos e a atividade econômica desenvolvida, observou-se, ainda mais, a distribuição dos proprietários, escravos e ingênuos segundo o tipo de atividade desenvolvida pelos proprietários (cf. Tabela 3.24).

Tabela 3.24
Distribuição dos proprietários, cativos e ingênuos segundo atividade econômica dos proprietários: Batatais (1851-87)

	proprieta	1105. Datati	113 (1051 07	<u>, </u>		
	Proprietários	Escravos	Ingênuos	Total	nº médio	Razão de sexo (escravos e
Atividade Econômica	(1)	(2)	(3)	(2) + (3)	(2) + (3)/(1)	ingênuos)
Profisionais liberais ¹	3	17	-	17	5,7	183
Artes e ofícios ²	1	3	-	3	3,0	50
Negócios/atividades urbanas ³	27	73	5	78	2,9	100
Negócios, lavoura e/ou criação ⁴	6	30	4	34	5,7	82
Lavoura ⁵	89	327	10	337	3,8	105
Criação ⁶	83	534	10	544	6,6	116
Lavoura e criação ⁷	62	604	112	716	11,5	138
Não identificada ⁸	14	35	1	36	2,6	140
Total	285	1.623	142	1.765	6,2	121

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

^{1:} Empregado público, advogado, dentista

²: Alfaiate, seleiro, oficial

³: Negociante, negociante de fazendas, negociante de gêneros do país, atividade urbana, boticário

⁴: Negociante e criador, atividade urbana e criador, negociante e agricultor, negociante de fazendas, ferragens, armarinhos, criador e fazendeiro de café.

⁵: Agricultor, fazendeiro de cana-de-açúcar, fazendeiro de café

^{6:} Criado

^{7:} Fazendeiro de cana-de-açúcar e criador, criador e fazendeiro de café, criador e agricultor,

^{8:} Viúva sem atividade aparente, solteira sem atividade aparente, liberta sem atividade aparente, atividade não identificada.

Nota-se, de pronto, que os proprietários ligados exclusivamente à atividade criatória, aqueles dedicados à lavoura e à criação ou a ambas juntamente com os negócios e os profissionais liberais detinham, em média, plantéis de maior monta quando comparados àqueles possuídos por indivíduos ligados a ofícios ou que se dedicavam exclusivamente aos negócios ou à lavoura. A distribuição desses proprietários nas distintas faixas de tamanho dos plantéis confirmam tal assertiva (cf. Tabela 3.25).

Tabela 3.25 Distribuição dos proprietários segundo a atividade econômica e o tamanho dos plantéis: Batatais, 1851-87*

Atividade Econômica	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Profisionais liberais ¹	2	1	-	3
Artes e ofícios ²	1	-	-	1
Negócios/atividades urbanas ³	21	6	-	27
Negócios, lavoura e/ou criação ⁴	4	2	-	6
Lavoura ⁵	66	22	1	89
Criação ⁶	46	31	6	83
Lavoura e criação ⁷	32	19	11	62
Não identificada ⁸	13	1	-	14
Total	185	82	18	285

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

As pessoas dedicadas exclusivamente às atividades urbanas ou à lavoura eram, em sua maioria, pequenos proprietários. Tão-somente dezoito proprietários eram grandes (deste total apenas quatro possuía quarenta cativos ou mais) e eles eram quase que exclusivamente criadores de gado tão-somente ou também se dedicavam à cultura de café ou de outro produto agrícola não explicitado no inventário. O único lavrador e grande

^{*} A divisão em pequenos, médios e grandes proprietários segue a seguinte classificação: os pequenos, possuidores de um a quatro cativo; médios, que possuem entre cinco e dezenove escravos e grandes, que possuem vinte ou mais cativos.

^{1:} Empregado público, advogado, dentista

²: Alfaiate, seleiro, oficial

³: Negociante, negociante de fazendas, negociante de gêneros do país, atividade urbana, boticário

⁴: Negociante e criador, atividade urbana e criador, negociante e agricultor, negociante de fazendas, ferragens, armarinhos, criador e fazendeiro de café.

⁵: Agricultor, fazendeiro de cana-de-açúcar, fazendeiro de café

^{6:} Criador

^{7:} Fazendeiro de cana-de-açúcar e criador, criador e fazendeiro de café, criador e agricultor,

⁸: Viúva sem atividade aparente, solteira sem atividade aparente, liberta sem atividade aparente, atividade não identificada.

proprietário de escravos era o capitão José de Andrade Diniz Junqueira, fazendeiro de cana-de-açúcar¹⁷⁷.

Até aqui, verificou-se que os proprietários ligados a atividades mais rentáveis foram capazes de acumular ao longo de suas vidas um maior número de cativos. Aprofundando tal suposição e considerando a posse cativa como uma *proxy* de riqueza, poder-se-ia analisar não somente o número de cativos que essas pessoas possuíam no momento de seu falecimento, mas também o patrimônio acumulado por elas ao longo de suas vidas (cf. Tabela 3.26 e Gráfico 3.8).

Tabela 3.26 Distribuição dos proprietários de cativos segundo atividade econômica e faixa de riqueza: Batatais (1851-87)

		Faixa de riqueza líquida (em libras)							
Atividade	Negativa	0 a 499	500a999	1.000 a	2.000 a	3.000 a	Mais de	Total	
Econômica	(%)	(%)	(%)	1.999 (%)	2.999 (%)	5.000 (%)	5.000 (%)	(%)	
		1	1	1				3	
Profissionais liberais		(33,3)	(33,3)	(33,3)				(100,0)	
			1					1	
Artes e ofícios		_	(100,0)					(100,0)	
Negócios/atividades	2	15	7		2	1		27	
urbanas	(7,4)	(55,6)	(25,9)	_	(7,4)	(3,7)	_	(100,0)	
Negócios, lavoura		1	3			1	1	6	
e/ou criação		(16,7)	(50,0)			(16,7)	(16,7)	(100,0)	
	1	63	19	5		1		89	
Lavoura	(1,1)	(70,8)	(21,3)	(5,6)		(1,1)		(100,0)	
	1	38	18	11	7	4	4	83	
Criação	(1,2)	(45,8)	(21,7)	(13,3)	(8,4)	(4,8)	(4,8)	(100,0)	
		16	17	12	4	6	7	62	
Lavoura e criação	_	(25,8)	(27,4)	(19,4)	(6,5)	(9,7)	(11,3)	(100,0)	
		14						14	
Não identificada	_	(100,0)	_	_			_	(100,0)	
	4	148	66	29	13	13	12	285	
Total	(1,4)	(51,9)	(23,2)	(10,2)	(4,6)	(4,6)	(4,2)	(100,0)	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

De um lado, observa-se que mais da metade as pessoas que desenvolviam atividades econômicas ligadas ao meio urbano e aproximadamente três quartos dos lavradores

^{1:} Empregado público, advogado, dentista

²: Alfaiate, seleiro, oficial

³: Negociante, negociante de fazendas, negociante de gêneros do país, atividade urbana, boticário

⁴: Negociante e criador, atividade urbana e criador, negociante e agricultor, negociante de fazendas, ferragens, armarinhos, criador e fazendeiro de café.

^{5:} Agricultor, fazendeiro de cana-de-açúcar, fazendeiro de café

^{6:} Criador

⁷: Fazendeiro de cana-de-açúcar e criador, criador e fazendeiro de café, criador e agricultor,

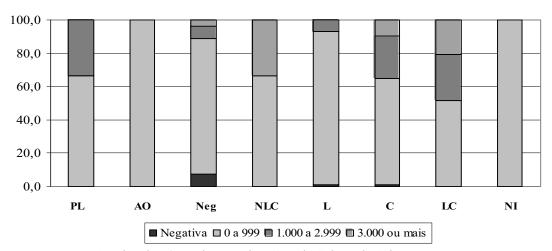
^{8:}Viúva sem atividade aparente, solteira sem atividade aparente, liberta sem atividade aparente, atividade não identificada.

¹⁷⁷ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 79, processo nº 1.083, 1883.

acumularam patrimônios inferiores a £ 500; estes que possuíam também, como visto anteriormente, um número menor de cativos em seus plantéis no momento de seu falecimento. Por outro lado, os proprietários com riqueza anotada em £ 3.000 ou mais eram predominantemente lavradores e criadores ou indivíduos que desenvolviam essas duas atividades juntamente com o comércio, que, por sua vez, eram os maiores proprietários de cativos.

Gráfico 3.8

Distribuição percentual dos proprietários de cativos segundo atividade econômica e faixa de riqueza líquida: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Siglas: PL: Profissionais liberais; AO: Artes e oficios; Neg: Negócios/atividades urbanas; NLC: Negócios, lavoura e/ou criação; L: Lavoura; C: Criação; LC: Lavoura e

criação e NI: Não identificada.

Ademais, fez-se a distribuição dos proprietários e não-proprietários segundo a faixa de riqueza, com o objetivo de aprofundar as observações realizadas a despeito da relação entre posse cativa e riqueza (cf. Tabela 3.27).

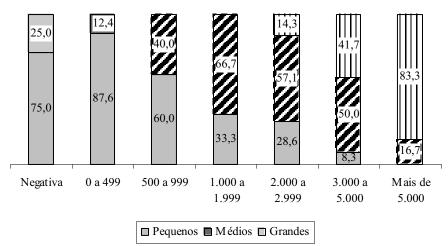
A análise conjunta da riqueza acumulada e da condição de proprietário ou não-proprietário de cativos confirma a diferenciação dessas duas categorias. A riqueza média acumulada pelos proprietários mostrou-se quase nove vezes mais elevada que aquela verificada para os não-proprietários. Outrossim, pouco mais da metade dos proprietários acumularam patrimônios inferiores a 500 libras, percentual que ultrapassa os 90% no caso dos não-proprietários. Entre esses últimos tão-somente dois (menos de 1% do total) tiveram fortunas calculadas em 2.000 libras ou mais, ao passo que trinta e oito proprietários (13,3%) também se inseriam nessa faixa de riqueza.

Tabela 3.27 Distribuição dos proprietários e não-proprietários de cativos segundo faixa de riqueza: Batatais (1851-87)

	P	Proprietários			-proprietá	írios
Faixa de riqueza			Riqueza			Riqueza
(em libras)	nº abs.	%	média	nº abs.	%	média
Negativa	4	1,4	-150,6	7	3,4	-163,9
0 a 499	148	51,9	224,2	194	93,7	111,3
500 a 999	66	23,2	717,2	2	1,0	741,4
1.000 a 1.999	29	10,2	1.412,3	2	1,0	1.397,1
2.000 a 2.999	13	4,6	2.456,5	1	0,5	2.259,1
3.000 a 5.000	13	4,6	4.078,4	-	-	-
Mais de 5.000	12	4,2	16.350,1	1	0,5	5.482,1
Total	285	100,0	1.418,6	207	100,0	158,1

Quando o exame realizado acima se restringe aos proprietários de cativos, verifica-se, ainda mais, que os maiores proprietários eram detentores de maiores cabedais, o que resultou em plantéis médios maiores conforme se elevava o montante inventariado (cf. Gráficos 3.9 e 3.10).

Gráfico 3.9 Distribuição percentual dos proprietários de cativos tamanho do plantel e faixa de riqueza: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

* A divisão em pequenos, médios e grandes proprietários segue a seguinte classificação: os pequenos, possuidores de um a quatro cativo; médios, que possuem entre cinco e dezenove escravos e grandes, que possuem vinte ou mais cativos.

Entre os proprietários com patrimônios negativos ou avaliados em menos de 1.000 libras, os pequenos proprietários representaram invariavelmente mais da metade dos senhores, chegando a abranger 88,5% dos indivíduos menos afortunados (riqueza estimada

em menos de 500 libras). Nas três primeiras faixas de riqueza foi identificado tão-somente um grande senhor de cativos. Trata-se do major João Silvério de Carvalho, detentor de vinte e seis escravos e seis ingênuos, cujo monte partível foi calculado em (-) 364,79 libras. É por esse motivo que o número médio de indivíduos explicitado no Gráfico X.X para a primeira faixa de riqueza destoa dos valores verificados para as duas faixas subseqüentes, cujas estatísticas não ultrapassaram cinco indivíduos por plantel.

43.0 15,8 9,5 9.0 7,4 4,9 2,4 Negativa 0 a 499 500 a 999 1.000 a 2.000 a 3.000 a Mais de 1.999 2.999 5.000 5.000 □ nº médio de indivíduos (escravos + ingênuos)

Gráfico 3.10 Número médio de indivíduos segundo faixa de riqueza: Batatais (1851-87)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

A preponderância dos pequenos proprietários entre os menos afortunados foi invertida para uma situação de maior relevância dos senhores com plantéis de tamanho médio quando considerados os indivíduos com fortunas estimadas entre 1.000 e 5.000, já que esses proprietários de tamanho médio representavam 69,0% das pessoas com patrimônio calculado entre 1.000 e 1.999 libras e 53,8% daquelas com riqueza variando entre 2.000 e 5.000 libras. Entretanto, nota-se que na faixa que inclui os indivíduos com cabedais acumulados entre 3.000 e 5.000 libras a participação dos grandes senhores já se mostra relevante, visto que cinco dos treze proprietários inseridos nessa faixa (aproximadamente 40% deles) possuíam vinte ou mais escravos, e, conseqüentemente, o número médio de indivíduos por plantel ultrapassa o número dez. Por fim, notou-se que dez dos doze batataenses mais afortunados (83,3%) eram detentores de plantéis de maior monta, resultando em um número médio de escravos e ingênuos superior a quarenta pessoas.

Outrossim, ao que tudo indica, parte substantiva dos inventariados eram brasileiros. As informações concernentes ao local de nascimento dos inventariados foram obtidas através da leitura dos testamentos anexados aos inventários, já que em nenhum processo sem testamento essa informação foi anotada. Dentre os quarenta e quatro testamentos lançados, não foi possível identificar a naturalidade em sete casos (15,9%). Do restante, vinte e nove (65,9%) declaram-se naturais da província de Minas Gerais, cinco (11,4%) de freguesias ou vilas paulistas, dois (4,5%) haviam nascido no Reino e um (2,3%) em São Luis do Maranhão.

No tocante ao local de residência/falecimento desses inventariados, observou-se que uma parcela substantiva das pessoas tinha moradia fixada na área urbana ou rural de Batatais (344 ou 69,9%), além daqueles residentes em Cajuru (131 ou 26,6%) e Santo Antonio da Alegria (14 ou 2,9%). Além disso, há o caso de Luis Alves Moreira, que faleceu fora do país¹⁷⁸, o do capitão João Zeferino de Almeida e Silva, falecido em Franca¹⁷⁹, e o de Francisco Joaquim de Carvalho, falecido em Rio Novo (RJ)¹⁸⁰.

Em síntese, os dados relativos à naturalidade, sexo, estado conjugal e residência dos proprietários indicam a diversidade desse grupo em estudo, formado primordialmente por homens casados e por mulheres viúvas, geralmente naturais da cidade ou de províncias vizinhas — principalmente de Minas Gerais — e que faleceram na vila ou em seus arredores.

Os preços dos escravos inventariados

O exame desenvolvido na presente seção visa a analisar de forma mais detalhada os preços atribuídos aos cativos inventariados. Foram consideradas basicamente duas linhas de investigação. A primeira delas tratou de averiguar o grau de influência das diversas características próprias dos cativos (sexo, idade, origem, atividade econômica desenvolvida etc.) na formação de seus preços, ou seja, observar de que forma os valores estipulados nos autos de inventários eram variáveis dependentes de cada uma das peculiaridades dos cativos arrolados. Além disso, procedeu-se o acompanhamento das flutuações desses preços unitários no decorrer da segunda metade do século XIX, com o objetivo de

_

¹⁷⁸ Consta o seguinte relato no juramento do inventariante (Hipólito Alves Moreira, irmão de Luis): "Luis Alves Moreira se ausentou deste país em 1821 e de hoje mais ou menos sabe-se que se achava (ilegível), depois do que retorna notícias do mesmo pela qual julga ter deixado de existir e que os herdeiros sabem de suceder são seus irmãos e sobrinhos os quais declara o título dos herdeiros (...)". (Fórum de Batatais – 1° ofício, maço 101, processo n° 1.253, 1851).

¹⁷⁹ Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 289, processo nº 7.438, 1873.

¹⁸⁰ Casa da Cultura de Cajuru – maço 30-A, 1875.

identificar como e se as mudanças ocorridas naquele momento ocasionaram alterações nos valores atribuídos aos cativos batataenses¹⁸¹. Conforme indicado na introdução do corrente capítulo, utilizaram-se os informes de preços para 1.537 escravos (94,7% do total inventariado), sendo 870 homens (90,1% dos indivíduos do sexo masculino) e 667 mulheres (83,9% do total de cativas).

Um número expressivo de trabalhos dedicou-se ao exame da formação e determinação dos preços dos escravos. Dentre estes, pode-se destacar o estudo sobre o escravismo colonial realizado por Jacob Gorender (1992), no qual o pesquisador reforçou a idéia de que uma gama variada de fatores influenciou a determinação dos preços dos cativos. Para o autor, essas influências podem ser divididas em duas categorias distintas: (1) as qualidades intrínsecas da pessoa (ou seu *valor de uso*) e (2) os fatores propriamente mercantis, aqueles que atuam na determinação da oferta e da demanda desse mercado específico.

Com relação à primeira categoria, Gorender instituiu que "idade, sexo e robustez constituíram fatores de influência permanente na determinação do preço de compra do escravo" (1992, p.186). Estes fatores também foram observados por Pedro C. de Mello em seu estudo sobre a economia da escravidão nas fazendas de café do Sudeste brasileiro (1850-88). Mello observou que "os preços dos escravos de uma determinada idade variam devido ao sexo, qualificação, profissão, saúde, aparência física etc." (1984, v. 2, p.256). Kátia M. de Queirós Mattoso, em trabalho sobre a escravidão baiana, também indicou que "o preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, intimamente ligadas à sua pessoa" (2003, p.77). A autora destaca, entre estas últimas, o sexo, a idade, as condições de saúde e a qualificação profissional dos cativos¹⁸².

-

As observações e conclusões presentes nesta seção consideram que os proprietários adquiriam escravos seguindo uma racionalidade econômica, ou seja, que o investimento em cativos dava-se com o objetivo de maximização de lucro, este último obtido através da renda gerada pelo trabalho desenvolvido pelo cativo adquirido. Entretanto, não se deve desconsiderar que para muitos proprietários a relação escravo-senhor não se limitava à ótica puramente econômica e que eram estabelecidos "laços afetivos" entre essas duas classes, o que poderia levar à ocorrência de transações tidas como pouco lucrativas e realizadas por razões humanitárias (como, por exemplo, para garantir a não-separação de uma família). Outrossim, a aquisição de cativos poderia ser guiada também por interesses não-econômicos, como a obtenção e/ou manutenção de prestígio e *status* social, já que a posse de escravos era tida como um sinalizador do nível de riqueza dos indivíduos, conforme apurou Mary C. Karasch: "no Rio [de Janeiro/JG] daquela época [1808-50/JG], um senhor com escravos tinha tudo, e quem não os tivesse, era considerado pobre" (2000, p. 260). Gorender também indica que a aquisição de escravos não se baseava apenas em critérios econômicos: "Além da motivação econômica, que era a principal, contribuíram para a demanda [por cativos/JG] razões de *status*. Todo homem livre sentia o imperativo de se afirmar como proprietário de escravos e a quantidade de criadagem servil constituía indicador de prestígio social" (1992, p.188).

¹⁸² Conforme observa Motta, "ao citar-se esse livro de Kátia Mattoso, está-se ciente de que se trata de um texto destinado ao grande público. Não obstante, a competência da autora justifica a utilização da obra em questão como texto de referência" (1999, p.186).

No tocante às condições de mercado, a segunda categoria citada, Gorender enumera diversos fatores. Do lado da oferta, destacam-se os preços das mercadorias necessárias à compra dos cativos em território africano, a concorrência estabelecida entre os traficantes, o porto em que a mercadoria era embarcada e as perdas (mortes de pessoas embarcadas na África) durante a viagem, entre outros 183. Do lado da demanda, "o fator principal residia na expectativa de rentabilidade do escravo durante o prazo provável de vida útil, o que, por sua vez, dependia das cotações da produção escravista no mercado mundial" (GORENDER, 1992, p.188). Além disso, o autor afirma que as taxas de juros vigentes agiram tanto do lado da oferta como do lado da demanda, "uma vez que traficantes e plantadores com freqüência efetuavam suas operações mediante financiamento ou a crédito" (GORENDER, 1992, p.189).

Os resultados obtidos em diversos trabalhos empíricos corroboraram as assertivas feitas por Gorender¹⁸⁴. Luiz Paulo F. Nogueról (1997, p.79), em seu estudo sobre a formação dos preços dos cativos arrolados nos inventários lançados em Sabará (MG) no período 1850-88, indicou que o preço individual dos cativos refletia as expectativas dos proprietários quanto ao ganho futuro que o escravo comprado seria capaz de lhe proporcionar. Esses ganhos deveriam ser capitalizados por uma determinada taxa de desconto intertemporal e ponderados pela expectativa de vida do escravo ao longo do tempo. Conclui-se, então, que os proprietários realizavam compras de escravos de uma maneira economicamente racional: os escravos adicionais eram comprados somente se os rendimentos líquidos (rendimentos brutos descontados os custos de manutenção) de cada escravo fossem maiores que o seu preço de compra¹⁸⁵, de forma que:

Demand for slaves then would depend positively on the marginal value product of labor, negatively on the cost of food and other necessities, negatively on the opportunity cost of money (interest rate), and negatively on expected mortality (because of its effect on the length of the stream of expected future income) (MANCALL, ROSENBLOOM; WEISS, 2000, p.12).

1

Mattoso (2003, p.83) enumera diversas variáveis que agiam na determinação da oferta de cativos, algumas delas já mencionadas por Gorender: a concorrência estabelecida entre as nações que praticavam o tráfico negreiro em terras africanas, a distância entre o porto de embarque e o ponto de venda — válida também para o caso de vendas para o interior do Brasil —, o monopólio e a especulação — presença ou não de intermediários, garantia de monopólio da oferta etc. —, a conjuntura econômica e as modalidades de pagamento pelo cativo adquirido.

¹⁸⁴ Em parte, alguns desses estudos serão referidos no decorrer da presente seção.

¹⁸⁵ Tal lógica econômica é facilmente percebida quando se analisa o preço das crianças ou dos escravos recém-nascidos, pois enquanto o indivíduo ainda é uma criança, os proprietários despendem recursos para arcar com sua manutenção. Assim, o investimento em um escravo de tenra idade só deveria ser realizado caso o proprietário acreditasse que durante o tempo de vida do cativo negociado o mesmo poderia conseguir, através de seu trabalho, retornar o investimento realizado no momento da compra e os custos iniciais de manutenção.

A consideração dos preços a partir de tais pressupostos sugere que as diferenciações observadas nos preços dos diversos escravos deveriam decorrer principalmente da expectativa dos proprietários acerca da rentabilidade desses trabalhadores. Tais discrepâncias refletem, por sua vez, a influência das características específicas de cada um deles e as condições impostas ao mercado brasileiro de cativos. Analisar-se-ão, a seguir, as diferenças de preços dos cativos batataenses inventariados e as prováveis explicações para tal desconexão ¹⁸⁶.

Em um primeiro momento, evidenciou-se a interferência da variável sexo na formação dos preços dos cativos. Devido às condições de trabalho impostas aos trabalhadores compulsórios — valorização da força física —, dever-se-ia esperar que os cativos do sexo masculino tivessem um maior grau de desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, obtivessem maiores rendimentos econômicos. Conseqüentemente, dever-se-ia esperar que os indivíduos enxergassem um menor retorno pelo trabalho exercido pelas mulheres, o que resultaria, por sua vez, em preços menos elevados para elas, o que, em média, foi observado nos inventários lançados em Batatais (cf. Tabela 3.28).

_

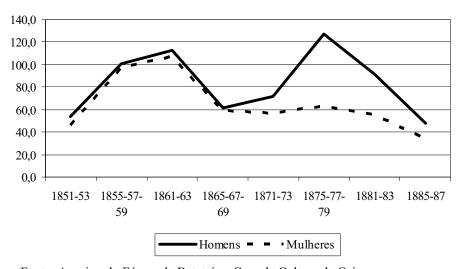
¹⁸⁶ A determinação dos preços dos escravos estava diretamente relacionada com as condições de mercado, fato que coloca as escrituras de compra e venda de cativos como as fontes mais adequadas para a análise destes preços. No entanto, acredita-se que os valores atribuídos aos cativos nos inventários não se afastavam totalmente dessas condições, conforme explicitou Maria José de S. Andrade para os inventários lançados em Salvador: "como trabalhamos com autos de inventários, reconhecemos que os preços relacionados são os de avaliação, sendo estes geralmente inferiores aos valores reais de mercado. Supomos que a redução dos precos dos escravos, para efeito do inventário, deveria ser uma constante, visando a diminuir os direitos de sucessão. Contudo, não nos é possível afirmar de quanto seria a diferença entre o preço de avaliação e o preço real no mercado de Salvador. Admitimos, entretanto, que as distorções não foram exorbitantes, porque observamos coerência entre os preços dos escravos nos mais diferentes inventários, além do que evoluem nas mesmas proporções durante o período considerado, mesmo nos autos de diferentes cartórios" (1988, p.164-165). Renato L. Marcondes e José F. Motta também observaram esta diferenciação entre os preços 'de mercado' lançados nas escrituras de compra e venda de cativos de Guaratinguetá e Silveiras — e aqueles instituídos em fontes diversas, neste caso específico a Lista de Classificação para Emancipação de Lorena. Os autores concluem que "de fato, os critérios que subjazem à confecção da lista de classificação podem ser, em grande medida, apontados como responsáveis também pelas disparidades observadas na comparação dos precos médios lá fornecidos vis-à-vis os constantes das escrituras de compra e venda. Tais critérios acarretam, de um lado, a mencionada superestimação dos preços em geral, e, de outro, uma maior variabilidade dos preços entre indivíduos de mesmo sexo e idade, impedindo, provavelmente, em muitos casos, que caracteres individuais importantes, (...) fossem levados devidamente em conta na definição das avaliações que compõe o aludido documento" (2001, p.510). A incorporação na versão final do trabalho dos informes de preço obtidos através da leitura das escrituras de compra e venda de cativos servirá para verificar se os valores atribuídos nos inventários aproximaram ou afastaram-se daqueles praticados no mercado batataense.

Tabela 3.28 Número e preços (nominal e real) dos escravos segundo sexo: Batatais (1851-87)

		Preço nominal	Preço real médio
Sexo	nº absoluto	médio (em réis)	(em libras)
Homens	870	835\$044	82,6
Mulheres	667	635\$714	63,9
Total	1.537	748\$542	74,5

O preço real médio atribuído às mulheres foi 22,6% inferior àquele conferido aos cativos do sexo masculino 187. A diferenciação nos valores atribuídos a homens e mulheres ocorreu em praticamente todas as décadas (cf. Gráfico 3.11) — de modo que a curva tracejada (que representa os valores verificados para as escravas) manteve-se todo o tempo abaixo da curva contínua (preço médio dos escravos) — e em basicamente todas as faixas etárias analisadas (exceto entre os cativos com menos de quinze anos no período de 1885 a 1869) (cf. Gráficos 3.12, 3.13, 3.14) 188.

Gráfico 3.11 Preços médios (em libras) dos escravos segundo sexo: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

¹⁸⁷ A diferenciação entre os preços atribuídos a homens e mulheres foi legalmente reconhecida na Lei dos Sexagenários de 1885. Em seu artigo primeiro, esta lei instituiu a obrigação da elaboração de uma nova matrícula dos escravos, com declaração de nome, nacionalidade, sexo, filiação, idade e valor. Este último deveria ser calculado com base um uma tabela de preços incluída no parágrafo terceiro, a qual incluiu os valores máximos regulados pela idade do escravo matriculado, sendo que "o valor dos indivíduos do sexo feminino se regulará do mesmo modo, fazendo-se, porém o abatimento de 25% sobre os preços acima estabelecidos [preços dos homens/JG]" (Coleção de Leis do Império do Brasil — Atos do Poder Legislativo, 1885, p.14-20 *apud* MENDONÇA, 1999, p.408).

-

¹⁸⁸ Se, para esta faixa etária e período a média de preços das mulheres mostrou-se superior ao atribuído aos homens, essa diferença foi pouco significativa e não chegou a alterar a média geral.

Gráfico 3.12
Preços médios dos escravos com menos de quinze anos segundo sexo: Batatais (1851-87)

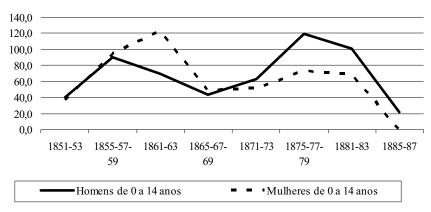
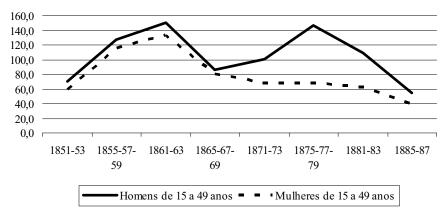
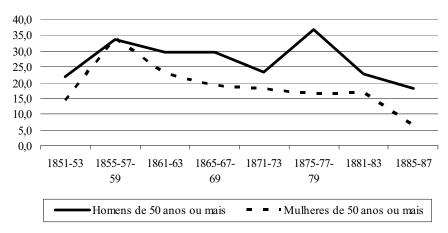


Gráfico 3.13
Preços médios dos escravos com quinze a quarenta e nove anos segundo sexo: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Gráfico 3.14
Preços médios dos escravos com cinqüenta anos ou mais segundo sexo: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

A diferenciação de preços entre os cativos do sexo masculino e feminino poderia ser diminuída caso fosse levado em consideração o fato de que as escravas possuíam um componente adicional na formação de seus preços: a capacidade de gerar novos cativos. No entanto, a instituição da Lei do Ventre Livre em 1871 acabou por eliminar este componente adicional do preço das escravas¹⁸⁹, ao passo que os filhos gerados posteriormente à lei não seriam mais cativos 190. Deve-se pensar que os efeitos desta lei deveriam afetar primordialmente os preços das mulheres em idade fértil, ou seja, aquelas capazes de reproduzir a mão-de-obra escrava. Assim, a observação das flutuações de preços visualizada no Gráfico 3.7 indica que o fato das escravas serem geradoras de novos cativos deveria ter influenciado a decisão de compra dos proprietários batataenses. Até o final da década de 1860, a linha representando o preço médio das cativas estava bem próxima daquela representativa dos cativos, dado que nos anos de 1851-53 e 1861-63 o preço das mulheres em idade fértil alcançou, respectivamente, 83,8% e 88,6% daquele valor atribuído aos homens. Já nos anos de 1871-73, a linha tracejada (mulheres) começa a se afastar da linha contínua (homens) e daí para frente declina seguidamente. O preço médio daquelas mulheres passou a representar 67,2% do valor dos cativos em 1871-73, percentual calculado em 46,4% nos anos 1875-79 e 56,8% em 1881-83¹⁹¹. Na passagem de 1881-83 para 1885-87, o preço dos escravos apresentou um declínio bem mais acentuado

_

¹⁸⁹ Cabe-se lembrar que a consideração do componente adicional no preço das cativas só deveria ser válida caso o preço do recém-nascido fosse tido como maior que zero no período anterior à lei. Caso contrário, este componente nada acrescentaria à elevação do preço das escravas, podendo ser negativo e até reduzindo o valor da escrava. Em seu estudo sobre as famílias escravas no Rio de Janeiro, Manolo Florentino e José R. Góes confirmaram que o estabelecimento de laços parentais influenciou o nível de preço dos escravos: "o simples fato de estar ligado a redes parentais de primeiro grau podia implicar a desvalorização, pelo mercado, de parcela substancial do valor monetário de cada um dos parentes escravos. A envergado de tal desvalorização variava, porém, de acordo com a idade" (1997, p.163). Em seu estudo sobre o preço das mães escravas e sua prole transacionados em Guaratinguetá (1872-79) e Silveiras (1867-84), José Flávio Motta também verificou uma "desvalorização" das mulheres transacionadas juntamente com seu (s) filho (s) escravo (s): "Não obstante a limitação explicitada [reduzido número de observações/JG], observamos, para a maioria das mães cativas comercializadas com filhos também escravos, (...) que a venda 'em família' ocorreu a preços menores do que a soma dos preços médios referenciais" (1998, p.1.415).

¹⁹⁰ Os filhos das escravas nascidos após a Lei do Ventre Livre (ingênuos) eram livres, mas poderiam servir ao proprietário de sua mãe até os vinte e um anos. Caberia, então, ao senhor analisar se o investimento realizado na criação do ingênuo poderia ser retornado até o momento em que este ainda trabalharia para o senhor de sua mãe.

¹⁹¹ Em São Paulo, o comportamento dos preços de homens e mulheres também sofreu o impacto da Lei do Ventre Livre: "posteriormente à Lei do Ventre Livre, os homens apresentavam cotações mais elevadas relativamente às mulheres; até então poderia estar embutido no preço das escravas um componente de valorização pela possibilidade de repor o estoque escravo, inexistente após 1871. Os preços voltaram a apresentar níveis equivalentes entre os sexos no fim do período; a queda de preços observada evidencia a desvalorização desse ativo (MELLO, 1990, p.117). Em Sabará, Nogueról também observou o impacto da nova legislação no preço dos escravos: "percebe-se que enquanto as curvas que representavam os preços relativos médios dos homens mantiveram-se quase iguais, as que representavam os das mulheres apresentaram maiores diferenças, o que, no nosso entendimento, evidencia os prejuízos sofridos pelos escravistas quando da aprovação da Lei do Ventre Livre" (1997, p.94).

se comprado ao mesmo movimento visto no caso das cativas e, assim, o preço delas passou a representar 72,4% do preço deles ¹⁹².

Uma outra diferenciação de preços observada para os diversos cativos também pode ser visualizada através dos dados inseridos no Gráfico 3.15 e advém da relação entre a idade do cativo e seu preço.

120,0 105,5 100,0 75,5 69,1 0,08 64,6 60,0 40,0 27,4 18,5 20,0 0,0 Homens Mulheres ■ Escravos de 0 a 14 anos □ Escravos de 15 a 49 anos □ Escravos de 50 anos ou mais

Gráfico 3.15 Preços médios dos escravos segundo sexo e faixa etária: Batatais (1851-87)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

A preferência por escravos em idade ativa dava-se pelos retornos mais elevados que os cativos nessa idade poderiam gerar em um cenário de valorização da força física e de especialização na execução dos trabalhos. A expectativa de retorno observada nas crianças deveria ser menor pelo fato de elas serem mais propensas a contrair doenças e apresentarem uma menor expectativa de vida, além de seus custos de manutenção nos primeiros anos de vida diminuírem, em média, os ganhos futuros esperados. O preço dos idosos também deveria apresentar-se menos elevado em relação ao dos escravos em idade ativa devido ao fato de que nessa idade havia uma diminuição nos ganhos futuros esperados. Em Batatais, os preços médios dos escravos com idades entre dezesseis e quarenta anos (97,9 libras) eram aproximadamente três vezes mais elevados que aqueles atribuídos às crianças com até cinco anos de idade (36,2 libras). De outro lado, nota-se que aos escravos idosos (com cinqüenta e um anos de idade ou mais) foram atribuídos preços

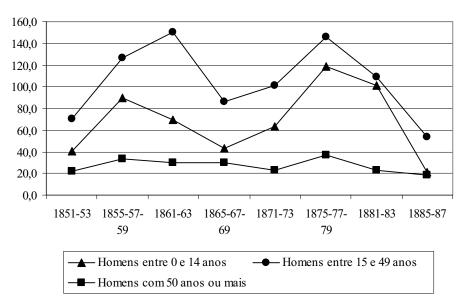
-

¹⁹² O exame dos preços médios das cativas em idade produtiva feito isoladamente requer uma ressalva com relação ao impacto da aprovação Lei do Ventre Livre sobre o preço dessas mulheres. Nos lustros imediatamente posteriores à aprovação dessa lei — entre 1871-73 e 1875-79 — não se verificou uma queda nos preços das cativas, já que estes se mantiveram idênticos: 67,9 libras. Tais valores decresceram apenas na década de 1880, passando a 61,8 libras em 1881-83 e tão-somente 39,2 libras em 1885-87.

médios ainda mais baixos que aqueles atribuídos às crianças (21,2 *versus* 36,2 libras). Assim, acredita-se que os proprietários locais levavam em consideração o fato de que as crianças não geravam os ganhos econômicos de um escravo em idade ativa, mas esperavam que, ao longo de sua vida produtiva, elas pudessem repor os gastos iniciais e ainda gerar mais dividendo. Já no caso dos cativos idosos, os senhores não obtinham mais os ganhos gerados no momento em que eles estavam em idade ativa e deveriam esperar, ainda, que os ganhos futuros tendessem a diminuir, fato que explicaria valores tão diminutos conferidos a estes idosos¹⁹³.

Assim como verificado anteriormente para a variável sexo, observou-se que a diferenciação nos valores médios apurados para crianças, adultos e idosos manteve-se ao longo de todo o período estudado, variando apenas a magnitude da diferença (cf. Gráficos 3.16 e 3.17).

Gráfico 3.16
Preços médios (em libras) dos escravos do sexo masculino segundo faixa etária e período: Batatais (1851-87)



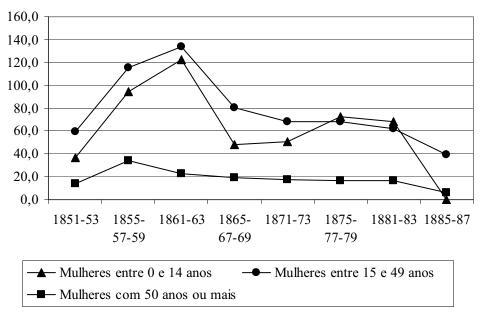
Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

0.2

¹⁹³ As diferenças entre os preços atribuídos às crianças, adultos e idosos foram bastante nítidas na Bahia: "Velhos e crianças são mais baratos. Ficou visto, em relação aos anos de 1805-6 e 1810-11, que os preços dos indivíduos desse grupo variaram entre 10 e 50.000 réis, isto é, três a dez vezes inferiores ao de um escravo em plena força da idade" (MATTOSO, 2003, p.86-87). Em São Paulo (1845-88), Zélia C. de Mello anotou que "patamares mais elevados apresentam-nos os intervalos de quinze a dezenove anos e vinte a trinta e cinco anos (1990, p.117). Na vizinha Franca, os preços médios dos escravos do sexo masculino presentes em inventários dos anos 1875-85 também variou conforme a faixa etária: os cativos de zero a dez anos foram avaliados em 738\$888, os adultos (dezesseis a quarenta anos) em 764\$000 e os idosos (quarenta e um anos ou mais) em 307\$142 (OLIVEIRA, 1997, p.105). Já em Mariana, as crianças (menos de dez anos) e idosos (mais de quarenta e quatro anos) do sexo masculino inventariados nos anos 1865-69 apresentaram preços médio semelhantes: £ 37,10 e £ 34,40, respectivamente. Esses valores correspondiam a tão-somente 44,4% e 41,2% dos preços atribuídos aos cativos com idades entre vinte e cinco e trinta e quatro anos, estes últimos avaliados em £ 83,48 (TEIXEIRA, 2001, p.67).

O preço médio dos idosos de ambos os sexos permaneceu em todos os anos distante daquele apurado para as pessoas jovens, apresentando apenas pequenas variações. No caso das crianças e dos adultos, vê-se que a diferença diminui após a segunda metade da década de 1870 (as duas curvas ficam mais próximas no caso dos homens e, no caso das mulheres, verificou-se até preços mais elevados atribuídos às cativas mais novas entre 1875 e 1883), momento em que se inicia uma desvalorização significativa no preço de ambos.

Gráfico 3.17 Preços médios (em libras) dos escravos do sexo feminino segundo faixa etária e período: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Os dados inseridos no Gráfico 3.18 permitem refinar um pouco mais a análise da disparidade nos preços de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos.

140,0 120,0 100.0 80,0 60,0 40.0 20,0 0.0 0 a 5 6 a 10 11 a 16 a 21 a 26 a 31 a 41 a 51 a 61 a 71 a 80 ou 40 60 70 15 2.0 2.5 30 50 80 mais Homens Mulheres

Gráfico 3.18 Preços médios dos escravos segundo sexo e faixa etária: Batatais (1851-87)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

O comportamento das linhas contínua e tracejada (homens e mulheres, respectivamente) indica que os preços mais elevados foram atribuídos àquelas pessoas entre onze e trinta anos de idade. No caso dos escravos do sexo masculino o pico de preço deu-se na faixa etária dos vinte e um a vinte e cinco anos de idade (115,2 libras), enquanto que as mulheres alcançaram seu preço médio máximo na faixa dos dezesseis a vinte anos (95,1 libras).

As diversas medidas legais — Lei Eusébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários, entre outras — e os movimentos sociais — resistência escrava, abolicionismo etc. — resultaram em uma nova dinâmica do sistema escravista, ocasionando também uma transformação no mercado de cativos. O final do tráfico atlântico de escravos ocasionou uma diminuição na oferta de escravos — por ter eliminado um de seus ramos (internacional) —, o que deveria resultar na elevação nos seus preços. A Lei do Ventre Livre também "contribuiu" para a diminuição na oferta de cativos, visto que os filhos das escravas nasciam livres após 1871. Além disso, conforme se discutiu anteriormente, a promulgação dessa lei provocou uma alteração na viabilidade econômica da aquisição de uma escrava do sexo feminino: a partir desse momento ela já não seria mais capaz de gerar mais escravos e, assim, contribuir para a manutenção e elevação dos plantéis, fato que deveria provocar uma queda nos valores imputados às escravas. Além disso, nota-se que na medida em que se acirrava o movimento no sentido de ter que dar liberdade aos escravos, o preço deveria apresentar uma tendência de queda, ocasionada pela diminuição na demanda por cativos: a utilização do escravo por um tempo menor

encurtava o período disponível para que houvesse o retorno do investimento realizado no ato da compra e em sua manutenção, desestimulando assim as novas aquisições 194.

Outrossim, é preciso levar em conta que as variações nos preços dos cativos não deveriam ser atribuída apenas a fatores ligados à oferta de trabalhadores compulsórios. Flávio R. Versiani, Maria Eduarda Tannuri-Pianto e José Raimundo O. Vergolino (2003), em seu estudo dos preços dos cativos inventariados nas províncias brasileiras de Pernambuco e Minas Gerais e em Cuba, indicaram que os fatores relativos à demanda por braços escravos tiveram influência sobre os valores verificados, uma vez que os preços dos escravos em cada região mostraram-se positivamente relacionados com os dados de produção:

The general message of those findings is that slave price movements, in the nineteenth century, seem to have been strongly influenced by demand-side effects. This is significant, considering a long tradition of attributing the ups and downs of slave prices mostly to supply shifts. More important, this also shows that demand for slaves was associated to economic variables, and thus indicates that slave labor was used in productive activities, not only in the plantation areas, but also in regions where small-scale agricultural production (using small slave holdings) predominated (VERSIANI; TANNURI-PIANTO; VERGOLINO, 2003, p.9).

Os preços reais médios dos escravos batataenses calculados para os distintos momentos do século XIX acompanharam, grosso modo, as alterações na oferta e demanda do mercado de escravos (cf Gráficos 3.16 e 3.17). Observa-se, de pronto, que a extinção do tráfico internacional de cativos e a expectativa quanto à libertação dos escravos foram os principais fatores afetando os preços atribuídos aos jovens, adultos e idosos.

Os valores médios dos cativos de todas as faixas etárias elevaram-se desde o início da década de 1850 até os anos de 1861-63, momento imediatamente posterior à proibição de entrada de cativos africanos em terras brasileiras. A diminuição na oferta de cativos provocada pelo fim do tráfico internacional de cativos e o acirramento no comércio interprovincial de escravos — utilizado como tentativa de amenizar a falta de braços nas

sobre o mercado de cativos, Mello calculou o índice de expectativas com base no método desenvolvido por Fogel e Engermann (1974). Este índice serviu para medir as expectativas dos fazendeiros de café sobre o futuro da escravidão. Os índices calculados cresceram e oscilaram desde 1871 até 1881. A partir deste último ano, a expectativa declinou rapidamente, apresentando apenas uma reação em 1885 por conta da Lei dos Sexagenários, considerada como uma concessão às forças abolicionistas. Mas em 1886 o movimento

abolicionista mantinha-se forte e a expectativa caiu drasticamente até o final da escravidão em 1888.

194 O exame da viabilidade econômica da escravidão nas fazendas de café do Sudeste brasileiro na segunda

metade do século XIX indicou que a demanda por escravos para o trabalho nessas propriedades foi crescente até o ano de 1881 e, a partir daí, ocorreu uma queda na procura por cativos. Pedro Carvalho de Mello explica que o declínio da demanda ocorreu pois a escravidão estava moribunda, ou seja, economicamente inviável. A inviabilidade econômica deu-se por conta da pressão abolicionista, exógena ao setor e definida como o "impacto cumulativo da ideologia anti-escravista (...) sobre as expectativas dos fazendeiros de café quanto ao futuro da escravidão" (1984, v.2, p.287). Para tentar visualizar o impacto dos movimentos abolicionistas

lavouras do sudeste brasileiro — ocasionaram uma elevação imediata nos preços desse ativo, conforme explica Emília Viotti da Costa:

Foi depois da cessação do tráfico que se acentuou a alta de preços pela dificuldade maior na obtenção de escravos, principalmente a partir do momento em que cessou definitivamente o contrabando e que os fazendeiros se viram obrigados a apelar para o mercado nordestino, que passou a exportar mão-de-obra para as zonas cafeeiras, por altos preços. Em vinte anos, de 1855 a 1875, o preço do escravo quase triplicou, passando de um conto a dois e quinhentos e, às vezes, mais, (...) (COSTA, 1998, p.97-98). 195

Além disso, a expectativa crescente em relação à extinção da escravidão contribuiu para a rápida desvalorização dos cativos e, "a par dos movimentos abolicionistas e imigrantistas, em 1881 aprovava-se o imposto de dois contos de réis sobre escravos averbados na Província [de São Paulo/JG], contribuindo para a queda de preço dos escravos" (MELLO, 1990, p.120)¹⁹⁶.

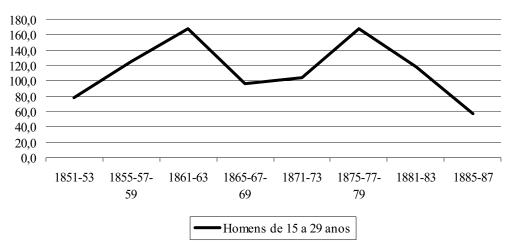
Mas é preciso ter em mente que as modificações observadas nos Gráficos 3.16 e 3.17 acima consideram os cativos de ambos os sexos nas três faixas etárias selecionadas, o que poderia afetar os resultados obtidos por conta das diferentes proporções de homens e mulheres em cada uma dessas faixas. Assim, mostrou-se necessário analisar as modificações ocorridas nos preços para apenas um grupo específico dos cativos arrolados: os adultos jovens do sexo masculino (quinze a vinte e nove anos). Diante da linha traçada no Gráfico 3.19, foi possível confirmar a forma como as alterações no mercado de cativos afetou os preços dos escravos batataenses já visualizada com o auxílio dos Gráficos 3.16 e 3.17: os preços dos adultos mostraram-se crescentes nas décadas de 1850 e 1860 e decrescentes nos anos de 1880.

Paulo, provocando-lhes elevação no preço" (1990, p.117).

¹⁹⁵ Zélia M. Cardoso de Mello observou este mesmo movimento na cidade de São Paulo. Entre 1845 e 1863, com exceção de algumas baixas, as cotações dos preços dos escravos do sexo masculino encontrados nos inventários lançados naquela localidade se elevaram de modo ininterrupto: "esse crescimento refletia-se necessariamente na demanda pelo trabalhador escravo: desde a interrupção do tráfico negreiro ocorria intenso comércio de mancípios originários das províncias do norte em direção ao sul do país, principalmente São

¹⁹⁶ "À ameaça à segurança da propriedade e escravista segue-se à proibição da entrada de novos escravos nas províncias cafeeiras. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, o imposto de averbamento passa a ser respectivamente de 1:500\$000 e 2:000\$000. Em São Paulo, o Clube da Lavoura redefine sua posição, e pela lei provincial nº 1 de 23 de janeiro de 1881 é estipulado um imposto de 2:000\$000 para os escravos averbados na Província" (BEIGUELMAN, 1976, p.21).

Gráfico 3.19 Preços médios dos escravos adultos do sexo masculino segundo período: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

O exame da dinâmica dos preços para diversas localidades brasileiras nesse mesmo período indicou que as alterações nesses preços manifestaram-se de maneira próxima àquela vislumbrada em Batatais. Em Mariana, o preço real médio dos escravos do sexo masculino com idades entre quinze e vinte e quatro anos elevou-se em 93,1% no período imediatamente posterior à extinção do tráfico atlântico (passando de 72,10 libras em 1850/54 para 139,28 libras em 1860/64) e apresentou um declínio de 77,5% entre 1875/79 e 1885/87 (o preço médio calculado neste dois períodos foi de 126,42 e 71,20 libras, respectivamente). Em Rio Claro, Warren Dean (1977, p.66) observou que o preço nominal médio dos escravos do sexo masculino de quinze a vinte e nove anos de idade mais do que triplicou nos dez anos posteriores à extinção do tráfico internacional (passou de 650\$000 para 2:030\$000 entre 1850 e 1860). Já na década de 1880, a queda nestes preços foi bem nítida. O preço médio reduziu-se de 2:000\$000 em 1881 para tão-somente 870\$000 em 1885 e 885\$000 em 1887¹⁹⁷.

Além disso, ainda considerando os fatores que tiveram influência sobre o preço dos escravos, investigou-se a relação entre as condições de saúde e os valores atribuídos aos cativos. A hipótese básica neste caso considera que os escravos que não apresentavam

década de 1860 até fins do decênio seguinte, tanto dos preços nominais quanto reais (...). Tais preços, porém, uma vez mais em termos nominais e reais, decresceram significativamente na década de 1880" (2002a, p.11).

1

As alterações nos preços dos cativos visualizadas através das informações tomadas dos inventários também foram observadas por José Flávio Motta (2002a) em seu estudo das localidades paulistas de Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Casa Branca com o auxílio das escrituras concernentes a transações envolvendo cativos: "grosso modo, e com a necessária cautela decorrente do reduzido número de observações disponíveis para alguns anos contemplados (...), observamos um comportamento com tendência crescente de meados da

nenhum problema de saúde deveriam apresentar um maior rendimento e, portanto, preços mais elevados: "quanto mais robusto for, quanto menos 'defeitos' físicos tiver, tanto mais valorizado será; ao contrário, doente ou raquítico, exigirá que se aproveite uma oportunidade favorável para vendê-los" (MATTOSO, 2003, p.87). Tal consideração pôde ser investigada com base nas observações sobre o estado de saúde presentes nas avaliações de noventa e um cativos. O exame dos preços reais médios dos escravos assinalados com alguma observação sobre o estado de saúde corroborou, grosso modo, a hipótese aventada anteriormente (cf. Tabela 3.29).

O preço real médio dos 108 escravos com algum problema de saúde atingiu apenas £ 37,2, sendo que esses cativos tinham, em média, 38,9 anos. Este mesmo valor calculado para os setenta e quatro escravos sem problemas de saúde com idades variando entre trinta e oito e quarenta anos (média etária de 39,4 anos) foi calculado em £ 73,6. Assim, o valor médio dos escravos com algum problema de saúde correspondeu a tão-somente metade (50,5%) dos preços dos escravos da mesma faixa etária e "saudáveis".

Dentre estes cativos com algum problema de saúde, mostraram-se mais desvalorizados os escravos cegos e aleijados, já que estas deficiências deveriam ser mais limitadoras para o exercício de alguma função produtiva ¹⁹⁸: No entanto, poder-se-ia pensar que estes escravos cegos e/ou aleijados apresentaram preços menores por serem mais velhos ou por haver, entre eles, uma número mais elevado de pessoas do sexo feminino. Fez, então, um exame de idade e sexo em separado.

Quando considerados apenas os cativos cegos e/ou aleijados, a idade média alcançou 43,1 anos, sendo que 61,1% deles eram homens. No caso dos cativos com outros problemas de saúde identificados, a idade média foi calculada em 36,5 anos e observou-se que 68,6% deles eram do sexo masculino. Os números apurados para os dois grupos citados não foram significativamente distintos, assim, ao que tudo indica, a diferenciação nos preços deu-se primordialmente pelo tipo de problema de saúde possuído.

08

Maria José de S. Andrade também verificou que o tipo da doença apresentada pelos cativos soteropolitanos teve interferência nos preços a eles atribuídos: "notamos (...) que as doenças do sistema nervoso e órgãos do sentido [cegueira, surdez, gota etc. /JG] e do sistema ósseo-articular [aleijados e quebrados /JG] apresentaram médias de preços mais baixas para os escravos. É evidente que doenças parasitárias [doenças venéreas, lepra, erisipela, sarampo /JG] realmente deveriam alarmar uma população leiga e desprovida de qualquer recurso de medicina preventiva. Quanto às doenças do sistema nervoso, órgãos do sentido e do sistema ósseo articular, possivelmente contribuíram enormemente para a diminuição da capacidade de trabalho dos escravos" (1988, p.176). As informações de Andrade confirmaram a tendência observada anteriormente por Kátia Mattoso: "nos inventários de heranças que possuímos, dos anos 1805-6 e 1810-11 (...), os cativos doentes ou estropiados representaram cerca de 15% dos 'escravos qualificados'. O preço de venda de qualquer deles varia entre 10 e 50.000 réis, exatamente como o dos infantes e velhos" (2003, p.87).

Há, ademais, o caso do escravo Antonio, de quarenta e oito anos, avaliado em os bens de Dona Rita Victoria do Paraíso¹⁹⁹. Após a discriminação de seu nome e idade, escreveu-se "cujo escravo por ser doentio e fujão avaliaram em 200\$000". Neste caso, a constante ausência no trabalho pelas fugas recorrentes e o estado doentio contribuíam para a diminuição nos rendimentos auferidos por este escravo e, portanto, no seu preço.

Tabela 3.29 Número e preços reais (em libras) dos escravos segundo informações concernentes aos preços: Batatais (1851-87)

	Escravos c	om algum problema de saúde
Informações		Preço
	nº abs.	individual/médio
Doente ¹	59	42,9
Aleijado (a)	8	14,9
Cego ²	4	49,0
Rendido	3	74,1
Quebrado (a)	13	45,0
Quebrado e muito doente	1	63,9
Velho e doente	1	22,7
Paralítica	1	33,2
Aleijada e doente	1	11,4
Quebrada e aleijada	1	10,4
Cego e aleijado	1	3,1
Cega dos dois olhos e [ilegível] de outros muitos		
incômodos que sofre intermitente [sic]	1	3,1
Doente e "fujão"	1	15,5
Surdo	1	78,4
Com ferida no pé ³	2	31,4
Doente do mal do engasgue	1	26,1
Doente, sofrendo de ataque de gota	1	9,0
Doente do fogo selvagem	1	1,2
Defeituoso de uma perna	1	45,6
Muito velha e aleijada	1	0,5
Leprosos ⁴	2	9,6
Doentes mentais ⁵	2	3,2
Total	108	37,2

	Informações		n problemas de aúde
Sadia		1	58,8

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

¹⁹⁹ Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 114, processo nº 3.328, 1885.

¹ Doente, doentia, um pouco doentio, muito doente, adoentado, enferma.

² Cego, com falta de um olho, sofre da vista.

³ Com uma ferida no pé, com uma ferida rancorosa no pé.

⁴ Morféia, lázaro.

⁵ Sandeu, mentecapta.

As mesmas hipóteses podem ser consideradas quando se analisa a relação entre a profissão e o valor dos cativos. Tendo em vista os maiores rendimentos alcançados por aqueles escravos que exerciam atividades profissionais mais especializadas, seria de se esperar que a tais cativos fossem atribuídos preços mais elevados: "consideramos que a variável ofício exerce grande influência no preço do escravo. Sabemos que o escravo representa para o seu proprietário um capital empatado, que ele esperava recuperar o quanto antes, através da exploração de seu trabalho" (ANDRADE, 1988, p.171) ²⁰⁰. A observação dos preços médios das cativas mais ou menos qualificadas indica que, grosso modo, essa relação foi confirmada. Entretanto, o exame dos valores atribuídos aos cativos, especializados ou não, não acolheu totalmente esta hipótese. Além disso, a consideração de cada atividade, em separado, também não pôde corroborar esta assertiva (cf. Tabela 3.30). Esse resultado advém provavelmente do fato de que a idade, o sexo e a condição de saúde tiveram uma maior influência sobre o preço dos cativos que as atividades por eles desenvolvidas.

-

A designação das atividades em mais ou menos especializadas deve levar em consideração as condições de trabalho e o contexto econômico da localidade em que os cativos desempenhavam suas atividades profissionais. Carlos A. M. Lima (2000) em seu estudo para a cidade do Rio de Janeiro (1789-1839) com base em inventários classificou os escravos artesãos segundo seu grau de qualificação, diferenciando sua condição daquela dos outros cativos. No Rio de Janeiro daqueles lustros, pedreiros e alfaiates, por exemplo, foram considerados menos qualificados, já que essas especialidades foram comparadas às de outros artesãos, como os ourives, torneiros e funileiros. Em Batatais, por outro lado, as condições de trabalho eram bastante distintas daquelas vigentes no Rio de Janeiro, uma localidade mais urbanizada e desenvolvida. Com base no viés rural da economia batataense, deve-se considerar que as atividades que requeriam um maior grau de especialização se comparadas aos ofícios ligados à lavoura ou ao serviço doméstico (mecânicos) deveriam ser mais qualificadas. Por conseguinte, dentre as profissões especificadas nos inventários batataenses, podese fazer a seguinte divisão: *Mais especializados*: pedreiros, carpinteiros, ferreiros e fiandeiras; *Pouco especializados*: trabalhadores da lavoura, carreiros, jornaleiros, engomadeiras, costureiras e cozinheiras.

Tabela 3.30 Número e preços reais dos escravos segundo as profissões e o sexo: Batatais (1851-87)

		Escravos pouc	co especiali	izados
	H	Iomens	M	ulheres
Profissão	nº abs.	Preço médio	nº abs.	Preço médio
Lavoura	53	97,7	1	53,9
Cozinheira	-	-	39	52,8
Lavadeira	-	-	1	46,7
Engomadeira	-	-	1	13,5
Carreiro	2	70,6	-	-
Costureira	-	-	4	52,0
Jornaleiro	2	58,4	-	-
Campeiro	3	205,4	-	-
Total	60	100,7	46	51,8
		Escravos mai	s especializ	zados
	E	Iomens	M	ulheres
Profissão	nº abs.	Preço médio	nº abs.	Preço médio
Pedreiro	2	73,2	-	-
Carpinteiro	1	17,3	-	-
Ferreiro	1	124,6	-	-
Fiandeira	-	-	7	76,67
Total Factor Associate	4	72,1	7 - Cultura da 1	76,67

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Alguns casos foram selecionados para ilustrar tal suposição. O escravo que apresentou preço real médio menos significativo (preço nominal de 5\$000) foi o lavrador de nome Antonio, constante no inventário do major João Silvério de Carvalho. 201 Além da profissão, constava na avaliação que ele contava sessenta e nove anos de idade e que estava muito velho, o que deveria estar limitando o exercício de suas atividades profissionais, o ganho de seu senhor e seu preço. Por outro lado, o escravo Miguel, também trabalhador da lavoura, apresentou o maior preço real médio entre aqueles com informação de profissão (preço nominal estipulado em 2:000\$000)²⁰². Apesar de desenvolver uma atividade pouco especializada, o escravo contava vinte e quatro anos de idade, e estava, pois, no início de sua vida produtiva e deveria gerar rendimentos elevados a seu senhor por mais duas décadas pelo menos. Já o escravo Luis, mais especializado, que trabalhava como carpinteiro foi arrolado entre os bens possuídos pelo Coronel Manoel Antonio Pereira e sua mulher Dona Julianna Josepha da Silva²⁰³ com o valor nominal de 150\$000. Apesar de

²⁰³ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 77, processo nº 1.065, 1875.

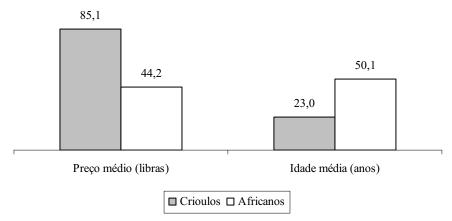
 ²⁰¹ Casa da Cultura de Cajuru — maço 46-A, 1881.
 ²⁰² Inventário de Ignacia Maria do Carmo (Casa da Cultura de Cajuru — maço 36-A, 1875).

ainda estar inserido na faixa etária considerada como "ativa" (possuía quarenta e nove anos de idade), constava na avaliação feita que Luis estava adoentado, o que provavelmente estava limitando suas atividades e, por conseguinte, seus rendimentos e seu preço de mercado.

Além disso, fez-se a comparação entre duas profissões de qualificação diferenciada e desenvolvidas pelas mulheres: costureira e fiandeira. Neste caso, observa-se que o preço médio da costureira — pouco especializada — correspondia a 67,8% do preço médio das fiandeiras — mais qualificadas. Mas é preciso estar atento: as costureiras tinham 29,5 anos de idade, em média; ao passo que as fiandeiras apenas 21,4 anos de idade, em média²⁰⁴.

Por fim, resta investigar se o local de nascimento teve influência na fixação dos preços dos escravos batataenses. Os crioulos tiveram preços médios calculados em 85,1 libras, enquanto este mesmo valor alcançou tão-somente 44,2 libras para os africanos (cf. Gráfico 3.20).

Gráfico 3.20 Preço real médio (em libras) e idade média (em anos) dos escravos segundo origem: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Mas este resultado precisa ser ponderado, já que a idade média dos crioulos e africanos alcançou, respectivamente, 23,0 e 50,1 anos. Considerados apenas os homens adultos (com idades entre quinze a vinte e nove anos), os africanos mostraram-se mais valorizados: o preço médio dos brasileiros igualou-se a 114,5 libras e o dos africanos a

doceira, entre as mulheres" (MATTOSO, 2003, p.88).

_

²⁰⁴ Diferentemente do que se viu em Batatais, em Salvador, nos inventários datados de 1805-6 e 1810-11, a profissão desenvolvida tinha maior influência nos preços que a idade: "os preços mais altos são atribuídos aos escravos de boa saúde — a idade aqui conta pouco —, capazes de ofícios de alfaiate, pedreiro, tanoeiro, serralheiro, padeiro, carpinteiro, caldeireiro, entre os homens, e costureira, rendeira, bordadeira, passadeira e

125,0 libras. Quando selecionados apenas os homens em idade produtiva (quinze a quarenta e nove anos), os crioulos apresentaram valores médios maiores: 114,2 libras contra 76,8 libras dos africanos. Assim, ao que tudo indica, a variável idade tinha maior influência que o local de nascimento para a determinação dos preços dos escravos.

Considerações finais

O exame das diversas informações das 1.765 pessoas avaliadas entre os bens semoventes de 285 inventários apontou para uma realidade de predomínio dos escravos e ingênuos do sexo masculino e com idades variando entre quinze e quarenta e nove anos — em idade ativa—, um perfil preferível pelos senhores para o desenvolvimento do trabalho agrícola. De outro lado, os senhores batataenses possuíam um grande número de indivíduos entre zero e quatorze anos, o que ajuda a entender a presença de uma elevada proporção de mulheres em idade fértil e razões criança-mulher também significativas em todas as décadas do Oitocentos. A presença de indivíduos nascidos no Brasil mostrou-se mais avultada, resultado esperado para um momento em que o tráfico atlântico de trabalhadores compulsórios já havia sido extinto.

Com respeito à estrutura da posse cativa, a realidade local apontou uma posse cativa com o predomínio numérico dos pequenos e médios proprietários e uma modesta participação dos proprietários de grande porte, porém estes possuíam uma parcela substantiva dos escravos, resultando em uma posse cativa concentrada. Além disso, verificou-se haver uma relação entre a posse cativa e a atividades econômica praticada: as pessoas que desenvolviam atividades mais rentáveis (criadores, agricultores, criadores e negociantes e profissionais liberais) faleceram com plantéis de maior monta se comparados àqueles dedicados aos ofícios e as artes ou apenas à agricultura. De fato, o cruzamento dos dados referentes à posse cativa e à riqueza inventariada indicou que os maiores proprietários faleceram em melhores condições econômicas que os pequenos escravistas.

Por fim, o exame dos preços dos cativos indicou que alguns dos atributos individuais contribuíram de forma significativa para a determinação de seus preços. Aos homens jovens e com boas condições de saúde foram atribuídos preços mais elevados. Isso porque os preços representavam as expectativas quanto aos ganhos futuros que os escravos proporcionariam; assim, acreditava-se que este grupo geraria retornos mais elevados para seus proprietários. Além disso, verificou-se que as alterações ocorridas no sistema escravista brasileiro também influenciaram as cotações de preço. No momento posterior à extinção do tráfico atlântico, a redução na oferta de cativos gerou uma valorização nos

preços. As mulheres, por sua vez, tiveram seus preços diminuídos após a instituição da Lei do Ventre Livre, já que a partir desse momento elas já não seriam mais capazes de gerar mais cativos. Finalmente, a crescente expectativa quanto ao fim da escravidão vigente na década de 1880 desestimulou a aquisição de cativos, diminuindo, por conseguinte, a demanda por escravos e seus preços.

CAPÍTULO 4



Fonte: Casa da Cultura de Batatais

Foto nº 4 — Membros da Sociedade Beneficente Recreativa Princesa Isabel (1939)

CAPÍTULO 4

RELAÇÕES FAMILIARES E ESTABILIDADE DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS BATATAENSES

Lá na úmida senzala, Sentado na estreita sala, Junto ao braseiro, no chão, Entoa o escravo o seu canto, E ao cantar correm-lhe em pranto, Saudades do seu torrão... De um lado, uma negra escrava Os olhos no filho crava, Que tem no colo a embalar... E a meia voz lá responde Ao canto, e o filhinho esconde, Talvez para não o escutar (...)

(ALVES, 1983, p.11)

No capítulo anterior, em que se procedeu à análise das características demográficas dos escravos e ingênuos arrolados entre os bens inventariados, verificou-se uma significativa participação das pessoas menores de quinze anos no total inventariado e, ainda mais, o desequilíbrio de sexo era menos significativo entre essa população quando comparado àquele vislumbrado para os adultos. Em face desses resultados, aventou-se a possibilidade da ocorrência de reprodução natural da população cativa batataense.

O objetivo principal do presente capítulo é aprofundar essa hipótese através do exame do tipo de relação familiar estabelecida entre os escravos em questão. Incorporaram-se a análise os dados referentes às unidades familiares identificadas nas escrituras envolvendo escravos lançadas entre 1861 e 1887. Esse acréscimo visou a auxiliar a análise baseada tão-somente nos resultados obtidos através dos inventários. Outrossim, a consideração das relações familiares estabelecidas nos inventários *post mortem* e nas escrituras envolvendo cativos possibilitam avançar o exame das famílias escravas batataenses incluindo a questão da estabilidade desses grupos por ocasião da separação dos bens inventariados e de comercialização dessas pessoas, momentos tidos como delicados para a manutenção das relações estabelecidas.

O capítulo é composto por quatro seções. A primeira delas dedica-se à discussão da família escrava presente na historiografia tradicional e nos trabalhos mais recentes; já a segunda apresenta os resultados obtidos através da pesquisa realizada para Batatais. Por fim, fez-se o exame da estabilidade das famílias escravas inventariadas e incluíram-se as considerações finais repisando as principais conclusões obtidas ao longo das seções anteriores.

A família escrava na visão da historiografia tradicional e o surgimento de novas evidências empíricas

A análise de alguns dos primeiros trabalhos realizados com o tema escravidão no Brasil sugere que cativeiro e família escrava não eram realidades compatíveis. O conteúdo dessas obras retrata um cenário em que a promiscuidade, a imoralidade dos indivíduos de cor negra e a devassidão sexual eram práticas difundidas, marcantes e caracterizadoras da escravidão brasileira. "(...) a licenciosidade é encarada como a regra, cabendo à família escrava colocar-se como rara exceção" (MOTTA, 2002b, p.240).

Os argumentos utilizados para explicar esse comportamento supostamente apresentado pelos cativos brasileiros eram distintos, mas concluía-se quase invariavelmente que a formação e manutenção de laços familiares na população escrava esbarravam em características de ordem econômica e/ou social impostas pelo regime escravocrata.

No trabalho de Nina Rodrigues (1935), os negros foram retratados como seres inferiores, e que, por isso, apresentavam um comportamento sexual marcado pela imoralidade, promiscuidade e devassidão. Neste caso, a argumentação utilizada pelo autor para justificar o comportamento sexual dos cativos privilegia a inferioridade da raça negra e não sua condição de escravo:

O critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções (RODRIGUES, 1935, p.20).

Nos escritos de Gilberto Freyre também é possível notar a idéia de libertinagem e de devassidão dos costumes nas senzalas. Mas no caso de Freyre a característica sócio-econômica dos indivíduos — no caso dos negros, *ser escravo* — substitui a característica étnica como definidora de um comportamento de promiscuidade e desregramento:

Nas grandes fazendas e nos opulentos engenhos, as irregularidades capeavam abertamente. Mulatas na flor da idade constituíam disfarçados haréns, nesses feudos: haréns onde tanto o senhor como os filhos satisfaziam todos os seus gostos sexuais, variando de mulheres: de tipos, de idades, de formas de corpo de mulher. Experimentando todas: das pretas retintas às mulatas claras (FREYRE, 1977, p.73).

Além disso, Freyre considerava que o intercurso sexual com negras era visto como uma alternativa para o aumento do tamanho do plantel:

Dessas relações de senhores e "sinhozinhos" com escravas moças e quase sempre belas e sadias resultava substancial desenvolvimento no número de escravos. Toda uma prole de escravos surgia, em muitos casos, tendo como pai um descendente de europeu do melhor sangue; e com mães, negras e sobretudo mestiças de todos os tipos e de todas as cores (FREYRE, 1977, p.73).

Em diversos trabalhos que sucederam os de Rodrigues e Freyre, a impossibilidade de existência de laços familiares entre os cativos ainda mostrava-se presente²⁰⁵. Caio Prado Júnior também retrata uma realidade de promiscuidade e desregramento ao descrever a vida dos cativos no Brasil Colônia:

O sistema de vida a que dá lugar, a promiscuidade com escravos, e escravos do mais baixo teor moral, as facilidades que proporciona às relações sexuais irregulares e desbragadas, a indisciplina que nela reina, mal disfarçada por uma hipócrita submissão, puramente formal, ao pai e chefe, tudo isso faz a casagrande, antes uma escola de vício e desregramento, apanhando a criança desde o berço, que de formação moral. (...) Reduzindo, assim, extensiva e intensivamente, o papel da família na vida colonial, ficou aberta larga margem à indisciplina sexual (1979, p.351-352).

Além disso, Prado Júnior aponta para a particularidade da vida sexual dos escravos:

A outra função do escravo, ou antes da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um feito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem (1979, p.343).

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO; IANNI, 1960), em seu estudo sobre Desterro (atual Florianópolis), observou que o casamento e a família não eram instituições reguladoras da atividade sexual dos escravos, preservando a idéia de imoralidade. Ademais, apontou alguns fatores que contribuíam para a fragilidade dos laços familiares: compra e venda de cativos, desequilíbrio entre os sexos, limitações burocráticas para a união formal etc. Estudando uma localidade situada em uma região bastante distinta daquela abordada por Freyre, Cardoso conclui que o comportamento imoral dos cativos não se limitou apenas às grandes propriedades e no âmbito da família patriarcal.

No estudo de Roger Bastide e Florestan Fernandes (BASTILE; FERNANDES, 1959) sobre brancos e negros em São Paulo, os autores reafirmam o predomínio das ligações sexuais promíscuas, atribuindo, ainda mais, maior importância à figura materna nas relações de parentesco entre cativos e introduzindo a idéia da existência de um regime de *pater incertus, mater certa:*

A vida sexual dos escravos não encontrava uma expressão normal e reguladora no matrimônio. Parece que reinou, durante muito tempo, um regime de *pater incertus, mater certa* no interior das *senzalas*, o qual seria incentivado pelos próprios donos das escravas (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p.96).

_

²⁰⁵ Freyre não desconsiderava totalmente a existência de arranjos familiares, porém elas só foram identificadas em propriedades de beneditinos e em inventários e testamentos datados do século XIX.

Os estudos de Kátia Mattoso também reforçam a idéia da promiscuidade:

Nas fazendas, dormitórios de homens e mulheres são separados e os encontros de casais, mesmo legalmente casados, são realizados furtivamente, durante a noite. (...). Assim foi que a poligamia africana foi substituída no Brasil por uma sucessão de ligações passageiras (MATTOSO, 2003, p.127).²⁰⁶

Além disso, como boa parte das crianças cativas não convivia com seus pais, ficava muito cedo sem referências familiares:

(...) o filho da escrava é uma criança cuja mãe biológica é freqüentemente ausente, e que é criada sem referências parentais seguras: da mesma forma que todos os homens da comunidade podem simbolizar o papel do pai ausente, a comunidade feminina pode também simbolizar a mãe ausente, mas, em ambos os casos, a referência fica imprecisa (MATTOSO, 1988, p.48). 207

Diversos autores serviram-se da "contradição entre escravos como propriedade e escravos como seres humanos, entre sua insignificância e sua plenitude volitivas" (GRAHAM, 1979, p.57) para indicar que a condição de "mercadoria" impedia a constituição de laços familiares entre cativos, uma vez que os interesses dos senhores deveriam sobrepor os dos trabalhadores compulsórios:

A questão da existência de uma "vida privada" ou de uma "vida familiar" se apresentava como uma contradição inerente à condição escrava. A noção de privacidade e de família refere-se a uma esfera própria que o escravo não possui por sua condição de "coisa". Constituir família, ter uma prole é algo inacessível àqueles que não possuem nem a si próprios. Livre para decidir sobre o conjunto da vida do escravo, os interesses do senhor parecem ter sido incompatíveis com a existência de uma "família escrava" no Brasil (GIACOMINI, 1988, p.29).

Além disso, as impressões sobre a escravidão expressas por diversos observadores estrangeiros (residentes aqui ou viajantes) e até mesmo brasileiros corroboram o cenário de devassidão explicitado nos diversos estudos citados anteriormente. Dentre estes, destacamse as obras de Antonil (1982), Debret (1972), Tschudi (1980) e Couty (1881), entre outros²⁰⁸.

como consequencia do comportamento que se acreditava vigorar nas senzaras, Mattoso indica a maior importância da figura materna nas relações de parentesco entre cativos, assim como fizeram Roger Bastide e Florestan Fernandes: "Como, apesar de tudo, os filhos continuam a nascer, a família geralmente não tem pai: "pater incertus, mater certa". A família da criança nascida de uma união efêmera passa a ser o conjunto da comunidade dos escravos. (...). A vida social do grupo é mais importante que a vida familiar propriamente dita, praticamente inexistente (MATTOSO, 2003, p.127-128, grifo nosso)".

-

²⁰⁶ Conforme observa Motta, "ao citar-se esse livro de Kátia Mattoso, está-se ciente de que se trata de um texto destinado ao grande público. Não obstante, a competência da autora justifica a utilização da obra em questão como texto de referência" (1999, p.186).
²⁰⁷ Como conseqüência do comportamento que se acreditava vigorar nas senzalas, Mattoso indica a maior

²⁰⁸ É preciso fazer uma ressalva ao tratar do assunto família escrava com relação às obras dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Iraci Del Nero da Costa (1989) verificou, em diversos testemunhos desses viajantes, a idéia de que a família escrava inexistiu ou representou tão-somente casos isolados; mas, por outro lado, reuniu diversos trechos evidenciando que alguns deles viram e caracterizaram a família escrava. Assim, concluiu: "Os exemplos aqui reunidos [ao longo do artigo/JG], embora numericamente sejam poucos, parecem-nos bastantes para evidenciar que os estrangeiros que passaram pelo Brasil nos séculos XVIII e XIX observaram a existência da vida familiar entre os cativos. (...) Confundi-los [os viajantes que descrevem a família escrava/JG] com os demais que não chegaram a percebê-

Robert W. Slenes (1988) considera que o racismo, o preconceito racial e a ideologia do trabalho da época (idéia de função moralizadora do trabalho livre) fizeram com que estes homens livres não conseguissem livrar suas observações sobre a família escrava da influência de idéias pré-concebidas, ou nas palavras do autor, "o 'desvio' [anomia e promiscuidade/JG] não estava no lar negro, mas no olhar branco" (SLENES, 1988, p.194).

O estudo da vida familiar dos cativos no Brasil começou adquirir novas formas em trabalhos realizados nos últimos lustros, principalmente a partir do início dos anos 1980. Com o auxílio de uma miríade de fontes documentais — registros paroquiais, documentos cartoriais, processos-crime, listas nominativas, inventários etc. —, os estudiosos identificaram "novas" regras do comportamento da população escrava no Brasil dos séculos XVIII e XIX e passaram a questionar os estereótipos enraizados nos trabalhos clássicos: "sabe-se hoje, pois, que a escravidão e o parentesco não são experiências excludentes; o cativeiro não abortou a família escrava" (FLORENTINO; GÓES, 1995, p.152). Verifica-se haver uma diferenciação entre as idéias enraizadas pela historiografia tradicional e aquelas que foram explicitadas nos trabalhos mais recentes no tocante à família escrava. Pode-se imaginar que as idéias prioritariamente difundidas sobre esse assunto foram, provavelmente, "distorcidas" pelos olhares preconceituosos dos homens livres²⁰⁹.

> (...) ao abordar o escravo enquanto pessoa, essa nova historiografia vislumbra outro tipo de atuação, em que a imagem do outro antropológico emerge com muita força, impondo um respeito que, até então, se restringia aos "zumbis" — a vida do escravo comum passou a ser vista a partir da herança cultural africana e das condições possíveis de organização social dentro do cativeiro. Freyre colocou os negros na história do Brasil. A escola sociológica paulista responsabilizou a escravidão de homens-objetos pela difícil situação dos negros e de seus descendentes no Brasil contemporâneo. A historiografia antropológica da escravidão permitiu a visualização da humanidade cultural do escravo (FARIA, 1997, p.258).

O artigo de R. Graham publicado em 1975 indica que o início da nova historiografia sobre esse tema foi tímido. O pesquisador, que estudou os grupos familiares presentes no inventário geral da Fazenda Santa Cruz (RJ) realizado em 1791, utiliza o

p.30). ²⁰⁹ Ajudam a confirmar esta impressão o fato de que as fontes primárias utilizadas não foram, via de regra, elaboradas pelos escravos, mas por pessoas que também deveriam estar sob influência do "olhar branco". No entanto, para a realização dos estudos mais recentes também se utilizou fontes com esta mesma característica, e assim mesmo, obtiveram-se resultados largamente distintos. Neste caso, pode-se pensar em uma mudança no olhar dos historiadores que, sabendo da existência de laços familiares, ficam mais atentos para identificálos.

la representa grave omissão e desconhecimento imperdoável de relevantes depoimentos" (COSTA, 1989,

termo família entre aspas no título do trabalho — A "família" escrava no Brasil Colonial — e adverte o leitor que:

o fato de ter sido [a fazenda/JG] uma propriedade jesuíta, sua administração pública, o tamanho incomum da população escrava [1.347 identificados no inventário/JG] e a elaboração de um inventário tão cuidadoso, tudo indica um *caso atípico* (GRAHAM, 1979, p.42-43, itálico nosso).

A tese de doutoramento de Robert W. Slenes publicada em 1976, já apresentou uma abordagem da família escrava menos tímida que aquela feita por Graham no ano anterior. O autor teve como pano de fundo do trabalho a situação vivenciada pelos escravos possuídos por senhores estabelecidos na região Centro-Sul do Brasil, com destaque para as áreas açucareiras e cafeicultoras. A presença de famílias monogâmicas e estáveis não foi uma exceção naquele contexto, pois a família escrava

(...) provavelmente ajudou muitos cativos a conservar sua identidade e a lidar eficazmente com as pressões psicológicas da escravidão. Porém, ao mesmo tempo, ela forneceu aos proprietários das *plantations* um poderoso instrumento de controle social (SLENES, 1976, p.414).

No trabalho realizado por Costa, Slenes e Schwartz (1987) sobre a família escrava em Lorena no ano de 1801 com base nas Listas Nominativas também foram encontrados resultados até então pouco comuns quando se tratava de relações familiares estabelecidas entre escravos no Brasil. Naquela localidade e ano, observou-se que a maioria das unidades familiares era formada por pessoas casadas, viúvas e seus filhos legítimos; além disso, a participação relativa das famílias chefiadas por mães solteiras também não foi significativa e que entre as crianças escravas havia um predomínio das legítimas *vis-à-vis* as naturais. Robert W. Slenes, em seu trabalho para Campinas com a Lista de Matrícula dos Escravos datada de 1872, também verificou o predomínio de uniões "legais" entre os cativos, posto que 41% dos escravos com mais de quinze anos eram casados ou viúvos (1987, p.225).

Nos lustros seguintes, os resultados obtidos para outras localidades brasileiras continuaram confirmando a compatibilidade entre cativeiro e família escrava²¹⁰. No entanto, pode-se pensar que o estabelecimento de laços familiares entre essas pessoas teria maior efetividade caso as pessoas envolvidas pudessem permanecer unidos por um período de tempo que garantisse um convívio estável; possibilitando a formação e transmissão da identidade cultural daquelas famílias e da comunidade da qual elas participam. Ademais, as

Por ser relativamente recente o interesse de estudiosos pelo tema "família escrava", o número de trabalhos sistemáticos que abarcam tal temática ainda é relativamente pequeno; e, além disso, é restrito a algumas regiões brasileiras (em especial as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e períodos (século XIX em sua maioria). Dentre estes, podemos destacar os trabalhos de João L.R. Fragoso e Manolo G. Florentino (1987), José Flávio Motta (1999), Robert W. Slenes (1999), José Flávio Motta e Renato Leite Marcondes (2000), Heloísa M. Teixeira (2001), José Flávio Motta e Agnaldo Valentin (2002), Cristiany M. Rocha (2004), entre outros.

famílias escravas não deveriam ser auto-suficientes e independentes, dado que os participantes eram cativos e, portanto, dependentes — em algum grau — das vontades de seus donos. Por isso, a formação/manutenção destas famílias deveria ser afetada por decisões tomadas pelos proprietários e, assim, a realização de transações envolvendo cativos com laços de parentescos e a partilha ocorrida para a separação de heranças deixadas são apontados como fatores de interferência na estabilidade das famílias escravas. De posse dos inventários e das escrituras, torna-se possível investigar se esses dois fatores, em princípio "prejudiciais" à manutenção/formação das famílias escravas, tiveram papel significativo no caso da estabilidade das unidades familiares batataenses.

As próximas seções tratarão da incidência de famílias escravas em Batatais no período selecionado para o estudo (1851-87); além de observar o impacto da partilha e das transações envolvendo escravos para a manutenção ou desarticulação dos laços familiares ali constituídos. Para tanto, serão examinadas as principais características das famílias escravas inventariadas e transacionadas em Batatais. Posteriormente, se verificará as conseqüências da partilha e das negociações para as famílias descritas no momento anterior.

As famílias escravas batataenses

A escolha da qualificação de *família* a ser utilizada para a classificação das relações observadas nos inventários e escrituras lançados em Batatais tinha como principal objetivo não limitar esse conceito apenas àquelas legitimamente constituídas, mas também a mães ou pais solteiros em convivência com seus filhos ou viúvos (as) e sua prole. Assim, julgouse mais adequado utilizar a definição presente no trabalho de Costa, Slenes e Schwartz (1987) sobre a família escrava lorenense em 1801:

(...) entendemos por **Família** o casal (unido ou não perante a Igreja), presentes ou não ambos os cônjuges, com seus filhos, caso houvessem; os solteiros (homens ou mulheres) com filhos e os viúvos ou viúvas com filhos. Em qualquer dos casos os filhos deveriam ser solteiros, sem prole e coabitar junto aos pais. Os viúvos (as) isolados, bem como o solteiro (a) a viver junto a filho (s) com prole, não constituem família, e enquadram-se no grupo denominado "pseudo famílias" dividido em três subcategorias: uma relativa aos viúvos isolados (vale dizer que não constituíam família), outras referentes às pessoas em vivência com filho (s) e respectiva (s) prole (s)" (COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987, p.257, negrito dos autores).

Além das categorias expressas acima, foram considerados também, como unidades familiares, os laços estabelecidos exclusivamente entre irmãos (e sua eventual prole)²¹¹. Já a categoria "pseudofamílias" inclui também as crianças sós — escravos menores de quinze anos desacompanhados do pai e/ou mãe — e os órfãos. Outrossim, o presente exame considerou tão-somente os laços parentais explícitos na documentação. Tal decisão deve, provavelmente, subenumerar a quantidade de famílias e de pessoas aparentadas, pois os avaliadores podem ter omitido esse tipo de informação no momento da descrição das pessoas negociadas e avaliação dos indivíduos inventariados²¹².

Nos 492 inventários considerados foi possível identificar um total de 268 famílias escravas compostas por 717 membros; sendo 578 escravos e 139 ingênuos. Nas 321 escrituras lançadas entre 1861 e 1887 o número de unidades familiares igualou-se a 197, congregando 286 escravos e trinta e um ingênuos. Deve-se considerar que, em Batatais, o convívio em famílias tinha um espaço considerável naquele momento. Foi possível identificar algum tipo de vínculo familiar para 35,6% dos escravos e 97,9% dos ingênuos inventariados; proporções calculadas em 54,5% e 96,8% no caso dos cativos e ingênuos transacionados (cf. Tabelas 4.1 e 4.2) ²¹³.

Tabela 4.1 Número de indivíduos inventariados, número de pessoas com vínculo familiar e percentual de inserção em famílias escravas segundo período: Batatais (1851-87)

	11150	erçao em fai	iiiiias esc	Tavas segu	muo perioc	io. Dai	atais (1031	. -0 /)	
	•	Total ventariado		ios com vín familiar	iculo	% de pessoas inseridas em famílias escravas			
Período		Ingênuos		Ingênuos	Total			Total	
1851-59	393	-	393	67	-	67	17,0	-	17,0
1861-69	327	-	327	54	-	54	16,5	-	16,5
1871-79	508	7	515	267	7	274	52,6	100,0	53,2
1881-87	395 135 530		190	132	322	48,1	97,8	60,8	
Total	1.623	142	1.765	578	139	717	35,6	97,9	40,6

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

²¹¹ Considerou-se metodologicamente adequada a consideração de famílias nucleares e matrifocais. No entanto, é preciso ter em mente que, muitas vezes, as unidades familiares formadas por mães solteiras e sua prole deveriam ser arranjos consensuais, ou, ainda mais, por conta das limitações da documentação utilizada, poderiam ser famílias nucleares sem a descrição do chefe masculino.

212 É preciso explicitar, ainda, que não foram identificadas nos inventários mães solteiras acompanhadas de

sua prole no período 1851-69. Acredita-se que essa ausência seja resultante de algum viés da fonte utilizada; e não que este tipo de união parental não existisse naquele momento. Por conta disso, as análises que consideraram as quatro décadas em separado serão feitas apenas para as famílias nucleares; para as matrifocais será considerado apenas o período em que as mesmas estiveram presentes.

A pequena representatividade dos escravos aparentados no total deu-se por conta do elevado índice de indivíduos para os quais não constava nenhuma informação a respeito do estado conjugal (708 inventariados e 110 transacionados). O percentual de escravos aparentados alcançaria 63,1% entre os inventariados e 64,1% entre os transacionados caso fossem excluídos do cálculo aqueles cativos sem informação.

Tabela 4.2 Número de indivíduos transacionados, número de pessoas com vínculo familiar e percentual de inserção em famílias escravas segundo período: Batatais (1861-87)

		Total		Indivídu	ios com vír	iculo	% de pessoas inseridas em			
	transacionado				familiar		famílias escravas			
Período	Escravos Ingênuos Total			Escravos	Ingênuos	Total	Escravos	Ingênuos	Total	
1861-69	147	-	147	87	-	87	59,2	-	59,2	
1870-79	254	15	269	155	15	170	61,0	100,0	63,2	
1880-87	124	16	140	44	15	59	35,5	93,8	42,1	
Total	525	31	556	286	30	316	54,5	96,8	56,8	

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

A porcentagem de escravos que mantinham laços de consangüinidade verificada em Batatais na década de 1870 foi semelhante à de outras localidades para esse mesmo período. No Vale do Paraíba paulista, as relações familiares atingiram 44,0% dos escravos matriculados em São Luiz do Paraitinga, 52,8% em Bananal, 55,2% em Lorena e Cruzeiro e 59,5% em São José dos Campos²¹⁴; enquanto em Paraíba do Sul (RJ)²¹⁵ e Mariana (MG)²¹⁶ 56,3% e 53,8% dos cativos inventariados nesses lustros, respectivamente, estavam acompanhados de parentes.

No caso dos inventários, verificou-se, ainda mais, uma elevação dos percentuais de pessoas inseridas em arranjos familiares a partir dos anos 1870. Como resultado dessa concentração, parte expressiva das famílias e seus componentes também foram identificados nesse período (cf. Tabela 4.3).

Tabela 4.3 Número e porcentual de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos aparentados presentes nos inventários segundo período: Batatais (1851-87)

	Unidades familiares	Escravos	Ingênuos	Total
Período	(%)	(%)	(%)	(%)
1851-59	38 (14,2)	67 (11,6)	-	67 (9,3)
1861-69	24 (9,0)	54 (9,3)	-	54 (7,5)
1871-79	95 (35,4)	267 (46,2)	7 (5,0)	274 (38,2)
1881-87	111 (41,4)	190 (32,9)	132 (95,0)	322 (44,9)
Total	268 (100,0)	578 (100,0)	139 (100,0)	717 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Esta elevação está intimamente ligada ao fato de que os inventários abertos após 1872 deveriam anexar uma cópia da matrícula realizada pelos proprietários (ou sua transcrição); o que significou, necessariamente, a presença de dados mais completos a respeito das

²¹⁴ Marcondes (2001, p.10). ²¹⁵ Fragoso; Florentino (1987, p.161).

²¹⁶ Teixeira (2001, p.107).

pessoas avaliadas, entre eles o estado conjugal, filiação e observações. Esses campos contêm informações que contribuíram sobremaneira para a identificação de parentesco entre os cativos e ingênuos arrolados²¹⁷.

No caso das escrituras o resultado verificado foi distinto. A maior parte das famílias escravas foram identificadas em transações realizadas nas décadas de 1860 e 1870 (cf. Tabela 4.4).

Tabela 4.4 Número e porcentual de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos aparentados presentes nas escrituras segundo período: Batatais (1861-87)

	Unidades familiares	Escravos	Ingênuos	Total
Período	(%)	(%)	(%)	(%)
1861-69	77 (39,1)	87 (30,4)	-	87 (27,5)
1870-79	94 (47,7)	155 (52,2)	15 (50,0)	170 (53,8)
1880-87	26 (13,2)	44 (15,4)	15 (50,0)	59 (18,7)
Total	197 (100,0)	286 (100,0)	30 (100,0)	556 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

A concentração das unidades familiares e, conseqüentemente dos escravos e ingênuos aparentados verificada no período 1861-79 deve-se à intensidade do comércio ali estabelecido. Do total de 321 escrituras lançadas entre 1861 e 1887 cem (ou 31,2% do total) iniciaram-se entre 1861 e 69, outras 158 referem-se aos anos de 1870 a 1879 (49,2%) e tão-somente sessenta e três (19,3%) deram-se entre 1880 e 1887.

Conforme esperado, as crianças tiveram, no geral, maior porcentagem de participação em unidades familiares se comparadas às mulheres e homens em idade adulta (cf. Tabelas 4.5 e 4.6). No caso dos inventários, essa maior vinculação das crianças inventariadas com parentes não foi verificada nas duas primeiras décadas em questão, isso porque nesses lustros não havia os ingênuos, crianças que necessariamente vinham acompanhadas de algum familiar (casais, viúvas ou mães solteiras)²¹⁸. Essa participação observada nos inventários deveria ser ainda mais avultada pois 25,6% dos filhos legítimos, naturais ou de

A observação da distribuição por décadas dos 708 escravos e ingênuos inventariados e arrolados sem informação de estado conjugal é um exemplo nesse sentido. Deste total, 324 (ou 45,8% do total) foram avaliados nos anos 1850, outros 262 (37,0%) nos anos 1860; oitenta e cinco (12,0%) entre 1871 e 1879 e tãosomente trinta e sete (5,2%) nos últimos lustros considerados.

²¹⁸ Foram identificados nos inventários três casos de ingênuos sem menção a parentesco com outra pessoa avaliada. São eles: Thomasio, cujos serviços foram avaliados em Rs. 180\$000 no inventário do capitão João Baptista Freire (Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 86, processo nº 2.872, 1883), João, filho de José e Felesbina (não presentes), com serviços avaliados em Rs. 100\$000 no inventário de José Francisco Moratto (Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 99, processo nº 3.067, 1881) e Matheus, cujos serviços foram avaliados em Rs. 100\$000 no inventário do capitão José Caetano de Figueiredo (Casa da Cultura de Cajuru — maço 53-A, 1883).

pais com estado conjugal não-identificado não tinham informações de idade e, portanto, não constam das estatísticas apresentadas.

Tabela 4.5 Número de indivíduos inventariados, número de pessoas com vínculo familiar e percentual de inserção em famílias escravas segundo período, sexo e idade: Batatais (1851-87)

		100111111000		p	ao, seno e la		(• ,			
		Total		I	ndivíduos co	m	% de pessoas inseridas em				
		inventariad	0	V	ínculo famili	iar	fa	famílias escravas			
Período	Homens ¹	Mulheres ¹	Crianças ²	Homens ¹	Mulheres ¹	Crianças ²	Homens ¹	Mulheres ¹	Crianças ²		
1851-59	121	89	143	24	27	5	19,8	22,3	4,1		
1861-69	114	98	87	16	22	14	14,0	19,3	12,3		
1871-79	187	146	164	68	86	117	36,4	46,0	62,6		
1881-87	173	132	134	68	96	121	39,3	55,5	69,9		
Total	595	465	528	176	231	257	29.6	38.8	43.2		

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 4.6 Número de indivíduos transacionados, número de pessoas com vínculo familiar e percentual de inserção em famílias escravas segundo período, sexo e idade: Batatais (1861-87)

		Total		Iı	ndivíduos co	m	% de p	% de pessoas inseridas em		
	t	ransacionad	lo	ví	inculo famili	ar	famílias escravas			
Período	Homens ¹	Mulheres ¹	Crianças ²	Homens ¹	Mulheres ¹	Crianças ²	Homens ¹	Mulheres ¹	Crianças ²	
1861-69	49	39	56	13	18	36	26,5	36,7	73,5	
1870-79	80	83	103	17	47	79	21,3	58,8	98,8	
1880-87	59	45	29	13	15	32	22,0	25,4	54,2	
Total	188	167	188	43	80	147	22.9	42.6	78.2	

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

As mulheres apresentaram maior vinculação a parentes com relação aos homens em todas as décadas. É preciso levar em consideração o fato de que, na documentação utilizada, a condição de mãe foi descrita com maior freqüência que a de pai, o que deveria estar contribuindo para os maiores porcentuais verificados para as escravas. Além disso, os homens estavam presente em maior número que as mulheres²¹⁹, fato que colocava as cativas em melhores condições para encontrar um companheiro em idade compatível²²⁰. A

²¹⁹ Nas transações envolvendo cativos também foi verificada a supremacia das pessoas do sexo masculino. Entre os cativos comercializados foram identificados 276 homens (52,6%) e 249 mulheres (47,4%); além de dezesseis ingênuos do sexo masculino e quatorze do sexo feminino. Não foi possível identificar o sexo de um dos ingênuos, uma vez que o nome do mesmo está ilegível.

¹ Indivíduos com quinze anos ou mais

² Indivíduos com quatorze anos ou menos

¹ Indivíduos com quinze anos ou mais

² Indivíduos com quatorze anos ou menos

²²⁰ Conforme explica Robert W. Slenes, a dificuldade dos cativos para encontrar uma mulher em idade compatível resultante do excesso de homens na população total deveria ser agravada pois na maioria dos casos a escolha do cônjuge era restrita apenas as pessoas do mesmo plantel: "(...) as porcentagens de homens e mulheres alguma vez casados eram extremamente sensíveis à razão de masculinidade, justamente porque os

dificuldade vivenciada pelos homens deveria ser agravada pelo fato do desequilíbrio de sexo ser ainda mais acentuado na idade adulta, momento em que se realizava a maior parte das uniões conjugais: a razão de sexo verificada entre os cativos batataenses inventariados foi anotada em 111 para os jovens (zero a quatorze anos), 122 para os adultos (quinze a quarenta e nove anos) e 157 para os idosos (cinqüenta anos ou mais) ²²¹.

De fato, a proporção de pessoas casadas ou viúvas entre as mulheres mostrou-se superior àquela observada no caso dos homens (cf. Tabelas 4.7 e 4.8).

Tabela 4.7
Distribuição dos escravos inventariados com quinze anos ou mais segundo sexo e estado conjugal: Batatais (1851-87)

	S	exo
Estado conjugal	Homens (%)	Mulheres (%)
Solteiros (as)	229 (61,1)	149 (49,0)
Casados (as)	124 (33,0)	127 (41,8)
Viúvos (as)	22 (5,9)	28 (9,2)
Total	375 (100,0)	304 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 4.8

Distribuição dos escravos transacionados com quinze anos ou mais segundo sexo e estado conjugal: Batatais (1861-87)

	S	exo
Estado conjugal	Homens (%)	Mulheres (%)
Solteiros (as)	148 (81,8)	114 (71,7)
Casados (as)	28 (15,5)	36 (22,6)
Viúvos (as)	5 (2,7)	9 (5,7)
Total	181 (100,0)	159 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

Entre as pessoas inventariadas e transacionadas, a proporção de escravas com quinze anos ou mais casadas ou viúvas igualou-se a 51,0% e 31,8%, respectivamente, ao passo

escravos praticamente não tinham acesso ao casamento religioso com pessoas que não fossem do mesmo senhor" (SLENES, 1987, p.218).

Alguns estudiosos indicam que o predomínio dos homens na população escrava teria estimulado a poliginia (união concomitante e relativamente estável entre um homem e mais de uma mulher). Mas Robert W. Slenes questiona tal suposição: "Contudo, será que o grande excesso de homens sobre mulheres necessariamente predispunha as *escravas* a dormirem 'ao acaso de seus caprichos, ora com um macho, ora com outro', como Bastide e outros estudiosos argumentavam? (...) As mulheres escravas normalmente não teriam utilizado seu maior poder de barganha *vis-à-vis* os homens para abraçar a poliandria ou embarcar de preferência em relações passageiras, sejam múltiplas ou seriais (práticas que não eram encorajadas por suas sociedades de origem), ao longo de suas vidas. Ao invés disso, teriam lutado para formar uniões mais a seu agrado (talvez até refreando as inclinações masculinas para a poliginia), enquanto procuravam conduzir suas vidas, na medida do possível, dentro das tradições africanas" (1999, p.73-74).

que apenas 38,9% dos homens inventariados e 18,2% daqueles transacionados nessa mesma faixa etária já haviam conhecido o casamento²²². Nota-se, ainda mais, uma significativa diferenciação nos percentuais observados nas escrituras e nos inventários, uma vez que, nesses últimos, menor parcela da população cativa ainda se mantinha solteira. Poder-se-ia pensar que entre os escravos transacionados o percentual de pessoas jovens fosse maior e que, portanto, muitos deles ainda não tivessem atingido idade para o casamento. Verificou-se que 33,8% dos indivíduos transacionados eram menores de quinze anos, sendo a idade média calculada em 21,5 anos. Entre aqueles inventariados, a proporção correlata mostrou-se praticamente igual (33,4%), com idade média calculada em 26,3 anos. Neste caso, a diferenciação ora observada deve estar, então, intimamente ligada às características específicas de cada fonte utilizada. Entre os negociantes deveria haver maior facilidade para vender escravos solteiros e sem vínculo familiar, especialmente após 1869, quando foi proibida a negociação de membros de famílias em separado. Nos inventários dava-se a avaliação e descrição de todo o plantel possuídos por ocasião da morte, assim a probabilidade de identificar pessoas com vínculos familiares deveria ser mais elevada.

A observação do estado conjugal e idade com separação de sexo indicou, ainda mais, que as mulheres casavam primeiro que os homens (cf. Tabelas 4.9 e 4.10).

Tabela 4.9
Distribuição dos escravos e ingênuos inventariados segundo idade, estado conjugal e sexo: Batatais (1851-87)

		e sexo	: Batatais (1921-9/)				
			Faixa	etária (d	em anos)			
		Hom	ens		Mulheres			
Estado	0 a 14	15 a 49	50 ou	Total	0 a 14	15 a 49	50 ou	Total
conjugal	(%)	(%)	mais (%)	(%)	(%)	(%)	mais (%)	(%)
	146	211	18	375	144	141	8	293
Solteiros (as)	(71,3)	(71,3)	(22,8)	(71,7)	(100,0)	(54,7)	(17,4)	(65,4)
	2	78	46	126		101	26	127
Casados (as)	(1,4)	(26,3)	(58,2)	(24,1)	-	(39,1)	(56,4)	(28,3)
		7	15	22		16	12	28
Viúvos (as)	-	(2,4)	(19,0)	(4,2)	-	(6,2)	(26,1)	(6,3)
	148	296	79	523	144	258	46	448
Total	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

²²² Na lista nominativa de 1801 referente à Lorena e Bananal, a proporção de mulheres casadas ou viúvas era de 40,7% na primeira localidade citada e 52,5% na segunda, enquanto o número referente a homens nestas mesmas condições atingiu 28,3% e 32,2% em Lorena e Bananal, respectivamente (MOTTA, 1999, p.232).

No caso dos inventários, apesar de haver dois homens e nenhuma mulher menor de quinze anos casados, menos de um terço dos cativos do sexo masculino com menos de cinqüenta anos eram casados ou viúvos, percentual que se igualou a 45,9% no caso das escravas. Além disso, apenas 17,4% das mulheres idosas ainda não haviam conhecido o casamento, já para os homens dessa mesma faixa etária essa estatística alcançou 22,8%.

O resultado foi análogo quando considerados os cativos transacionados. A proporção de homens e mulheres com até quarenta e nove anos e que conheceram o casamento igualou-se a 14,5% e 21%, respectivamente. Outrossim, verificou-se que nenhuma mulher com cinqüenta anos ou mais ainda estava solteira; já entre os homens foram identificadas seis pessoas nessa condição.

Tabela 4.10 Distribuição dos escravos e ingênuos transacionados segundo idade, estado conjugal e sexo: Batatais (1861-87)

c sexu: Bututuis (1001 07)								
	Faixa etária (em anos)							
	Homens				Mulheres			
Estado	0 a 14	15 a 49	50 ou	Total	0 a 14	15 a 49	50 ou	Total
conjugal	(%)	(%)	mais (%)	(%)	(%)	(%)	mais (%)	(%)
	47	142	6	195	55	114		169
Solteiros (as)	(100,0)	(88,2)	(30,0)	(85,5)	(100,0)	(75,0)	-	(79,0)
		19	9	28		32	4	36
Casados (as)	-	(11,8)	(45,0)	(12,3)	-	(21,1)	(57,1)	(16,8)
			5	5		6	3	9
Viúvos (as)	-	-	(25,0)	(2,2)	-	(3,9)	(42,9)	(4,2)
	47	161	20	228	55	152	7	214
Total	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

O percentual de escravos casados ou viúvos anotado em Batatais mostrou-se elevado, apesar das dificuldades que eram impostas a essas pessoas para formalizarem suas uniões:

Na verdade, do ponto de vista prático, se por um lado, os senhores de modo geral não incentivavam ou facilitavam o matrimônio de seus escravos, por outro lado, as exigências burocráticas da Igreja para a realização da cerimônia de casamento eram as mesmas para escravos e livres. E mesmo dispensando a autorização do senhor havia outras formalidades que, evidentemente, eram mais difíceis de ser cumpridas pelos escravos que pelo restante da população. (...) A exigência quanto à apresentação de certidões, para fazer correr as proclamas em três domingos ou dias santos seguidos, além das despesas que isso implicava, era a causa de uma séria de dificuldades que levavam às vezes anos para ser resolvidas, (...) (GRAF, 1986, p.23-24). ²²³

²²³ É importante lembrar que no caso de São Paulo, os obstáculos mencionados por Graf foram abrandados, conforme aponta Maria Beatriz Nizza da Silva: "Quando surgiu, no fim do século XVIII, na Capitania de São Paulo, a polêmica em torno das provisões de casamento, defendidas pelo bispo, que não queria perder os

Além disso,

(...) o casamento escravo significava para os senhores uma limitação à mobilidade de sua 'mercadoria-escravo', o que os levava a desencorajar as uniões permanentes, sobretudo após 1869, quando a separação de escravos casados, pela venda, torna-se ilegal (GIACOMINI, 1988, p.41).

Aproximadamente metade das mulheres escravas adultas inventariadas e pouco menos de 30% daquelas transacionadas nessa mesma faixa etária constituiu família através da união legal ou da maternidade (cf. Tabelas 4.11 a 4.13).

Tabela 4.11 Mulheres inventariadas com quinze anos de idade ou mais casadas, viúvas ou de estado conjugal não identificado segundo período: Batatais (1851-87)

	Nº abs.	Nº abs. (%*)		
	Mulheres	Mulheres casadas ou	Mães	
Período	inventariadas	viúvas	(ECNI)	
1851-59	89	29 (32,6)	5 (5,6)	
1861-69	98	16 (16,3)	6 (6,1)	
1871-79	146	58 (39,7)	3 (2,1)	
1881-87	132	62 (47,0)	1 (0,8)	
Total	465	165 (35,5)	15 (3,2)	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

ECNI: Estado conjugal não identificado

Tabela 4.12 Mulheres inventariadas com quinze anos de idade ou mais e mães solteiras segundo período: Batatais (1871-87)

macs soften a	s segundo periodo. 1	Dututuis (10/1 0/
	Nº abs.	Nº abs. (%*)
	Mulheres	Mães
Período	inventariadas	solteiras
1871-79	146	19 (13,0)
1881-87	132	27 (20,5)
Total	465	46 (9.9)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

^{*} Percentual sobre o total de mulheres inventariadas

^{*} Percentual sobre o total de mulheres inventariadas

Tabela 4.13

Mulheres transacionadas com quinze anos de idade ou mais casadas, viúvas,
mães solteiras ou de estado conjugal não identificado segundo período: Batatais (1861-87)

	Nº abs.		Nº abs.	(%*)	
	Mulheres	Mulheres casadas ou	Mães	Mães	Total
Período	transacionadas	viúvas	solteiras	(ECNI)	
1861-69	68	15 (22,1)	1 (1,5)	1 (1,5)	17 (25,1)
1870-79	135	22 (16,3)	24 (17,8)	1 (0,7)	47 (34,8)
1880-87	60	8 (13,3)	5 (8,3)	<u>-</u>	13 (21,6)
Total	263	45 (17,1)	30 (11,4)	2 (0,8)	77 (29,3)

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

ECNI: Estado conjugal não identificado

Os mesmos percentuais anteriormente calculados para as mulheres mostraram-se menos significativos quando considerados os cativos do sexo masculino (cf. Tabelas 4.14 a 4.16). No total, 16,2% dos homens adultos inventariados formaram famílias através do casamento ou da paternidade. Nas escrituras os homens constituíram famílias apenas por ocasião do casamento (não foram identificados pais solteiros ou de estado conjugal não identificado); e eles representavam tão-somente 11,3% do total comercializado no período de 1861 a 1887.

Tabela 4.14
Homens inventariados com quinze anos de idade ou mais casados ou viúvos segundo período: Batatais (1851-87)

	Nº abs.	Nº abs. (%*)
	Homens	Homens casados ou
Período	inventariados	viúvos
1851-59	217	28 (12,9)
1861-69	168	16 (9,5)
1871-79	281	53 (18,9)
1881-87	299	57 (19,1)
Total	965	154 (16,0)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

^{*} Percentual sobre o total de mulheres transacionadas

^{*} Percentual sobre o total de homens inventariados

Tabela 4.15

Homens inventariados com quinze anos de idade ou mais pais solteiros ou de estado conjugal não identificado segundo período: Batatais (1871-87)

	Nº abs.	Nº abs. (%*)	
	Homens	Pai	Pai
Período	inventariados	solteiro	(ECNI)
1871-79	281	-	1 (0,4)
1881-87	299	1 (0,3)	-
Total	965	1 (0,1)	1 (0,1)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

ECNI: Estado conjugal não identificado

Tabela 4.16

Homens transacionados com quinze anos de idade ou mais casados e viúvos segundo período: Batatais (1861-87)

	Nº abs.	Nº abs. (%*)
	Homens	Homens casados
Período	transacionados	ou viúvos
1861-69	79	13 (16,5)
1870-79	133	15 (11,3)
1880-87	80	5 (6,3)
Total	292	33 (11,3)

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

Nos inventários foi identificado apenas um pai solteiro e outro sem informação de estado conjugal. O escravo Gabriel, preto, solteiro, trinta e quatro anos, natural de Batatais, estava acompanhado de sua filha Alexandrina, preta, de quinze anos de idade, também solteira, ambos arrolados entre os bens do falecido capitão José Caetano de Figueiredo²²⁴, e o cativo Pedro, crioulo, de quarenta anos de idade mais ou menos, foi listado como pai de Bracelina, de dezoito anos, ambos inventariados entre os bens de Dona Marianna Emilia Osoria²²⁵.

É importante salientar que, tanto entre as pessoas inventariadas como entre aquelas comercializadas, as mulheres alguma vez casadas estiveram em praticamente todas as décadas analisadas representadas em maior número que aquelas solteiras ou com estado conjugal não identificado. A única exceção deu-se na década de 1870 entre as cativas transacionadas: naquele período, as mulheres casadas representavam 16,3% do total; ao passo que as mães solteiras e com estado conjugal não identificado somaram 18,5%.

²²⁵ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 21, processo nº 362, 1871.

^{*} Percentual sobre o total de homens inventariados

^{*} Percentual sobre o total de homens transacionados

²²⁴ Casa da Cultura de Cajuru — maço 53-A, 1883.

No caso das crianças cativas o resultado foi análogo. Os pequenos escravos inventariados ou comercializados juntamente com pais casados ou viúvos também se mostraram mais representativos em praticamente todas as décadas se comparados àqueles acompanhados de mãe/pai solteiro ou de estado conjugal não identificado, exceção feita também à década de 1870 no caso das escrituras (cf. Tabelas 4.17 a 4.19) ²²⁶.

Tabela 4.17
Filhos (menores de quinze anos) legítimos ou de pais com estado conjugal não identificado inventariados segundo período: Batatais (1851-87)

	Nº abs.	Nº abs. (%*)		
	Crianças	Filhos	Filhos de	
Período	inventariadas	legítimos	pais (ECNI)	
1851-59	143	-	6 (4,2)	
1861-69	87	6 (6,9)	10 (11,5)	
1871-79	164	83 (50,6)	6 (3,7)	
1881-87	134	82 (61,2)	1 (0,7)	
Total	528	171 (32,4)	23 (4,4)	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

ECNI: Estado conjugal não identificado

Tabela 4.18 Filhos (menores de quinze anos) naturais inventariados segundo período: Batatais (1871-87)

	Nº abs.	Nº abs. (%*)
	Crianças	Filhos
Período	inventariadas	naturais
1871-79	164	37 (22,6)
1881-87	134	51 (38,1)
Total	528	88 (16,7)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

_

^{*} Percentual sobre o total de crianças inventariadas

^{*} Percentual sobre o total de crianças inventariadas

²²⁶ Em outras localidades brasileiras os filhos legítimos também se mostraram mais representativos no total das crianças arroladas: em Lorena (1801), 41,2% dos filhos eram legítimos (e apenas 20,5% eram naturais). Já em Bananal (1801), mais da metade dos filhos eram legítimos (60,6%) e apenas 12,5% eram naturais (MOTTA, 1999, p.276). Entre os escravos de Manoel de Aguiar Vallim matriculados em Bananal (1872), por exemplo, quatro quintos das crianças eram filhos legítimos (FLORENTINO; GÓES, 1995, p.155). No entanto, diversos estudos realizados com base em registros paroquiais apontaram para um predomínio de crianças naturais entre as batizadas. No período de 1818 a 1833, 51,9% das crianças batizadas na paróquia de Santa Luzia (MG) eram naturais e 41,2% eram filhos legítimos (CORRÊA, 2004, p.19). Em São Paulo de Muriaé (MG) nos anos de 1852 a 1888, a ilegitimidade das crianças mostrou-se ainda mais expressiva: 77,6% deles eram naturais, contra 22% dos legítimos (ANDRADE, 2005, p.3).

Tabela 4.19
Filhos (menores de quinze anos) legítimos, naturais ou de pais com estado conjugal não identificado transacionados segundo período: Batatais (1861-87)

	Nº abs.	Nº abs. (%*)				
	Crianças	Filhos	Filhos	Filhos de		
Período	inventariadas	legítimos	naturais	pais (ECNI)	Total	
1861-69	56	3 (5,4)	1 (1,8)	1 (1,8)	5 (9,0)	
1870-79	103	20 (19,4)	38 (36,9)	2 (1,9)	60 (58,2)	
1880-87	29	14 (48,3)	9 (31,0)	-	23 (79,3)	
Total	188	37 (19,7)	48 (25,5)	3 (1,6)	88 (46,8)	

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

ECNI: Estado conjugal não identificado

Os resultados explicitados até aqui indicam haver uma diferenciação no que se refere às relações estabelecidas pelas pessoas inventariadas e aquelas comercializadas. Entre os cativos inventariados a proporção de homens e mulheres que já haviam conhecido o casamento mostrou-se mais elevada se comparada àquela vigente para os escravos transacionados. Como conseqüência desse menor índice de casamento naquela população, verificou-se que, em dado momento, as mães solteiras e seus filhos naturais mostraram-se mais representativos no total da população comercializada que aquelas casadas ou viúvas e seus filhos legítimos. Nos inventários, por outro lado, observou-se o predomínio, ao longo de todo o período selecionado, dos homens e mulheres casados viúvos sobre a população adulta e dos filhos legítimos sobre o total das crianças arroladas.

Diante desses resultados, dever-se-ia esperar que as relações familiares estabelecidas entre as pessoas inventariadas diferissem daquela vigente entre os cativos e ingênuos comercializados. De fato, verificou-se um predomínio das relações "regularmente constituídas" *vis-à-vis* as demais entre as pessoas inventariadas, o que foi verificado com o auxílio das informações referentes ao tipo das famílias escravas identificadas (cf. Tabelas 4.20 e 4.21 e Gráficos 4.1 a 4.6).

^{*} Percentual sobre o total de crianças transacionadas

Tabela 4.20 Número e porcentual de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos inventariados segundo tipo da família escrava: Batatais (1851-87)

	N. abs. (%)	N. abs. (%)			
Tipo	Unidades familiares	Escravos	Ingênuos	Total	
Casal endogâmico ¹ com filho(s)	55 (20,5)	208 (36,0)	61 (43,9)	269 (37,5)	
Casal endogâmico sem filho(s)	65 (24,3)	130 (22,5)	-	130 (18,1)	
Casal exogâmico ² com filho(s)	2 (0,7)	2 (0,3)	8 (5,8)	10 (1,4)	
Casal exogâmico sem filho(s)	1 (0,4)	1 (0,2)	-	1 (0,2)	
Casal incompleto ³ com filho(s)	5 (1,9)	13 (2,2)	6 (4,3)	19 (2,6)	
Casal incompleto sem filho(s)	20 (7,4)	20 (3,5)	-	20 (2,8)	
Solteiro (a) com filho (s)	47 (17,4)	86 (14,9)	49 (35,2)	135 (18,8)	
Viúvo(a) com filho (s)	13 (4,9)	29 (5,0)	13 (9,4)	42 (5,9)	
Pai/Mãe(ECNI ⁴) com filho (s)	16 (6,0)	37 (6,4)	1 (0,7)	38 (5,3)	
Irmãos (ãs)	5 (1,9)	11 (1,9)	1 (0,7)	12 (1,7)	
Irmãos (ãs) com filho/sobrinho	1 (0,4)	3 (0,5)	-	3 (0,4)	
Pseudofamílias ⁵	38 (14,2)	38 (6,6)	-	38 (5,3)	
Total	268 (100,0)	578 (100,0)	139 (100,0)	717 (100,0)	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 4.21 Número e porcentual de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos transacionados segundo tipo da família escrava: Batatais (1861-87)

transacionados segundo tipo da famina escrava. Datatais (1801-87)						
	N. abs. (%)	N. abs. (%)				
Tipo	Unidades familiares	Escravos	Ingênuos	Total		
Casal endogâmico ¹ com filho(s)	12 (6,1)	41 (14,3)	11 (36,7)	52 (16,5)		
Casal endogâmico sem filho(s)	9 (4,6)	18 (6,3)	-	18 (5,7)		
Casal incompleto ² com filho(s)	1 (0,5)	2 (0,7)	-	2 (0,6)		
Casal incompleto sem filho(s)	22 (11,2)	22 (7,7)	-	22 (7,0)		
Solteira com filho (s)	30 (15,2)	60 (21,0)	16 (53,3)	76 (24,1)		
Viúvo (a) com filho (s)	4 (2,0)	9 (3,1)	3 (10,0)	12 (3,8)		
Mãe(ECNI ³) com filho (s)	2 (1,0)	5 (1,7)	-	5 (1,6)		
Irmãos (ãs)	7 (3,6)	16 (5,6)	-	16 (5,1)		
Irmãos (ãs) com filho/sobrinho	1 (0,5)	4 (1,4)	-	4 (1,3)		
Viúvos (as) sem filho (s)	10 (5,1)	10 (3,5)	-	10 (3,2)		
Pseudofamílias Crianças sós 4	96 (48,7)	96 (33,6)	-	96 (30,4)		
Órfãos	3 (1,5)	3 (1,0)	-	3 (0,9)		
Total	197 (100,0)	286 (100,0)	30 (100,0)	316 (100,0)		

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

¹ Considerou-se como casais endogâmicos aqueles nos quais ambos os cônjuges eram escravos.

² Considerou-se como casais exogâmicos aqueles que compreendiam um cônjuge escravo e o outro forro ou livre.

³ O termo "incompleto" indica a impossibilidade de identificação de um dos cônjuges.

⁴ECNI: Estado conjugal não identificado.

⁵ Dentro dessa classe foram identificados apenas viúvos (as) sem filho (s).

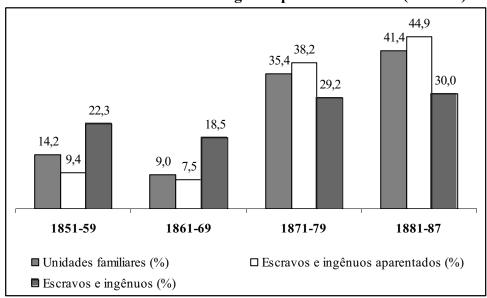
¹ Considerou-se como casais endogâmicos aqueles nos quais ambos os cônjuges eram escravos.

² O termo "incompleto" indica a impossibilidade de identificação de um dos cônjuges.

³ ECNI: Estado conjugal não identificado.

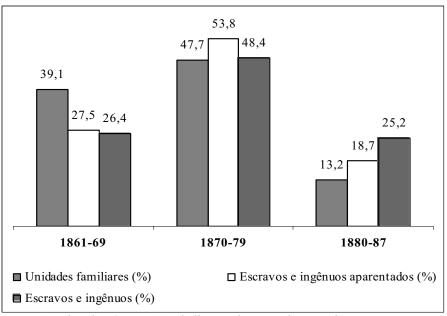
⁴ Crianças menores de quinze anos desacompanhadas do pai e/ou mãe

Gráfico 4.1 Proporção de unidades familiares, escravos e ingênuos aparentados e total de indivíduos inventariados segundo período: Batatais (1851-87)



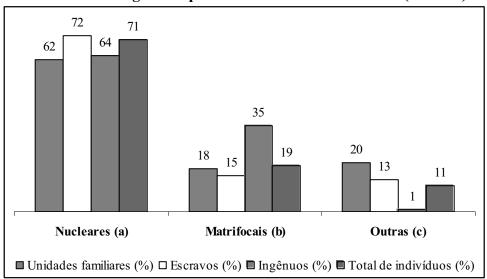
Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Gráfico 4.2 Proporção de unidades familiares, escravos e ingênuos aparentados e total de indivíduos transacionados segundo período: Batatais (1861-87)



Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

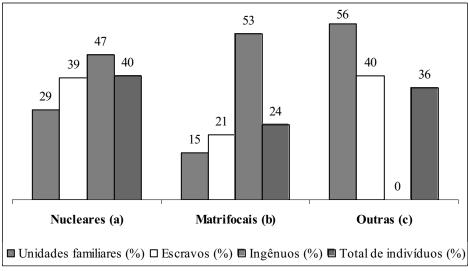
Gráfico 4.3
Proporção de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos inventariados segundo tipo da família escrava: Batatais (1851-87)



Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

- (a) Estão definidas como famílias nucleares aquelas compostas por casais ou viúvos e sua prole, se existente, e pelos irmãos.
- (b) Estão definidas como famílias matrifocais aquelas que reúnem mães/pais e filhos naturais.
- (c) Estão inseridas na categoria "outras" as famílias formadas por pais/mães sem estado conjugal identificado e seus filhos e as pseudofamílias.

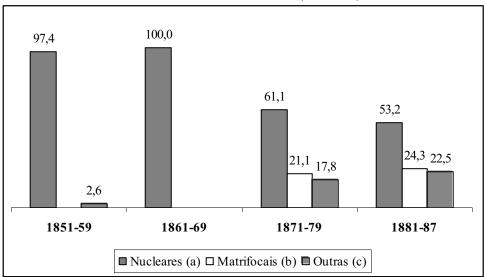
Gráfico 4.4
Proporção de unidades familiares, escravos, ingênuos e total de indivíduos transacionados segundo tipo da família escrava: Batatais (1861-87)



Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

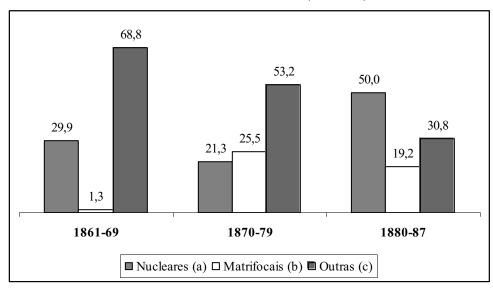
- (a) Estão definidas como famílias nucleares aquelas compostas por casais ou viúvos e sua prole, se existente, e pelos irmãos.
- (b) Estão definidas como famílias matrifocais aquelas que reúnem mães e filhos naturais.
- (c) Estão inseridos na categoria "outras" as famílias formadas por mães sem estado conjugal identificado e seus filhos e as pseudofamílias.

Gráfico 4.5
Proporção de unidades familiares inventariadas segundo tipo da família escrava: Batatais (1851-87)



- (a) Estão definidas como famílias nucleares aquelas compostas por casais ou viúvos e sua prole, se existente, e pelos irmãos.
- (b) Estão definidas como famílias matrifocais aquelas que reúnem mães/pais e filhos naturais.
- (c) Estão inseridas na categoria "outras" as famílias formadas por pais/mães sem estado conjugal identificado e seus filhos e as pseudofamílias.

Gráfico 4.6 Proporção de unidades familiares transacionadas segundo tipo da família escrava: Batatais (1861-87)



Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

- (a) Estão definidas como famílias nucleares aquelas compostas por casais ou viúvos e sua prole, se existente, e pelos irmãos.
- (b) Estão definidas como famílias matrifocais aquelas que reúnem mães e filhos naturais.
- (c) Estão inseridas na categoria "outras" as famílias formadas por mães sem estado conjugal identificado e seus filhos e as pseudofamílias.

O significativo predomínio das famílias do tipo nuclear entre aquelas identificadas nos processos de inventário foi observado ao longo de todos os anos analisados, com destaque para os casais endogâmicos com ou sem filhos. Por conta de sua maior representatividade, essas famílias concentravam uma parcela expressiva dos indivíduos inventariados. Já as famílias chefiadas por pais ou mães de estado conjugal não identificado e por viúvos com filhos mostraram-se pouco representativas no total arrolado.

Por outro lado, as crianças sós, as mães solteiras com sua prole e os casais incompletos sem filhos congregaram a maior parte dos indivíduos negociados. A presença das famílias do tipo nuclear e de seus membros escravos e cativos foi mais expressiva que aquela referente às famílias matrifocais tão-somente nos anos de 1861 a 1869. É interessante observar o número significativo de crianças transacionadas sem pai e/ou mãe presente (s), principalmente após o ano de 1869, momento em que essa prática foi proibida pela legislação imperial. Pouco menos da metade das crianças sós identificadas (quarenta e seis) foram negociadas no período 1870-87.

Foram identificados, ainda, quatorze casos de relações familiares estabelecidas exclusivamente entre irmãos. Dentre aqueles inventariados há, por exemplo, o caso de Adão (vinte e quatro anos) e Maria (vinte e seis), filhos de Jerônimo e Maria²²⁷ e o de Emília (quinze) e seu irmão ingênuo Mathias (oito), filhos de Gertrudes²²⁸. Observou-se, ainda, o caso dos irmãos João (dezoito) e Thomaz (sete), filhos dos libertos Custódio e Joanna, negociados entre Dona Anna Roza da Silva e Dona Messias Leodovina da Silva no dia trinta e um de julho de 1875; e o de Raphael (dezessete), Cecílio (dezesseis) e Leandro (treze), filhos de Jacintho e Porciana, vendidos a Francisco Antonio Pereira Sobrinho por Francisco Theodoro Moreira no ano de 1880.

Em dois casos específicos, um dos irmãos estava acompanhado de sua prole. A escrava Francisca, de vinte e seis anos, solteira, foi arrolada no inventário de Miguel José de Freitas juntamente de sua filha Vicência, de quinze anos, também solteira. Mãe e filha estavam acompanhadas de Rita, escrava de vinte e quatro anos, solteira, irmã de Francisca (ambas filhas de Claudiana) e tia de Vicência²²⁹. Já as escravas Rita (dez anos) e Germana (vinte e um) foram negociadas em julho de 1880 juntamente com a mãe, Anna, solteira, quarenta e cinco anos e o irmão desta, João, também solteiro e com quarenta e oito anos de idade. A média de idade desses irmãos, acompanhados ou não de seus filhos, foi calculada

_

²²⁷ Inventário de Manoel Francisco de Lima (Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 135, processo nº 3.679, 1885).

²²⁸ Inventário do capitão José Caetano de Figueiredo (Casa da Cultura de Cajuru — maço 53-A, 1883).

²²⁹ Fórum de Batatais – 2º ofício, maço 118, processo nº 3.387, 1887.

em 18,6 anos; indicando que, muitas vezes, a separação de pais e filhos dava-se na fase adulta desses últimos, provavelmente por falecimento de seus pais.

Apesar da preponderância dos grupos familiares regularmente constituídos entre aqueles inventariados, a presença de famílias chefiadas por mães solteiras ou de viúvos (as) sem filhos (pseudofamílias) não foi insignificante, principalmente no caso das mães solteiras e seus filhos. O plantel herdado pela viúva e filhos do major Joaquim Antonio Pereira Lima é um exemplo nesse sentido. Dentre os bens arrolados no inventário do major, iniciado em 1885, foram avaliados setenta e seis escravos e quarenta e dois ingênuos, resultando em 118 pessoas. Na avaliação de seus bens foram identificadas vinte e quatro famílias escravas, contemplando trinta e três escravos (43,4% do total inventariado) e todos os ingênuos arrolados. Seu plantel congregava o maior número de grupos familiares pertencente a uma mesma pessoa naquele período em Batatais. No tocante à tipologia das famílias inventariadas, identificou-se, dentre as nucleares, oito casais endogâmicos (sete com filhos e um sem prole), dois casais incompletos (um com filhos — a escrava Felipa, casada e seus quatro filhos ingênuos e outro sem filho — o escravo Januário) além da escrava viúva Thereza, de trinta e três anos e seus filhos ingênuos. De outro lado, representando as famílias matrifocais, verificou-se a presença de oito solteiras com filhos, entre elas a escrava Marcelina, de dezenove anos de idade e seus dois filhos ingênuos José e Martinho. Foram avaliados também cinco viúvos sem filhos: Brígida e Zacarias, ambos com cinquenta e um anos, Joanna de quarenta e oito anos, Joaquim, sem informação de idade e Rosana de quarenta e um anos. Nesse plantel 61,3% dos indivíduos participavam de famílias do tipo nuclear, 32,0% de famílias matrifocais e o restante (6,7%) de outros tipos de relações²³⁰.

Vale lembrar que os índices de legitimidade da população escrava batataense deveriam ser superiores aos verificados através da leitura dos inventários e das escrituras. Não deve ser descartada a hipótese de que tenha havido certo descaso com relação à legitimação das uniões, principalmente daquelas que envolviam escravos de plantéis diferentes²³¹ ou negligência da descrição da filiação paterna. Nos inventários é possível que, em alguns casos, o pai da (s) criança (s) arrolada (s) apenas com a (s) mãe (s) estivesse presente, porém, por conta da união do casal ainda não ter sido legitimada, a informação sobre o pai foi omitida pelo avaliador. Nas escrituras o fato de apenas um membro da família estar

-

²³⁰ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 52, processo nº 861, 1885.

Não foi identificado nos inventários nenhum caso em de escravo (a) casado (a) com cativos de outros plantéis. Mas esse tipo de documento não é o mais apropriado para identificar eventuais uniões interplantéis, o que deveria ser buscado através da análise dos registros paroquiais de casamento lançados naquela cidade.

sendo negociado em determinado momento pode ter significado a omissão da informação sobre seus laços de parentesco. Essa hipótese parece ser bastante realista em vista da significativa quantidade de crianças negociadas sem a presença de seu pai e/ou mãe e dos casais incompletos sem prole.

Nos processos de inventário foi identificado, ainda, um grande número de casais e viúvos sem filhos: eles eram oitenta e seis (ou 58,1%) de um total de 148 casais e trinta e oito (ou 74,5%) de um total de cinqüenta e um viúvos. Nas escrituras, por outro lado, verificou-se a presença de apenas quatro viúvas sem prole. Tal resultado não significa, necessariamente, que a maioria dos casais cativos não tenha tido filho (s) durante sua convivência, mas que as uniões matrimoniais deveriam ser descritas com maior freqüência que os vínculos paternais ou maternais. Além disso, o (s) filho (s) desses casais ou dos viúvos pode (m) ter sido vendido (s), doado(s) ou herdado(s), passando a integrar outros plantéis; e deveria haver casos em que o (s) filho (s) estava presente no mesmo plantel mas que, por algum motivo, não foi identificado o parentesco pelo avaliador²³². Por outro lado, havia um número bastante reduzido de casais exogâmicos e incompletos, o que talvez seja um indício de que boa parte dos casamentos ali realizados deu-se dentro do mesmo plantel: "não é difícil imaginar as complicações que podiam surgir quando esse tipo de união ocorria: residências diferentes, separação forçada, conflitos sobre tratamento humano e direitos de propriedade" (SCHWARTZ, 1988, p.313) ²³³.

Observou-se, ainda, uma variedade de tamanhos de famílias cativas, desde casais ou mães solteiras acompanhadas por apenas um filho até unidades familiares que agregavam mais de uma dezena de escravos e ingênuos. O exame das 138 famílias inventariadas e quarenta e oito transacionadas com um ou mais filhos sobreviventes indicou que os grupos familiares de maior tamanho não eram comuns em Batatais naquele período (cf. Tabelas 4.22 e 4.23).

2

²³² Poder-se-ia imaginar, ainda, que estes casais ainda não tenham tido filhos em virtude de sua pouca idade. Para investigar tal hipótese foram calculadas as idades médias dos homens e mulheres que compunham essas famílias. Esta estatística igualou-se a 41,1 e 37,0 anos para os casais inventariados e transacionados, respectivamente. Em vista de tais resultados, é mais provável que os filhos já tenham se separado deles, e não que eles ainda não existissem.

²³³ A ocorrência de casamentos interplantéis também não se mostrou comum em outras localidades e períodos. Em Lorena (1801), não foram encontrados, explicitamente, casos de uniões de escravos de plantéis distintos, mas o limite para esta ocorrência poderia chegar a 10,3% (o peso dos casais em que um dos cônjuges era indeterminado ou não estava presente) (COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987, p.255-56). Já em Santana do Parnaíba, Alida C. Metcalf (1987, p.238) constatou que 13% dos matrimônios registrados naquela localidade contavam com cônjuges de diferentes plantéis. Em Bananal (1801), José Flávio Motta não verificou nenhum casal do tipo exogâmico, exogâmico incompleto ou incompleto (MOTTA, 1999, p.248).

Tabela 4.22
Distribuição porcentual das famílias escravas inventariadas com um ou mais filhos sobreviventes presentes: Batatais (1851-87)

	Número de filhos					
Chefes de família ¹	1	2	3 ou mais	Total		
Casados ou viúvos	25 (33,3)	15 (20,0)	35 (46,7)	75 (100,0)		
Solteiros	23 (48,9)	14 (29,8)	10 (21,3)	47 (100,0)		
$ECNI^2$	12 (75,0)	2 (12,5)	2 (12,5)	16 (100,0)		
Total	60 (43,5)	31 (22,5)	47 (34,0)	138 (100,0)		

Tabela 4.23
Distribuição porcentual das famílias escravas transacionadas com um ou mais filhos sobreviventes presentes: Batatais (1861-87)

	Número de filhos					
Chefes de família ¹	1	2	3 ou mais	Total		
Casados ou viúvos	4 (24,0)	7 (43,8)	5 (31,2)	16 (100,0)		
Solteiros	19 (63,3)	8 (26,7)	3 (10,0)	30 (100,0)		
ECNI ²	1 (50,0)	1 (50,0)	-	2 (100,0)		
Total	24 (50,0)	16 (33,3)	8 (16,7)	48 (100,0)		

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

Aproximadamente dois terços das famílias inventariadas e mais de 80% daquelas transacionadas possuíam até dois filhos. O número total de filhos inventariados foi de 330, o que resulta em uma média de 2,4 filhos por família. No caso das escrituras foram identificados oitenta e seis filhos, sendo a média de filhos por família calculada em 1,8.

As famílias nucleares conviviam, no geral, com uma prole mais numerosa. Pouco menos da metade das famílias inventariadas chefiadas por casados ou viúvos possuía três filhos ou mais, percentual que atingiu 31,2% no caso daquelas transacionadas. Entre aquelas unidades familiares inventariadas chefiadas por mães solteiras e compostas por pais de estado conjugal não identificado e seus filhos essa mesma proporção igualou-se a 21,3% e 12,5%, respectivamente. Apenas três das trinta mães solteiras transacionadas estavam acompanhadas de três filhos ou mais. A média de filhos apurada para cada tipo de família confirma a diferenciação entre famílias matrifocais e nucleares. As quarenta e seis mães e o único pai solteiro inventariados conviviam, em média, com aproximadamente dois filhos (1,9), ao passo que os setenta e cinco casais ou pais em estado de viuvez tinham 215 filhos, resultando em uma média de três filhos por família. As dezesseis famílias transacionadas chefiadas por pais casados tinham trinta e cinco filhos (média igual a 2,2

¹ Considera-se como chefe de família o "cabeça do casal" (homem ou mulher presente)

² ECNI: Estado conjugal não identificado.

¹ Considera-se como chefe de família o "cabeça do casal" (homem ou mulher presente)

² ECNI: Estado conjugal não identificado.

por família), já as mães solteiras e aquelas sem identificação de estado conjugal foram comercializadas com 1,5 filhos, em média.

A explicação para as mães inseridas em uniões do tipo nuclear acompanharem, em média, um maior número de filhos que aquelas solteiras ou de estado conjugal não identificado poderia estar relacionada com o fato das primeiras serem mais velhas, e por isso, terem tido maiores probabilidades de gerar as crianças. Para as mulheres chefes de famílias do tipo nuclear a idade média foi calculada em 39,1 anos (inventários) e 34,0 anos (escrituras). Já as mães solteiras e de estado conjugal não identificado inventariadas tinham, em média, 29,4 e 28,0 anos. Essas mesmas estatísticas igualaram-se a 26,6 e 21,0 anos entre aquelas transacionadas. Dado que as idades médias anteriormente calculadas não foram significativamente distintas, a diferenciação quanto ao número de filhos possuídos pelas famílias legítimas ou matrifocais não deveriam relacionar-se com a idade das mães.

Outrossim, através da observação de uma diferenciação nas idades médias e na quantidade de filhos possuídos pelas mulheres inseridas ou não em uniões legítimas, podese supor que as mães solteiras legitimassem suas uniões após o nascimento do (s) primeiro (s) filho (s). Anote-se, de um lado, o peso relativo das famílias chefiadas por mães solteiras com apenas um filho sobrevivente presente (48,9% no caso dos inventários e 63,3% no caso das escrituras); além da distinta participação dos chefes de família casados, viúvos e solteiros em cada faixa etária (cf. Tabela 4.24 e 4.25).

Tabela 4.24
Distribuição dos chefes de família inventariados segundo atributos relativos ao estado conjugal e faixas etárias: Batatais (1851-87)

			8007 0 100101000	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	2000000000000 (1	00101)		
		Atribut	o relativo a	o estado	conjugal			
	Chefes de casados		Chefes de solte		Chefes de (EC)	•	Tot	al
Faixa etária dos chefes de família	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%
Menor de 25	5	3,3	12	29,3	4	28,6	21	10,1
25-34	28	18,3	17	41,5	7	50,0	52	25,0
35-44	48	31,4	10	24,4	2	14,3	60	28,8
45 ou mais	72	47,0	2	4,8	1	7,1	75	36,1
Total	153	100,0	41	100,0	14	100,0	208	100,0

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

¹ Considera-se como chefe de família o "cabeça do casal" (homem ou mulher presente)

² ECNI: Estado conjugal não identificado.

Tabela 4.25
Distribuição dos chefes de família transacionados segundo atributos relativos ao estado conjugal e faixas etárias: Batatais (1851-87)

Atributo relativo ao estado conjugal								
	Chefes de família casados/viúvos		Chefes de família solteiros		Chefes de família (ECNI ²)		Total	
Faixa etária dos chefes de família	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%
Menor de 25	9	15,5	12	40,0	2	100,0	23	25,6
25-34	14	24,1	16	53,4	-	-	30	33,3
35-44	11	19,0	1	3,3	-	-	12	13,3
45 ou mais	24	41,4	1	3,3	-	-	25	27,8
Total	58	100,0	30	100,0	2	100,0	90	100,0

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

Quando se considera, para cada faixa etária, os percentuais de chefes casados/viúvos, a participação mostra-se crescente conforme se caminha das faixas inferiores para as superiores: de um peso equivalente a 3,3% e 15,5% (nos inventários e escrituras, respectivamente) para a faixa dos menores de vinte e cinco anos passa-se a 47,0% e 41,4% para a faixa dos quarenta e cinco anos ou mais. No caso dos solteiros o resultado é inverso: de 41,5% e 53,3% para a segunda faixa passa a 4,8% e 3,3% para a última. Conforme explica Costa, Slenes e Schwartz, "(...) a hipótese é de parte das mulheres que havia gerado filhos fora do matrimônio vinha a se casar, daí decorrendo a queda da participação das mães solteiras e o correlato incremento dos porcentuais correspondentes a casadas e viúvas" (1987, p.265-266).

A maior família matrifocal verificada contava com sete membros. Trata-se da escrava Carolina, preta, solteira, de trinta e sete anos de idade e seus seis filhos ingênuos: Felicia, Roldão, Thereza, Fermina, Julião e Jeronimo; todos arrolados entre os bens do capitão João Antonio de Macedo, falecido em 1885²³⁴. De outro lado, a maior família chefiada por um casal contava onze membros e foi arrolada entre os bens herdados por ocasião do falecimento do major João Silvério de Carvalho²³⁵. A família era formada pelo casal Rufino, preto, de quarenta anos de idade, sua esposa Polidonia, preta, de trinta e quatro anos e pelos nove filhos do casal. Os filhos, seis escravos e três ingênuos, cinco homens (Salvador, Miguel, Lucio, Rufino e Domingos) e quatro mulheres (Josefa, Miguelina, Josefa e Ambrozina), tinham idades que variavam entre dezoito anos e oito meses de idade.

_

¹ Considera-se como chefe de família o "cabeça do casal" (homem ou mulher presente)

² ECNI: Estado conjugal não identificado.

²³⁴ Fórum de Batatais – 1º Ofício, maço 149, processo nº 2.031.

²³⁵ Casa da Cultura de Cajuru — maço 46-A, 1881.

Não foram verificadas, entre as famílias transacionadas, unidades familiares maiores que aquelas inventariadas. A maior família matrifocal foi comercializada em novembro de 1873. No dia quatro daquele mês e ano Francisco Venâncio de Souza vendeu ao tenente João Damaceno Pereira a escrava Rita, solteira, trinta anos, seus quatro filhos escravos — Maximiano (sete anos), Firmina (seis), Margarida (cinco) e Antonio (três) — além de Baptistina, ingênua com um ano de idade. Já entre as nucleares verificaram-se dois casos de casais acompanhados de quatro filhos. Uma dessas unidades familiares foi negociada entre Dona Maria Teodora da Conceição (vendedora) e João Villela dos Reis (comprador) em 1881. Por Rs. 3:500\$000, ele comprador adquiriu o casal Simplicio (trinta e seis anos), sua mulher Percilianna (trinta e dois), a filha escrava Laura (dez) e os filhos ingênuos Emerenciana (nascida em 05/03/1873), Porcina (nascida em 18/12/1876) e José (nascido em 29/03/1878). Essa família encabeçada por Simplicio e Perciliana já havia sido transacionada em 1874. Em dois de abril daquele ano Custodio José Vieira vendeu ao tenente João Damasceno Pereira o casal cativo, a filha escrava Laura e a ingênua Emerenciana. Vê-se que a família cresceu nesse intervalo de tempo, com o nascimento de Porcina e José.

Havia também uma diferenciação no tamanho da prole possuída por diferentes tipos de unidades familiares do tipo regular, sendo que os casais conviviam, em média, com um maior número de filhos. Entre estes a média de filhos por família atingiu 3,0, número que ficou em 2,2 no caso das famílias chefiadas por viúvos, resultado mais próximo daquele apurado para os solteiros com filhos. Acredita-se que os viúvos deveriam ter filhos mais velhos, e, portanto, com maior probabilidade de já terem sido negociados, doados ou herdados por outros senhores ou, ainda, formarem novas famílias em um mesmo plantel. Nesses dois casos o vínculo familiar não seria explicitado pelo avaliador.

Foi possível investigar, ainda, a duração das relações familiares estabelecidas entre os cativos batataenses inventariados e transacionados. O cálculo da duração das famílias cativas ali identificadas foi feito a partir da idade dos filhos mais velhos que aparecem nos inventários e escrituras. Trata-se de um procedimento precário, sujeito a diversas distorções, mas que foi aplicado na impossibilidade de utilizar as informações contidas nos registros de casamentos lançados em Batatais. Esse procedimento pode levar a diversos erros de cálculo, principalmente pelo fato de não captar a alta mortalidade das crianças cativas, pela possibilidade do filho mais velho não estar arrolado juntamente com seus pais e, principalmente, por não considerar o período de convivência estabelecido no momento anterior ao nascimento do primeiro filho, entre outros. Além disso, impossibilita a inclusão

das famílias sem prole, daquelas formadas por irmãos, crianças isoladas, órfãos ou aquelas em que não foi discriminação a idade do(s) filho(s) e considera todos os filhos arrolados como sendo frutos da união atual. No entanto, apesar dos diversos problemas ocasionados pela utilização destes cálculos, a consideração dos resultados obtidos é um recurso aproximativo que visa a esboçar a realidade verificada na localidade.

Entre as 268 famílias identificadas nos inventários, foi possível calcular a duração dos laços familiares para apenas 102 casos (38,0%), sendo cinqüenta e oito nucleares, trinta e duas matrifocais e doze chefiadas por escravos sem identificação do estado conjugal. A duração das relações estabelecidas também pôde ser calculada para quarenta e oito dos cento e noventa e sete grupos familiares transacionados, ou seja, aproximadamente um quarto do total (cf. Tabelas 4.26 a 4.29).

Tabela 4.26
Distribuição das famílias escravas (nº absoluto e porcentual) inventariadas segundo duração dos laços familiares: Batatais (1851-87)

	Tipo das famílias escravas								
Duração (em anos)	Casais endogâmicos	Casais exogâmicos	Casais incompletos	Pais solteiros	Pais viúvos	Pais (ECNI)	Total		
0 a 5	8 (18,6)	-	-	8 (25,0)	-	6 (50,0)	22 (21,6)		
5 a 10	10 (23,3)	1 (100,0)	-	16 (50,0)	2 (18,2)	4 (33,3)	33 (32,4)		
11 a 15	13 (30,2)	-	2 (66,7)	6 (18,8)	5 (45,5)	-	26 (25,5)		
16 a 20	7 (16,3)	-	-	1 (3,1)	4 (36,4)	2 (16,7)	14 (13,7)		
21 ou mais	5 (11,6)	-	1 (33,3)	1 (3,1)	-	=	7 (6,9)		
Total	43 (100,0)	1 (100,0)	3 (100,0)	32 (100,0)	11 (100,0)	12 (100,0)	102 (100,0)		

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 4.27
Distribuição dos escravos e ingênuos aparentados inventariados (nº absoluto e porcentual) segundo duração dos laços familiares: Batatais (1851-87)

Tipo das famílias escravas								
Duração	Casais	Casais	Casais	Pais	Pais	Pais		
(em anos)	endogâmicos	exogâmicos	incompletos	solteiros	viúvos	(ECNI)	Total	
0 a 5	26 (12,1)	-	-	19 (21,6)	-	13 (43,3)	58 (15,1)	
6 a 10	39 (18,1)	3 (100,0)	-	42 (47,7)	5 (13,9)	13 (43,3)	102 (26,5)	
11 a 15	75 (34,9)	-	9 (69,2)	18 (20,5)	19 (52,8)	-	121 (31,4)	
16 a 20	46 (21,4)	-	-	4 (4,5)	12 (33,3)	4 (13,4)	66 (17,1)	
21 ou mais	29 (13,5)	-	4 (30,8)	5 (5,7)	-	_	38 (9,9)	
Total	215 (100,0)	3 (100,0)	13 (100,0)	88 (100,0)	36 (100,0)	30 (100,0)	385 (100,0)	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 4.28
Distribuição das famílias escravas (nº absoluto e porcentual) transacionadas segundo duração dos laços familiares: Batatais (1861-87)

Tipo das famílias escravas								
	Duração	Casais	Casais	Pais	Pais	Pais	Irmãos com	
	(em anos)	endogâmicos	incompletos	solteiros	viúvos	(ECNI)	filho/sobrinho	Total
	0 a 5	2 (18,2)	-	18 (62,1)	-	1 (50,0)	-	21 (43,8)
	6 a 10	7 (63,6)	1 (100,0)	7 (24,1)	3 (75,0)	1 (50,0)	-	19 (39,6)
	11 a 15	2 (18,2)	-	4 (13,8)	1 (25,0)	-	-	7 (14,6)
	16 a 20	_	-	-	-	-	-	-
,	21 ou mais	-	-	-	-	-	1 (100,0)	1 (2,1)
	Total	11 (100,0)	1 (100,0)	29 (100,0)	4 (100,0)	2 (100,0)	1 (100,0)	48 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

Tabela 4.29
Distribuição dos escravos e ingênuos aparentados transacionados (nº absoluto e porcentual) segundo duração dos laços familiares: Batatais (1861-87)

	Tipo das famílias escravas									
Duração (em anos)	Casais endogâmicos	Casais incompletos	Pais solteiros	Pais viúvos	Pais (ECNI)	Irmãos com filho/sobrinho	Total			
0 a 5	8 (16,7)	-	40 (54,1)	-	3 (60,0)	-	51 (35,2)			
6 a 10	30 (62,5)	2 (100,0)	22 (29,7)	9 (75,0)	2 (40,0)	-	65 (44,8)			
11 a 15	10 (20,8)	-	12 (16,2)	3 (25,0)	-	-	25 (17,2)			
16 a 20	-	-	-	_	-	-	_			
21 ou mais	-	-	-	-	-	4 (100,0)	4 (2,8)			
Total	48 (100.0)	2 (100.0)	74 (100,0)	12 (100.0)	5 (100,0)	4 (100.0)	48 (100,0)			

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

Verifica-se, de pronto, que a grande maioria das famílias inventariadas e negociadas para as quais foi possível calcular a duração das relações estavam juntas há pelo menos quinze anos. Aproximadamente 80% dos grupos familiares inventariados e 97,9% daqueles negociados enquadravam-se nessa condição, sendo o tempo médio de união calculado em aproximadamente dez anos (10,6) para os inventariados e sete (6,9) para os negociados. Observou-se, ainda mais, que pouco menos de três quartos (73,0%) dos escravos e ingênuos inventariados e pertencentes a essas famílias inseriam-se em unidades familiares formadas há até quinze anos, percentual que se igualou a 97,2% no caso das escrituras (cf. Tabelas 4.26 e 4.28).

Foi possível identificar, apenas entre aquelas famílias inventariadas, quatro casos de grupos familiares que chegaram à segunda geração. Uma delas é formada pela escrava Bernardina, de trinta e quatro anos, seus filhos Boaventura, de nove anos e Sabrina, solteira, de vinte anos e seu neto Galdino, filho de Sabrina e que contava apenas três anos

de idade no inventário de João Manuel de Carvalho, iniciado em 1873²³⁶. O casal cativo de propriedade de Francisco Antonio Mafra e formado pelos africanos João, cinqüenta e dois anos e sua mulher Luciana, cinqüenta e nove anos, convivia com dois filhos e uma netinha, todos escravos. João e Luciana estavam acompanhados dos filhos Domingos, de vinte e nove anos, e Juliana, vinte e cinco anos, ambos nascidos em Batatais. A jovem Juliana era casada com o também crioulo Alexandre e o casal tinha uma filha: a pequena Eva, com nove anos de idade, arrolada juntamente com seus pais, avós maternos e um tio²³⁷. Essa família foi a mais duradoura identificada na amostra, formada há pelo menos vinte e nove anos, mesma idade de Domingos, filho mais velho do casal presente no inventário.

A ingênua Generoza, de apenas oito anos de idade, também teve o privilégio de conviver com seus avós maternos. Ela era filha da escrava Vicência, solteira, de vinte e cinco anos de idade e neta de Dionísio, quarenta e um anos e de sua mulher Ignacia, de cinqüenta e seis anos, todos pertencentes ao capitão José Caetano de Figueiredo, falecido a 30 de março de 1883 em Cajuru²³⁸. Por fim, há a família formada pelo casal Estevão, de quarenta e nove anos, sua mulher Maria, de cinqüenta e sete anos, suas três filhas escravas de nomes Innocencia, Marcolina e Bárbara e sua neta ingênua Maria, filha de Innocencia e com pai desconhecido²³⁹.

Havia uma diferenciação expressiva entre a duração das famílias regulares e das chefiadas por pais solteiros ou de estado conjugal não identificado. A duração média das famílias encabeçadas por casados ou viúvos foi calculada em 12,8 anos (inventários) e 8,7 anos (escrituras), estatística que se igualou a 8,4 (inventários) e 5,6 (escrituras) no caso de famílias chefiadas por mães solteiras e 6,2 (inventários) e 5,6 (escrituras) entre aquelas comandadas por pais sem informação de estado conjugal. Essa distinção no tempo de convivência familiar corrobora os dados inseridos nas Tabelas 4.30 e 4.32, visto que aproximadamente 60% (inventários) e 18,2% (escrituras) dos casais endogâmicos estavam juntos há mais de dez anos e apenas um terço dos solteiros e sua prole (inventários) e 13,8% (escrituras) encontravam-se nessa mesma condição.

Através da observação das famílias cativas inventariadas é possível, ainda mais, analisar se o tamanho das posses relacionava-se com a quantidade e o tipo das famílias formadas. A existência de plantéis como o do major Joaquim Antonio Pereira Lima, que abrigava 118 pessoas e vinte e quatro famílias, ou como o pertencente ao capitão José

 $^{^{236}}$ Fórum de Batatais — 1º Ofício, maço 16, processo nº 251.

²³⁷ Casa da Cultura de Cajuru — maço 28-A, 1879.

²³⁸ Casa da Cultura de Cajuru — maço 53-A, 1883.

²³⁹ Casa da Cultura de Cajuru — maço 46-A, 1881.

Caetano de Figueiredo e sua esposa Dona Anna Jacintha de Figueiredo, com setenta e uma pessoas e dezenove unidades familiares são indicativos de que os maiores plantéis poderiam ser mais favoráveis à formação e manutenção das famílias escravas. Em Batatais, as posses de diversos tamanhos proporcionaram a convivência familiar dos cativos, porém é bastante notório que a grande maioria das famílias identificadas concentrava-se em plantéis com dez indivíduos ou mais (cf. Tabela 4.30)²⁴⁰.

Tabela 4.30 Distribuição porcentual das famílias escravas inventariadas segundo faixas de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)

		Tipo das famílias escravas								
FTP ¹	Casais endogâmicos	Casais Exogâmicos	Casais incompletos	Solteiros com filhos	Pais (ECNI ²) com filhos	Viúvos com filhos/ pseudofamílias	Irmãos (ãs)	Total		
1	-	-	4,0	6,4	-	-	-	1,5		
2 a 4	4,1	33,3	16,0	14,9	25,0	11,8	-	10,1		
5 a 9	20,7	-	36,0	17,0	43,8	11,8	33,3	21,3		
10 a 19	14,0	-	20,0	14,9	12,5	21,6	33,3	16,4		
20 ou mais	61,2	66,7	24,0	46,8	18,8	54,9	33,3	50,7		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

¹ FTP: Faixa de tamanho dos plantéis ² ECNI: Estado conjugal não identificado

Observa-se que, no total, 67,1% das unidades familiares identificadas estavam inseridas em plantéis com dez ou mais cativos. No caso das famílias matrifocais, 61,7% delas pertenciam a senhores com dez ou mais escravos, proporção que atinge 71,5% no caso das famílias nucleares. Dentre essas últimas, destaca-se o caso dos casais exogâmicos com filhos — os dois identificados estavam nesta faixa de tamanho de plantel — e dos viúvos com filhos — 95,3% dessas famílias era possuída por senhores com dez ou mais cativos²⁴¹. De outro lado, 61,7% dos solteiros e 31,3% dos pais de estado conjugal não identificado com filhos estavam presentes nestes grandes plantéis.

2

²⁴⁰ É importante salientar que as posses escravas de maior tamanho, em face das maiores possibilidades de encontro de companheiros compatíveis, deveriam concentrar, conseqüentemente, um maior número de grupos familiares. E assim o inverso também deveria valer: por agregarem dois ou mais membros, as famílias acabavam por compor maiores plantéis.

²⁴¹ A presença maciça de viúvos em plantéis de maior monta deve estar, provavelmente, relacionado com o ciclo da família escrava proposta por Gutman (1976). O pesquisador sugere que as mudanças no ciclo familiar dos senhores afetariam diretamente a vida familiar dos escravos. Na juventude, ao casarem ou herdarem capital, os homens formavam seus próprios plantéis, que geralmente se mantinham prósperos até um certo momento de suas vidas, quando seus bens eram divididos, vendidos ou reorganizados após sua morte. Assim, a juventude e o final da vida eram caracterizadas pela baixa estabilidade da família escrava, ao contrário da "meia idade", momento em que esta instituição gozava de uma maior estabilidade. Assim, os plantéis maiores deveriam ser possuídos por pessoas com idade mais avançada e que tiveram mais tempo

A concentração dos grupos familiares nas maiores posses foi observada, em maior ou menor grau, ao longo das quatro décadas consideradas (cf. Tabela 4.31).

Tabela 4.31
Distribuição dos grupos familiares inventariados segundo período e faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)

				FTP ¹	,		
Período	Tipo de famílias	1 a 4 (%)	5 a 9 (%)	10 a 19 (%)	20 ou mais (%)	Total por categoria (%)	Total por década (%)
1851-59	Nuclear	-	11 (28,9)	4 (10,5)	17 (44,7)	32 (84,2)	38 (100,0)
1031-39	Outras	1 (2,6)	2 (5,3)	-	3 (7,9)	6 (15,8)	(100,0)
1861-69	Nuclear	2 (8,3)	5 (20,8)	6 (25,0)	5 (20,8)	18 (75,0)	24 (100,0)
1001-09	Outras	2 (8,3)	3 (12,5)	1 (4,2)	-	6 (25,0)	(100,0)
	Nuclear	6 (6,3)	12 (12,6)	14 (14,7)	24 (25,3)	56 (58,9)	_
1871-79	Matrifocal	5 (5,3)	5 (5,3)	6 (6,3)	4 (4,2)	20 (21,1)	95 - (100,0)
10/1 //	Outras	2 (2,1)	4 (4,2)	7 (7,4)	6 (6,3)	19 (20,0)	(100,0)
	Nuclear	4 (3,6)	8 (7,2)	3 (2,7)	46 (41,4)	61 (55,0)	<u>.</u>
1881-87	Matrifocal	5 (4,5)	3 (2,7)	1 (0,9)	18 (16,2)	27 (24,3)	111 (100,0)
1001 07	Outras	4 (3,6)	4 (3,6)	2 (1,8)	13 (11,7)	23 (20,7)	(100,0)
	Nuclear	12 (4,5)	36 (13,4)	27 (10,1)	92 (34,3)	167 (62,3)	2.60
1851-87	Matrifocal	10 (3,7)	8 (3,0)	7 (2,6)	22 (8,2)	47 (17,5)	268 - (100,0)
(Total)	Outras	9 (3,4)	13 (4,9)	10 (3,7)	22 (8,2)	54 (20,1)	(,-)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

¹ FTP: Faixa de tamanho dos plantéis.

A menor concentração de unidades familiares nas grandes posses deu-se nos anos 1860, quando metade das famílias inseria-se em plantéis com dez ou mais cativos; já no período de 1881 a 1887, aproximadamente três quartos das famílias identificadas participavam de plantéis desse mesmo tamanho. É interessante verificar, ainda, que nessa última década as famílias estavam presentes em posses ainda maiores: pouco menos de 70% delas foram identificadas em inventários em que vinte ou mais cativos haviam sido avaliados.

Tendo em vista a concentração das unidades familiares nas escravarias de maior porte, dever-se-ia esperar um crescimento na participação dos cativos e ingênuos aparentados na medida em que aumentavam as faixas de tamanho de plantéis (cf. Tabela 4.32).

para "acumular" escravos. Sua escravaria deveria estar em uma fase mais estável e, portanto, deveria ser formada por um número mais elevado de escravos com idade mais avançada.

Tabela 4.32 Distribuição dos escravos e ingênuos unidos por vínculos familiares segundo período e faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)

	FTP^1								
	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 ou mais	Total				
Período	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)				
1851-59	2 (3,0)	22 (32,8)	5 (7,5)	38 (56,7)	67 (100,0)				
1861-69	7 (13,0)	18 (33,3)	19 (35,2)	10 (18,5)	54 (100,0)				
1871-79	26 (9,5)	54 (19,7)	75 (27,4)	119 (43,4)	274 (100,0)				
1881-87	27 (8,4)	34 (10,6)	12 (3,7)	249 (77,3)	322 (100,0)				
Total	62 (8,6)	128 (17,9)	111 (15,5)	416 (58,0)	717 (100,0)				

No total, 73,5% das pessoas inseridas em grupos familiares foram arroladas em inventários de senhores com dez escravos ou mais. Esse porcentual foi menos significativo nos anos 1860, momento em que pouco mais da metade (53,7%) dos indivíduos pertenciam a grandes proprietários, e mais elevado no último decênio, quando 81,0% dos escravos aparentados estavam inseridos nas maiores posses. Esse resultado reflete a diferenciação verificada na concentração das unidades familiares nessas duas décadas explicitada anteriormente.

Contudo, tais conclusões devem ponderadas pela análise da distribuição dos escravos e ingênuos por faixa de tamanho de plantel (cf. Tabela 4.33).

Tabela 4.33
Distribuição porcentual dos escravos e ingênuos inventariados, unidos ou não por vínculos familiares, segundo faixa de tamanho dos plantéis: Batatais (1851-87)

	Total de e ingê		s e Escravos e ingênuos inserido família		
FTP^1	nº abs.	%	Calculado	Observado (%)	
1	86	4,9	35	10 (1,4)	
2 a 4	309	17,5	126	52 (7,3)	
5 a 9	415	23,5	168	128 (17,9)	
10 a 19	273	15,5	111	111 (15,5)	
20 ou mais	682	38,6	277	416 (58,0)	
Total	1.765	100,0	717	717 (100,0)	

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

¹ FTP: Faixa de tamanho dos plantéis.

Poder-se-ia supor que a concentração das famílias escravas e de seus membros nos maiores plantéis deveria ser tão-somente consequência do fato de os escravos e ingênuos estarem presentes em maior número nesses plantéis de maior porte. No entanto, o cômputo dos dados relativos a escravos e ingênuos, inseridos ou não em famílias e distribuídos nas

¹ FTP: Faixa de tamanho dos plantéis.

distintas faixas de tamanho dos plantéis afasta esta hipótese. Os dados contidos na Tabela 4.24 indicam que aproximadamente metade (54,1%) das pessoas arroladas pertencia a senhores de dez ou mais escravos, ratificando a idéia de que a maioria dos indivíduos pertencia a grandes proprietários de escravos. Entretanto, a proporção de escravos e ingênuos unidos por laços parentais e avaliados nestes plantéis de maior porte atingiu 73,5%, indicando, assim, que os indivíduos que formavam as 268 famílias escravas apuradas concentravam-se mais que proporcionalmente nas grandes posses.

Luna e Klein, em estudo sobre a capitania de São Paulo (1750-1850), consideram que a concentração de indivíduos com laços de parentesco nos maiores plantéis é um resultado paradoxal, visto que nestas grandes posses o desequilíbrio de sexos em favor dos homens era mais acentuado:

While one might expect the increase of males, which occurred as size of holding increased, to have had a negative impact on marriage rates, just the opposite occurred. Thus, among adults (that is those slaves 15 years of age and older) the percentage of those married increased in relation to the size of the holding in which they resided. This paradoxical result is found in all five regions of the province [Vale do Paraíba, Capital, Oeste Paulista, Caminho do Sul e Litoral/JG]. (2003, p.149).

A diferença apurada no perfil de escravos convivendo em escravarias de maior ou menor porte é comumente explicada pelas maiores oportunidades de encontrar companheiros compatíveis conforme se elevava o tamanho dos plantéis, o que, por sua vez, contribuía para o estabelecimento de laços parentais entre os cativos e para a reprodução natural: "o consenso, em função das maiores oportunidades para o acasalamento, as posses médias e grandes eram mais favoráveis à reprodução positiva. Mas devemos notar o inverso: reprodução influencia o tamanho" (PAIVA; LIBBY, 1995, p.221). Tal limitação impunha-se pois a formação dos casais dava-se, primordialmente, entre escravos do mesmo senhor. Nos plantéis menores, a probabilidade de achar parceiro do sexo oposto e na faixa etária compatível era muito menor que nos maiores, apesar de nestes últimos haver maior equilíbrio de sexo. Adicionalmente, havia diferenças, por parte dos proprietários, no estímulo ao matrimônio entre seus cativos, o que poderia contribuir para maior ou menor possibilidade de crescimento vegetativo. Os pequenos proprietários não permitiam e até mesmo dificultavam os casamentos fora de suas propriedades, já os proprietários de grande porte permitiam a ocorrência de matrimônios e/ou de uniões consensuais, quiçá para garantir a reprodução de sua mão-de-obra escrava. O inventário do major João Silvério de Carvalho, falecido em 1881, é um exemplo nesse sentido. Naquele momento foram avaliados vinte e seis escravos e seis ingênuos, mas foram anotadas poucas informações sobre essas pessoas (apenas cor, idade e estado). O documento trouxe anexa uma cópia da Relação de Matrícula de seus escravos realizada em Cajuru em data de dez de dezembro de 1872, com informações mais completas sobre os cativos (filiação, aptidão, profissão e observações, além das anteriormente citadas). Nas observações referentes aos trinta cativos em posse do major no momento da classificação foi explicitada a forma prévia de aquisição daquelas pessoas: seis delas houveram por herança, treze por compra e onze eram "crias da casa". Todos os escravos tidos como "crias da casa" eram filhos legítimos de casais herdados ou comprados: seis filhos de Rofino e Polidonia, três filhos de Pedro e Fermina e um filho de Eduardo e Aguida. Não é possível afirmar que o major estimulava a formação de famílias em seus plantéis e, conseqüentemente, a reprodução de seus cativos, porém pouco mais de um terço dos escravos que ele possuía em 1872 era resultante das uniões familiares estabelecidas entre seus cativos.

A existência de um grande número de indivíduos inseridos em famílias auxilia no entendimento da presença significativa de crianças no total inventariado e transacionado. Porém, para avançar a investigação do potencial reprodutivo dessa população e, portanto, da suposta ocorrência de crescimento vegetativo positivo, focou-se a análise nas crianças e mulheres arroladas. Em uma primeira aproximação, vê-se que o número de crianças dentro da amostragem foi significativo em todos os períodos considerados (cf. Tabela 4.34 e 4.35).

Tabela 4.34
Participação das crianças (0-14 anos) inventariadas na população escrava segundo período: Batatais (1851-87)

periodo: Batatais (1021 07)							
Período	População total	Crianças (%)					
1851-59	393	143 (36,4)					
1861-69	327	87 (26,6)					
1871-79	515	164 (31,8)					
1881-87	530	139 (26,2)					
Total	1.765	533 (30,2)					

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Tabela 4.35
Participação das crianças (0-14 anos) transacionadas na população escrava segundo período: Batatais (1861-87)

berioud: Bututuis (1001 07)							
Período	População total	Crianças (%)					
1861-69	147	56 (38,1)					
1870-79	269	103 (38,3)					
1880-87	140	29 (20,7)					
Total	556	188 (33,8)					

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

A participação das crianças cativas no total transacionado mostrou-se mais elevada que aquela verificada com a consulta dos inventários. O comércio de crianças escravas naquele período era intenso, ainda mais porque grande parte dessas crianças foi negociada desacompanhada do pai e/ou mãe. Conforme explicitado anteriormente, a lei de 1869, proibindo esse tipo de transação, não foi devidamente respeitada e seu impacto foi sentido apenas nos anos 1880, momento em que as crianças passaram a compor uma menor proporção dos cativos negociados naquela localidade.

Para ampliar a investigação acerca da possibilidade de reprodução da população escrava, optou-se pela consideração de três indicadores: (1) razão criança-mulher²⁴², (2) percentual de crianças (zero a nove anos) no total da população e (3) representatividade das mulheres em idade fértil²⁴³ sobre o total de mulheres presentes na amostra. A elevada participação das crianças escravas e ingênuas no total da população inventariada e transacionada somada a um número significativo de mulheres em idade fértil resultou em estimativas de razão criança-mulher bastante expressivas (cf. Tabelas 4.36 e 4.37)²⁴⁴.

_

²⁴² A razão criança – mulher é calculada como a razão entre o número de crianças (zero a quatro ou zero a nove anos) e o número de mulheres em idade fértil (quinze a quarenta e quatro ou quinze a quarenta e nove anos) e é geralmente expressa por mil habitantes, revelando, assim, o número de crianças para cada mil mulheres em idade fecunda. Trata-se de uma estimativa da fecundidade escrava, "a crude *proxy* for fertility in the absence of vital statistics for this period" (LUNA; KLEIN, 2003, p.138). A utilização dessa estatística para as conclusões acerca da fecundidade das mulheres escravas deve ser ponderada, conforme advertem Thomas W. Merrick e Douglas H. Graham: "O numerador (crianças escravas) pode ser subestimado em conseqüência da alforria de crianças, enquanto o denominador (mulheres escravas) pode ser exagerado pela inclusão de escravas sem filhos, através do comércio escravistas (ou pela migração inter-regional em comparações regionais). De maior importância é o fato de que o numerador é afetado pela mortalidade infantil, muito elevada nas populações escravas" (1981, p.84). Ademais, o uso dos inventários não permite o conhecimento das porcentagens de crianças e mulheres em idade fértil que faleceram ou migraram no momento anterior à abertura do processo.

²⁴³ São geralmente consideradas mulheres em idade fértil aquelas com idade entre quinze e quarenta e quatro ou quinze a quarenta e nove anos de idade.

A estatística calculada em Batatais mostrou-se superior àquela apurada por Marcondes e Falci (2001, p.12) para Teresina (762) em 1875. Por outro lado, esta razão mostrou-se inferior àquelas calculados por Heloisa M. Teixeira (2001, p.124): a razão entre os escravos e ingênuos entre zero e nove anos e as mulheres entre quinze e quarenta e nove anos inventariados em Mariana entre 1850 e 1888 foi apurada em 925.

Tabela 4.36
Estatísticas auxiliares na análise do potencial reprodutivo da população escrava inventariada por período: Batatais (1851-87)

	Crianças (%)*	Mulheres em idade fértil (%)**	Razão criança- mulher
Período/Idade (em anos)	0 — 9	15 — 49 anos	0 — 9/15 — 49
1851-59	98 (24,7)	74 (42,0)	1.324
1861-69	56 (17,3)	74 (46,5)	757
1871-79	96 (19,8)	122 (50,8)	787
1881-88	48 (7,6)	113 (44,6)	425
Total	298 (17,4)	383 (46,1)	778

Tabela 4.37 Estatísticas auxiliares na análise do potencial reprodutivo da população escrava transacionada por período: Batatais (1861-87)

	Crianças (%)*	Mulheres em idade fértil (%)**	Razão criança- mulher
Período/Idade (em anos)	0 — 9	15 — 49 anos	0 — 9/15 — 49
1861-69	29 (51,8)	36 (52,9)	806
1870-79	59 (57,3)	80 (59,3)	738
1880-88	14 (48,3)	44 (73,3)	295
Total	102 (54,3)	160 (60,8)	638

Fonte: Arquivo do Fórum e 2º Tabelionato de Notas de Batatais

Além disso, observou-se que as modificações impostas à escravidão brasileira na segunda metade do século XIX tiveram impacto sobre o potencial de crescimento natural da população escrava batataense (cf. Tabela 4.36 e 4.37). Os dados referentes aos inventários indicam que a razão criança-mulher apresentou uma queda considerável entre os decênios de 1850 e 1860, como resultado da diminuição no número de crianças arroladas. Na década posterior, essa estatística elevou-se modestamente, mas logo depois sofreu um declínio bastante acentuado. Nos últimos anos da escravidão, o percentual de crianças no total da população teve uma redução drástica, fato que contribuiu para tal diminuição. Já as informações referentes às escrituras indicaram que a razão criança-mulher mostrou-se decrescente ao longo das três décadas consideradas, mas neste caso a

^{*} Participação das crianças no total de escravos e ingênuos presentes em cada década.

^{**}Participação das mulheres em idade fértil no total de mulheres presentes em cada década.

^{*} Participação das crianças no total de escravos e ingênuos presentes em cada década.

^{**}Participação das mulheres em idade fértil no total de mulheres presentes em cada década.

queda observada entre os anos 1870-79 e 1880-87 foi ainda significativa que aquela observada no caso dos inventários.

A perda de capacidade reprodutiva da população cativa vislumbrada através da análise da três estatísticas selecionadas deve ser resultante do impacto negativo da instituição da Lei do Ventre Livre²⁴⁵ e, ainda mais, no caso das escrituras, da proibição da negociação de crianças isoladas instituída em 1869. Conforme se explicitou anteriormente, a partir de 1871 a utilização dos serviços dos filhos das escravas foi limitada, fato que pode ter diminuído o interesse dos senhores pela reprodução como alternativa à aquisição ou manutenção de mão-de-obra²⁴⁶. Já a proibição imposta em 1869 resultou em um menor número de crianças transacionadas, ocasionando, conseqüentemente, a redução na razão criança-mulher calculada²⁴⁷.

A presença mais nítida das pessoas casadas e viúvas e sua prole inventariados nos maiores plantéis deveria contribuir, por conseguinte, para uma maior ocorrência de nascimento de crianças nessas posses²⁴⁸. De fato, os resultados obtidos para a população escrava inventariada indicaram que a elevação nos índices de fecundidade das escravas conforme se aumentava o tamanho dos plantéis (cf. Tabela 4.38)²⁴⁹.

²⁴⁵ Heloisa M. Teixeira (2001, p.124) verificou em Mariana, similarmente, a perda da capacidade reprodutiva da população escrava. A razão entre o número de crianças com menos de dez anos e o de mulheres entre quinze e quarenta e nove anos igualou-se a 881, 1.180, 885 e 658 nos anos 1850-59, 1860-69, 1870-79 e 1880-88, respectivamente.

²⁴⁶ Em trabalho anterior (MARCONDES; GARAVAZO, 2002), com base nos dados da Classificação dos Escravos datada de 1875, algumas características da população escrava batataense arrolada — ligeira predominância numérica do sexo masculino no total (54%), expressiva participação de crianças neste contingente (crianças com até nove anos representavam 25,2% do total) e elevada razão criança-mulher (calculada em 1.070) — apontam para a possibilidade de reprodução natural. Aventou-se, ademais, a possibilidade de crescimento vegetativo nos plantéis escravistas como uma forma alternativa à manutenção do sistema, em razão do final do tráfico africano.

²⁴⁷ É preciso considerar, ainda, as limitações impostas ao uso dos inventários e das escrituras para esse tipo de análise no período considerado. A instituição da Lei do Ventre Livre livrou as crianças nascidas após o ano de 1871 da escravidão e, por isso, as mesmas não deveriam, necessariamente, ser citadas nos inventários ou nas escrituras. Assim, acredita-se que o número de crianças inventariadas e transacionadas verificados tenha sido prejudicada pela eventual subestimação dos ingênuos.

²⁴⁸ Os dados apresentados por Horácio Gutiérrez para o Paraná (1800-1830) comprovam a maior participação de crianças ao passo que se elevava o número de escravos possuídos. Nos plantéis com até três escravos, 24,9% deles possuíam crianças (escravos com até nove anos de idade); sendo 74,5% esta proporção correlata para os plantéis com até seis escravos, se elevando para 86,6% em propriedades com no máximo nove cativos e 94,3% nos plantéis com até quinze escravos; atingindo então a totalidade nos plantéis que possuíam entre dezesseis e noventa e seis cativos (GUTIÉRREZ, 1987, p.310).

²⁴⁹ Em Mariana, Teixeira (2001, p.125) também verificou a elevação nos indicadores de fecundidade conforme se aumentava o porte dos escravistas. A razão criança-mulher igualou-se a 519 (posse com cinco escravos ou menos), 796 (seis a dez), 968 (onze a vinte) e 1.189 (mais de vinte).

Tabela 4.38

Distribuição dos escravos e ingênuos inventariados segundo faixa de tamanho dos plantéis e alguns indicadores de crescimento vegetativo: Batatais (1851-87)

	Crianças (%**)	Mulheres em idade fértil (%***)	Razão criança- mulher
FTP*/Idade (em anos)	0 — 9	15 — 49	0 - 9/15 - 49
2 a 4	41 (13,3)	75 (51,0)	547
5 a 9	72 (17,3)	96 (46,6)	750
10 a 19	49 (17,9)	66 (58,4)	742
20 ou mais	129 (18,9)	131 (45,3)	985
Total	291 (16,5)	368 (46,3)	791

A menor porcentagem de mulheres em idade fértil nos plantéis de maior porte e o aumento na desigualdade de sexos (razão de sexo) ao longo das faixas de tamanho de plantel poderiam apresentar-se como barreiras à reprodução natural²⁵⁰. Todavia, a razão criança-mulher aumentou gradativamente ao longo das faixas, indicando que a maior presença de indivíduos casados e viúvos estaria diretamente relacionado à formação das famílias escravas, contribuindo, dessa forma, para um maior crescimento vegetativo positivo entre os cativos:

(...) the correlation of marriage rates and size of holding also reflects the greater possibility for finding a compatible partner in larger slave-holding units. This factor of availability of partners is, in fact, the key that explains the higher children/women and potential fertility ratios (LUNA; KLEIN, 2003, p.151).

Pode-se inferir, a partir das evidências disponíveis, que havia uma taxa de fecundidade diferencial progressiva, pois a razão criança-mulher em Batatais não se estabilizou após atingir os plantéis médios, indicando que o tamanho dos mesmos poderia estar relacionado a taxas de fecundidade mais elevadas²⁵¹.

^{*}FTP = Faixa de tamanho dos plantéis considerando apenas os escravos.

^{**} Participação das crianças no total de escravos e ingênuos presentes em cada faixa de tamanho de plantel.

^{***}Participação das mulheres em idade fértil no total de mulheres presentes em cada faixa de tamanho de plantel.

²⁵⁰ A diminuição no percentual de mulheres em idade fértil não necessariamente ocasionava uma queda no potencial reprodutivo, pois se poderia supor que nas maiores posses o "risco de gravidez" para este segmento de mulheres era mais elevado em vista da presença mais acentuada de homens.

Horácio Gutiérrez, no estudo sobre o Paraná no início do século XIX, encontrou, em 1804, uma distribuição das crianças entre as faixas de plantéis semelhante à de Batatais: "As crianças aparecem relacionadas em plantéis de todos os tamanhos, mas com desigual freqüência (...). Ressalto, todavia, o fato de as crianças não se encontrarem na maior parte dos pequenos plantéis (...) A presença de plantéis com menores aumenta à medida que cresce o tamanho daqueles. Essa autocorrelação, de outro lado, poderia sugerir a existência de uma *fecundidade diferencial progressiva*, o que talvez seja verdadeiro em plantéis com até três escravos. Nos maiores, a razão criança-mulher fértil estabiliza-se (...), não se podendo, em conseqüência, dar completa acolhida à hipótese." (GUTIÉRREZ, 1987, p.310, itálico nosso).

Destacou-se, nas análises realizada até aqui, a questão do crescimento vegetativo entre os escravos batataenses. Diante dos indicadores encontrados — ligeira predominância do sexo masculino na população, elevada participação de crianças e razão criança-mulher elevada — considerou-se a possibilidade de reprodução natural como uma das fontes para a manutenção da escravidão em Batatais. No entanto, não só o perfil demográfico poderia estar contribuindo para a importância da reprodução natural, mas também o fato da economia estar voltada para a pecuária e o cultivo de subsistência. A geração de recursos mediante essas atividades seria insuficiente para a compra maciça de cativos como forma principal de manutenção do escravismo, sendo, então, a reprodução natural uma das alternativas mais viáveis para tal²⁵². De fato, tanto o perfil demográfico como o econômico de Batatais condicionaram-se mutuamente.

Todavia, deve-se ter cautela ao atribuir ao crescimento vegetativo total responsabilidade pela significativa presença de crianças em Batatais, pois poderia haver outros fatores contribuindo esta estrutura etária, como, por exemplo, a aquisição de crianças cativas, que eram mais baratas, pelos pequenos proprietários. Considerando as restrições de recursos dos proprietários, alternativas que não o crescimento vegetativo foram investigadas por Carlos de Almeida P. Bacellar (2001) em seu estudo de Sorocaba para o final do século XVIII e início do século XIX, na tentativa de determinar as possibilidades de aquisição de escravos por pequenos proprietários (lavradores, artesãos e costureiras). Para os plantéis com até cinco escravos, Bacellar encontrou razões de sexo inferiores aos demais e, ainda, a presença feminina era largamente majoritária entre os cativos em idade ativa, indicando que a estratégia de aquisição de mulheres pelos pequenos proprietários dava-se no momento de maior vigor físico e produtividade:

[o desequilíbrio de sexo na formação dos pequenos plantéis] indica um primeiro componente claro no mercado dos pequenos escravistas: as mulheres eram mais acessíveis, provavelmente devido ao menor preço. Ou, talvez, devido a uma possível maior versatilidade de seu uso no contexto desses domicílios onde a mão-de-obra familiar tendia a ser dominante (BACELLAR, 2001, p.147).

Além disso, a aquisição de escravas também poderia ser uma estratégia de multiplicação do plantel por meio da reprodução natural, apesar das altas taxas de

reposição da mão-de-obra era crescente nas fazendas cafeeiras do Sudeste). Assim, para o proprietário marianense, que, na segunda metade do Oitocentos, dependesse da mão-de-obra escrava, a reprodução natural poderia ser considerada economicamente viável" (TEIXEIRA, 2001, p.140-141).

²⁵² Heloisa M. Teixeira aventou essa possibilidade para a Mariana (MG) da segunda metade do Oitocentos:

[&]quot;de fato, todos os indícios — queda do índice de masculinidade, predomínio dos crioulos, alta porcentagem de crianças e laços familiares — apontam para a confirmação da importância da reprodução natural na manutenção da escravidão em Mariana. Talvez fosse esse o caminho mais vantajoso para uma região desvinculada do mercado externo. Pois, no período analisado, o preço do escravo estava bastante elevado graças ao fechamento do tráfico externo e a demanda continuamente alta (a necessidade de ampliação e

mortalidade materna e infantil. A partir destes indícios, concluiu-se que a estratégia de compra de escravos pelos pequenos proprietários tinha como objetivo principal reforçar a mão-de-obra disponível (familiar) e não para ser a principal fonte de mão-de-obra da propriedade. Uma evidência dessa estratégia foi a constatação de casos de aquisição de crianças escravas, pois mesmo que se tivesse que aguardar até que estas crianças atingissem certa idade para iniciar seus trabalhos, era uma forma válida de incorporação de escravos em um domicílio. Similarmente, em um cenário de pequena propriedade e economia voltada para o mercado interno e para a subsistência, a investigação das hipóteses alternativas à reprodução natural verificadas por Bacellar em Sorocaba é bastante relevante para a discussão da realidade batataense²⁵³.

O caráter local do comércio de cativos ali desenvolvido é evidenciado pelas informações de moradia dos compradores, vendedores e dos eventuais procuradores presentes e da naturalidade dos cativos e ingênuos transacionados²⁵⁴. Verificou-se que 88,4% das pessoas que compraram cativos e ingênuos e 80,9% daquelas que venderam residiam em Batatais (na cidade ou no termo). Em apenas quarenta transações (12,5% do total) o vendedor foi representado por um procurador, número que se igualou a tão-somente trinta e dois (10,0%) no caso dos compradores. E, ainda mais, verificou-se que sessenta e um destes setenta e dois procuradores moravam em Batatais.

Outrossim, a elevada participação das crianças no comércio confirmou a sua valorização na localidade. Com as informações obtidas nas escrituras analisadas não foi possível captar a saída expressiva de crianças ou mulheres cativas adquiridas em outras localidades (neste caso a escritura de compra e venda deveria ser registrada na cidade de destino final do cativo). No entanto, quando se observa a moradia dos compradores das mulheres adultas (maiores de quinze anos) e das crianças (meninos e meninas com quinze anos ou menos), constata-se que a maioria (82,4% no caso das mulheres e 89,5% no caso das crianças) morava em Batatais. Sabe-se, adicionalmente, que a maioria das crianças (65,6%) e mulheres (58,0%) transacionadas nasceu em Batatais, o que indica que grande

_

²⁵³ Contudo, a legislação vigente em boa parte do período considerado no presente estudo poderia dificultar o acesso dos proprietários exclusivamente às crianças cativas. Primeiramente, a aquisição de mulheres já não trazia a vantagem adicional da possibilidade de reprodução, pois os filhos destas escravas nasciam livres, direito alcançado após a Lei do Ventre Livre de 1871. Ademais, devemos considerar a Lei de 1869 que proibiu a separação dos cônjuges e dos filhos. A lei visava a garantia de manutenção da família escrava, o que acabou impondo barreiras à aquisição unicamente da criança cativa.

²⁵⁴ Foi possível identificar a informação de moradia para 97,8% dos vendedores, 96,6% dos compradores e 92,3% dos procuradores. Além disso, para 78,2% das crianças menores de quinze anos e 82,3% das mulheres adultas (com quinze anos ou mais) constou a informação do local de nascimento. Os percentuais apresentados a seguir consideram apenas as informações válidas.

parte das crianças e mulheres naturais de Batatais ficava na própria localidade, contribuindo para a formação de um perfil demográfico caracterizado pela elevada participação de crianças na população cativa total, característica que foi revelada por meio das informações dos inventários.

Visto que as famílias escravas se fizeram presentes em número significativo, que apresentavam um período de convivência relativamente elevado e que eram instituições amplamente difundidas em Batatais, resta investigar em que medida elas conseguiram se manter unidas e estáveis após a partilha dos bens de seus senhores e/ou conseguiram superar as transações por eles realizadas.

A estabilidade das famílias escravas

A presente seção tem como objetivo principal observar o destino das famílias constituídas em um momento anterior à ocorrência das partilhas, constatando se o parentesco instituído em um dado momento da vida dos cativos foi mantido; ou se, por outro lado, a partilha resultou em uma convivência menos duradoura entre pais, filhos e irmãos. Outrossim, a descrição de algumas transações envolvendo cativos também será utilizada para complementar a consideração da estabilidade dos grupos familiares analisados na seção anterior.

É preciso, esclarecer, inicialmente que, para a realização do exame proposto, foram excluídos dos cálculos os casais incompletos e exogâmicos sem filhos e as pseudofamílias, por tratar-se de "unidades familiares" compostas de um único membro, que, após a partilha, continuou isolado. Também foram excluídas da análise as famílias escravas presentes no inventário do major João Silvério de Carvalho, uma vez que aqueles escravos foram descritos mas não entraram na composição de seu patrimônio por algum motivo que não consta nos autos e, portanto, não é possível determinar o destino dos cativos aparentados²⁵⁵. Além disso, a análise da estabilidade das famílias também deve ser considerada mediante algumas das modificações ocorridas na legislação imposta ao regime escravista. As alterações relevantes neste caso iniciaram-se em 1869, como aprovação da lei proibindo a separação das famílias por ocasião de venda ou doação²⁵⁶, seguida pela Lei do Ventre Livre de 1871, que concedia plena liberdade aos filhos nascidos de escravas, e

_

²⁵⁵ Casa da Cultura de Cajuru — maço 46-A, 1881.

O Decreto n. 1695, de 15 de setembro de 1869, em seu Artigo 2º institui: "Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos" (COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil, 1869, tomo XXIX, parte I, p. 130).

pela a Lei dos Sexagenários de 1885, emancipando os escravos com idade superior a sessenta anos. Isto posto, a análise da estabilidade das famílias escravas deve ser diferenciada para o momento anterior e posterior às modificações introduzidas pelo governo imperial. Por fim, deve-se ter em mente que as manutenções ou rupturas nas unidades familiares observadas no momento da partilha não necessariamente foram "efetivadas", já que o que foi estabelecido no inventário pode não ter sido o realmente prevaleceu posteriormente ou, ainda, pode ter havido um "reajustamento" pós-inventário (via compra ou troca) para a preservação dos laços parentais²⁵⁷.

Os números apresentados na tabela abaixo estão distantes de significar que o fim da vida de um senhor batataense não punha à prova a família cativa estabelecida em seu plantel, entretanto, verificou-se, em Batatais, que a grande maioria das famílias arroladas permaneceu totalmente ou parcialmente unida após a partilha (cf. Tabela 4.39).

Tabela 4.39 Situação das famílias escravas após a partilha: Batatais (1851-87)

	Per		
Situação das famílias após a partilha	1851/69	1871/87	Total
	Nº abs. (%)	Nº abs. (%)	Nº abs. (%)
Foram separadas	2 (4,0)	18 (11,4)	20 (9,6)
Permaneceram unidas	34 (68,0)	86 (54,4)	120 (57,7)
Destino indeterminado ¹	11 (22,0)	27 (17,1)	38 (18,3)
Permaneceram parcialmente unidas ²	2 (4,0)	20 (12,7)	22 (10,6)
Membros foram emancipados	-	7 (4,4)	7 (3,4)
Falecimento de membro	1 (2,0)	-	1 (0,5)
Total	50 (100,0)	158 (100,0)	208 (100,0)

Fonte: Arquivo do Fórum de Batatais e Casa da Cultura de Cajuru

Observa-se que as unidades familiares avaliadas nas duas décadas iniciais do período foram menos prejudicadas no momento da partilha, já que a proporção de famílias que permaneceu total ou parcialmente unida após a efetivação das partilhas realizadas

¹ Pelo menos um dos membros da família foi destinado ao pagamentos de dívidas ou custas do inventário ou cada membro foi destinado a mais de um herdeiro, sendo então desconhecido seu destino final.

² Os membros foram destinados a herdeiros distintos, sendo que pelo menos dois membros ficaram em poder do mesmo herdeiro.

²⁵⁷ No estudo do plantel de Dona Anna de Oliveira Rosa, uma proprietária residente em Apiaí (SP) que teve seu plantel analisado por José Flávio Motta e Agnaldo Valentin (2002) foram apontados alguns indícios de que este reajustamento possa realmente ter ocorrido. Os autores constataram que, em recenseamentos pesquisados para anos posteriores à divisão da herança de Dona Anna, alguns escravos que haviam sido delegados a determinados herdeiros apareceram em fogos de outros.

nesses lustros chegou a 72,0% contra 67,1% verificados nas duas décadas posteriores. Tal resultado não deveria ser esperado, uma vez que a nova legislação imposta ao sistema escravista pós 1869 tinha como objetivo final evitar a separação das famílias.

A consideração das unidades familiares negociadas na segunda metade dos Oitocentos em Batatais levanta alguns indícios de que, por algum motivo, a lei de 1869 não estava sendo cumprida naquele local. No período 1861-87, foram identificadas noventa e seis crianças menores de quinze anos transacionadas sem o pai e/ou a mãe, sendo que aproximadamente metade (quarenta e seis) foi negociada entre 1870 e 1887. O caso do escravo Faustino é interessante nesse sentido. No dia cinco de outubro de 1875, João Dias Campos, morador no Termo de Batatais, vendeu a Francisco Alves Tostes, residente naquele mesmo Termo, a parte que lhe cabia no escravo de nome Faustino, de quatorze anos, solteiro, natural de Batatais, pela quantia de Rs. 433\\$000. Aproximadamente um mês depois, em seis de novembro do mesmo ano, Francisco Alves Tostes adquiriu mais uma parte do referido escravo a José Pereira da Silva. O texto da escritura dessa última transação indica que a idade do escravo Faustino deve ter sido alterada para evitar o descumprimento da lei: "(...) e pelo vendedor me foi dito que na presença de duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, que ele é senhor e possuidor de parte no Escravo de nome Faustino, crioulo, de quatorze anos de idade, digo, dezessete anos de idade, natural desta cidade (...)".

A partilha dos escravos pertencentes ao coronel Manoel Antonio Pereira e à sua esposa Dona Juliana Josepha da Silva, ambos falecidos no ano de 1875, também servem como o exemplo do desrespeito à lei de 1869²⁵⁸. Dentre os ativos possuídos pelo dito coronel e sua esposa foram avaliados quarenta e sete escravos, sendo que vinte e cinco deles formavam as cinco famílias escravas identificadas (três casais endogâmicos com filhos, uma viúva com uma filha e um viúvo sem filhos). No auto da partilha, ocorrido em vinte e nove de novembro de 1875, o casal Marcelino, de cinqüenta e um anos, sua mulher Feliciana de trinta e oito anos e seus seis filhos também não tiveram destino comum: Feliciana foi dividida entre quinze herdeiros, que pagaram por sua liberdade; já seu marido Marcelino e cada um dos seis filhos foi herdado por sete dos cinqüenta e cinco herdeiros do casal falecido²⁵⁹. Neste caso, apenas o filho mais velho presente, Maximiano, que contava dezessete anos à época, poderia ser separado dos pais. Os demais, Martinho

-

²⁵⁸ Fórum de Batatais – 1º Ofício, maço 77, processo nº 1.065.

²⁵⁹ Os cinqüenta e cinco herdeiros do casal falecido eram compostos por filhos, netos e bisnetos da primeira, segunda e terceira núpcias dos inventariados, visto que os dois já haviam sido casados duas vezes antes desta última união, a terceira para ambos.

(quatorze anos), Silvestre (treze), Cyprianna (onze), Joanna (dez) e Thereza (quatro), deveriam permanecer junto à mãe, o que não ocorreu. Já a família formada pela escrava viúva Felizarda e sua filha Magdalena não deveria — e não foi — beneficiada pela lei, uma vez que a filha, de quinze anos, foi destinada ao neto Francisco Alves de Araújo Neto, ao passo que Felizarda coube a Serafim Ferreira Borges, cuja mulher era neta do casal falecido

Ainda nesse mesmo plantel, existem exemplos de destinos diferentes. Outra sorte teve o casal José e Michaella e seus seis filhos, que conseguiram manter-se parcialmente unidos: a mãe Michella e quatro filhos — David, Rita, Bernardo e João foram herdados por Isaac Pereira Lima, filho do segundo consórcio da inventariada; enquanto que o pai José e os filhos Vitalina e Fermino foram destinados a outros três herdeiros.

Outros dois casos de separação de famílias escravas ocorreram nas partilhas dos bens de Maria Francisca de Jesus²⁶⁰ e Anna Clara de Jesus²⁶¹. No inventário de Maria Francisca, datado de 1865, a separação ocorreu com o casal formado pelos escravos Manoel, de sessenta anos e Catharina, de cinqüenta anos. A falecida Maria Francisca deixou treze herdeiros, oito filhos e cinco netos. Manoel e Catharina, ambos avaliado em 250\$000, foram destinados a quatro herdeiros distintos: as filhas Joanna e Maria Martinha foram depositárias de Manoel enquanto que a escrava Catharina foi destinada às filhas Ana e Thomasia. Já no inventário de Anna Clara, iniciado em 1873, a separação deu-se com a família formada pela escrava Vicência, trinta e nove anos, solteira, e seu filho Benedito de cinco anos. O viúvo, Manoel José Rodrigues, foi contemplado com o filho Benedito, avaliado em 600\$000, ao passo que a propriedade sobre sua mãe Vicência, avaliada em 200\$000, foi dividida entre os nove herdeiros, todos filhos do casal.

No caso da falecida Maria Francisca, a separação da família pode não ter sido desejável, mas ocorreu porque após o pagamento das dívidas e custas os herdeiros receberam legítimas de valores inferiores ao atribuído à família escrava arrolada como um todo. O casal Manoel e Catharina foi avaliado no total em 500\$000, sendo que a legítima dos herdeiros filhos foi de 455\$068 e a dos netos apenas 91\$014. Já na partilha dos bens de Anna Clara, a meiação destinada ao viúvo foi de 1:089\$343, valor suficiente para a posse de Vicência e Benedito, avaliados em 800\$000 no conjunto. Nesse mesmo sentido, a separação das duas famílias citadas no parágrafo anterior também poderia ter sido evitada. A legítima dos filhos do primeiro e segundo consórcios dos inventariados variou entre

²⁶⁰ Fórum de Batatais – 1º Ofício, Maço 13, processo nº 176.

_

²⁶¹Fórum de Batatais – 1º Ofício, Maço 120, processo nº 1571.

18:394\$373 e 16:979\$422, valores bastante superiores aos atribuídos às famílias separadas: Marcelino, Feliciana e seus filhos foram avaliados em 6:850\$000 e Felizarda e Magdalena em 950\$000.

Cumpre ressaltar, ademais, o destino de outras três famílias. A escrava Luzia, viúva, acompanhada de seu filho ingênuo Jerônimo, pertencentes ao falecido alferes Antonio Alves Ferreira²⁶² e o casal José e Rita, ambos com cinqüenta anos de idade e avaliados no inventário do capitão Domingos José Fernandes²⁶³ foram emancipados. Já o escravo Manoel, de quarenta anos de idade separou-se de sua mulher Thereza, de trinta e seis anos de idade em decorrência de uma fatalidade: a escrava Thereza faleceu em meio à realização do inventário do capitão Bento Barbosa de Magalhães²⁶⁴.

No entanto, é necessário ter em mente que o fato dos escravos terem sido destinados a herdeiros distintos não significa necessariamente que a ruptura dos laços parentais estabelecidos realmente ocorreu. No caso da família formada pela escrava Anna e seu filho Renascido, arrolados no inventário de Francisca Placidina de Arantes (1853)²⁶⁵, os dois escravos não tiveram destino comum, visto que a mãe foi herdada pela órfã Hipólita e o filho pelo viúvo. Entretanto, é bastante provável que mãe e filho tenham continuado unidos, uma vez que a órfã depositária da escrava Anna possuía apenas três anos de idade no ato da partilha e provavelmente continuou vivendo junto de seu pai, possibilitando a manutenção da relação da escrava Anna com seu filho.

A análise dos casos de prováveis rupturas descritos anteriormente indica que vários tipos de famílias passaram por esta difícil situação, porém constatou-se uma diferenciação nos destinos das famílias regularmente constituídas e das demais (cf. Tabela 4.40).

 $^{^{262}}$ Fórum de Batatais – 1º Ofício, Maço 10, processo nº 51.

²⁶³ Fórum de Batatais – 1º Ofício, Maço 79, processo nº 1082.

²⁶⁴ Fórum de Batatais – 1º Ofício, Maço 86, processo nº 1114.

²⁶⁵ Fórum de Batatais – 1º Ofício, Maço 31, processo nº 489.

Tabela 4.40 Situação das famílias após a partilha segundo tipo da família escrava (%): Batatais (1851-87)

	Tipo de família				
Período					
	Destino das famílias após a partilha	Nucleares	Matrifocais	Outras	Total
	Foram separadas	2,6	-	9,1	4,0
	Permaneceram unidas	69,2	-	63,6	68,0
1851/69	Destino indeterminado ¹	20,5	-	27,3	22,0
	Permaneceram parcialmente unidas ²	5,1	-	-	4,0
	Falecimento de membro	2,6	-	-	2,0
	Total	100,0	-	100,0	100,0
	Foram separadas	10,7	13,0	11,1	11,4
	Permaneceram unidas	51,5	63,0	44,4	54,4
1871/87	Destino indeterminado ¹	20,4	13,0	=	17,1
	Permaneceram parcialmente unidas ²	14,6	10,9	-	12,7
	Membros foram emancipados	2,9	-	44,4	4,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Ressalta-se, desde logo, que nas décadas de 1850 e 1860 a grande maioria das famílias formadas por casais (com ou sem prole), por viúvos com filhos ou aquelas encabeçadas por pais de estado conjugal não identificado puderam manter-se unidas após as partilhas realizadas, principalmente no caso das nucleares. Mais de dois terços dos casais endogâmicos e 63,6% dos pais de estado conjugal não identificado e seus filhos foram destinados ao mesmo herdeiro.

A ausência de famílias matrifocais nos anos 1851-69 impossibilita a comparação de sua estabilidade com a das demais, mas para o período 1871-87 tal comparação torna-se possível. Nestas últimas duas décadas, os casais exogâmicos com filhos apresentaram uma maior estabilidade — os dois identificados permaneceram unidos — e, por outro lado, os viúvos com filhos foram mais prejudicados: apenas três das treze famílias desse tipo mantiveram-se unidos. Os membros das famílias matrifocais apresentaram maior estabilidade: aproximadamente dois terços (73,9%) das mães solteiras e se (s) filho (s) ficaram parcial ou totalmente juntos; percentual que se igualou a 66,1% no caso das unidades familiares do tipo nuclear.

Quando considerado o período como um todo, as famílias menos prejudicadas por ocasião da partilha foram os casais exogâmicos com filhos — os dois identificados tiveram destino comum — seguidos dos pais de estado conjugal e seus filhos e os casais endogâmicos sem prole, já que a proporção destes tipos de família destinadas ao mesmo

¹ Pelo menos um dos membros da família foi destinado ao pagamentos de dívidas ou custas do inventário ou cada membro foi destinado a mais de um herdeiro, sendo então desconhecido seu destino final.

² Os membros foram destinados a herdeiros distintos, sendo que pelo menos dois membros ficaram em poder do mesmo herdeiro.

herdeiro atingiu 68,8% e 68,3%, respectivamente. Os casais incompletos com filhos e mães solteiras também se mantiveram primordialmente unidos, já que as proporções de famílias com destino comum atingiu 66,7% entre os primeiros citados e 63% entre os últimos. De outro lado, a separação e a possibilidade da família permanecer parcialmente unida ocorreu proporcionalmente de maneira similar tanto entre os grupos familiares nucleares como entre os matrifocais: 10,7% para os primeiros citados e 13,0% para os últimos.

Diferentemente do que se verificou para o Rio de Janeiro no período 1790-1835 (FLORENTINO; GÓES, 1997), em Batatais não se pode afirmar que a presença de filhos nas famílias do tipo nuclear constituiu em fator agregador das famílias escravas, ou seja, que a consangüinidade possibilitou uma maior estabilidade aos grupos parentais.

No caso dos casais endogâmicos, por exemplo, 68,3% dos casais sem prole e 54,7% dos casais com filhos tiveram destino comum; proporção que atinge apenas 23,1% dos grupos familiares formados por viúvos (as) e seus filhos. Já entre os casais exogâmicos e incompletos com filhos, verificamos um destino comum para 100% dos primeiros e dois terço dos segundos. Esses resultados devem estar, provavelmente, relacionados com as modificações da legislação imperial e com a quantidade de recursos disponíveis no momento da divisão dos bens. Na comparação da estabilidade dos casais endogâmicos com e sem filhos, por exemplo, deve-se considerar o montante das legítimas dos herdeiros e o tamanho das famílias. Por agregarem um maior número de indivíduos (no mínimo três membros), os casais endogâmicos e seus filhos deveriam ser mais prejudicados no momento da divisão do patrimônio, pois, mesmo desejado, o destino comum neste caso poderia esbarrar na quantidade de recursos atribuída a cada herdeiro. Já o fato das viúvas e seus filhos apresentarem menor estabilidades que os casados e sua prole pode ter ligação com a legislação estabelecida a partir de 1869. Os viúvos, possivelmente, tinham filhos mais velhos, o que, por sua vez, diminuía o impacto da restrição de separação dos filhos prevista em lei. Além disso, os dados da Tabela 4.9 da seção anterior indicam que a incidência de ingênuos — mantidos junto a seus pais no momento da partilha — arrolados juntamente com pais viúvos foi menor que aquela apurada para os casais.

Observou-se, ademais, que o fato da família estar inserida em um grande plantel não garantiu sua preservação após a morte de seu senhor (cf. Tabela 4.41).

Tabela 4.41 Situação das famílias após a partilha segundo faixa de tamanho do plantel (%): Batatais (1851-87)

	•	F				
Situação das famílias após a			20 ou			
partilha	2 a 4	5 a 9	10 a 19	mais	Total	
Foram separadas	20,0	15,0	5,0	60,0	100,0	
Permaneceram unidas	5,9	23,7	11,9	58,5	100,0	
Destino indeterminado ¹	13,2	21,1	34,2	31,6	100,0	
Permaneceram parcialmente juntas ²	9,5	14,3	14,3	61,9	100,0	
Membros foram emancipados	-	-	66,7	33,3	100,0	
Falecimento de membro	-	-	-	100,0	100,0	
Total	8,8	20,6	17,2	53,4	100,0	

Se por um lado 70,4% das famílias que permaneceram unidas após a partilha estavam inseridas em plantéis com mais de dez cativos, por outro 60% das unidades familiares que não tiveram destino comum pertenciam a plantéis com mais de vinte indivíduos. No estudo sobre o Rio de Janeiro (FLORENTINO; GÓES, 1997), a relação direta entre tamanho do plantel e estabilidade foi garantida pela maior taxa de preservação das famílias nucleares, que, por sua vez, estavam concentradas nos maiores plantéis. No caso de Batatais, as famílias nucleares também se concentravam nos grandes plantéis (cf. Tabela 4.12), porém a proporção de famílias deste tipo que tiveram destino comum mostrou-se inferior ao valor obtido pelas matrifocais.

Visto que a presença de filhos, a legalidade das relações estabelecidas entre os membros e a inserção em maiores plantéis não garantiam a maior preservação dos laços familiares no momento da partilha dos cativos inventariados, resta investigar se as famílias que viviam juntas há um maior espaço de tempo obtiveram essa vantagem. Os dados inseridos na Tabela 4.42 indicam que o maior período de convivência dos escravos com seus familiares também não garantiu uma maior estabilidade das famílias quando da partilha dos bens.

¹ Pelo menos um dos membros da família foi destinado ao pagamentos de dívidas ou custas do inventário ou cada membro foi destinado a mais de um herdeiro, sendo então desconhecido seu destino final.

² Os membros foram destinados a herdeiros distintos, sendo que pelo menos dois membros ficaram em poder do mesmo herdeiro.

Tabela 4.42 Situação das famílias após a partilha segundo duração: Batatais (1851-87)

	Duração das famílias (em anos)						
Situação das famílias após a					21 ou	Total	
partilha	0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	mais		
Foram separadas	-	41,7	25,0	25,0	8,3	100,0	
Permaneceram unidas	32,6	41,9	14,0	11,6	-	100,0	
Destino indeterminado ¹	33,3	23,8	28,6	-	14,3	100,0	
Permaneceram parcialmente juntas ²	4,5	22,7	45,5	22,7	4,5	100,0	
Total	22,4	33,7	25,5	13,3	5,1	100,0	

Observou-se, primeiramente, que as doze famílias efetivamente separadas para as quais foi possível calcular a duração da relação familiar tinham mais de cinco anos de convivência, e, além disso, que 74,5% das famílias que permaneceram unidas possuíam até dez anos de convivência familiar. Assim, pode-se supor que os herdeiros também não buscavam garantir a união das famílias formadas há um maior espaço de tempo.

Até aqui, é possível concluir que a partilha dos escravos inventariados não garantiu a manutenção de todos os laços anteriormente estabelecidos, porém na grande maioria dos casos considerados a partilha não significou a separação dos membros cativos e ingênuos. A observação do tipo das famílias transacionadas também indica que as negociações realizadas desde 1861 até a extinção da escravidão foram momentos de rompimento dos laços familiares anteriormente estabelecidos em diversos casos.

Um primeiro indício nesse sentido é a considerável quantidade de crianças cativas transacionadas sem a presença de seus pais e/ou mães entre os grupos familiares identificados. Nos vinte e seis anos considerados, foi negociada aproximadamente uma centena de crianças nessa condição, o que poderia significar o rompimento dos laços estabelecidos entre pais/mães e filhos. O caso da escrava Rita e de seu irmão Severino é um início dessa separação. Em setembro de 1872, Antonio Belfort de Arantes matriculou em Batatais dez cativos, entre eles o casal Miguel (quarenta e cinco anos), sua esposa Luisa (trinta e cinco) e os seis filhos do casal: Theodora (quinze anos), Vicente (doze), Severino (nove), Rita (oito), Prudenciana (seis) e Lucia (um). Aproximadamente cinco anos depois, em julho de 1877, Antonio vendeu dois filhos do casal cativo ao alferes Antonio Alves Ferreira: Severino, então com dezesseis anos de idade mais ou mais ou menos e Rita, dita de quatorze anos de idade mais ou menos. Nesta transação os laços entre

¹ Pelo menos um dos membros da família foi destinado ao pagamentos de dívidas ou custas do inventário ou cada membro foi destinado a mais de um herdeiro, sendo então desconhecido seu destino final.

² Os membros foram destinados a herdeiros distintos, sendo que pelo menos dois membros ficaram em poder do mesmo herdeiro.

pais, filhos e irmãos foram rompidos, apesar de pelos menos dois dos irmãos poderem continuar unidos.

Além disso, foram transacionados vinte e dois casais incompletos sem filhos e um com prole (representam 11,7% do total de famílias negociadas). Neste caso, a presença de apenas um dos cônjuges indica que essas transações envolvendo pessoas casadas poderiam significar o rompimento dos laços estabelecidos entre o casal e, eventualmente, entre um dos cônjuges e sua prole. No caso da troca efetuada entre o capitão João Baptista Freire e o padre Joaquim Alves Ferreira, efetuada no mês de março de 1878, ocorreu o inverso. O padre entregou ao capitão a escrava Januária, crioula, de vinte anos de idade mais ou menos, solteira, e este, por sua vez, destinou ao padre a cativa Paulina, também com vinte anos, "casada com Sebastião, escravo do Padre Joaquim Alves Ferreira". Neste caso, a troca reuniu o casal Paulina e Sebastião.

Considerações finais

A análise das informações dos escravos e ingênuos presentes nos inventários e nas escrituras lançados em Batatais possibilitou traçar o perfil das famílias escravas ali presentes, além de possibilitar a análise da estabilidade dessas famílias no momento da partilha ou da negociação das pessoas nelas envolvidas.

Foi possível identificar um número significativo de grupos familiares nas duas fontes primárias consideradas, porém o perfil das relações estabelecidas pelos cativos inventariados e por aqueles transacionados mostrou-se distinto. Nos caso dos inventários, as famílias regularmente constituídas perfizeram a maioria dos grupos familiares identificados; já nas escrituras o destaque ficou por conta das transações que envolviam crianças sós e mães solteiras e filhos naturais. Tal diferenciação é ocasionada, em grande medida, pelas peculiaridades de cada uma das fontes. Isso porque as escrituras retratavam apenas a (s) pessoa (s) comercializadas em um momento específico, enquanto os inventários arrolavam todo o plantel possuído por cada proprietário.

Além disso, os grupos familiares de maior tamanho não foram comuns naquela localidade e período, visto que a grande maioria das famílias estava acompanhada de até dois filhos no momento da partilha ou da negociação. Outrossim, verificou-se que grande parte dessas famílias havia sido formada há pelo menos quinze anos.

Observou-se, ainda, que os pequenos plantéis concentravam indivíduos solteiros, ao passo que os grandes agregavam maior percentual de casados ou viúvos, além do avultado número de crianças. Tais resultados apontam para uma hipótese de fecundidade diferencial

progressiva, já que o aumento no tamanho dos plantéis era seguido de um aumento na razão criança-mulher apesar da diminuição da proporção de mulheres em idade fértil. Outrossim, constatou-se um comércio de crianças significativo; sendo que a grande maioria delas era natural de Batatais, assim como seus vendedores e compradores. Assim, as crianças nascidas ali por lá ficavam; fato que auxilia no entendimento da elevada proporção de crianças verificada nos inventários.

As partilhas realizadas nos inventários que continham os grupos familiares estudados não preservaram a totalidade das relações previamente estabelecidas, pois além das famílias completamente separadas — vinte no total — houve também casos de famílias parcialmente separadas. De outro lado, observou-se a emancipação de três escravos (duas famílias) e a preservação de mais de uma centena de grupos familiares. Curiosamente, as famílias tidas como menos propensas à separação, ou seja, aquelas acompanhadas de filhos, inseridas em grandes plantéis ou formadas há mais tempo, não foram menos prejudicadas pelas partilhas efetivadas em Batatais.

Por fim, é preciso lembrar que as partilhas e as transações envolvendo cativos não devem ser vistas apenas como momentos de desestruturação das famílias escravas. Em alguns casos, o ato de separação dos bens deixados como herança ou as vendas, trocas, doações etc. também poderia estar unindo membros de famílias separadas em um momento anterior, conforme observado anteriormente no caso do casal Paulina e Sebastião, unidos por conta da troca efetuada por seus proprietários. Foram selecionados, ainda mais, dois casos referentes aos inventários para ilustrar tal constatação.

O primeiro deles refere-se à partilha efetuada no inventário Venancia Maria da Conceição²⁶⁶. Manoel José Rodrigues, filho de Venancia e inventariante dos bens deixados por ela, fez uma requisição no inventário de sua falecida mãe para tentar reunir a família escrava da qual fazia parte um dos seis escravos avaliados naquele processo:

Diz Manoel José Rodrigues (....) que havendo andamento da partilha oferece a dita avaliação dos bens dotados declaração conforme despacho de V Sª por ser justa a dito inventário e requer outrossim (...) que seja servido das partilhas cabendo no possível de sua legítima o escravo de nome Caetano, visto o dito escravo se achar casado com uma sua escrava,desistido do escravo de nome Adão que lhe fora dado em dote visto não poder caber em sua legítima e como não resulta prejuízo aos demais herdeiros por ser Caetano já escravo de mais de cinqüenta anos (...) (Fórum de Batatais – 1º Ofício, Maço 113, processo nº 1459, p.16).

Apesar de Caetano ter sido avaliado em 300\$000 e a legítima somar 641\$817, sua posse não foi destinada unicamente a Manoel José Rodrigues, conforme sua vontade, mas

²⁶⁶ Fórum de Batatais – 1º Ofício, maço 113, processo nº 1.459.

coube também a seu irmão José Joaquim Rodrigues e a sua sobrinha Anna, filha de sua falecida irmã Maria Venancia. Assim, neste caso, não se pode excluir a possibilidade de que a partilha tenha unido uma família escrava separada, já que não se sabe qual dos três herdeiros manteve o escravo em seu poder.

No inventário aberto por ocasião do falecimento de Dulcia Justina de Toledo a divisão pouco comum dos escravos arrolados chama a atenção²⁶⁷. Além do escravo Manoel, solteiro, de sessenta e um anos, foi avaliada a família formada por Rita, quarenta e um anos, solteira e seus filhos Bernardino (oito anos), Ignacia (seis anos) e Maria (dois anos e meio). O monte partível somou Rs. 905\$600, o que resultou em uma legítima de Rs. 226\$400 para cada um dos quatro herdeiros identificados. O filho Gabriel José Pereira, além da legítima ora citada, recebeu mais Rs. 300\$000 referentes a uma dívida que a mãe havia contraído junto a ele, de modo que a ele deveriam ser pagos, em bens inventariados, o total de Rs. 526\$400. Mas a divisão foi diferente: Gabriel optou por ficar com os quatro membros da família escrava encabeçada por Rita, avaliada em Rs. 1:480\$000, e por esse motivo repôs Rs. 953\$600 ao monte para efetuar o pagamento das dívidas, das custas, dos impostos e dos demais herdeiros. Não é possível afirmar que a decisão de Gabriel visou apenas a evitar a separação da família escrava, mas o resultado final foi bastante satisfatório para os escravos desse grupo familiar.

_

²⁶⁷ Fórum de Batatais – 2º Ofício, maço 289, processo nº 7.435.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações finais servirão para salientar algumas questões levantadas ao longo do trabalho e não repisar aqui todos os resultados obtidos nos capítulos anteriores.

O desenvolvimento econômico do Nordeste Paulista esteve atrelado às atividades agrícolas de subsistência e à pecuária durante grande parte do século XIX. Em um primeiro momento, as atividades ali desenvolvidas reduziam-se à produção de gêneros alimentícios e ao comércio de seus excedentes feitos pelos moradores dos fogos situados ao longo do Caminho de Goiás. Com o avanço dos "entrantes" mineiros no alvorecer do século XIX, a economia regional ganhou uma nova dinâmica, com a produção direcionada para o mercado interno e que exportavam seus excedentes para os grandes centros urbanos, como São Paulo e, principalmente, Rio de Janeiro. O rápido crescimento da agricultura e da pecuária ali praticadas atrelado ao adensamento populacional contribuíram para o desenvolvimento regional, de forma que freguesias se tornavam vilas como sinal dessa transformação. Em Batatais não foi diferente, já que em 1839 foi elevada à condição de vila.

No princípio dos anos 1870 essa região, que já funcionava como centro distribuidor de gêneros primários para outras províncias brasileiras, presenciou o impulso das lavouras cafeeiras em sua direção. O avanço do café naquele local tirou proveito da chegada das ferrovias, que reduziram os custos e facilitaram o transporte da rubiácea, além de facilitarem o deslocamento dos imigrantes europeus vindos da cidade de São Paulo. Estas pessoas vieram para complementar o trabalho desenvolvido pelos poucos escravos restantes e os escassos trabalhadores nacionais, uma vez que a expansão dos cafezais nas terras do Nordeste Paulista coincidiu com a crise de oferta de braço escravo. Mas o avanço dos cafezais por aquelas terras não significou o fim da atividade criatória e da agricultura de subsistência ali desenvolvidos, apesar de ter modificado o cenário sócio-econômico vigente.

A análise dos bens arrolados nos inventários *post-mortem* lançados em Batatais indicou, primeiramente, a ocorrência de uma elevada concentração das fortunas inventariadas. Os inventariados batataenses estavam divididos em dois grupos: de um lado situavam-se os indivíduos com riqueza pessoal mais modesta, que congregavam a grande maioria das pessoas inventariadas mas possuíam apenas uma pequena parcela da riqueza inventariada, e de outro estavam aqueles possuidores de fortunas de maior monta, formado

por pouco mais de uma dezenas de pessoas mas que concentravam aproximadamente metade da riqueza acumulada em Batatais naquele período.

Outrossim, observou-se que, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, o patrimônio dos inventariados se mostrou concentrado em bens imóveis, cativos e animais. O caráter predominantemente rural das atividades econômicas desenvolvidas em Batatais condicionou tal distribuição. Aproximadamente 82% dos inventariados eram pessoas ligadas à lavoura, à pecuária ou a ambas, sendo que em mais de 80% dos processos havia alguma parte de terra arrolada e 86% deles tinha pelo menos um animal entre seus bens. A partir dos dados referentes aos ativos inventariados verificou-se que a agricultura ali praticada estava focada nos cultivos de subsistência, com uma produção mais modesta de café e de derivados da cana-de-açúcar. Já a pecuária, baseada principalmente em pequenas propriedades rurais, destacava-se pela criação de bovinos (o gado representava 80% da riqueza aplicada em animais). A agricultura e a pecuária eram o centro dinâmico daquela economia, mas uma parcela dos inventariados estava ligada ao meio urbano: foram inventariados alguns profissionais liberais, comerciantes e artesãos ou oficiais. Observouse, ainda, o caso de pessoas adeptas à diversificação econômica, que desenvolviam atividades rurais atreladas àquelas tipicamente urbanas.

Mas é preciso salientar que os percentuais que cada uma das categorias de bens inventariados ocupou nas quatro décadas consideradas foram distintos. A alteração na composição das fortunas foi mais notável no caso dos escravos e dos bens imóveis. Na primeira década considerada aproximadamente metade do montante inventariado estava aplicada em cativos; ao passo que, na década de 1880, o investimento nesse ativo alcançou pouco mais de um décimo do montante total. Essa alteração reflete as transformações sócio-econômicas ocorridas no período estudado, principalmente a abolição gradativa do trabalho compulsório. Ao contrário, o investimento em bens imóveis mostrou-se crescente e, já no final do período, representava aproximadamente 60% dos patrimônios avaliados. Esse movimento está relacionado com o avanço do café no Nordeste Paulista — valorizando as terras e exigindo mais recursos para as plantações — e com a decadência do trabalho compulsório, liberando recursos para o investimento em outros tipos de ativos. Além disso, o percentual da riqueza investido em dívidas ativas e em valores mobiliários também foi crescente ao longo do período, o que também está, provavelmente, relacionado com essa liberação dos recursos anteriormente imobilizados em cativos.

Em vista do elevado número de cativos, ingênuos e de pessoas que faleceram na condição de escravistas; e da importância deste tipo de ativo no total da riqueza arrolada,

optou-se pela análise da população escrava em separado. O exame das características demográficas dos cativos e ingênuos inventariados indicou o predomínio de pessoas do sexo masculino, solteiros, com idades variando de quinze a quarenta e nove anos, de cor preta e nascidos no Brasil. O valor do escravo, que representava as expectativas quanto aos ganhos futuros que eles proporcionariam, mostraram-se mais elevados para os homens, para aquelas pessoas em idade ativa, e para os mais aptos; isso porque se esperava que essas pessoas gerariam retornos mais elevados para seus proprietários.

Com respeito à estrutura da posse cativa, a realidade local apontou para o predomínio numérico dos pequenos e médios proprietários e a modesta participação dos proprietários de grande porte, porém estes últimos possuíam uma parcela substantiva dos escravos, resultando em uma posse altamente concentrada. A distribuição dos cativos e ingênuos nas distintas posses indicou que essas pessoas estavam primordialmente divididas em dois grandes grupos: de um lado situavam-se os indivíduos inseridos em pequenas unidades escravistas (menos de cinco cativos) e de outro estavam aqueles possuídos por grandes senhores (donos de vinte escravos ou mais). Neste primeiro grupo, verificou-se uma razão de sexo mais equilibrada e uma participação mais significativa dos indivíduos solteiros e daqueles com idade variando entre quinze e quarenta e nove anos. Já nas maiores escravarias, a razão de sexo mostrou-se mais distante do equilíbrio, havia ainda uma maior concentração de escravos casados, viúvos e seu (s) filhos (s) e uma presença mais acentuada dos escravos e ingênuos com menos de dez anos de idade. A consideração dos proprietários e "não-proprietários" inventariados indicou que havia diferenças entre as duas categorias com relação a algumas variáveis. Os proprietários eram, em média, mais velhos e mais ricos que os "não-proprietários", mas observou-se uma predominância de agropecuaristas entre os inventariados de ambas as classes. Havia também uma diferenciação entre os proprietários, demonstrando que aqueles ligados a atividades mais rentáveis foram capazes de acumular ao longo de suas vidas um maior montante em bens e um maior número de cativos.

O fato de uma parcela significativa da população escrava ser formada por crianças menores de quinze anos e, ainda, o maior equilíbrio entre os sexos observados para estas crianças apontaram para a provável ocorrência de reprodução natural entre os cativos batataenses como forma de reposição e/ou manutenção do sistema escravista naquela localidade. A partir dessas evidências, procedeu-se ao exame acerca das relações familiares estabelecidas entre os cativos e ingênuos inventariados e transacionados. Foi possível reconstruir os laços parentais de aproximadamente 40% das pessoas inventariadas e

metade daquelas negociadas. Conforme esperado, as crianças tiveram maior inserção em famílias quando comparadas aos homens e mulheres, porém o percentual de escravos casados e viúvos anotado em Batatais mostraram-se elevado. Observou-se, ainda, que os maiores plantéis mostraram-se mais favoráveis à formação e manutenção das famílias escravas, uma vez que aproximadamente 70% dos grupos familiares foram inventariados em plantéis com dez ou mais cativos.

A consideração do tipo de relação familiar estabelecida mostrou-se diferenciada quando considerados os resultados concernentes aos inventários e às escrituras. No caso dos inventários, as famílias nucleares eram maioria e prevaleceram, em todos os períodos considerados, sobre as matrifocais. No entanto, a presença de famílias chefiadas por mães solteiras ou de viúvos (as) sem filhos (pseudofamílias) nos inventários não foi insignificante, principalmente no caso das mães solteiras e seus filhos. Entre os escravos transacionados, verificou-se o predomínio das crianças sós, das mães solteiras com sua prole e dos casais incompletos sem filhos, de modo que a presença das famílias do tipo nuclear e de seus membros escravos e cativos foi mais expressiva que aquela referente às famílias matrifocais tão-somente nos anos de 1861 a 1869.

A análise do número de filhos que acompanhavam os casais, as viúvas e as mães solteiras indicou que a grande maioria das famílias inventariadas e negociadas possuía até dois filhos. Além disso, verificou-se que as famílias do tipo nuclear possuíam, em média, um maior número de filhos, sendo significativo o peso relativo das famílias chefiadas por mães solteiras com apenas um filho sobrevivente presente e a pequena representatividade dessas mães solteiras entre as mulheres mais velhas. Acredita-se, assim, que muitas vezes as relações deveriam ser legitimadas apenas após o nascimento do (s) primeiro (s) filho (s).

A existência de um número significativo de famílias e de crianças apontou para a provável ocorrência de crescimento vegetativo positivo, o que foi aprofundado com a análise do percentual de mulheres em idade fértil e da razão criança-mulher. Esta última mostrou-se bastante expressiva, apesar de ter diminuído com o passar do tempo, resultado das modificações impostas ao sistema escravista. Além disso, verificou-se uma elevação nos índices de fecundidade das escravas conforme se aumentava o tamanho dos plantéis, resultado da presença mais nítida das pessoas casadas e viúvas e sua prole inventariados nas maiores posses.

Por fim, a consideração da partilha instituída nos inventários indicou que esse momento específico não garantiu a manutenção de todos os laços familiares formados em um momento anterior, porém uma boa parte das famílias inventariadas manteve-se ao menos parcialmente unidas após o falecimento de seus proprietários. Mesmo para os casos de separação não é possível afirmar que houve separação de fato, pois pelo menos os familiares poderiam continuar coabitando em Batatais, ou mais ainda, podem ter ocorrido rearranjos após a efetivação da partilha.

APÊNDICE

1. A questão das idades dos cativos e ingênuos

1.1 Discussão da confiabilidade das informações de idade dos cativos

A determinação da idade dos cativos nos documentos concernentes ao Brasil Colônia ou Império era feita de forma estimada e, portanto imprecisa. Nos inventários batataenses analisados, por exemplo, verificaram-se quarenta e cinco casos em que o avaliador indicou não saber com precisão a idade dos cativos inventariados, fazendo observações do tipo: "de idade vinte anos mais ou menos" ou "de idade quinze para dezesseis anos".

Nelson Hideiki Nozoe e Iraci del Nero da Costa (1992) tentaram revelar o padrão básico a ser definido como instrumento para a avaliação das fontes primárias lançadas no Brasil Colônia através da investigação das informações de idade presentes em livros de devassas, fichas de domicílios e listas nominativas referentes a algumas localidades paulistas e mineiras. Para tanto, foram compulsados três indicadores: 1) o percentual do número de observações terminadas com o dígito zero, 2) a estatística de Wipple, utilizada para expressar a concentração nos dois dígitos mais freqüentes e 3) a estatística de Myers, que mede o afastamento global do conjunto observado de terminações em relação à freqüência relativa esperada caso a distribuição fosse homogênea (0,10). Determinaram um padrão para que os documentos de caráter censitário pudessem ser considerados de "boa qualidade", ou seja, aqueles mais próximos do esperado dadas as condições da época de realização dos levantamentos. Assim, os conjuntos populacionais que apresentam percentual de até 25% de observações terminadas com o dígito zero, com estatística de Wipple situada abaixo de 230 e estatística de Myers menor que sessenta podem ser considerados levantamentos de "boa qualidade".

Calculou-se para Batatais os índices sugeridos por Nozoe e Costa e alçaram-se os seguintes números: 22,1% das observações eram terminadas com o dígito zero, os índices de Whipple e Myers foram calculados em 174,1 e 30,6; respectivamente. Seguindo a classificação sugerida pelos pesquisadores, deve-se admitir que os dados de idade dos cativos batataenses não fugiram do que foi denotado como um levantamento de "boa qualidade". Entretanto, conforme lembrou Peter Eisemberg, as modificações no regime escravista ocorridas ao longo da segunda metade do século XIX acabaram por prejudicar a precisão na determinação da idade de escravos e ingênuos. O autor fez as seguintes observações com base nas cartas de alforrias lançadas em Campinas no período de 1798 a 1888:

Na época colonial, as informações sobre as idades dos escravos alforriados foram muito precárias (SCHWARTZ, 1974, p.88; MATTOSO, 1976, p.159). No século XIX, esta informação tornou-se mais precisa, mas a legislação emancipacionista incentivava a mentira. Primeiro, as leis criminalizando o tráfico internacional de escravos teria levado os senhores a não somente mentir sobre a naturalidade dos seus escravos africanos, senão também exagerar as idades dos mesmos, para comprovar que estes entraram no Brasil antes do fim do tráfico. Segundo, a Lei do Ventre Livre também teria provocado o exagero nas idades para demonstrar que os jovens escravos nasceram antes de 1871. Por último, a Lei dos Sexagenários teria induzido uma diminuição nas idades dos escravos velhos para que estes não fossem englobados por aquela lei (1987, p.193).

Tendo em vista as observações feitas por Eisemberg, optou-se por calcular os índices propostos por Nozoe e Costa para as quatro décadas consideradas (Cf. tabela A.1).

Tabela A.1
Estatísticas concernentes à idade dos escravos e ingênuos segundo período

	Observações terminadas		
Período	com o dígito zero (%)	Wipple	Myers
1851-59	28,5	206,2	47,1
1861-69	35,1	242,5	62,5
1871-79	17,1	149,9	21,7
1881-87	12,3	129,3	23,5
Total	22,1	174,1	30,6

Observa-se, de pronto, que a legislação emancipacionista da segunda metade do século XIX pouco afetou a qualidade dos dados referente à idade dos escravos e ingênuos arrolados em Batatais. Com exceção feita aos índices calculados para a década de 1860, nota-se que nos demais decênios os dados de idade podem ser tidos como de "boa qualidade" seguindo as orientações de Nozoe e Costa.

Por fim, como sugeriu Ramon V. G. Fernandez (1989), deu-se preferência por análises feitas através das informações de idade dadas em faixas etárias de no mínimo cinco anos. Fernandez comparou as diversas informações das listas nominativas referentes à Ubatuba (SP) para os anos de 1805 e 1806, verificando algumas inconsistências nos dados disponíveis para os dois anos. No caso da idade, considerou como inconsistência aqueles casos em que as pessoas arroladas apareceram com três anos ou mais a mais entre um ano e outro. Foram identificados trinta e cinco casos, sendo que em poucos deles a diferença mostrou-se superior a cinco anos e, por isso, o autor sugeriu que as informações fossem dispostas em faixas etárias, evitando assim considerações errôneas acerca das idades das pessoas arroladas nos documentos históricos.

1.2 Estimação da idade dos ingênuos

As informações dos ingênuos identificados nos processos de inventários e nas escrituras envolvendo cativos lançados em Batatais foram bastante mais incompletas que aquelas incluídas no caso dos escravos. Para a maioria dessas crianças constava apenas informações do tipo: "acompanha este casal os filhos ingênuos Camilo, Januário e João", "tem os filhos ingênuos Paulo, Agostinho, Sofia, José, João e Rita" ou até mesmo "acompanhada de três filhos ingênuos e está grávida", sem que fosse pelo menos informado o nome das crianças. No caso da variável idade, apenas para cinqüenta e seis ingênuos inventariados (39,4%) foi incluído este tipo de informação. Com relação às escrituras, a descrição de idade constou para a grande parte das pessoas em questão, uma vez que não foi feita para tão-somente seis dos trinta e um ingênuos negociados (19,4% do total).

Mas, diferentemente do caso dos escravos, pode-se pelo menos estimar, mesmo que grosseiramente, a idade destes cativos inventariados. Sabendo que seriam ingênuas aquelas crianças nascidas após a aprovação da Lei do Ventre Livre, ou seja, aquelas nascidas após 1871 e, a partir da data de abertura do inventário, optou-se por determinar a idade desses ingênuos para os quais não constou esta informação no processo. Este exercício visou a incluir o maior número de informações possível, fazendo com que os resultados obtidos retratassem com maior fidelidade o cenário vigente em Batatais.

Não foi possível determinar a idade dessas crianças com total precisão — indicando se elas tinham seis, oito ou cinco anos de idade, por exemplo —, mas foi possível estipular as faixas etárias em que elas estavam inseridas. Observou-se que, nos inventários, oito ingênuos estavam arrolados em inventários iniciados em 1881, e assim suas idades deveriam variar entre zero e dez anos de idade anos; outros nove foram identificados em processos de 1883 e estes deveriam ter entre zero e doze anos; mais cinqüenta e dois encontrados em processos de 1885 tinham idades variando entre zero e quatorze anos; e, finalmente, dezessete pessoas registradas em inventários lançados em 1887 poderiam ter no máximo dezesseis anos. Nas escrituras, verificou-se um ingênuo transacionado em 1883, em 1885, em 1880 e 1877, sendo que essa pessoas deveriam ter, no máximo, doze, três, nove e seis anos, respectivamente. Havia ainda dois deles negociados em uma escritura lançada em 1874, que deveriam ter até três anos de idade.

Para facilitar a análise dos resultados obtidos e com vistas a tentar amenizar o problema das informações referentes às idades (conforme explicitado anteriormente), o exame da variável idade inserida nos Capítulos 3 e 4 utilizou, primordialmente, três faixas etárias:

zero a quatorze anos, quinze a quarenta e nove anos e cinquenta anos ou mais. Assim, no caso em que esta separação foi utilizada, pode-se acrescentar ao exame informações de oitenta e cinco ingênuos (setenta e nove inventariados e seis transacionados). Neste caso não foi possível somar aqueles arrolados em 1887 (dezessete casos), visto que alguns deles poderiam ter mais de quinze anos. No caso das tabelas em que as pessoas estavam separadas por intervalos de idade que variavam de cinco em cinco anos não foi possível acrescentar as informações destes noventa e dois ingênuos, já que as faixas calculadas superaram o intervalo determinado pela diferença entre o ano de 1871 e a data de abertura dos inventários e de realização das escrituras. Por fim e por este mesmo motivo, apenas um desses ingênuos — Dorothea, filha da escrava Camila, transacionada em 1880 — pôde ser inserido na análise das estatísticas auxiliares para avaliação do potencial reprodutivo da população escrava batataense. Neste caso consideraram-se apenas as crianças (ingênuos e cativos) com até nove anos de idade. Dorothea, ingênua em 1880, poderia ter, no máximo nove anos e, no caso dos inventariados, mesmo aqueles inseridos em processos de 1881 poderiam ter mais de nove anos de idade. Resumindo, incluiu-se na análise de idade das pessoas inventariadas as informações de oitenta e cinco ingênuos (sessenta e nove inventariados e seis transacionados) para os quais a idade não havia sido arrolada pelo avaliador. Oitenta e quatro deles inseriram-se apenas nas análises em que foram consideradas três faixas etárias: zero a quatorze, quinze a cinqüenta e nove e cinqüenta anos ou mais, ao passo que apenas um deles foi incluído para a consideração das estatísticas referentes ao potencial reprodutivo daquela população.

2. A questão da cor dos escravos e ingênuos

As atribuições de cor aos escravos não se mostraram uniformes nos diversos tipos de documentos datados do século XIX. Em um primeiro momento, a cor estava mais ligada com a condição social da pessoa do que com a cor de sua pele, conforme explica Stuart Schwartz: "na época colonial todo escravo, até o ameríndio escravizado, foi chamado de 'negro' e este vocábulo permaneceu como sinônimo de escravizado" (1985, p.52 *apud* EISENBERG, 1987, p.187). Porém as transformações sociais ocorridas no decorrer dos séculos XVIII e XIX acabaram por modificar também a percepção que as pessoas tinham com relação às cores dos livres e escravos brasileiros:

achamos que os termos 'pardo', 'mulato', e outras palavras indicando uma cor mais clara ou um fisiotipo mais parecido com o dos portugueses, tendiam a significar também uma condição legal de livre. Por estar livre, uma pessoa de cor 'parecia' mais clara, (...). Se esta hipótese for correta, então as transformações

nas proporções de pardos e mulatos entre a população de cor têm menos a ver com as mudanças nos fisiotipos do que com mudanças nas maneiras pelas quais estes grupos foram percebidos. A partir de meados do século XIX, tornou-se mais comum perceber escravos como 'pardos', e pessoas livres de cor, incluindo alforriados, como 'negros' (EISENBERG, 1987, p.187).

Maria José de Souza Andrade, por exemplo, considerou a seguinte classificação para os cativos inventariados em Salvador entre 1811 e 1860: "o crioulo: denominação geralmente atribuída ao negro, filho de africano, nascido no Brasil; o cabra: uma cor entre o mulato e o crioulo; o mulato: descendente de branco com negro, às vezes chamado de pardo; havia ainda o negro africano, também denominado de preto, ou simplesmente africano" (1988, p.28). Em seu estudo sobre os escravistas não-brancos presentes no Recôncavo baiano, Barickman considerou as seguintes definições de cor: "'pardo' equivaleria a 'mulato' e indicaria algum grau de miscigenação afro-européia. 'Cabra' (...) se referia a indivíduos que nasceram de uma união de um pardo com um preto ou eram filhos de dois cabras. 'Cabra' portanto também corresponderia a uma 'cor' percebida como intermediária entre o 'preto' e o 'pardo'' (1999, p.12). O termo 'cabra' teve definição distinta no trabalho de Karasch para o Rio de Janeiro: "(...) a categoria 'cabra' incluía provavelmente os outros escravos de raça mista [exceto os 'pardos'/JG], como os 'cafusos' ou 'caribocos', bem como os índios de origem não mista' (2000, p.39). Os 'pretos' ou negros, por sua vez, foram assim descritos por Karasch: "Embora 'negro' e 'preto' servissem às vezes para os negros brasileiros, esses termos eram usados com maior probabilidade em relação a africanos. 'Preto', porém, parece ter sido um termo um pouco mais neutro para 'negro', especialmente nos casos em que a nacionalidade ou o status legal de uma pessoa negra era desconhecido" (2000, p.37). No dicionário da Língua Portuguesa de autoria de Antonio de Moraes Silva (1891), o termo fulo tem a seguinte definição: "diz do preto, e do mulato, que não tem cor bem fixa, mas tirante a amarelo, ou pálido" (SILVA, 1891, vol. 2, p.69).

3. A questão dos preços dos escravos inventariados

Em virtude de algumas especificidades da documentação utilizada ou por conta das informações dos cativos fornecidas pelos avaliadores nem todas as informações de preço dos escravos constantes dos inventários puderam ser utilizadas para a realização do exame inserido no Capítulo 3. Explicitou-se, a seguir, o tratamento dispensado à variável idade em virtude dessas especificidades.

Em diversos autos em que o inventariado não era o único proprietário do escravo arrolado, o avaliador limitou-se a informar apenas o valor da parte que cabia a este inventariado, não especificando o preço total daquele cativo. No total, observou-se que

oitenta escravos não tinham como único dono o inventariado, sendo então, incluído no monte-mór apenas a parte que lhe cabia. Entretanto, para a grande maioria desses escravos (cinqüenta e seis casos), o avaliador explicitou tanto o preço da parte como o preço total, possibilitando sua inclusão na amostra. Assim, a falta de informação do preço total levou à exclusão de tão-somente vinte e quatro casos.

Por outro lado, havia sessenta mulheres acompanhadas por ingênuo (s). Neste caso, optou-se por não considerar o preço especificado, visto que este poderia ter sido afetado pela presença da (s) criança (s)²⁶⁸.

Além disso, excluiu-se também o caso do escravo Emydio, pertencente ao falecido capitão José de Andrade Dinis Junqueira²⁶⁹, em razão de não haver especificação de seu preço, já que este pagou por sua liberdade e de sua família por ocasião da morte de seu senhor. Consta dos autos um termo de exibição com a seguinte informação: "Este escravo Emydio neste mesmo ato [ilegível] em juízo entregando ao juiz a importância de 1:680\$000 para a sua liberdade e de sua família" (Fórum de Batatais – 1º oficio, maço 79, processo nº 1.083, 1883, p.35). A família liberta neste termo incluía ainda sua esposa Maria Rita, trinta e cinco anos, avaliada em 500\$000, a filha Honorata, dezesseis anos, avaliada em 600\$000 e as três filhas ingênuas de nomes Batistina, Rita e Maria. Mesmo liberta, a escrava Honorata foi incluída na análise, visto haver a especificação de seu preço. Já sua mãe Maria Rita foi excluída pois estava acompanhada das três filhas ingênuas, fato que poderia ter alguma influência sobre seu preço.

Além disso, foram atribuídos "preços" a vinte e seis ingênuos. Tais valores referiam-se, conforme especificado nas avaliações, a "preço aos serviços" que aqueles ingênuos deveriam cumprir até atingirem a maturidade. Para vinte e quatro dessas vinte e seis crianças também foi informada a idade, sendo que a idade média foi calculada em 9,0 anos. A comparação do preço médio das crianças escravas com nove anos (70,1 libras) e destes ingênuos com informação de "preço" (10,2 libras) indica que os valores atribuídos a estes cativos afastaram-se significativamente daqueles preços estipulados aos serviços dos ingênuos. Assim, optou-se por não considerar estes últimos na análise desenvolvida no Capítulo 3.

-

²⁶⁸ Este procedimento foi utilizado anteriormente por José Flávio Motta em sua análise dos preços dos cativos negociados em Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Casa Branca nos anos de 1861-87: "(...) para as várias mulheres 'acompanhadas por filhos ingênuos', optamos por não considerar os preços individuais informado nos lançamentos exatamente tendo em vista a possibilidade de tais preços estarem em alguma medida afetados pela presença da prole" (2001, p.8).

²⁶⁹ Fórum de Batatais – 1º ofício, maço 79, processo nº 1.083, 1883.

Por fim, vale lembrar, conforme mencionado anteriormente, que os preços nominais dos escravos descritos em réis foram convertidos em preços reais cotados em libras esterlinas²⁷⁰ através da taxa de câmbio implícita (IBGE, 1990).

²⁷⁰ A conversão dos valores dos cativos estipulados em réis para libras esterlinas ora realizada contribui para o melhor entendimento das flutuações ocorridas nestes preços. No entanto, deve-se lembrar que se trata de um procedimento limitado, que pode ocasionar, por sua vez, uma subestimação da inflação nos diversos anos considerados.

APÊNDICE B RELAÇÃO DOS INVENTÁRIOS CONSULTADOS

			Nº do	Nº do	
Inventariado	Inventariante	Arquivo	maço	processo	Ano
Antonio de Padua Luna	Candida Angela de Assis, dona	Batatais Batatais	1	5	1855
Domingos Francisco Borges	Rita Barbosa do Nascimento	Batatais	1	9	1865
Antonio Ignacio da Silva	Arcanja de Paula de Jesus	Batatais	1	11	1879
Anna Roza de Jesus, dona	José Pereira de Oliveira		1	14	1887
Antonio Joaquim Ferreira	Maria Josefa do Espírito Santo, dona	Batatais	2	17	1861
Leonardo José de Arantes	Eulalia Maria de Jesus, dona	Batatais	3	30	1873
Antonio José Pereira	Rita Maria de Jesus	Batatais	4	39	1885
Antonio Carlos de Siqueira	Maria Nazareth de Jesus	Batatais	5	43	1865
Antonio Alves Ferreira, alferes	João Candido Alves Ferreira	Batatais	5	51	1887
Antonio Monteiro de Pinho	Anna Paula do Nascimento, dona	Batatais	6	60	1861
Luis Alves Pereira	Maria Victoria de Jesus, dona	Batatais	6	62	1869
Anna Luzia de Jesus	José Tiburcio Gonçalves	Batatais	6	65	1885
Ana Jacinta Ferreira, dona	Joaquim Luis Ferreira	Batatais	7	73	1869
José Francisco dos Santos	Anna Maria de Jesus, dona	Batatais	7	76	1881
Luiza Maria de Jesus	Américo José Ferreira	Batatais	7	77	1883
Linia Ermelinda do Carmo, dona	Candido Ferreira da Rocha	Batatais	7	79	1885
Candido José de Bessa	Placidina Eugênia de São José	Batatais	8	90	1871
Antonio Luiz da Silva	Maria Rita de Jesus, dona	Batatais	8	91	1877
Clemente Dias Campos	Joaquina Roza da Conceição	Batatais	8	92	1879
José Francisco Borges	Ignacia Constancia de Jesus, dona	Batatais	9	101	1869
Rita Maria de Jesus, dona	Manoel Alves de Santa Ana	Batatais	9	102	1869
Joaquim José Marianno	Anna Silveria de Jesus	Batatais	9	106	1885
Manoel Gonçalves do Prado	Gertrudes Maria da Conceição	Batatais	10	116	1851
Maria Gertrudes da Conceição	João Martins do Prado	Batatais	10	117	1855
Joaquim Fernandes de Figueiredo	Joaquim Alves de Figueiredo	Batatais	10	123	1871
José Marianno Correa	Carolina Docelina do Nascimento, dona	Batatais	10	124	1873
Maria Roza de Aquino, dona	Francisco José de Castro	Batatais	10	126	1873
Maria Victoria de Jesus, dona	Manoel José de Faria	Batatais	11	139	1863
José Luis da Silva	Marcolina Thomasia Theodora, dona	Batatais	11	147	1883
Antonio Gervasio da Souza	Anna Custodia de Jesus e outros	Batatais	11	148	1885
Mariana Custodia do Espirito Santo	Francisco Antonio de Gouvêa	Batatais	12	158	1865
Maria Ignesia de Jesus	Joaquim Alves Pereira	Batatais	12	161	1869
Miguel Gonçalves Martins, tenente	Tristão Antonio da Silveira	Batatais	12	163	1871
Manoel João da Silva	Francisca Maria da Silva, dona	Batatais	12	164	1871
José Luis Narciso	Maria Felisarda do Nascimento e outros	Batatais	12	167	1887
Hilena Francisca de Oliveira, dona	Joaquim Vegilato de Sousa	Batatais	13	170	1859
		Batatais			
Brigida Maria da Conceição, dona	José João de Souza	Batatais	13	171	1863
Eleanora Roza do Nascimento, dona	João Alves Pitangy	Batatais	13	175	1877
Albino Alves de Medeiros	Joaquina Felisbina de São José	Batatais	14	194	1851
Felisbina Maria da Conceição	Manoel Joaquim de Moura	Batatais	14	199	1871
Maria Luisa da Silva	Manoel Theodoro de de Carvalho	Batatais	14	208	1881
Anna Bernardina Moreira, dona	Venancio José Marcelino	Batatais	15	229	1861
Maria Christina de Lelles	Camillo de Lelles Lopes de Oliveira	Batatais	15	230	1863
Eufrasia Maria de Jesus	José Ferreira Ribeiro Antonio Marques Pereira, João Garcia de		15	232	1865
Joaquim Garcia Leal e Josefa Theodora Ferreira, dona	Carvalho Leal e Rita Aurora do Prado	Batatais	15	233	1877
João Manuel de Carvalho	Anna Roza de Jesus, dona	Batatais	16	251	1873
Maria Ignocencia Maldina	Antonio Pedro de Oliveira	Batatais	16	252	1879
Venancio Moreira	Maria Fernandes da Silva, dona	Batatais	17	271	1859
Manoel Antonio de Araujo	Dorothea Candida de Jesus, dona	Batatais	17	272	1873
Custodio Alves Ferreira	Floriana Eleodora da Silva, dona	Batatais	17	273	1873
		Batatais			
Anna Rodrigues de Siqueira	Manoel Francisco Joaquim e outros	Batatais	17	276	1885
Maria Joaquina de Oliveira, dona	Vicente José Silveira	Datatals	18	298	1867

			Nº do	Nº do	204
Inventariado	Inventariante	Arquivo	maço	processo	Ano
Carlota Candida de Figueiredo, dona	Feliciano Martins Parreira	Batatais	18	299	1869
Antonio Pereira da Silva	Antonio Belfort de Arantes	Batatais	19	322	1863
Maria Luiza Ferreira	Antonio José dos Santos	Batatais	19	325	1873
José Antonio de Rezende	Marianna Francisca de Jesus, dona	Batatais	20	339	1875
Maria das Dores do Nascimento, dona	Manoel Alves de Oliveira	Batatais	20	344	1885
Maria Ignacia de Mattos	Nicolau Martins Teixeira	Batatais	20	345	1887
Marianna Flora da Conceição, dona	Bento Barbosa de Magalhães, capitão	Batatais	21	359	1851
Maria Florença de Jesus, dona	Antonio Pereira da Silva	Batatais	21	360	1861
Marianna Emilia Osoria, dona	José Junqueira Franco	Batatais	21	362	1871
Rita Clara de Jesus, dona	Joaquim Ferreira da Silva	Batatais	22	382	1885
Antonio Bernardo da Silva	Firmino Bernardo da Silva	Batatais	23	388	1887
Manoel Alves Tostes	Anna Oristanda do Espírito Santo, dona	Batatais	24	391	1861
Manoel Luis de Almeida	João Evaristo de Olievira	Batatais	25	402	1851
Francisco Pereira Dias	Maria Magdalena da Costa, dona	Batatais	25	405	1869
Ezequiel Alves de Souza	Jeronima Ferraz de Gouveia, dona	Batatais	25	406	1869
Marcelino José da Silva	Bernardina Maria da Conceição, dona	Batatais	30	473	1861
Rosa Maria Barbosa, dona	Bento Barbosa de Magalhães, capitão	Batatais	30	475	1863
Francisco de Paula Machado Neto	Rita Maria de Jesus, dona	Batatais	30	480	1883
Ananias Candido Martins	Thereza Francisca de São José, dona	Batatais	31	487	1851
Francisca Placidina de Arantes	José Ferreira da Rosa	Batatais	31	489	1853
Ricardo Luis de Mello	Anna Maria de Jesus, dona	Batatais	31	492	1863
Ana Felesbina da Silva, dona	José Thomas Theodoro	Batatais	32	498	1859
Manoel Joaquim da Costa	Adrianna Maria de Jesus	Batatais	32	500	1861
Ana Zeferina do Espírito Santo, dona	José Joaquim Garcia	Batatais	32	502	1869
Antonio José do Espírito Santo	Marianna Claudina de Jesus, dona	Batatais	32	503	1869
Antonio José do Espirito Santo Antonio José Pereira	Antonia Maura de Jesus, dona	Batatais	32	504	1873
José Pereira Coutinho	*	Batatais	33	510	
	Anna Rodrigues do Carmo	Batatais			1855
Anna Joaquina da Silva, dona	João Antonio de Macedo	Batatais	33	511	1857
Antonio Francisco da Silva	Constancia Maria Rosa	Batatais	33	512	1857
Antonio Correia de Toledo	João Luis Correia de Toledo	Batatais	33	514	1865
João Baptista Lopes	Marianna Felicianna de Jesus	Batatais	33	515	1871
Joaquim Ananias de Macedo	Francisca Placidina de Andrade, dona		33	519	1883
Luis Pereira da Silva	Maria Justina de Jesus, dona	Batatais	33	521	1887
Umbelina Joaquina de Magalhães	Antonio José da Silva	Batatais	34	526	1861
Marianna Messias da Silva, dona	Urbano Dias de Carvalho	Batatais	34	530	1887
José Joaquim da Silva	Antonio José da Silva	Batatais	35	533	1861
Rosa Gonçalves de Jesus, dona	José Manoel de Guimarães	Batatais	36	541	1851
Maria Salomé de Almeida, dona	João Ribeiro de Almeida	Batatais	36	555	1869
Umbelina Candida do Prado	João Gonçalves de Oliveira	Batatais	36	557	1869
João Vicente de Oliveira	Maria Rita de Jesus, dona	Batatais	36	558	1869
Maria Rosa de Oliveira	José Antonio de Oliveira	Batatais	36	559	1871
João Garcia Ferreira	Marianna Theresa de Jesus	Batatais	36	560	1879
Joaquim Francisco da Silva	Maria Eufrasina Bezerra	Batatais	37	565	1857
Antonia Maria	Antonio de Souza Martins	Batatais	37	566	1857
João Domingues da Cruz	Thereza Eufrasia do Nascimento, dona	Batatais	37	567	1867
Quitéria Maria da Motta, dona	Custodio Gonçalo Dias e outros	Batatais	37	568	1867
Joaquina Theresa de Jesus, dona	Francisco José de Bessa	Batatais	37	569	1869
Margarida Joaquina da Conceição, dona	Domingos José Fernandes, capitão	Batatais	37	572	1871
Marianna Francisca de Jesus	José Ignacio Lopes	Batatais	37	573	1871
Joaquim Martins Teixeira	Anna Thereza da Conceição e outros	Batatais	37	576	1883
Pedro José da Silva	Maria Rosa de Almeida	Batatais	37	577	1883
Urias Vieira de Arantes	Ambrozina Joaquina da Silva, dona	Batatais	37	578	1885
Antonio Ferraz de Vasconcelos	Maria Eva de Jesus, dona	Batatais	39	619	1861
Ephigenia Maria de Jesus	Felisbino Garcia Duarte	Batatais	39	623	1871
Maria Eufrasina de Jesus	Bernardino José da Silva	Batatais	39	626	1881
Leonarda Maria de Jesus, dona	João Pedro da Silva	Batatais	40	635	1861

	-		Nº do	Nº do	265
Inventariado	Inventariante	Arquivo	maço	processo	Ano
Maria Alves Ferreira, dona	Gabriel Antonio Pereira	Batatais	40	643	1879
Ignocencia Thomasia Theodora	Francisco Alves Capistrano Júnior	Batatais	41	654	1855
Francisca Caetana de Menezes, dona	Francisco José de Souza e outros	Batatais	41	661	1887
Delfina Maria da Conceição, dona	Antonio Alves Moreira	Batatais	42	674	1851
Maria Joaquina do Paraiso, dona	Antonio Alves de Rezende	Batatais	42	678	1887
Pedro Garcia	Joanna Maria da Conceição	Batatais	43	684	1863
Inocencia Constancia de Jesus, dona	Antonio Francisco Borges	Batatais	43	686	1869
Maria Rita da Silva, dona	Antonio Luis da Silva	Batatais	44	704	1861
Baldoina Carolina da Silveira, dona	Francisco Arantes Marques	Batatais	44	706	1863
Christino Justo de Castilho	Francelina Maria de Jesus, dona	Batatais	44	708	1869
Eugenia de Souza Teixeira	José Alves da Silva	Batatais	44	709	1871
Anna Victoria de Jesus	Adão José de Souza	Batatais	45	734	1881
João Damaceno do Rosário	Miguel Antonio de Carvalho, sua mulher e outros	Batatais	45	735	1883
Anna Joaquina da Conceição	Francisco Raphael Tostes e outros	Batatais	45	736	1883
Anna Rita de Andrade	Silverio Correia Arreau	Batatais	46	746	1857
Antonio Amancio de Guimarães	Maria Gertrudes de Jesus, dona	Batatais	46	748	1863
Joaquina Justina da Silva, dona	Theodoro José Dias e outros	Batatais	46	751	1881
Maria José	Maria Antunes de Almeida	Batatais	47	764	1867
Isabel Ignes de Castro	José Custodio da Silveira	Batatais	48	807	1869
Antonio Alves Moreira	Luiza Francelina Lopes de Oliveira, dona	Batatais	48	809	1881
Francisca Ignacia de Jesus	Bento José de Matos	Batatais	49	811	1855
	Anna Justina de Toledo	Batatais	49	812	1857
Daniel Dias Campos Manoel da Silva Leal	Anna Justina de Toledo Anna Jacintha Ferreira	Batatais	49	812	1861
		Batatais			
Marcolino Gonçalves da Silva	Candida Theobalda de Castro, dona	Batatais	49	815	1869
Antonio Pedro da Cunha	Eufrasina Candida do Amor Divino, dona	Batatais	49	816	1871
Marianna Francisca de Paula Francisca Caetana de Menezes	Antonio Gonçalves Manço	Batatais	49	817	1871
	Delfino Francisco de Andrade	Batatais	49	820	1887
Manoel Thomas Garcia	Marianna Alves Fernandes	Batatais	50	826	1863
Gabriel do Rego Borges	Maria Roza de Jesus	Batatais	50	829	1869
Pacelina Anta da Conceição	Francisco Garcia Borges	Batatais	50	830	1883
Manoel José de Souza	Anna Joaquina de Jesus, dona	Batatais	51	838	1859
Manoel Francisco de Oliveira	Pulcina Clara de Jesus, dona	Batatais	51	839	1861
Maria Theodora de São José	Joaquim Antonio do Nascimento	Batatais	51	841	1869
Margarida Paulina do Nascimento	Antonio Julio da Silva	Batatais	51	842	1871
Manoel Bernardes Lemes Júnior	Manoela Osoria de Siqueira	Batatais	51	843	1871
Maria das Dores Guimarães	Henrique José Marques	Batatais	51	845	1875
Joaquim Antonio Pereira Lima, major	Francisca de Paula e Silva, dona	Batatais	52	861	1885
Joaquina Maria de Jesus	Manoel Eugenio da Silva	Batatais	56	890	1857
Julia Maria de Jesus, dona	Manoel Joaquim Pimenta	Batatais	56	892	1867
Anna Felizarda do Espírito Santo	Rafael Antonio da Costa	Batatais	58	911	1857
Anna Alves Ferreira, dona	João Candido Alves Faleiros, alferes		58	913	1873
Ana Joaquina da Conceição	José Antonio Pereira, capitão	Batatais	59	919	1851
João José Dias	José de Andrade Diniz Junqueira	Batatais	59	920	1853
Anna Francisca de Oliveira, dona	João da Silva e Oliveira	Batatais	60	928	1855
Joaquim Alves Ferreira, capitão	Maria Joaquina da Conceição, dona	Batatais	60	931	1871
Antonio Pereira Lima Bastos	Rozalina Porpulina do Nascimento	Batatais	60	932	1879
Anna Thereza Alves, dona	Antonio Ferreira Alves, alferes	Batatais	60	935	1883
Antonio Francisco dos Santos e sua mulher Eufrasina Margarida do Espírito Santo	Joaquim Pereira dos Santos	Batatais	60	936	1883
Antonio Eusebio de Almeida	Claudina Theodora do Sacramento, dona	Batatais	61	941	1859
Joaquim Justino de Paiva	Laurianna Joaquina da Conceição, dona	Batatais	61	941	1861
João da Costa Rezende	Martiniano da Costa Rezende	Batatais	61	942	1865
Carlos Fernandes de Figueiredo	Thereza Joaquina Ribeiro, dona	Batatais	61	943	1869
João Antonio de Macedo	Maria Luiza de Santa Rosa, dona	Batatais	62	944	1853
	· ·	Batatais			
Manoel Martins Parreira	Antonia Maria de Jesus, dona	Daminis	62	953	1873

			Nº do	Nº do	266
Inventariado	Inventariante	Arquivo	maço	processo	Ano
Joaquim Alves Pitanguy	Maria Barbara de Jesus, dona	Batatais	63	962	1881
Maria das Dores	José Antonio Dias	Batatais	64	966	1853
Maria Antonia Pereira, dona	Manoel Machado de Moraes	Batatais	64	968	1859
Josefa Constancia de Jesus, dona	Francisco Antonio Machado Neto	Batatais	64	972	1869
Maria Magdalena de Jesus	Albano José de Almeida	Batatais	65	982	1865
Maria Francisca da Conceição, dona	José Rodrigues da Costa	Batatais	65	985	1869
Manoel Custodio Ferreira	José Custodio Ferreira	Batatais	65	986	1869
José Ribeiro de Araujo	Thereza Maria da Cruz	Batatais	66	992	1851
Francisca Emerenciana das Dores	Gabriel Marques Leão	Batatais	66	995	1865
Manoel Barbosa de Guimarães	Francisca Maria Barbosa	Batatais	66	996	1865
Francisca de Paula Ferreira, dona	José Barbosa da Silveira	Batatais	66	999	1861
José Ferreira da Silva	Manoel Ferreira da Silva	Batatais	66	1.002	1879
Manoel Alves de Oliveira	Libania Soares Ferrira, dona	Batatais	67	1.008	1861
Carolina Maria Leopoldina, dona	Antonio Rodrigues de Sá	Batatais	68	1.016	1867
Antonio Machado dos Santos	Anna Joaquina de Jesus, dona	Batatais	68	1.017	1869
Antonio Martins Teixeira	Anna Joaquina da Conceição, dona	Batatais	69	1.023	1869
João Alves de Souza	Francisca Maria Rosa, dona	Batatais	70	1.027	1863
José Alves Pitanguy	Maria Gabriella de Oliveira, dona	Batatais	70	1.030	1873
Manoel Bernardes Correia Rangel	Anna Osoria do Paraíso, dona	Batatais	71	1.033	1877
João Garcia de Figueiredo	Joaquim Alberto da Costa	Batatais	71	1.034	1885
Pedro José de Castro	Thereza Bernardina dos Reis	Batatais	71	1.035	1885
Francisco Venancio de Souza	Joaquim Silverio de Souza	Batatais	72	1.041	1877
Thereza Maria de Jesus	José Maria da Silva	Batatais	73	1.044	1857
Lauriana Bernarda da Assumpção, dona	Miguel José Alves	Batatais	73	1.047	1861
Maximiano José Nogueira	Maria Joaquina do Espírito Santo	Batatais	73	1.048	1869
Pedro José Ferreira e sua mulher Maria Antonia de	Maria Joaquina do Espírito Santo	Batatais	73	1.046	1009
Gouveia, dona	Fermiano Octaviano Ferreira Braga		75	1.055	1863
Joaquim Ferreira de Andrade	Balbina Carolina de Toledo	Batatais	75	1.056	1883
Manoel Antonio Pereira, coronel e sua mulher Juliana		Batatais		1.065	1055
Josefa da Silva, dona	Domenciano Pereira Lima	Batatais	77	1.065	1875
Joaquim Emigdio da Silva	Candida Theobaldina da Silva, dona	Batatais	78	1.069	1867
Placidina Joaquina da Silva, dona	NC	Batatais	79	1.081	1871
Domingos José Fernandes, capitão	José Justino Ferreira Alves	Batatais	79	1.082	1873
José de Andrade Dinis Junqueira, capitão	Candida Esmeria de Lima, dona	Batatais	79	1.083	1883
José Alves Ferreira da Silva	Marianna Barbara de Macedo, dona	Batatais	80	1.089	1875
Francisco Antonio Ribeiro França	Rosa Maria Pires		81	1.093	1863
José Antonio Pereira, capitão	Joaquim José de Bessa	Batatais Batatais	81	1.094	1867
Ignacio José Correa	Ignácio José de Souza		81	1.095	1883
Maria do lado de Jesus	Manoel Christino de Figueiredo	Batatais	82	1.100	1879
Joaquim Vigilato de Souza	Thomas Martins Ferreira	Batatais	83	1.104	1861
José Severino de Almeida	Ana Joaquina Pereira, dona	Batatais	85	1.112	1863
Bento Barbosa de Marques, capitão	Maria Antunes de Almeida, dona	Batatais	86	1.114	1867
Joaquim Garcia de Oliveira	Olyntho José Garcia	Batatais	87	1.121	1879
Florenciano Dias Campos	Quintiliano Dias Campos	Batatais	88	1.126	1853
Antonio Marcelino Alves Ferreira	Francisca Delfina Alves, dona	Batatais	88	1.127	1873
José Pereira Lima	Maria Theodora de Jesus	Batatais	89	1.133	1853
José Mauricio de Almeida	Albano José de Almeida	Batatais	89	1.136	1885
João Antonio Ferraz	Anna Victoria de Gouveia	Batatais	91	1.143	1857
Francisco de Paula Arantes	Candida Felesbina do Sacramento, dona	Batatais	91	1.145	1873
Manoel Gonçalves Manço	Anna Joaquina de Jesus	Batatais	92	1.151	1859
Maria Candida de Barros Leite, dona	Manoel de Paiva Leite	Batatais	92	1.154	1869
Manoel Lucas Ribeiro	Anna Victoria da Natividade	Batatais	92	1.157	1877
Gracianna Faria de Oliveira	Manoel Ignacio da Silva	Batatais	92	1.158	1883
Maria das Dores, dona	Custodio Alves de Siqueira	Batatais	92	1.159	1885
Maria Theodora de Jesus, doan	Francisco Dutra de Oliveira	Batatais	92	1.160	1885
José Maria da Silva	Maria Theodora do Sacramento, dona	Batatais	93	1.174	1875

		Ι	Nº do	Nº do	267
Inventariado	Inventariante Maria Claudina Committee de la lace	Arquivo Batatais	maço	processo	Ano
Maximo Rodrigues de Sá Marianna Luiza da Silva Pires	Maria Claudina Capuxinho, dona José Manoel Pires	Batatais	93 94	1.175 1.183	1879 1885
Theodora Luiza de Jesus	Joaquim Garcia Ferreira	Batatais	94	1.183	1887
Maria Rita das Dores, dona	Malaquias Simões dos Santos	Batatais	96	1.205	1877
Manoel do Carmo e Silva, tenente coronel	Antonio Fernandes Nogueira	Batatais	97	1.214	1861
Maria Antonia da Silva	Rafael Fernandes Parreira	Batatais	100	1.228	1851
José Candido Pompeo	Anna Rosa das Neves, dona	Batatais	100	1.231	1867
Joaquim Francisco de Andrade	Francisca Caetana de Morais, dona	Batatais	100	1.232	1869
João Rodrigues Tavares	Maria Magdalena de Almeida, dona	Batatais	100	1.233	1869
Joaquim da Costa Ramos	João da Costa Ramos	Batatais	100	1.234	1871
Luisa Maria de Jesus, dona	José Francisco Gonçalves	Batatais	101	1.252	1851
Luis Alves Moreira	Hipolito Alves Moreira	Batatais	101	1.253	1851
Joanna Maria do Nascimento, dona	Antonio Xavier de Toledo	Batatais	101	1.258	1867
Silveria Maria de Moraes	João Pedro de Moraes	Batatais	101	1.263	1881
João Cardoso do Nascimento	Maria Antonia do Carmo, dona	Batatais	102	1.272	1869
Francisca Maria de Jesus, dona	Manoel Garcia Ferreira	Batatais	103	1.290	1863
Francisca Maria de Jesus, dona	Domenciano José Ferreira	Batatais	103	1.291	1867
José Ferreira da Silva	Maria Rosa de Jesus, dona	Batatais	103	1.294	1871
Delfina Maria de Jesus	Quintiliano José Barbosa	Batatais	104	1.307	1855
Joaquina de Paula Tavares, dona	Fermiano José Ferreira	Batatais	104	1.309	1859
Manoel Martins de Arruda	Porfiria Maria de Jesus	Batatais	104	1.316	1871
Candido Pereira dos Santos	Antonia Maria de Jesus	Batatais	105	1.329	1859
Vicente Pinto	Maria Pinto de Jesus	Batatais	105	1.330	1859
Joaquim Barbosa de Siqueira	Anna Joaquina da Conceição, dona	Batatais	105	1.334	1869
Maria Joaquina de Jesus, dona	Francisco Eleutério Malta	Batatais	105	1.337	1883
José Victorino	Anna Policena de Jesus	Batatais	105	1.338	1887
Silverio José Caetano	José Silverio da Costa	Batatais	105	1.348	1851
Ignacio João dos Santos	Senhorinha Maria Sabina, dona	Batatais	105	1.352	1867
Maria Angelica de Moraes	Manoel Antonio de Moraes	Batatais	107	1.360	1851
Constantina Maria do Nascimento	Manoel Antonio Ferreira	Batatais	107	1.365	1859
José Ferreira de Jesus	Rita Maria de Castro, dona	Batatais	107	1.367	1869
José Joaquim Rodrigues	Bernarda Maria de Jesus	Batatais	107	1.370	1879
João Baptista Ferreira Nobre	Maria Theodora da Fonseca, dona	Batatais	107	1.371	1883
Militana Maria da Conceição	João Baptista da Silveira	Batatais	107	1.372	1883
Rosalina Severina de Gouveia Roza, dona	João Ferreira da Rosa e outro	Batatais	107	1.373	1887
Anna Maria de Jesus	Francisco da Costa Coutinho	Batatais	108	1.383	1863
Manoel João Barbosa de Magalhães José Joaquim Ramiro, Maria Candida de Jesus e	Maria Antonia de Almeida, dona	Batatais	108	1.384	1867
Umbelina Maria de Jesus	Marcianna Maria das Dores	Batatais	108	1.386	1881
José Alves de Oliveira	Maia de Oliveira Goulart, dona	Batatais	108	1.387	1885
João Baptista Teixeira	Hypolita Soares Guimarães	Batatais	108	1.389	1887
José Teixeira de Moraes	Maria das Dores da Conceição, dona	Batatais	108	1.390	1887
João Fernandes Parreira	Julia Maria de Jesus, dona	Batatais	109	1.398	1863
Flavio Martins de Andrade	Marianna Candido de Barros, dona	Batatais	109	1.399	1877
Jacintha Candida de Jesus	Venancio Pinto de Miranda	Batatais	109	1.400	1877
Theodora Roza da Conceição, dona	Antonio Luiz Correia de Toledo	Batatais	109	1.403	1883
Joaquim Gomes de Oliveira	Maria Joaquina da Conceição, dona	Batatais	110	1.419	1871
José de Padua Lara e Anna Joaquina de Assis	Francisco Teixeira Rosa	Batatais	111	1.427	1851
João Damaceno Dias	Anna Hipolita de Jesus, dona	Batatais	111	1.429	1861
João Carvalho da Silva	Maria Antonia do Nascimento, dona	Batatais	111	1.430	1863
Josepha Fernandes de Jesus, liberta	Antonio José Fernandes	Batatais	111	1.431	1865
João Thomás Theodoro	José Francisco Theodoro	Batatais	111	1.434	1869
Joaquina Quintina da Silva, dona	Joaquim Francisco da Silva	Batatais	112	1.447	1851
Joaquina Candida de São José, dona	Manoel Joaquim de Oliveira	Batatais	112	1.449	1861
Evaristo José Garcia, tenente	Marianna Osoria Engelia Garcia da Luz, dona	Batatais	112	1.452	1879
João Thomás de Oliveira	Justina Maria Flamina	Batatais	113	1.458	1853

			Nº do	Nº do	268
Inventariado	Inventariante	Arquivo	maço	processo	Ano
Venancia Maria da Conceição	Manoel José Rodrigues	Batatais	113	1.459	1851
José Ferreira Ribeiro	Maria Francisca de Jesus	Batatais	113	1.463	1867
Genoveva Maria da Conceição, dona	Manoel Ribeiro de Araújo	Batatais	114	1.476	1855
Joaquim da Silva Torres	Quintiliano da Silva Torres	Batatais	114	1.478	1861
Joaquim Alves da Silva	Emília Maria Candida	Batatais	114	1.479	1871
Anna Frauzina da Silva, dona	Joaquim Valadares de Souto	Batatais	114	1.483	1885
Francisco Joaquim dos Santos	Maria Figueira de Jesus, dona	Batatais	115	1.490	1859
Maria Francisca de Jesus (Maria da Cruz)	Venancio da Cruz de Guimarães	Batatais	115	1.491	1865
Clementino da Costa Pereira	Antonio Joaquim Costa	Batatais	115	1.492	1865
Maria Silveria de Jesus, dona	Marciano José Ferreira	Batatais	115	1.493	1867
Anna Felizarda de Nazareth	João Ignacio de Souza	Batatais	115	1.495	1873
Joaquim Silverio Correa	Balbina Ozoria do Sacramento, dona	Batatais	115	1.496	1877
Maria Victória da Conceição	Antonio Gonçalves Manço	Batatais	116	1.503	1861
Joaquim Gidião Coelho	Frausina Maria de Jesus	Batatais	116	1.506	1873
Sabina Maria de Jesus	João Ignacio de Arantes	Batatais	116	1.509	1885
Benardina Maria de Jesus	Antonio Moreira da Silva e outros	Batatais	116	1.510	1885
Francisco José de Souza	José Jacinto de Souza	Batatais	117	1.524	1853
João Valadares dos Santos	Magdalena Maria de Souza, dona	Batatais	117	1.526	1863
Fermina Tolentina	Januário Phigerio de Moraes Montans	Batatais	117	1.527	1865
Antonio José da Silva	Antonio José da Silva Onça	Batatais	117	1.529	1865
Joaquim Antonio dos Santos	Leodora Nicacia dos Santos	Batatais	117	1.531	1869
José Barbosa de Magalhães e sua mulher Maria Rosa		Batatais			
da Silva, dona	Thomé de Souza Martins	D	118	1.547	1861
Antonio José Dias	Claudina Maria de Jesus	Batatais	118	1.548	1871
Salviano Carlos Nogueira	Maria Justinianna dos Reis, dona	Batatais	118	1.549	1879
Carolina Marcilia das Dores, dona	Severino José de Paiva	Batatais	118	1.551	1887
Severina Maria Roza	Justino Fernandes Borges	Batatais	119	1.556	1855
Antonio Joaquim Pereira	Joaquim Antonio Pereira	Batatais	119	1.561	1875
José Gonçalves de Oliveira	Selestina de Lima, dona	Batatais	120	1.570	1867
Anna Clara de Jesus	Manoel José Rodrigues	Batatais	120	1.571	1873
Manoel Eugenio da Silva	Ana Theodora Ferreira	Batatais	121	1.581	1859
Manoel da Costa Pereira	Joaquim da Costa Pereira	Batatais	121	1.582	1867
Carolina Maria de Jesus, dona	Antonio José Fernandes	Batatais	121	1.583	1871
Quirino Parreira Lima	Marianna Josepha Lima, dona	Batatais	121	1.591	1887
Francisco Mendes dos Santos	Maria Lucinda da Conceição, dona	Batatais	122	1.609	1869
José Garcia de Figueiredo, capitão	Marianna Constancia de Andrade, dona	Batatais	122	1.613	1879
Maria Victoria de Jesus	Manoel José do Nascimento	Batatais	123	1.620	1873
José Luis de Carvalho	Ignocencia Carolina de Sá, dona	Batatais	123	1.621	1873
Antonia Barbosa de Jesus	Francisco Garcia da Costa	Batatais	123	1.623	1877
Bento Martins de Arruda	Manoel Martins de Arruda	Batatais	124	1.633	1861
Maria Rita de Jesus, dona	Antonio Pereira Xaves	Batatais	124	1.634	1863
Antonio Fernandes Martins	Francisca Ferreira Martins, dona	Batatais	124	1.636	1871
Maria Frauzina da Conceição, dona	Feliciano Alves Moreira	Batatais	124	1.637	1875
Maria Magdalena de Jesus	Antonio Gonçalves Netto	Batatais	124	1.639	1877
Maria Candida de Jesus	João Pedro da Silva	Batatais	125	1.652	1855
Mariannoa Gonçalves da Luz, dona	José Joaquim de Castro	Batatais	125	1.654	1869
Manoel Bernardes do Nascimento	Rosalina Palpulina do Nascimento, dona	Batatais	126	1.675	1857
Vicente Alves Tostes	Custodia Maria Candida	Batatais	126	1.676	1867
Joaquim José Borges e Lucinda Maria Eufrasina, dona	Candido Luis de Mello, alferes	Batatais	127	1.685	1851
Fermina Esmeria de Souza Pena, dona	Francisco Noronha de Carvalho	Batatais	129	1.710	1873
Maria Fernandes	Antonio Correia de Toledo	Batatais	130	1.727	1851
Clemente Gonçalves Manço	Maria Guedes da Conceição, dona	Batatais	130	1.730	1863
Maria Ignacia, dona	Manoel Gonçalves de Oliveira	Batatais	131	1.741	1867
Pedro de Moraes Cavalcante	Maria Joaquina de Moraes	Batatais	132	1.778	1851
Manoel da Silveira Coelho e sua mulher Maria		Batatais	122	1.550	1050
Magdalena de Arantes	Vicente José da Silveira		132	1.779	1859

			Nº do	Nº do	209
Inventariado	Inventariante	Arquivo	maço	processo	Ano
Marcelino José Ferreira	Maria Theodora da Luz, dona	Batatais	132	1.780	1859
Francisco Gonçalves Dias	Hipolita Gracianna do Carmo	Batatais	132	1.783	1871
Maria Felizarda de Jesus	Quintino Antonio de Carvalho	Batatais	133	1.792	1867
Anacleto Parreira Lima	Quirino Parreira Lima	Batatais	133	1.796	1877
Feliciano José Ferreira	Maria Candida de Oliveira, dona	Batatais	133	1.797	1877
Maria do Carmo Alves Ferreira	José Joaquim Ribeiro	Batatais	134	1.807	1865
Maria Justina de Jesus	José Lopes Ferreira	Batatais	134	1.808	1865
Antonio Carlos Martins	Maria Candida da Encarnação	Batatais	134	1.813	1885
Maria Gertrudes	Joaquim Antonio Pereira	Batatais	135	1.826	1851
Marianna Maria de Jesus, dona	Venancio da Cunha Moreira	Batatais	137	1.852	1851
José Felix do Nascimento e sua mulher Maria Joaquina	Bento Barbosa de Magalhães	Batatais	137	1.853	1851
Maria Victorina de Paraiso, dona	Manoel Bernardes Correia	Batatais	137	1.855	1859
João Bento Gomes	Isabel Maria de Jesus, dona	Batatais	137	1.857	1867
Francisco Rodrigues da Silva	Maria Barbara da Conceição	Batatais	137	1.860	1871
Rita Ludovina da Silva	Antonio Alves Ferreira	Batatais	138	1.870	1865
Antonio Jacintho Pereira	Maria Ignez Hygina da Silva, dona	Batatais	139	1.879	1879
Joaquim Luis Teixeira	Messias Ledovina da Silva, dona	Batatais	142	1.898	1875
Candida Constancia da Silva, dona	Seraphim Ferreira Borges	Batatais	145	1.927	1883
Maria Rita de São José	Antonio Fernandes Martins	Batatais	146	1.946	1857
João Paulino Pinto, capitão	Maria Silveria da Luz, dona	Batatais	147	1.987	1883
José Barbosa dos Santos	Maria Silveria Ferreira, dona	Batatais	148	1.999	1859
João Antonio de Macedo, capitão	Ignocencia Paulina da Conceição, dona	Batatais	149	2.031	1885
Felicia Maria de Jesus, dona	José Soares de Almeida	Batatais	150	2.043	1855
Felisbina Maria de Jesus	Ouintiliano da Silva Torres	Batatais	150	2.045	1881
Manoel Ferreira Mendes	Catharina Alves Correia	Batatais	151	2.066	1869
Maria Luisa do Nascimento, dona	Francisco de Paula de Souza	Batatais	151	2.067	1869
Fermiano José Ferreira	Ambrozina Candida do Sacramento, dona	Batatais	152	2.088	1879
Claudina Esmeria de Lima	Manoel do Carmo e Silva	Batatais	153	2.094	1859
Francisco José do Nascimento	Maria Ignacia do Nascimento, dona	Batatais	154	2.103	1871
Flavio Alves Pereira	Ana Joaquina de Jesus, dona e outros	Batatais	52	2.269	1885
Balbina Lucia de Castilho, dona	Albano José de Almeida	Batatais	61	2.450	1887
·		Batatais	72		
Americo José de Arantes Francisca Gonçalves da Silva	Benjamim Aureliano Correa Paulo Antonio da Silva e outros	Batatais	78	2.611 2.702	1887 1885
,		Batatais	78		1885
Eulalia Maria de Jesus, dona	Candido José Ferreira da Luz, tenente e outros	Batatais		2.717	1
Eduardo Clemente Tavares	Ana Joaquina de Jesus	Batatais	79	2.729	1881
João Baptista Freire, capitão	Marianna Alves Ferreira Freire, dona	Batatais	86	2.872	1883
Joaquim Manoel Pacheco	Constantina Maria de Jesus e outros	Batatais	90	2.943	1883
José Vieira de Almeida	Fermino Barbosa do Amaral	Batatais	96	3.022	1883
José Francisco Moratto	Francisca Moratto de Paiva	Batatais	99	3.067	1881
Maria Candida de Jesus	Antonio Gabriel de Souza	Batatais	111	3.274	1881
Rita Victoria do Paraíso	Antonio Correa de Souza	Batatais	114	3.328	1885
Raphael Alves Pereira	Anna Joaquina de Jesus	Batatais	114	3.329	1885
Miguel José de Freitas	Emerenciana Maria de Freitas, dona e outros		118	3.387	1887
Messias Maria de Jesus	Frausino Francisco Peixoto e outro	Batatais	119	3.407	1887
Maria Tolentina Barreto, dona	Gabriel José Pereira	Batatais	121	3.441	1885
Maria Theodoro de Lima, dona	José Frausino Garcia	Batatais	125	3.510	1887
Maria Candida de Oliveira	João Candido Martins Ferreira	Batatais	125	3.511	1885
Manoel Francisco de Lima	Maria Rufina Querubina e outros	Batatais	135	3.679	1885
Joaquim Garcia de Figueiredo Sobrinho	Joaquim Alberto da Costa	Batatais	258	6.262	1881
Francisco Ferreira Barros	Maria Dias de Jesus, dona	Batatais	259	6.270	1859
Thereza Jesuina das Dores	Antonio Augusto dos Santos	Batatais	259	6.273	1875
Marianna Barbosa Magalhães	Francisco Antonio de Moraes	Batatais	261	6.308	1855
Rita Maria Antonia e Francisco Rodrigues Palhão	Claudina Maria de Jesus e outros	Batatais	266	6.442	1851
José Floriano dos Reis	Joaquim Floriano dos Reis	Batatais	266	6.446	1851
Luisa Joaquina da Conceição, dona	Manoel do Carmo e Silva, tenente coronel	Batatais	266	6.448	1857
Francisco Fernandes Parreira	Barbara Maria da Conceição	Batatais	266	6.449	1855

			Nº do	Nº do	270
Inventariado	Inventariante	Arquivo	maço	processo	Ano
Anna Francisca de Jesus, dona	João Alexandre Dias	Batatais	266	6.454	1857
Rita Maria Umbelina, dona	Francisco Antonio Pereira	Batatais	266	6.455	1859
Prudencio José Marcelino	Josepha de Souza de Jesus	Batatais	289	7.422	1877
João Luis Afonso Salgueiro	Antonio Luis Salgueiro, capitão	Batatais	289	7.427	1869
Anna Messias Alves Ferreira	Antonio Luis Salgueiro, capitão	Batatais	289	7.431	1869
Dulcia Justina de Toledo	Firmiano José Pereira	Batatais	289	7.435	1873
Clara Rodrigues dos Anjos	Joaquim Rodrigues de Faria, major	Batatais	289	7.436	1873
Maria Justina de Oliveira	João Francisco da Silva	Batatais	289	7.437	1873
João Zeferino de Almeida e Silva, capitão	Ana Joaquina de Toledo, dona	Batatais	289	7.438	1873
Maria Rita de Jesus	Jesuino Pereira da Silva	Batatais	289	7.442	1877
Joaquina Maria de Jesus, dona	João Damaceno do Rosário e outros	Batatais	289	7.444	1879
Francisco Alves Capistrano	Ana Rita do Espírito Santo	Batatais	289	7.445	1879
Manoel Gonçalves Leitão	Ana Romana Capuchinha e outros	Batatais	289	7.446	1879
Antonio Cyrillo do Carmo	Candido Ferreira da Rocha	Batatais	289	7.447	1871
Maria Carmelia de Lima	José Alves de Souza	Batatais	289	7.449	1865
José Joaquim de Oliveira	Maria Luiza de Oliveira	Batatais	290	7.453	1871
Lino Antonio Pacheco	Felesbina Maria da Conceição	Batatais	293	7.530	1865
Manoel José de Souza	Joaquim Cypriano de Camargo, vigário	Batatais	305	7.874	1851
Veríssimo Placido de Arantes, tenente coronel	Antonio Custodio Braga	Batatais	305	7.875	1853
José Cardoso dos Santos	Manoel Cardoso dos Santos	Batatais	305	7.877	1863
Martimiano da Costa Rezende	Felesbina Maria de São José, dona	Batatais	307	7.933	1873
Francisca de Paula Ferreira, dona	Fermiano José Ferreira	Batatais	307	7.934	1873
Josepha Maria de Jesus	Fermino Antonio de Oliveira	Batatais	307	7.936	1875
Anna Candida de Figueiredo	João Fernandes Martins	Cajuru	3-A	-	1875
Ana Joaquina de Jesus	Manoel Ignacio da Costa	Cajuru	4-A	_	1877
Ana Custodia da Silva	Antonio Balbino da Freiria	Cajuru	4-A	_	1885
Ana Carolina de Siqueira	Antonio Francisco de Assis	Cajuru	4-A	_	1875
Ana Olivia do Espírito Santo	Francisco Antonio dos Santos	Cajuru	5-A	_	1875
Ana Luisa de Jesus	Miguel Gonçalves Cruz	Cajuru	5-A	_	1877
Ananias Olindo de Carvalho	Aureliana Candida de Carvalho, dona	Cajuru	6-A	_	1885
	*	Cajuru	7-A		
Antonia Maria de Jesus	Antonio Alves Landim	Cajuru		-	1883
Antonia Maria do Nascimento	Manoel Ferreira dos Santos	Cajuru	8-A	-	1885
Antonio Custodio da Silveira	Rita Leodovina de Almeida	Cajuru	9-A	-	1878
Antonio Joaquim dos Reis	Messias Eufrasina dos Reis	Cajuru	11-A	-	1883
Antonio Mariano de Bastos	Sebastiana Alves de Bastos		11-A	-	1885
Antonio Joaquim de Santa Anna	Ana Francisca de Santa Anna	Cajuru Cajuru	11-A	-	1877
Bernardino José da Freiria	Ana Candida da Silva	,	16-A	-	1885
Candido Gonçalves da Cruz e Thereza Maria de Jesus	Maria Inocencia de Jesus	Cajuru	17-A	-	1875
Camilo Pereira Dias	Joana Maria de Jesus	Cajuru	17-A	-	1885
Claudino Pereira Dias	Maria Barbosa de Jesus	Cajuru	19-A	-	1881
Custodia Alves Furquim	João Fernandes de Melo	Cajuru	20-A	-	1875
Delfina Candida da Anunciação	Saptyno Bras	Cajuru	21-A	-	1873
Feliciana Francisca de Paula	Alexandre Candido de Melo	Cajuru	26-A	-	1877
Francisca Antonia de Souza	Francisco José Caetano	Cajuru	27-A	-	1875
Francisco Antonio Sobrinho	Maria Francisca de Jesus	Cajuru	28-A	-	1887
Francisco Alexandre Luis de Melo	Maria Theresa de Jesus e outros	Cajuru	28-A	-	1881
Francisco Gonçalves de Castro	Maria Eufrazina do Carmo, dona	Cajuru	29-A	-	1869
Francisco Candido Pereira	Maria Francisca de Jesus	Cajuru	29-A	-	1879
Francisco José Caetano	Laurinda Maria de Jesus	Cajuru	30-A	-	1885
Francisco Joaquim de Carvalho	Ana Candida de Jesus	Cajuru	30-A	-	1875
Joaquim de Paula Borges	Leodora Maria de Jesus, dona	Cajuru	30-A	-	1885
Florinda Bernardes dos Reis, dona	Joaquim Rodrigues de Jesus	Cajuru	31-A	-	1883
Francisco Vicente do Amaral	Eufrausina Honoria da Conceição	Cajuru	32-A	-	1877
Helena Maria de Jesus	Bernardino de Almeida Gouvea Prata	Cajuru	34-A	-	1883
Ignacia Maria do Carmo	Antonio Coelho da Silva Braga	Cajuru	36-A	-	1875
Ignacia Jesuina Nogueira	Francisco de Salles Moraes Navarro, capitão	Cajuru	36-A	-	1883

		1	ı		271
Inventariado	Inventariante	Arquivo	Nº do maço	Nº do processo	Ano
Inacia Maria Ermiliatana	Manoel Luis de Oliveira	Cajuru	38-A	-	1867
João Antonio Pereira da Silva	Maria Barbosa do Nascimento	Cajuru	40-A	-	1885
João de Almeida Ribeiro	Vicente de Oliveira Espindola	Cajuru	40-A	-	1887
João Cesário Marques	Constancia Maria de Jesus	Cajuru	42-A	-	1883
João Carlos Alves	Joana Carolina de Siqueira	Cajuru	42-A	-	1877
João Marcelino de Oliveira	Maria Victoria da Conceição	Cajuru	45-A	-	1877
João Pedro da Silva	José Pedro da Silva	Cajuru	45-A	-	1879
João Pedro Valadão	Claudina Antonia dos Santos	Cajuru	45-A	-	1875
João Safino Viana	Ignacia Maria Ermiliatana	Cajuru	46-A	-	1855
João Silvério de Carvalho, major	Messias Jesuina de Carvalho	Cajuru	47-A	-	1881
Joaquim Antonio Pereira da Conceição	Maria Joaquina da Conceição	Cajuru	47-A	-	1887
Joaquim Alves Ferreira Rodrigues	Ana Rosa da Silva	Cajuru	48-A	-	1875
Joaquim Bernardes Vilas Boas e sua mulher Luciana Meliana Carneira	Joaquim Francisco Vilas Boas	Cajuru	49-A	_	1875
Joaquim José da Silveira	Maria Teresa do Nascimento	Cajuru	49-A	-	1887
Joaquim José de Lima e sua mulher Maria do Carmo de Souza	José do Carmo e Silva	Cajuru	49-A	_	1877
Joaquim Ignacio Pereira Manço	Maria Rita Barbosa, dona	Cajuru	49-A	_	1883
Joaquim Theodoro de Oliveira	Inocencia Batista de Jesus	Cajuru	51-A	_	1881
José Antonio Pereira Conceição	Maria Pires Nascimento, dona	Cajuru	52-A	_	1875
José Alves da Silva	Emilia Maria Candido	Cajuru	53-A	_	1879
José Caetano de Figueiredo, capitão	João Ferraz de Siqueira	Cajuru	53-A		1883
José Calixto Dias	•	Cajuru		-	
	Ana Virginia de Jesus Prudencio José Tristão	Cajuru	54-A	-	1881
José Gonçalves do Prado e Cristina Maria de Jesus		Cajuru	57-A	-	1879
José Luis Ferreira Carmo	Ana Jacintha da Conceição	Cajuru	58-A	-	1887
José Marcelino da Silva	Maria das Dores Boaventura		58-A	-	1881
José Marcelino de Oliveira	Maria Joaquina da Conceição	Cajuru	58-A	-	1877
José Manoel de Faria	Thereza Maria de Jesus	Cajuru	58-A	-	1879
José Thimóteo Rodrigues	Marcolina Maria da Conceição	Cajuru	60-A	-	1885
Luis Antonio de Melo	Maria Pires de Jesus	Cajuru	62-A	-	1881
Manoel Antonio de Araújo	Dorothea Candida de Jesus	Cajuru	64-A	-	1873
Manoel Antonio de Oliveira	Antonio Pedro de Oliveira	Cajuru	64-A	-	1883
Manoel Alves Landim	Maria Joaquina de Jesus	Cajuru	64-A	-	1879
Manoel Laurindo Pereira	Delfina Alves da Silva	Cajuru	66-A	-	1885
Manoel José Rodrigues	João Manoel Damaceno	Cajuru	66-A	-	1879
Manoel Ozias da Silveira	Ana Maria de Oliveira	Cajuru	67-A	-	1883
Marcelino Antonio de Oliveira	Marianna Francisca da Conceição	Cajuru	69-A	-	1879
Marianna do Carmo de Santa Anna	Pedro Pires de Morais	Cajuru	69-A	-	1885
Marianna Victoria Ribeiro	Vicente de Oliveira Espindola	Cajuru	70-A	-	1875
Maria Antonia de Jesus	Vicente Francisco Ferrreira	Cajuru	71-A	-	1879
Maria do Carmo da Luz	João Fernandes Carneiro	Cajuru	71-A	-	1887
Maria Candida de Jesus	José Braz Naves	Cajuru	73-A	-	1879
Maria Ignácia Barbosa	Antonio Julio da Silva	Cajuru	75-A	-	1883
Maria das Dores da Conceição	Francisco Teodoro de Guimarães	Cajuru	75-A	_	1879
Maria Theresa de Figueiredo	Antonio Theodoro Ferreira Sobrinho	Cajuru	78-A	_	1883
Maria Lourença da Conceição	Manoel Fortunato da Silva	Cajuru	78-A	_	1875
Maria Pires do Nascimento	Graciano Graça Pereira	Cajuru	79-A	_	1885
Maria Pires do Nascimento	Joaquim Antonio Pereira e sua mulher e José Antonio Pereira Franco	Cajuru	79-A	_	1879
Maria Pires Ricarda	Francisco Antonio de Moraes	Cajuru	79-A 79-A		
		Cajuru		-	1879
Porfirio Albino Vieira Maria do Rosario Furquim	Maria Pires de Jesus João Quintino de Oliveira	Cajuru	79-A 80-A	-	1885 1875
Simão Pereira da Motta	Floriana Maria do Nascimento	Cajuru	88-A	_	1887
Theresa Maria de Jesus	Manoel José de Faria	Cajuru	89-A	_	1887
Theodora Maria da Luz	José Antonio Barbosa	Cajuru	89-A	_	1881
Therezino Gomes Sardinha	Lucinda Candida dos Serafins	Cajuru	90-A	_	1883
THETEZINO COMES SALUMINA	Euchida Candida dus Sciatins	J ~	70 - A		1003

			Nº do	Nº do	
Inventariado	Inventariante	Arquivo	maço	processo	Ano
Thomaz Antonio Ancassuerd, tenente coronel	Maria Teresa de Jesus e outros	Cajuru	91-A	1	1883
Umbelina Candida de São José	Bernardino Rodrigues Barbosa	Cajuru	91-A	-	1875

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

1) Arquivo do Fórum da Cidade e Comarca de Batatais (SP)

MSS. Inventários post-mortem dos Primeiro e Segundo Ofícios datados de 1851 a 1887.

MSS. Escrituras de transações envolvendo escravos datadas de 1861 a 1887.

2) Arquivo do 2º Tabelião de Notas de Batatais (SP)

MSS. Escrituras de transações envolvendo escravos datadas de 1861 a 1887.

3) Arquivo da Casa de Artes e Cultura da Cidade de Cajuru (SP)

MSS. Inventários post-mortem datados de 1851 a 1887.

4) Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

MSS. Qualificação de Votantes do município de Batatais efetuada no ano de 1874.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALINCOURT, Luís d'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A Dança da Riqueza: variações na fortuna pessoal em Juiz de Fora (1870-1914). *Anais do 1º Seminário de Pós-Graduação em História Econômica*. Araraquara (SP): ABPHE, setembro de 2002.

ALVES, Castro. Os escravos. São Paulo: Germape, 1983.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

ANDRADE, Fernanda Schettini de. *O estudo da ilegitimidade dos filhos de mães escravas e sua relação com o nível de riqueza dos proprietários, São Paulo de Muriaé (1852-1888)*. Anais do XXIII Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), Londrina (PR), julho de 2005. (CD ROM).

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

AZEVEDO, Aroldo de. A rede urbana paulista. In: BRUNO, Ernani Silva (org.) *São Paulo: Terra e Povo*. Porto Alegre: Globo, 1967.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. O apogeu do café na Alta Mojiana. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs). *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial* — *Sorocaba, séculos XVII e XIX*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2001.

BARICKMAN, B. J. As cores do escravismo: escravistas "pretos", "pardos" e "cabras" no Recôncavo baiano, 1835. *População e Família*, São Paulo, n.2, p.7-59, 1999.

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. São Paulo do passado — dados demográficos (1836-1920). Nepo/Unicamp, CNPq, CD-ROM, 1999.

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo; FRANCISCO, Priscila M. S. Bergamo (orgs.). *Estado de São Paulo. Estatística agrícola e zootécnica, 1904-05.* Campinas: Nepo/Unicamp, CD-ROM, 2003.

BASTILE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BEIGUELMAN, Paula. Formação política do Brasil. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1977.

BENTIVOGLIO, Julio César. *Trajetória urbana de Franca: Centro (1805-1995)*. Trabalho apresentado ao III Concurso de monografias sobre a história de bairros de Franca: Fundação Municipal "Mario de Andrade", 1996.

BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo (1725-1835)*. Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1995.

_____. Fazendas de criar. In : BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs). *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista.* São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BRIOSCHI, Lucila Reis Brioschi *et alii. Entrantes no Sertão do Rio Pardo: o Povoamento da Freguesia de Batatais- século XVIII e XIX.* São Paulo: CERU, 1991.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/Universidade de São Paulo, Ensaios Econômicos, n.14, 1981.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O algodão em São Paulo: 1861-1875*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difel, 1969.

_____; IANNI, Octávio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, Walter. Topônimo Batatais. Uma busca a suas origens perdidas. *Amicus*, Batatais, ano II, n.3, p.147-183, novembro de 2001.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. *Histórica*, São Paulo, ano 1, n.2, p.1-7, junho de 2005.

CHIACHIRI FILHO, José. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869.

CORREA, Ariovaldo. *Brodowski — Minha terra e minha gente*. São Paulo: Pannartz, 1986.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. *Aspectos da demografia e vida familiar dos escravos de Santa Luzia, Minas Gerais, 1818-1833*. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu (MG), setembro de 2004.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 4º edição, 1998.

COSTA, Iraci Del Nero da. Nota sobre ciclo de vida e pose de escravos. *História: Questões e debates*. Curitiba, APAH, v.4, n. 6, p.121-127, 1983.

_____. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.28, p.111-113, 1988.

Os viajantes estrangeiros e a família escrava no Brasil. Anais da VIII Reunião da
Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. São Paulo, SBPH, p. 27-30, 1989.
; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801).
Estudos Econômicos, n. 17, v. 2, p. 245-295, maio/ago. 1987.
; NOZOE, Nelson H. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no
alvorecer do século XIX. Estudos Econômicos, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio/ago. 1989.

COUTY, Louis. L'Esclavage au Brésil. Paris: Libraire de Guillaumin et Cie., 1881.

DEAN, Warren Dean. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Ministério da Agricultura — Suplan, 1979.

DER. Departamento de Estradas e Rodagem. Acessado em 07 de outubro de 2004. http://www.der.sp.gov.br/malha/down mapa.asp.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, v.17, n.2, p.175-216, maio/ago., 1987.

_____. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil — séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

EVANGELISTA, José Geraldo. A criação de gado na região da Franca, em 1830. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, ano XX, n.129, jan./março, 1988, p.36-42.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion de; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.241-258.

FARIAS, Sheyla. A construção de fortunas na Estância/SE escravocrata (1850-1888). *Anais do 2º Seminário Regional do CEO* — *Centro de Estudos do Oitocentos.* São João Del Rei (MG), realizado entre 07 a 09 de maio de 2004. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2005.

FERNANDES, Edson. *A escravidão na fronteira. Um estudo da escravidão numa "boca de sertão" paulista. Lençóis, 1860-1888.* Comunicação apresentada no II Seminário de História Quantitativa e Serial. Belo Horizonte (MG), novembro de 2001.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia *Transformações econômicas no litoral norte* paulista (1778-1836). Tese (Doutorado em Economia), São Paulo: FEA/USP, 1992.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. IBGE: Rio de Janeiro, 1960.

FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. Parentesco e família entre os escravos no século XIX: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 12, n. 1 e 2, p. 151-167, jan./dez. 1995.

FOGEL, Robert W.; ENGERMAN, Stanley L. *Time on the cross: the economics of american negro slavery*. Boston: Little, Brown, 1974.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda:um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Estudo Econômicos*, n.17, v.2, p.151-173, maio/ago., 1987.

FRANCO NETTO, Fernando. Senhores e Escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava — 1850/1880. Trabalho apresentado no I Encontro de Pósgraduação em História Econômica. Araraquara (SP), setembro de 2002.

FRANS, Jean de. Senhor Bom Jesus da Cana Verde: Batatais de outrora. São Paulo, 1939.

FREYRE, Gilberto. Vida social no Brasil nos meados do século XIX. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 25^a edição,1995.

GARAVAZO, Juliana; Renato Leite Marcondes (orientador). Economia e Demografia escrava no Nordeste Paulista: uma área de abastecimento interno (Batatais, 1866-76).

Trabalho de conclusão de curso. Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, 2002.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1988.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Editora Ática, 6ª edição, 1992.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Fontes para o estudo da família escrava no Brasil*. Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Águas de São Pedro (São Paulo),v.1, p.19-37, outubro de 1986.

GRAHAM, R. A "família escrava" no Brasil Colonial. In: GRAHAM, R. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo, Perspectiva, 1979, p.41-57.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografía escrava numa economia não – exportadora: Paraná, 1800 – 1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo,v.17, n.2, p. 297-314, maio/agosto, 1987.

_____.O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n.120 (nova série), p.59-72, jan./jul., 1989.

GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925.* New York: Vintage Books, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26^a edição,1995.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Séries estatísticas retrospectivas, vol. 3, 2ª edição revista e atualizada).

JARDIM, Renato. Reminiscências (De Resende, Estado do Rio, às plagas paulistas: São Simão, Batatais, Altinópolis e Ribeirão Preto). Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. African Women in the Atlantic Slave Trade. In: ROBINSON, Claire; KLEIN, Martin A (eds.). <i>Women and Slavery in Africa</i> . Madison: University of Wisconsin Press, 1983.
Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. <i>Revista de História</i> , São Paulo, n.120 (nova série), p.3-25, jan./jul., 1989.
The Atlantic Slave Trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
KNOX, Miridan Britto. <i>Escravos do Sertão. Demografia, trabalho e relações sociais: Piauí, 1826-1888.</i> Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
LAGES, José Antonio. <i>Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX</i> . Ribeirão Preto, VGA Editora e Gráfica, 1996.
LAMOUNIER, Maria Lúcia. <i>Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879</i> . Campinas: Papirus, 1988.
LEITE, Mario. Paulistas e mineiros. Plantadores de cidades. São Paulo: EDART, 1961.
LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. <i>Notícias as Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania</i> . Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
LENHARO, Alcir. Rota menor. O movimento da economia mercantil de subsistência no Centro Sul do Brasil, 1808-1831. <i>Anais do Museu Paulista</i> , Tomo XXVIII, São Paulo, 1977/1978.
LIMA, Carlos A. M. Escravos artesãos: Preço e família (Rio de Janeiro, 1789-1839). <i>Estudos Econômicos</i> , São Paulo, v.30, n.3, p.447-484, julho/setembro, 2000.
LOPES, Luciana Suarez. Sob os Olhos de São Sebastião: A Cafeicultura e as Mutações da Riqueza em Ribeirão Preto, 1849 – 1900. Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo, FFLCH/USP, 2005.
LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). <i>Estudos Econômicos</i> , v. 28, n.1, p. 99-169, jan./mar. 1998.

_____; KLEIN, Herbert S. Slavery and the Economy of São Paulo, 1750-1850. Stanford:

Stanford University Press, 2003.

LUNÉ, Antonio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da. *Almanak da Provincia de São Paulo para 1873*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1985 (Edição fac-similar, originalmente publicada pela Typographia Americana, 1873).

MANCALL, Peter C.; ROSENBLOOM, Joshua L.; WEISS, Thomas. South Carolina slave prices, 1722-1809. *NBER Working paper series on Historical factor in long run growth*. National Bureau of Economic Research: Cambridge, march, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. O evolver demográfico e econômico nos espaços
fluminenses (1780-1840). Estudos Econômicos, São Paulo, v. 25, n. 2, , p. 235-270,
mai/ago. 1995.
A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena:
Editora Stiliano, 1998.
A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870.
Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Salvador (BA), dezembro de
2001. (CDROM)
; MOTTA, José Flávio. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos
escravos no Vale do Paraíba paulista. Revista Brasileira de História, v.21, n.42, p.495-514,
2001.
; FALCI, Miridan Britto Knox. Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875).
Anais do 4º Congresso Brasileiro de História Econômica. São Paulo: FEA/USP, setembro
de 2001. (CD ROM).
; GARAVAZO, Juliana. A propriedade escrava e a hipótese de crescimento
vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875). Anais do XIII Encontro da
Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto (MG), novembro de 2002.
O Café em Ribeirão Preto (1890-1940). Texto para Discussão Série Economia, n.
30, Ribeirão Preto, FEA-RP/USP, 2002a.
O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87).
Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, n. 56, v.1, p. 147-170, jan./mar., 2002b.

MARQUES, Cláudia Elaine Parreiras. *Riqueza e escravidão. Dimensões materiais da sociedade no Segundo Reinado: Bomfim/MG*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2000.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*. 2 v. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias*. A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. O Filho da Escrava (Em Torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*, v.8, n.16, p.37-55, mar./ago., 1988.

. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2ª reimpressão da 3ª edição de 1990, 2003.

MEDINA, Fernando. Consideraciones sobre el índice de Gini para medir la concentración del ingreso. Chile: ONU/CEPAL-ECLAC — División de Estadística y Proyecciones Económicas, marzo de 2001.

MELLO, Pedro Carvalho de. *A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*. Rio de Janeiro: PNPE, 1984, 2v.

MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida.* São Paulo: Livraria Duas cidades, 1977.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MERRICK, Thomas William; GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981.

MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição — 1830-1888*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

METCALF, Alida C. Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820. Austin: The University of Texas at Austin, 1983.

_____. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 229-243, maio/ago. 1987.

MILLIET, Sergio. Roteiro do Café. Análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo. São Paulo: s.n., 1938. MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984. MOTTA, José Flávio. Tráfico interno de cativos: o preço das mães escravas e sua prole. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, p.1.397-1.416, 1998. . Corpos escravos, vontades livres: estrutura de posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 1999. . O tráfico de escravos na Província de São Paulo: Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Casa Branca, 1861-1887. Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, maio de 2002a. (CD ROM). .A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). Historiografia Brasileira em debate. "Olhares, Recortes e Tendências". São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2002b. ; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). População e Família. São Paulo: Humanitas, CEDHAL/FFLCH/USP, n.3, p.93-128, 2000. ; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). Afro-Ásia, Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBa), n.27, p.161-192, 2002. ; NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci Del Nero da. Às vésperas da abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. Estudos Econômicos, v.34, n.1, p.157-213, jan/mar., 2004. MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um Quadro Estatístico da província de São Paulo ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 a 10 de março de 1837. São Paulo:

NALDI, Mildred Regina Gonçalves. A expansão do café no Nordeste Paulista e as grandes transformações da segunda metade do século XIX. *Revista Pontalense*, ano 1, v.2, p.16-19,

Typographia de Costa Silveira, 1838.

1989.

NEME, Mario. O Caminho dos Batatais. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIII, São Paulo, 1969, p.59-73.

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Economia escravista e preço de escravos em Minas Gerais – O caso de Sabará entre 1850 e 1887*. Dissertação (Mestrado em Economia), Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1997.

NOZOE, Nelson Hideiki; COSTA, Iraci Del Nero da. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.34, p.175-82, 1992.

NOZOE, Nelson Hideiki *et alii*. Brasil: breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo: NEHD-FEA-USP, ano XI, n. 32, maio de 2004.

OLIVEIRA, Lélio Luiz de. *Economia e história em Franca: século XIX.* Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

(coord.). <i>Trilhas econômicas: Franca – passado e presente</i> . Franca: FACEF, 1999.
Ao lado do café: produção de exportação e de abastecimento em Franca — 1890-
1920. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas/USP, 2003.

PAIVA, Clotilde Andrade; MARTINS, Roberto Borges. *Um estudo crítico do Recenseamento de 1872*. Belo Horizonte: IPEA/PNPE, 1983.

_____; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.25, n.2, p.203-233, maio/agosto, 1995.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Propriedade escrava e declínio do escravismo na Província de Sergipe*. Universidade Federal de Sergipe: 2000, 15p. (mimeo).

PERBONI, Fabio; OLIVEIRA, Wilmar Antonio. *Vila Chico Júlio*. Trabalho apresentado ao VII Concurso de monografias sobre história de bairros de Franca. Franca: Prefeitura Municipal, Coordenadoria de Cultura e Arquivo Histórico Municipal, 1999.

PINTO, Virgilio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981, p.126-145.

PIRES, Julio Manuel. Finanças públicas municipais na República Velha: o caso de Ribeirão Preto. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.27, n.3, p.481-518, set./dez., 1997.

PRADO, A. de Almeida. Crônica de outrora. São Paulo: Brasiliense, 1963. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 16ª edição, 1979. . História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 30ª edição, 1984. RANGEL, Armênio de Souza. Escravismo e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835. Tese (Doutorado em Economia). São Paulo:FEA/USP, 1990. ROCHA, Cristiany Miranda. História de famílias escravas: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. RODRIGUES, Raimundo Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo: Nacional, 2ª edição, 1935. SAES, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1981. SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à provincia de São Paulo. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. . Segunda viagem ao Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Distribuição da riqueza e formas de acumulação numa economia escravista (Magé, 1850-1888). LPH – Revista de História, Departamento de História – UFOP, n. 9, p. 143-168, 1999. SAMPAIO, Teodoro. São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. SANTOS, Wanderley dos. Como foram fundadas nossas cidades? Revista Pontalense, ano 1, v.1, p.65-76, março de 1989. . O Índio na história de Franca. Monografia. Franca: Coordenadoria de Cultura e Arquivo Histórico Municipal, 1995. SCHWARTZ, Stuart B. Sugar plantations in the formation of brazilian society. Bahia, 1550-1835. Cambridge:Cambridge University Press, 1985. . Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São

Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Oitava edição revisada e melhorada. Lisboa: Adolpho, Modesto e Cia Impressores; Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense, 1891.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SIQUEIRA, Lucília. *Bens e costumes na Mantiqueira: Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista (1840-1895)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: FFLCH/USP, 1999.

SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese (Doutorado em Economia), Stanford University, 1976 (mimeo).

·	Escravidão	e	família:	padrões	de	casamento	o e	estabilidade	familiar	numa
comunid	lade escrava	(C	ampinas,	século X	IX).	Estudos E	Econ	ômicos, n.17,	v.2, p.21	7-227,
maio/ago	o., 1987.									

_____.Lares negros, olhares brancos: Histórias da Família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, v.8, n.16, p.189-203, mar./ago.1988.

_____. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Leonel de Oliveira. *No caminho dos Goiases: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX.* Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2004.

SOETHEER, Adolf von. Edelmetall-Produktion und werthevrhaltniss zwischen gold und silber der enddeckung Amerika's bis zur gegenwart. Gotha, 1879.

TAMBELLINI, J. Machado. *A Freguezia dos Batataes*. São Paulo: Carthago Editorial, 2000.

TAUNAY, A. D'Esgragnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, v.7. São Paulo: Museu Paulista, 1928.

_____. *História do café no Brasil*. 15v. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. *Reprodução e famílias escravas de Mariana (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica), São Paulo, FFLCH/USP, 2001.

TOSI, Pedro Geraldo. Cultura do café e cultura dos homens em Franca: a influência da ferrovia para a sua urbanização. *Estudos de História*, Franca, v.5, n.2, p. 113-148, 1998.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. *Estrutura de posse de escravos em Angra dos Reis, século XIX*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas — ABPHE. Caxambu (MG), setembro de 2003. (CDROM).

VERSIANI, Flávio Rebelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de escravos e estrutura de ativos no Agreste e Sertão de Pernambuco*. Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Salvador (BA), dezembro de 2001.(CDROM).

______; TANNURI-PIANTO, Maria Eduarda; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Demand factors in the nineteenth-century brazilian slave market. Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Porto Seguro (BA), dezembro de 2003.(CDROM).

VIEIRA, Neuza Machado. A Estrada dos Goiases nos mapas da capitania de São Paulo — século XVIII. *Revista Pontalense*, Pontal, ano 1, v.1, p. 8-29, 1989.